



UNIVERSIDADE FEDERAL DO RECÔNCAVO DA BAHIA
CENTRO DE ARTES, HUMANIDADES E LETRAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIAS SOCIAIS: CULTURA,
DESIGUALDADES E DESENVOLVIMENTO.
MESTRADO EM CIÊNCIAS SOCIAIS

ALEX DE JESUS OLIVEIRA

(SOBRE)VIVENDO EM TEMPO DE CRISE: MEMÓRIA E COTIDIANO DOS
TRABALHADORES RURAIS DE SÃO JOSÉ DO ITAPORÃ, BAHIA (1970 -1980)

CACHOEIRA – BAHIA

AGOSTO/2013

ALEX DE JESUS OLIVEIRA

**(SOBRE)VIVENDO EM TEMPO DE CRISE: MEMÓRIA E COTIDIANO DOS
TRABALHADORES RURAIS DE SÃO JOSÉ DO ITAPORÃ, BAHIA (1970 -1980)**

Dissertação apresentada ao programa de pós-graduação
em Ciências Sociais: Cultura Desigualdades e
Desenvolvimento da UFRB como requisito parcial para
obtenção do título de mestre.

Orientador: Professor Dr Walter Fraga Filho.

Cachoeira – Bahia

AGOSTO/2013

Oliveira, Alex de J.

(Sobre) vivendo em tempos de crise: Memória e cotidiano dos trabalhadores rurais de São José do Itaporã, Bahia (1970 -1980). Alex de Jesus Oliveira 2013.

180 f.: il

Orientador; Professor Dr. Walter Fraga Filho

Dissertação(mestrado) – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia – UFRB, Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais: Cultura, Desigualdades e Desenvolvimento.

1.São José do Itaporã – Muritiba/BA. 2. História da Bahia. 3. Antropologia

I.Fraga Filho, Walter. II. Universidade do Recôncavo da Bahia – UFRB, Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais: Cultura, Desigualdades e Desenvolvimento.

ALEX DE JESUS OLIVEIRA

**(SOBRE)VIVENDO EM TEMPO DE CRISE: MEMÓRIA E COTIDIANO DOS
TRABALHADORES RURAIS DE SÃO JOSÉ DO ITAPORÃ, BAHIA (1970 -1980)**

BANCA EXAMINADORA

Dr Janio Roque Barros de Castro

Dr^a Isabel Cristina Ferreira dos Reis

Dr Walter Fraga Filho – Orientador

SUPLENTES

Dr^a Angela Figueiredo.

Dr. Wilson Penteadó.

Para meu Deus Yeshua Hamashia, para minha esposa Isabel, para meus filhos Acainan, Caiala, e Namaã Zoah. Para minha mãe Maria Angélica, minha avó Vanderlita, meus irmãos Alan e Aminadabi e para todos os Trabalhadores Rurais de São José do Itaporã

AGRADECIMENTOS

O meu agradecimento primeiro é para o meu Deus, nas pessoas do Pai, do Filho e do Espírito Santo. Sem Ele esse trabalho não existiria, pois Ele me deu a vida, preservou-a, e usou meus professores para me orientar, a fim de que eu pudesse realizar esse trabalho. Ele foi o meu porto seguro nas horas difíceis no mestrado. Para ele os louvores e honra.

São inúmeras as pessoas que contribuíram direta e indiretamente para a realização deste estudo. A lista de pessoas que nos ajudaram se fosse aqui colocada não caberia nessas poucas páginas. No entanto, algumas marcaram definitivamente o processo de elaboração e construção deste estudo. A minha família teve um papel fundamental, pois sempre estiveram me incentivando a seguir em frente nos meus estudos. Dedico muito deste trabalho a minha esposa Isabel Ribeiro, sem ela eu não teria conseguido.

Agradeço aos meus filhos Acainan, Caiala e Namaã Zoah e peço perdão pela falta de atenção durante os trabalhos de pesquisa e escrita. Agradeço a minha amada mãe Maria Angélica por ser a minha psicóloga de plantão, me incentivando sempre. Agradeço ao meu pai Alberto Pereira Oliveira (in memória) que foi usado por Deus para me gerar e me ensinar valores de justiça e honestidade. Aos meus irmãos, Alan e Aminadabi que compartilharam comigo momentos de angústias e alegrias durante o mestrado. A minha avó Vanderlita pessoa fundamental dentro da minha construção como pessoa e estudante.

Não poderia deixar de acrescentar amigos como Fábio Salvador, Queilane Salvador por me ouvir nas horas difíceis e ajuda na pesquisa de campo. Agradeço a José Alberto Nascimento - companheiro de viagens para apresentação de trabalhos acadêmicos pelo Brasil – pelas discussões teóricas e dicas valiosas. Os meus sinceros agradecimentos vão também para todos os trabalhadores rurais da Vila do São José do Itaporã, uma vez que, sem suas contribuições este trabalho não existiria.

Agradeço também aos meus colegas de mestrado em especial Maria Cristina, Beatriz Giugliane, Joelma, Maria Natividade, Marize Torres pelos momentos de conversa, debates, e Seminários. Meu agradecimento especial para o meu orientador Dr Walter Fraga Filho, pela leitura minuciosa e correção dos capítulos da dissertação, pelas valiosas orientações, pelos conselhos e pela gentileza. Agradeço também aos professores Dr. Osmundo Pinho, Dr. Hebert Martins, Dr. Fernando Pedrão pelos valiosos ensinamentos. Quero agradecer a todos os mestres da graduação e especialização, pois sem eles não teria chegado até aqui.

Por fim, agradeço a todos que tiveram um papel fundamental para conclusão desta etapa de minha vida.

“A luta pela terra – como um processo de luta social e política – resgata a dimensão da existência do território, porque nos embates pelo “poder de di-visão” (Bourdieu, 1998), os lugares ganham novos significados e as fronteiras novos contornos simbólicos. O espaço é reconquistado, materializando a noção desse como “lugar praticado” (Certeau, 2000), ou seja, a terra se transforma no lugar histórico como uma “construção concreta e simbólica do espaço” (Augé, 1994) capaz de dar sentido à existência e localizar uma “Solidariedade Orgânica. (Santos, 2011).”

SÉRGIO SAUER

RESUMO

Este estudo trata-se de uma análise Histórico - Antropológica sobre o distrito de São José do Itaporã – Muritiba situado no Recôncavo Sul da Bahia, entre os anos de 1970 e 1980, quando os lavradores dessa localidade experimentaram a crise fumageira e a seca que assolou a toda região. Para tentar compreender como eles enfrentaram essa crise em seu cotidiano, a qual tinha como agravante o fato dos trabalhadores rurais possuírem pequenas extensões de terra, busquei investigar como se deu o povoamento do lugar, a posse da terra, a construção de suas casas, seu cotidiano de trabalho nos roçados e suas estratégias para sobreviver na zona rural, objetivos estes que refletem o meu objeto de estudo, o qual consiste em entender como esses lavradores conseguirem sobreviver e permanecer na zona rural sem ter as condições necessárias para sua sobrevivência. Outros aspectos do cotidiano dos agricultores de Itaporã foram aqui analisados como os festejos e o lazer. Para tanto, utilizei fontes orais, questionário, fotografias, Jornais, Atas da Câmara Municipal, dados do IBGE, Cartas, Registro Eclesiásticos de terras, e Mapas.

Palavra Chaves: Trabalhadores Rurais, Terra, Cultura, Memórias.

ABSTRATC

This study is an analysis History - Anthropological over the district of São José do Itaporã - Muritiba Reconcave located in Southern Bahia, between the years 1970 and 1980, when the farmers of this locality experienced the crisis and drought in tobacco the entire region. To try to understand how this crisis they faced in their daily lives, which had as an aggravating factor the fact that the rural workers possess small tracts of land, sought to investigate how the settlement took place, possession of land, building their homes, their daily work in the garden plots and their strategies to survive in the countryside, these goals that reflect the object of my study, which is to understand how these farmers manage to survive and stay in the countryside without having the necessary conditions for their survival. Other aspects of the daily life of farmers Itaporã were analyzed here as the celebrations and leisure. For this, I used oral sources, questionnaire, photographs, newspapers, Minutes of the City Council, the IBGE, letters, land registration Ecclesiastical, and Maps.

Key-words: Rural Workers, Land, Culture, Memories.

LISTA DE MAPAS, FOTOGRAFIAS E TABELAS

Figura 01 - Mapa de Muritiba – Elaborado pelo Geógrafo Fabio Salvador.....	25
Figura 02 - Fotografia da Serra do Aporá – Adquirida na pesquisa.....	27
Figura 03 - Tabela – Cor dos Lavradores.....	28
Figura 04 - Tabela – População de Muritiba em 2010.....	29
Figura 05 - Quadro- População Urbana e Rural de Muritiba.....	29
Figura 06 - Tabela: População das Cidades do Recôncavo em 1991.....	30
Figura 07 - Tabela – Condição do Agricultor em Muritiba.....	31
Figura 08 - Tabela – Aquisição de terras em S. José.....	31
Figura 09 - Mapa do Recôncavo da Bahia em 1899.....	34
Figura 10 -Tabela Aquisição de terras em Muritiba em 1854-1859.....	37
Figura 11 - Quadro: Terras da Irmandade do Santíssimo Sacramento.....	39
Figura 12 - Quadro: Terras de José Antonio da Ressurreição.....	40
Figura 13 - Planta: Casa de Francisquinha Filha.....	44
Figura 14 - Fotografia: Casa com fumo pendurado na varanda.....	45
Figura 15 - Fonte: Jornal Correio de São Felix 02/10/1971 – APSF.....	46
Figura 16 - Fotografia: Casa de Barro pisado.....	48
Figura 17 - Fotografia: Casa de Adobe.....	48
Figura 18 - Fotografia: Roça de Fumo.....	50
Figura 19 - Fotografia: Genuário da Caatiguinha. 1980.....	56
Figura 20 - Fotografia: de Tropas e boiadas em caminhos na Bahia.....	60
Figura 21 - Fonte: Jornal Correio de São Felix -28/11/1953- APSF.....	63
Figura 22 - Fonte: Jornal Correio de São Felix -28/11/1953- APSF.....	64
Figura 23 – Fotografia: Caçamba de Muritiba 1970.....	65
Figura 24 - Tabela Produção de Mandioca 1940.....	68
Figura 25 - Quadro: Produção de Mandioca 1985.....	69
Figura 26 - Quadro: População Residente Rural1980, 1991 e 2000.....	70
Figura 27 - Quadro: Produção de Mandioca em 1985.....	72
Figura 28 – Fotografia:Mulheres raspando mandioca.....	73
Figura 29 – Fotografia: Cocho e o Motor.....	74
Figura 30 – Fotografia: Prensa a massa da mandioca.....	74
Figura 31 – Fotografia: Torragem da massa de mandioca.....	75
Figura 32 – Fotografia: Raspagem da mandioca.....	76
Figura 33 – Fotografia: Homens raspando mandioca.....	77
Figura 34 - Quadro: Produção de Fumo em folhas - 1985.....	80
Figura 35 - Quadro: Fabricas de Charuto no Recôncavo.....	81
Figura 36 – Fotografia: Família monocando.....	83
Figura 37 - Tabela – Trabalhadores de São José e a migração	88
Figura 38 – Fotografia: Feira Livre de Santo Estevão em 1985.....	92
Figura 39 – Fotografia: Feira de São José do Itaporã 2008.....	93
Figura 40 – Fotografia: Feira livre de Cruz das Almas 2008.....	95
Figura 41 – Fotografia:Feira livre de Cruz das Almas 1987.....	96
Figura 42 – Fotografia: feira livre de Muritiba 1950.....	96
Figura 43 – Fotografia:Homem montado em Égua na feira em Muritiba.....	97
Figura 44 – Fotografia: Inauguração de uma escola em Itaporã.....	100
Figura 45 - Fotografia: Inauguração de uma Escola em São José.....	101
Figura 46 – Fotografia: Pasto de seu Mauro em São José Lagoa Suja.....	106

Figura 47 – Fotografia: Altar de Oração na Casa de Dona Francisquinha.....	112
Figura 48 – Fotografia:Será do Aporá.....	119
Figura 49 – Fotografia: Carta de pedido de Namoro.....	123
Figura 50 – Fotografia: Carta de resposta de Namoro.....	124
Figura 51 – Fotografia: Genealogia da família Ribeiro.....	126
Figura 52 – Fotografia: Genealogia da família Ribeiro.....	127
Figura 53 – Fotografia: Feira em Itaporã 1980.....	137
Figura 54 – Fotografia: Baba dos Coroas.....	143
Figura 55 – Fotografia: Atena de TC acabo	144
Figura 56 – Fotografia:Bar próximo ao Campo na Pindobeira.....	146
Figura 57 – Fotografia:Time Ideal 1980.....	150
Figura 58 – Fotografia: Arraiá de Cruz das Almas.....	156
Figura 59 – Fotografia:Comemorações do dia de Nossa Senhora da Conceição.....	157
Figura 60 – Fotografia: Visão Panorâmica de cima da Serra do Aporá.....	158
Figura 61 – Fotografia: Decida da Serra do Aporá em 2005	159

LISTA DE ABREVIATURAS

APEB – Arquivo Público do Estado da Bahia.

APC– Arquivo Público de Cachoeira.

APSF – Arquivo Público de São Felix.

BMC – Biblioteca Municipal de Cruz das Almas.

BMM - Biblioteca Municipal de Muritiba.

CBF – Confederação Brasileira de Futebol.

CETEP (Antigo CEAT) - Centro Territorial de Educação Profissional Recôncavo II Alberto Tôrres.

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística.

PRONAF - Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar

SEI - Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais da Bahia.

SINDFUMO – Sindicato da Indústria do Fumo.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	13
CAPÍTULO I: A construção do Lugar: O contexto da posse de terras no Distrito de São José do Itaporã – Bahia.	21
1- O lugar como uma construção de um espaço de (sobre)vivência.	22
1.1 - A construção de um território: Ocupação e Povoamento no Distrito de São José do Itaporã – Bahia.	24
1.2 - A posse de terras em São José de Itaporã – Bahia.....	35
1.3 - Lugares de vivências: A construção da casa e dos roçados.	42
1.4 - Os Possesiros, as Heranças e a Tendência a Fragmentação das Propriedades.....	53
1.5 - Entre as Trilhas e Variantes: memórias dos caminhos da roça.	58
CAPÍTULO II: Construindo Estratégias: a luta dos lavradores de São José do Itaporã para sobreviver em sua terra.	67
1 - Vivendo da Roça: a importância da produção de mandioca e fumo na vida dos lavradores de São José do Itaporã.	68
1.1 - O trabalho no roçado e as estratégias de sobrevivência no campo.	87
1.2 - Os circuitos das Feiras livres e o comércio do excedente produzido pelos lavradores.	91
1.3 - Os trabalhadores rurais e a perspectiva de estudo.	98
CAPITULO III: Trabalho, Tradições e Lazer: o cotidiano dos Lavradores da Vila de São José do Itaporã - Bahia.	109
1- As Tradições e os Costumes: Aspectos da vida no campo.	110
1.2 - Os Trabalhadores Rurais e os laços de solidariedade.	128
1.3 - Territórios das Memórias: “idas e vindas” ao espaço urbano.	131
1.4 - <i>O baba é bom demais</i> : O futebol como um lazer dos lavradores de Itaporã.	140
1.5 - O Lazer e a Religião no campo: Relações entre práticas.	152
1.6 - A peregrinação a Bom Jesus da Lapa: Um lazer Sagrado.	160
Considerações Finais	165
Fontes	168
Referência	173

INTRODUÇÃO

Na primeira metade do século XX grande parte dos trabalhadores rurais do Recôncavo Sul viviam basicamente da produção de fumo e culturas de subsistência, tendo em vista, que o fumo passou a ser usado em larga escala nas fábricas de charuto e cigarrilhas que se instalaram por quase todo Recôncavo.

Esses agricultores possuíam pequenas extensões de terras, em média de 1 a 10 hectares - um hectare corresponde a 10.000 m² - onde trabalhavam em suas roças com suas famílias.¹ Essas pequenas propriedades, segundo Santos (1998) é resultado da fragmentação das terras que se deu com o fim da escravidão. Foi no momento da transição do trabalho escravo para o trabalho livre no Brasil que apareceu um contingente maior de pequenas propriedades e de mão-de-obra livre, uma vez que muitos libertos optaram em permanecer nos locais de origem, sobretudo, quando haviam de algum modo adquirido um lote de terra para trabalhar.²

A permanência dos libertos nas terras distantes dos grandes engenhos fez surgir no Recôncavo um mosaico de pequenas propriedades produtoras de fumo, mandioca e culturas de subsistência.³ Essas pequenas propriedades, ao longo do século XX, se ramificaram em forma de heranças, tornado-se já nos anos de 1970 e 1980 em lotes que variavam em média entre uma a três tarefas de terra - uma tarefa corresponde a 4.356 m².⁴

Não obstante, com a crise da agroindústria que se deu entre os anos de 1970 até meados 1980, paralelamente com a crise climática que afetou todo Recôncavo no início dos anos 1980, bem como a implantação da política de industrialização do Estado da Bahia, houve um estímulo no Recôncavo à pecuarização e citriculturalização o que impactou a vida dos lavradores pequenos proprietários, uma vez que, eles não tinham nenhum incentivo do Estado para se adequar a nova lógica produtiva.⁵

É neste contexto de crises e transformações que ocorreram nas décadas de 1970 e 1980 que busco estudar os trabalhadores rurais de São José do Itaporã, um distrito sob a jurisdição

¹MATTOSO, Kátia de Queirós. **Bahia: Século XIX: uma província no Império**. R. J., 1992. p. 463;

²FRAGA FILHO, Walter. **Encruzilhadas da Liberdade: Histórias de escravos e libertos na Bahia – 1870-1910**, Campinas, SP; Ed Unicamp; 2006.

³SILVA, Elizabete Rodrigues. **Fazer Charutos: Uma atividade Feminina**. Dissertação apresentada ao programa de pós graduação em História – mestrado da UFBA; 2001.

⁴OLIVEIRA, A. J. **Experiências, Cotidiano e Representações dos Trabalhadores Rurais de São José do Itaporã - 1960 / 1990**. Monografia apresentada na conclusão do curso de Especialização em História Regional e local – UNEB/Campus V - digitada e depositada na Biblioteca do Campus V.

⁵PEDRÃO, Fernando Cardoso. **Novos Rumos, Novos Personagens**. In; BRANDÃO, Maria de Azevedo (Org.). **Recôncavo da Bahia: Sociedade e Economia em Transição**. Salvador: Fundação Jorge Amado; Academia de Letras da Bahia; UFBA; 1998. Ele vai dizer que até a década de 1980 o Recôncavo passou por uma estagnação econômica que fez emigrar mão-de-obra para Salvador. p. 231.

do Município de Muritiba – BA. Essa localidade é um espaço onde vivem muitas famílias de lavradores pequenos proprietários que experimentaram essas transformações no seu cotidiano e buscaram, de algum modo, construir estratégias para sobreviver às circunstâncias adversas que se apresentaram no distrito, sobretudo, nos anos de 1980.

Por conseguinte, o recorte temporal estabelecido nesta pesquisa não é hermético. Apenas estabeleço os anos de 1970 e 1980 por se tratar - como foi dito - de anos marcados por transformações, crises econômicas e climáticas que os agricultores de São José experimentaram. Não obstante, por se tratar de um trabalho com memórias, acredito que as narrativas dos entrevistados sempre remetem para outros tempos e outras fontes. Portanto, entendo que a utilização da fonte oral neste estudo permite que o recorte temporal possa se estreitar ou se alargar de acordo com as narrativas dos entrevistados trazendo contribuições expressivas para o entendimento da cultura e história dos lavradores.

Vale Ressaltar, que a dificuldade de acesso a documentos sobre o distrito de São José me levou a garimpar todas as fontes possíveis – fotografias, cartas, mapas - que estivessem ao meu alcance, ainda que não abordassem especificamente a temporalidade do nosso recorte. Desta forma, utilizamos fontes documentais que tratam de anos anteriores ao nosso recorte, o que contribuiu decisivamente para entender a ocupação e a posse da terra, o cotidiano de trabalho, os costumes, enfim, o modo de vida desses agricultores.

Neste estudo busco compreender, sobretudo, a partir das memórias desses lavradores, como eles experimentaram as transformações que ocorreram no distrito de São José entre os anos de 1970 a 1980. Tento responder basicamente as seguintes questões; como os trabalhadores rurais do distrito de São José de Itaporã construíram meios para sobreviver no campo em meio à crise econômica e as transformações que ocorreram no Recôncavo nas décadas de 1970 e 1980? Quais os elementos culturais e econômicos que corroboram para a permanência e a sobrevivência de muitos trabalhadores rurais no distrito de São José de Itaporã quando a lógica era migrar para as cidades? Qual o significado das tradições e costumes na construção de elementos identitários do lugar - São José do Itaporã - por parte dos lavradores?

Para tentar responder essas perguntas, entre outras que surgiram durante a pesquisa, foi necessário investigar como se deu a ocupação do território de São José de Itaporã, bem como a fragmentação das propriedades em pequenas glebas de terra, além de verificar e compreender como se apresentam os festejos, costumes e tradições desses lavradores, bem como a relação desses com o espaço urbano.

Por se tratar de um estudo histórico-antropológico, no qual, a narração, a descrição, e a interpretação das fontes são fundamentais no processo de análise, busquei conjugar teorias que norteiam as ciências sociais na busca de entender a vida cotidiana dos seres humanos aqui estudados. Neste sentido, a noção de *Habitus* elaborada por Bourdieu (1989) foi muito importante para ajudarmos compreender o cotidiano dos lavradores. Por meio desse conceito pude pensar a cultura dos trabalhadores rurais de São José como uma “estrutura estruturante” que organiza suas práticas e a percepção dessas práticas em um dado campo cultural. É como se os elementos culturais que vigora entre os lavradores estivesse depositada em cada agricultor sob a forma de propensões estruturadas para pensar, sentir e agir.⁶ Esse conjunto de costumes, valores e tradições orientam a vida cotidiana desses lavradores, sobretudo, nas tomadas de decisões quando novas demandas se apresentam no presente. Portanto, essa noção nos permite pensar as escolhas e o cotidiano dos lavradores de São José do Itaporã observando a ressignificação de suas práticas em seu cotidiano no tempo-espaço.

Entendo que a sociedade não é simplesmente constituída por uma soma de indivíduos isolados e que tomam decisões pautadas nas circunstâncias específicas de suas vidas. Como afirma Durkheim (1895); “é necessário que as consciências se associem, se combinem, e, por conseguinte, é desta combinação que resulta a vida social e, por conseguinte, é esta combinação que a explica.”⁷ Portanto, compreendo que as consciências particulares se agrupam dando origem a consciência coletiva, de modo que as experiências particulares fazem parte de um todo social, de um conjunto de vivências experimentadas dentro das relações sociais.

Por conseguinte, por se tratar de um estudo que busca analisar a cultura dos trabalhadores e tentando verificar as transformações e permanências que ocorreram em seu cotidiano de luta pela sobrevivência no campo, entendo que uma abordagem histórica/antropologia é salutar, na medida em que há uma relação muito próxima nos últimos anos entre os estudos dessas ciências na academia. Geertz (2001) afirma que há uma aproximação e um interesse cada vez mais intenso dos antropólogos não apenas pelo passado, mas pela maneira como os historiadores lhes dão sentido atual, assim como os historiadores se interessam pelos métodos com que os antropólogos abordam as culturas.⁸

⁶BOURDIEU, Pierre. **O Poder Simbólico**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1989. VASCONCELOS, Maria Drosila. **Pierre Bourdieu: A Herança Sociológica**. In: **Revista Educação & Sociedade**, Ano XXIII, nº 78, Abril; 2002.

⁷DURKHEIM, Émile. **As regras do método Sociológico**. São Paulo: Martin Claret, 2002. p.115

⁸GEERTZ, Clifford. **Nova luz sobre a Antropologia**. Rio de Janeiro; Jorge Zahar; 2001. p.111

Vale ressaltar que está pesquisa não se trata de um estudo sobre latifúndio, ainda que aborde a luta que os lavradores tiveram para não vender suas pequenas propriedades para os fazendeiros da região. Esta pesquisa é uma tentativa de problematizar e analisar a vida dos lavradores, suas experiências, costumes e representações em um cotidiano marcado por relações intensas com a terra. Entende-se por terra enquanto lugar de trabalho, lugar de produção de riqueza⁹, bem como a terra enquanto lugar de vivências, costumes, tradições e sentimentos.¹⁰

Pesquisar a vida cotidiana, a cultura e as experiências dos trabalhadores rurais do distrito de São José do Itaporã é importante por se tratar de uma investigação que aborda um tema recente que não possui nenhum estudo sistematizado na academia. Para me estudar os trabalhadores rurais do distrito de São José do Itaporã é uma forma de problematizar e pesquisar a vida de sujeitos sociais que foram - e são - muito importantes para a cultura e a economia do Recôncavo. É uma meio também de trazer para academia vozes silenciadas de mulheres e homens, que habitam em distritos, bairros, e comunidades pobres quase sempre marginalizadas e estigmatizadas pela sociedade.

Entender como esses lavradores pequenos proprietários de terra construíram meios de sobrevivência no campo em tempos de crise e transformações aponta para uma reflexão em relação às experiências de vida de sujeitos sociais marcadas pelo trabalho nas fazendas, sítios e roçados, bem como tempos de deslocamentos temporários para as feiras das cidades circunvizinhas em um constante fluxo de relações e “trocas” culturais e simbólicas entre o campo e a cidade.¹¹

Falar das experiências e do cotidiano desses agricultores não é querer compreender apenas suas vidas a partir de sua condição material, mas é ir além de uma possível determinação estrutural e se apresenta na busca de compreender algo mais abstrato que envolve vivências pautadas em sentimentos e pertencas que se manifestam em uma dada cultura carregada de valores e símbolos que acabam por dá sentido a existência desses sujeitos sociais. Para Thompson (1981) as pessoas experimentam sua experiência como sentimento e lidam com esses sentimentos em sua cultura.¹²

⁹SCOOT, J. C. **Formas de Resistência Camponesa**. In: **Revista de Ciências Sociais e Econômicas**. Programa de Pós Graduação em Sociologia / UFCG. Vol. XXI, Nº 01, Paraíba; 2002.

¹⁰WOORTMAN, Ellen F. **O Saber Tradicional Camponês e Inovações**. In; OLIVEIRA, Arioaldo Umbelino de. & MARQUES, Marta Inez Medeiros. (org.) **O campo no Século Xxi: Território de vida , de luta e de construção da Justiça Social**. São Paulo; Casa Amarela e Paz e Terra; 2004.

¹¹ WILLIAMS, Raymond. **O campo e a cidade : na história e na literatura**. São Paulo : Companhia das Letras; 2001.

¹²THOMPSON, E. P. **A miséria da teoria**. Rio de Janeiro; Zahar; 1981. Para o autor as pessoas não experimentam sua própria experiência como idéias. Elas experimentam como sentimento e lidam como esse

Neste estudo, entende-se por vida cotidiana a vida de todo homem, onde se expressam as suas capacidades intelectuais, suas habilidades manipulativas, seus sentimentos, paixões, tradições, símbolos e idéias.¹³ É neste sentido que compreendemos a vida cotidiana dos lavradores de São José, como uma realidade dotada de sentidos, onde vivem, se relacionam, se amam e se odeiam dando forma a um “mundo” coerente. É um mundo que se origina no pensamento e na ação dos homens comuns, onde há intersubjetividade e o partilhamento de vivências, experiências, representações e memórias, onde há uma continua correspondência entre significados individuais com os significados coletivos que partilham em comum.¹⁴

Essa pesquisa centra-se basicamente na análise das memórias dos trabalhadores rurais de São José, pois segundo Costa (2001)¹⁵ não existe fonte mais qualificada do que o participante ou testemunha de um fato histórico.¹⁶ A oralidade possibilita novas versões da história, pois ela dá voz a múltiplos e diferentes narradores.¹⁷ Ela alarga as possibilidades de efetivação de pesquisas em escala local e regional, sobretudo, em relação aos campos de pesquisa da micro-história e da antropologia cultural.¹⁸

Por conseguinte, as memórias desses lavradores foram fundamentais para compreensão dos modos de vida desses trabalhadores, na medida em que elas são a referência do passado que de algum modo serve para manter as relações da coletividade como um grupo social coeso e que guardam as evidências de suas práticas e costumes. São as memórias desses agricultores que definem as pertencas, as fronteiras culturais, que definem o território e caracterizam o lugar, e também apontam oposições e contradições de vivências tanto no presente como no passado.¹⁹

Não obstante, para se aproximar de uma realidade social marcada por tensões e acomodações foi necessário à escolha de caminhos metodológicos que permitissem dar conta

sentimento na cultura, com normas, obrigações familiares e parentesco, com valores, na arte e convicções religiosas.

¹³HELLER, A. **O cotidiano e a história**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1972.

¹⁴BERGER, Peter L. **A construção Social da Realidade: Tratado de Sociologia do Conhecimento**. Petrópolis: Vozes; 1985

¹⁵COSTA, Carlos Frederico Corrêa da. **Manual do Mini-curso de História Oral** – ANPUH-UFF, Niterói: Rio de Janeiro, 2001.

¹⁶THOMPSON, Paul. **A Voz do Passado: História Oral**. Rio de Janeiro, Paz e Terra. 1992.

¹⁷SAMUEL, R. **Documentação: História Local e História Oral**. In: Revista Brasileira de História. São Paulo, v. 9, n 19. Ano 1990. “há verdades que são gravadas nas memórias das pessoas mais velhas e em mais nenhum lugar; eventos do passado que só eles podem explicar-nos, vistas sumidas que só eles podem lembrar”. p.230

¹⁸REVEL, Jaques. **Microanálise e construção Social**. In: **Jogos de Escalas: A experiência da Microanálise**. Rio de Janeiro, Ed. Fundação Getúlio Vargas. 1998. Para o autor “a mudança de escala de análise é essencial para a definição da micro-história. (...) Os historiadores, assim como os antropólogos, costumam trabalhar com conjuntos circunscritos, de tamanho reduzido. p.19

¹⁹POLLAK, Michael. **Memória, Esquecimento, Silêncio**. In: **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, vol. 2, n. 3, 1989. Para o autor “o trabalho de enquadramento da memória se alimenta do material fornecido pela história. Esse material pode sem dúvida ser interpretado e combinado a um sem-número de referências;

de aspectos específicos das experiências de pessoas que viveram suas vidas basicamente no campo onde a tradição oral é o meio utilizado pelos lavradores para ensinarem os costumes e valores aos mais novos.

Por não considerar a realidade imutável, estática e linear, e entender o caráter histórico e transitório dos fenômenos sociais que acabam por “distanciar” o pesquisador do objeto do conhecimento e, observando as implicações político-ideológicas da teoria social para uma abordagem de um tema um tanto quanto “recente”, esta pesquisa buscou se orientar por técnicas e métodos de natureza qualitativa, uma vez que a mesma prima por uma abordagem/interpretação da realidade sem, entretanto, deixar de lado a quantificação.²⁰

Não obstante, Adorno (2001) vai dizer que a objetividade nas pesquisas empíricas é na verdade objetividade dos métodos, uma vez que são os métodos que conduzem os encaminhamentos da pesquisa social. Em relação a quantificação, ele diz que as estatísticas e probabilidades acabam sendo enunciados dos próprios sujeitos, de como eles vêem a realidade e a si mesmo, de maneira que a objetividade quantitativa na pesquisa empírica é sempre subjetiva. Adorno ainda postula que não se deve se conduzir uma pesquisa com teorias preconcebidas e nem tão pouco buscar leis sociais explicativas do todo.²¹

Utilizamos as técnicas da história oral e da antropologia como metodologia de pesquisa. As entrevistas, a observação participante, a caderneta de campo foram fundamentais nesse estudo, pois permitiu visualizar aspectos da vida dos lavradores de São José que não constam em atas, cartórios, jornais e outros documentos.²²

Para orientar o nosso trabalho de campo (*in lócus*) utilizaremos os métodos da etnografia, de modo que as orientações de Geertz (2008) foram de grande valia, sobretudo, quando o ele adverte que o trabalho do etnógrafo deve estar focado em um trabalho de “descrição densa” do seu objeto, buscando lê a cultura visualizando-a como “um manuscrito estranho, desbotado, cheio de elipses, incoerências, emendas suspeitas e comentários tendenciosos, escrito não com os sinais convencionais do som, mas com exemplos transitórios de comportamento modelado.”²³

Entendo que as narrativas de nossos entrevistados expressam muito de sua cultura e da compreensão de como significam seu mundo, o que é muito relevante para as pesquisas

²⁰MINAYO, Maria Cecília de Souza (Org.). **Pesquisa social: teoria, método e criatividade**. Petrópolis, Vozes: 1994. p.22

²¹ADORNO, Theodor W. **Epistemologia e Ciências Sociais**. Espanha; Frónesis Cátedra Universitat de Valencia, 2001. p.22 -37

²²THOMPSON, Paul. **A Voz do Passado: História Oral**. Rio de Janeiro, Paz e Terra. 1992.

²³GEERTZ, Clifford. **Uma descrição densa: por uma teoria interpretativa da cultura**. In: **A Interpretações da Cultura**, Rio de Janeiro, LTC: 2008.

contemporânea, pois o processo de globalização colocou a questão da cultura, memória e identidade nas pautas de discussões das entidades governamentais e acadêmicas que buscam equacionar o desrespeito à alteridade em todo planeta.²⁴

Não obstante, nesta pesquisa o conceito de memória é compreendido como uma construção a partir de experiências vivenciadas nas multiplicidades de tempos e espaços por cada sujeito social que fazem parte de um campo cultural específico. Essas vivências preservadas pela memória se apresentam no presente em formas de lembranças que se compõem de acordo com as intenções que cada sujeito social acredita ser conveniente apresentar no presente.²⁵

Sabe-se que as memórias não são exclusivamente individuais, elas se compõem em uma relação entre a memória coletiva e as memórias de um único sujeito social.²⁶ A memória é interior e ao mesmo tempo exterior ao ser humano.²⁷ Ela proporciona o entendimento de que si pertence a uma determinada cultura e, assim faz compreender que si tem uma identidade que se ressignifica a todo o momento no presente por meio de novas identificações.²⁸

Halbwachs (2006) e Henri Bergson são os dois principais pensadores que refletiram sobre a memória e as lembranças. Segundo Bosi (1996) para Bergson a lembrança conserva o passado vivido pelo sujeito social sem nenhuma modificação ou influência externa.²⁹ Já para Halbwachs a memória individual e coletiva bem como as lembranças é uma reconstrução do passado no presente.³⁰ Para Bosi (1996) “A lembrança é uma imagem construída pelos materiais que estão, agora, à nossa disposição, no conjunto de representações que povoam nossa consciência atual”.³¹ Para ela é neste sentido, qualquer modificação no ambiente vivido no presente, modifica as lembranças.

A categoria *trabalhadores rurais* é usada neste estudo para além de pessoas que são assalariadas. Usamos esse conceito de um modo mais abrangente nos referindo aos lavradores

²⁴HALL, Stuart. **A Identidade Cultural na Pós-Modernidade**. 10ª edição Rio de Janeiro: DP&A, 2005.

²⁵THOMSON, Alistar. **Recompondo a Memória: Questões sobre a relação entre a História Oral e as Memórias**. Projeto História, São Paulo. 1997.

²⁶SANTOS, Myrian Sepúlveda. **História e Memória: o caso do Ferrugem**. Rev. Brás. Hist. Vol. 23, nº 46 SP: 2003. Para a autora; “A memória é resultado de um processo de interação social, e que ela tanto está em nós, quanto é exterior a nós.”

²⁷POLLAK, Michael. **Memória, Esquecimento, Silêncio**. In; **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, vol. 2, n. 3, 1989.

²⁸HALBWACHS, Maurice. **A memória coletiva**. São Paulo: Centauro, 2006.

²⁹BOSI, Ecléa. **Memória e Sociedade: lembranças de velhos**. 3ª Ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1994. Para a autora “A lembrança bergsoniana, enquanto conservação total do passado e sua ressurreição, só seria possível no caso em que o adulto mantivesse intacto o sistema de representações, hábitos e relações sociais da sua infância”

³⁰ROUSSO, Henry. **A memória não é mais o que era**. IN: FERREIRA, Marieta de Moraes & AMADO, Janaína. **Usos e Abusos da História Oral**. RJ: FGV, 2002, pp. 94-95.

³¹BOSI, Ecléa. **Memória e Sociedade: lembranças de velhos**. 3ª Ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1994.

que trabalham no seu próprio roçado sem vender sua mão-de-obra, bem como outros tantos que negociam jornadas de trabalho esporádicas com outros agricultores e fazendeiros. O trabalhador rural nesta pesquisa é alguém que exerce trabalho em roçados próprios ou de outrem, mas não possui carteira assinada.

O texto está dividido em três capítulos. O primeiro é intitulado; “A construção do lugar: o contexto da posse de terras no distrito de São José do Itaporã – Bahia.” Nele analisamos como se processou a posse da terra em Muritiba sempre focando a ocupação da Vila. Analisamos também como se deu a tendência à fragmentação das propriedades Nesta localidade.

“Construindo Estratégias: a luta dos lavradores de São José do Itaporã para sobreviver em sua terra” é o título do segundo capítulo. O foco é tecer uma análise buscando refletir sobre as estratégias que os lavradores construíram a fim de permanecer na campo. Analisamos a importância do cultivo e beneficiamento da mandioca e o plantio do fumo, bem como a sua comercialização nas feiras do Recôncavo. Já no terceiro capítulo que recebeu o título “Trabalho, Tradições e Lazer: o cotidiano dos Lavradores da Vila de São José do Itaporã - Bahia.” Analiso as tradições desses trabalhadores rurais, seus festejos e costumes sempre buscando verificar até que ponto esses elementos corroboraram para a permanência desses lavradores no distrito. Refletimos também sobre as suas práticas de lazer e contatos com a cidade tentando sempre verificar a influência dos elementos materiais e comportamentais oriundos do espaço urbano na vida desses agricultores.

Portanto, nessa pesquisa quero apresentar a partir das memórias desses lavradores como eles se articularam e construíram estratégias para sobreviver às adversidades e, sobretudo, não abandonar o seu lugar. Essa análise histórica - antropológica é uma tentativa de compreender e analisar modos de vida, costumes, valores e experiências de pessoas que lutaram para sobreviver em meio as crises e transformações que ocorreram no Recôncavo no final do século XX.

CAPÍTULO I

A CONSTRUÇÃO DO LUGAR: O CONTEXTO DA POSSE DE TERRAS NO DISTRITO DE SÃO JOSÉ DO ITAPORÃ – BAHIA.

1 – O lugar como uma construção de um espaço de (sobre)vivência.

A vida das pessoas não se apresenta no real fora do espaço, pois é na apropriação do mesmo que se pode compreender a ideia de lugar - ainda que esse conceito seja de difícil definição. Para compreender esse conceito dentro do processo de construção do território onde habitam os trabalhadores rurais do distrito de São José de Itaporã é necessário entender como as ciências sociais têm tentando defini-lo.

O lugar tem sido conceituado como um espaço de vivências, no qual os seres humanos se relacionam com a natureza e uns com os outros; onde é possível se verificar uma identificação dos sujeitos sociais com o espaço por eles habitado. Entende-se que o lugar só tem sentido, na medida em que os seres humanos atuem nele, vivam nele, se relacionem nele e com ele, se apropriando do espaço para que o mesmo torne-se o “palco” de suas existências.

Um lugar é constituído com a presença de seres humanos reais que atuam na natureza, modificando-a e transformando-a com um fim, sobretudo, de produzir a sua própria existência material.³² São os homens e mulheres que constroem um lugar a partir de suas relações sociais cotidianas e com a natureza, na busca de produzir as condições materiais de existência. Para Marx (1845);

Pode-se referir a consciência, a religião e tudo o que se quiser como distinção entre os homens e os animais; porém, esta distinção só começa a existir quando os homens iniciam a produção dos seus meios de vida, passo em frente que é consequência da sua organização corporal. Ao produzirem os seus meios de existência, os homens produzem indiretamente a sua própria vida material.³³

Os seres humanos produzem a si mesmo quando atuam no espaço na busca de produzir os meios para sua sobrevivência. É com o trabalho realizado no espaço, na natureza, que a cultura é elaborada e se apresenta nos mitos, religiões, costumes e valores. Um espaço só torna-se lugar quando os homens e mulheres assumem a pertença de práticas culturais e adquirem especificidades em relação à outros espaços.³⁴ Assim, se desenvolvem os lugares, na medida em que, o espaço se “humaniza” desenvolvendo as “estruturas, estruturantes”, as quais, norteiam decisões, costumes, valores, mentalidades e a própria cultura da produção material que configuram modos de vida³⁵. Para Silva (1991);

³² CARLOS, Ana Fani Alessandri. **O lugar no/do mundo**. São Paulo: FFLCH, 2007.

³³ MARX, Karl & ENGELS, Friedrich. **A Ideologia Alemã**. 4 ed. São Paulo; Martin Claret, 2005.

³⁴ CERTAU, Michel.; GIARD, Luce; MAYOL, Pierre. **A invenção do cotidiano: morar, cozinhar**. 5. ed., Petrópolis, RJ: Vozes, 1995.

³⁵ BOURDIEU, Pierre. **O Poder Simbólico**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1989.

Não se deve considerar tal o modo de produção de um único ponto de vista, a saber; a produção da existência física dos indivíduos. Trata-se, muito mais de uma determinada forma de manifestar sua vida, determinado modo de vida dos mesmos (...). O modo de vida é, pois *modo de ser no lugar*, e por isso, na medida em que o lugar é uma determinação determinada, ou seja, sobredeterminada, ele contém o trabalho e é produzido por ele.³⁶

A existência de um lugar só é possível quando este ganha um sentido especial para os seres humanos, no sentido de que assumem uma relação de identificação com um dado espaço. Silva (1991) afirma que o homem não existe isoladamente ou socialmente sem o espaço que representa e o define³⁷. O lugar só tem sentido quando o ser humano se apropria dele por meio dos sentidos e do trabalho. Para Carlos (1996);

O lugar guarda em si e não fora dele o seu significado e as dimensões do movimento da história em constituição enquanto movimento da vida, possível de ser apreendido pela memória, através dos sentidos. Isto porque a realidade do mundo moderno reproduz-se em diferentes níveis sem com isso eliminar-se as particularidades do lugar, pois cada sociedade produz seu espaço, determina os ritmos de vida, formas de apropriação expressando sua função social, projetos, desejos.³⁸

O lugar é construído, na medida em que, os homens se apropriam do espaço e o significam. É evidente que estes significados obedecem a lógica da produção da cultura, a qual está relacionada com produção das condições materiais de existência. É uma relação de mão dupla, na medida em que, os significados culturais acabam por dar sentido a existência do próprio lugar e a própria forma da produção das condições materiais para existência, assim como a produção material influencia diretamente na cultura do lugar – símbolos, festas, mitos, costumes e valores.

É neste sentido, que o espaço torna-se lugar e encontra na memória e no movimento da própria história a base para a garantia de especificidades e a construção de uma identidade local ainda que transitória, sobretudo, quando a alteridade se apresenta no entorno onde existem outros espaços e outros lugares. Carlos (1996) ainda postula que;

A natureza social da identidade, do sentimento de pertencer ao lugar ou das formas de apropriação do espaço que ela suscita, liga-se aos lugares habitados, marcados pela presença, criados pela história fragmentária feitas de resíduos e detritos, pela acumulação dos tempos, marcados, remarcados, nomeados, natureza transformada pela

³⁶SILVA, Armando Correa. **Geografia e Lugar Social**. São Paulo; Contexto, 1991.p.29

³⁷Idem. p. 29

³⁸CARLOS, Ana Fani Alessandri. **O lugar no/do mundo**. São Paulo: FFLCH, 2007. p.22

prática social, produto de uma capacidade criadora, acumulação cultural que se inscreve num espaço e tempo³⁹.

Para compreender o distrito de São José como um lugar é necessário entender que o mesmo é uma acumulação de tempos, de vivências de gerações, de significados múltiplos, os quais se ressignificavam no tempo-espaço numa relação constante de uma prática social que transformava a natureza à mediada em que os mesmos homens transformavam a si mesmo. É por isso que um lugar, como Itaporã, não pode ser compreendido como apenas um território natural, e nem tão pouco como produto apenas dos homens e mulheres que vivem no presente, mas como afirma Santos (2007);

O território tem que ser entendido como *território usado*, não o território em si. O *território usado* é o chão mais a identidade. A identidade é o sentimento de pertencer àquilo que nos pertence. O território é o fundamento do trabalho; o lugar da residência, das trocas materiais e espirituais e do exercício da vida.⁴⁰

Portanto, a construção de um território não pressupõe simplesmente a demarcação do mesmo em seus limites, mas é necessário que este espaço, torne-se o *território usado*, ou seja, é necessário que o sujeito social se aproprie a partir de sentimentos de pertença e identificação do mesmo. Só desta forma, o espaço passa a ser um lugar onde a vida cotidiana se expressa, sobretudo, com o trabalho, mas também nos festejos e costumes de pessoas que coexistem em um dado espaço, em um dado lugar.

1.1 - A Construção de um Território: Ocupação e Povoamento no distrito de São José do Itaporã – Bahia.

O distrito de São José do Itaporã está localizado a cerca de trinta e cinco quilômetros da sede do Município - Muritiba -, o qual se distância de Salvador 135 quilômetros. Reduto de trabalhadores rurais possuía uma população em torno de 10.632 habitantes, segundo o senso de 2010.⁴¹ O mapa abaixo mostra a localização do Distrito em relação a Bahia, o Recôncavo e o Município de Muritiba.

³⁹Idem. p.22

⁴⁰SANTOS, Milton. (et.al.) **Territórios: ensaios sobre o ordenamento territorial**. Rio de Janeiro; Lamparina, 2007.

⁴¹Senso Demográfico IBGE,2010.

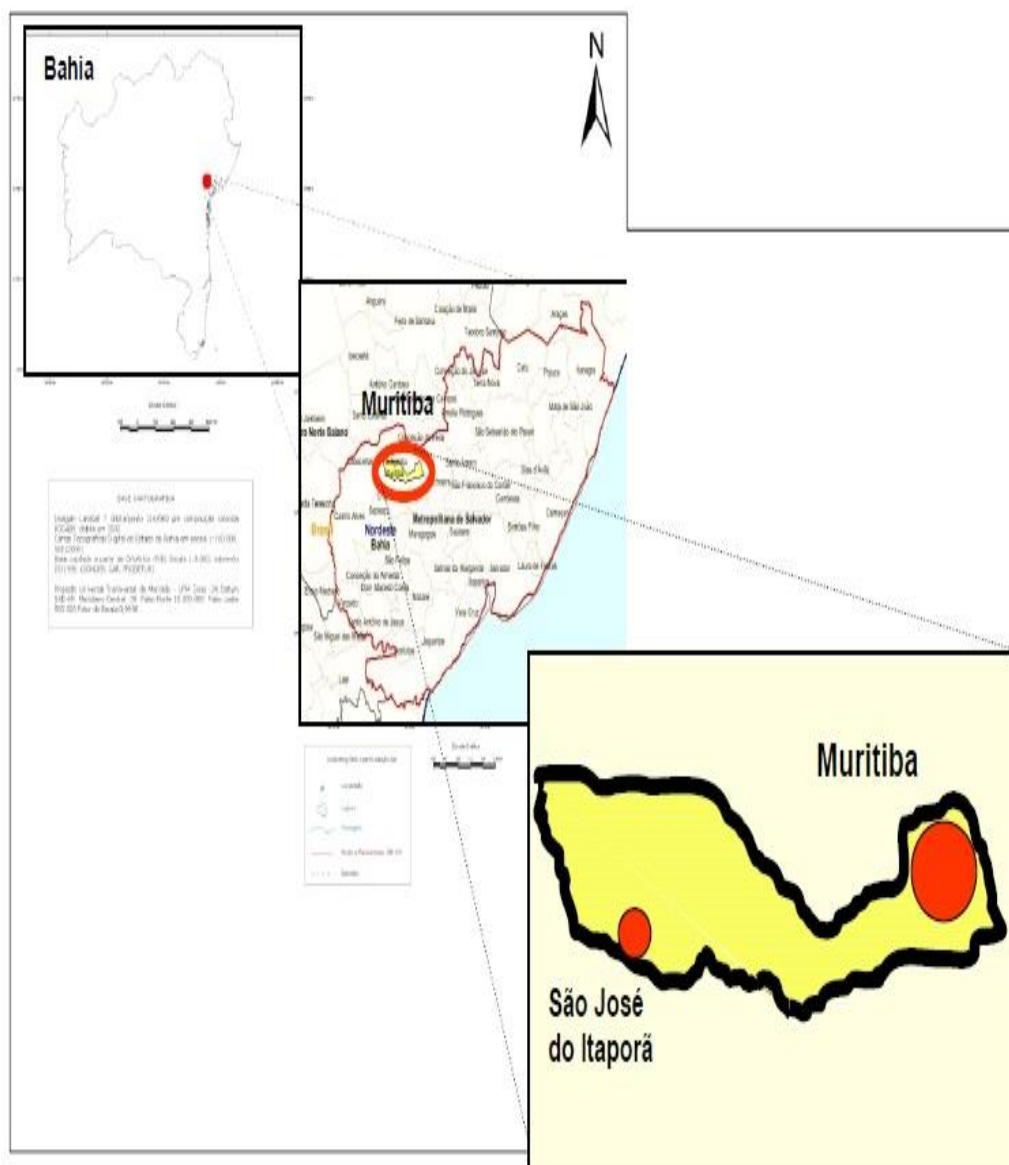


Figura: 01 Mapa de Muritiba – Elaborado pelo Geógrafo Fabio Salvador

Muritiba foi freguesia de Cachoeira e era conhecida pelo topônimo de São Pedro do Monte de Muritiba no século XIX. Entretanto, Castro (1941) diz que o nome era Buritiba, mas pelo fato das pessoas trocaram a pronuncia do “B” pelo “M”, o nome do lugar passou a ser Muritiba.⁴² Até 1911 Muritiba foi Distrito de São Félix quando pela lei Estadual nº 1567 de 03-08-1922 foi elevada a categoria de cidade. Já em 1933, com a reformulação administrativa do Estado, o Município passou a conter os seguintes Distritos; Muritiba, Cabeças e São José do Aporá. A partir de 1937 um novo distrito foi acrescentado, Santo

⁴² CASTRO, Anfilofio. **Muritiba: Sua História, seus Fados, Digressões**. Notas – BAHIA, Tipografia Naval, Bahia; 1941.

Antonio do Jordão que, seis anos mais tarde, passou ser chamado apenas *Jordão*, enquanto que São José do Aporá passou a chamar-se *Itaporã*.⁴³

Como foi dito, o distrito de São José do Aporá passou a ser chamado de Itaporã em 1943. Essa palavra de origem Tupi-Guarani tem o seguinte significado; **Ita** que significa pedra, já **Porá** significa “*aquele(a) que possui beleza*”. Portanto, o nome Itaporã significa “*pedra bonita*” ou “*pedra que possui beleza*”.⁴⁴

O topônimo do distrito parece ter relação com existência da Serra do *Aporá*⁴⁵ no território do distrito. É ela que limita o território do distrito de São José do Itaporã com Cabaceiras do Paraguaçu. O gigantismo da Serra mexe com o imaginário dos trabalhadores rurais e de todas pessoas que vivem em contato com essa paisagem natural há gerações. Para Schama (1976) "Paisagem é cultura antes de ser natureza; é um constructo da imaginação projetada sobre as matas, águas e rochas".⁴⁶

Tudo indica que a palavra Itaporã faz parte do topônimo do distrito como uma forma de manifestar a topofilia que os trabalhadores rurais, comerciantes, fazendeiros, lojistas possuem em relação ao lugar.⁴⁷ A Serra é uma referência significativa para toda população de São José, na medida em que a *pedra bonita* é uma pertença de todos que se identificam com o lugar, não é uma exclusividade de um grupo social, mas é uma espécie de ícone que faz parte das representações e imaginário dos sujeitos sociais que habitam no distrito.

Por outro lado, o nome Itaporã também é uma referência aos povos indígenas que primeiro habitaram aquele espaço. A fusão do nome São José - um nome de um Santo Católico - com um nome de origem indígena - Itaporã -, pode ser interpretado como uma ligeira evidência da miscigenação que houve no passado, do hibridismo cultural que resultou do contato do português com os índios, enfim, das fusões de elementos culturais que se deram no tempo-espaço ao longo das gerações, e que ainda perdura na *longa duração*⁴⁸, e encontra no tempo da natureza, manifesto na *pedra bonita*, um ícone no real, - assim como o nome Itaporã - como forma de permanecer na memória, nas representações e na história das pessoas do distrito.

⁴³Fonte SEI

⁴⁴DIC. DA LÍNGUA TUPI-GUARANI IN: <http://povodearuanda.wordpress.com/2007/12/03/mini-dicionario-tupi-guarani/> - Acesso em 15/06/2013.

⁴⁵*Aporá* - *significa monte isolado*

⁴⁶SCHAMA, Simon. **Paisagem e Memória**. São Paulo; Companhia das letras, 1976.

⁴⁷YI-FU TUAN. **Topofilia: um estudo da percepção, atividade e valores do meio ambiente**. São Paulo; Difel, 1980.

⁴⁸BRAUDEL, Fernand. **Escritos sobre a História**. São Paulo, Perspectiva; 1978. Para Braudel ao lado da história tradicional dita fatural, breves e rápidas, bem como da história cíclica e conjuntural, característica da história econômica e social, existe a história da *Longa Duração* caracterizada pelas fases lentas, quase imóvel como a evolução das paisagens, história do homem na sua relação com o meio.

Tanto a Serra do Aporá quanto a palavra Itaporã contida no topônimo do distrito apontam para uma representação de um “ausente bem presente” que se manifestam como ícones das identificações dos sujeitos sociais que vivem no distrito.⁴⁹ A fotografia abaixo mostra a extensão da Serra do Aporá;



Figura 02 – Fotografia da Serra do Aporá – Adquirida na pesquisa.

Vale ressaltar, que Itaporã está localizado no chamado *Recôncavo Fumageiro*⁵⁰, de modo que sua população foi constituída, no primeiro momento da colonização, pela miscigenação entre os Africanos, Europeus e Indígenas. Não obstante, sabe-se que essa região era ocupada pelos índios Tupinambás, de maneira que Itaporã, segundo Castro (1941); “ já era conhecido desde século XVI”.⁵¹

Por conseguinte, com a chegada dos Portugueses, de imediato teve início no Recôncavo a miscigenação, a qual se tornou mais complexa quando os povos Africanos foram trazidos para trabalhar nos engenhos de açúcar.⁵² Já no pós-abolição, na primeira metade do

⁴⁹CHARTIER, Roger. **O mundo como Representação**. In; **Revista Estudos Avançados**. nº 11; 1911 – Disponível; www.google.com.br. Acesso em 04/03/2012. p. 183 -184 – “ A representação faz vê um ausência o que supõe uma distinção clara entre o que representa e o que é representado; de outro é a apresentação de uma presença, a representação pública de uma coisa ou de uma pessoa.

⁵⁰MILTON, Santos. **A Rede Urbana do Recôncavo**. In; BRANDÃO, Maria de Azevedo (Org.). **Recôncavo da Bahia: Sociedade e Economia em Transição**. Salvador: Fundação Jorge Amado; Academia de Letras da Bahia; UFBA.1998.

⁵¹CASTRO, Anfilofio. **Muritiba: Sua História, seus Fados, Digressões, Notas –BAHIA**, Tipografia Naval, Bahia; 1941.

⁵²MATTOSO, Katia de Queirós. **Bahia: Século XIX: uma província no Império**. Rio de Janeiro; 1992.

século XX, Silva (2001) traz os seguintes dados referente a cor da população de algumas cidades do Recôncavo;

Em 1940, a população dos municípios de Maragogipe, Cachoeira, São Félix e Muritiba somavam 105.047 habitantes, sendo 34,14% de **cor preta** e 46,33% de **cor parda**. No Censo de 1950, estes municípios somavam uma população de 110.253, sendo 52,75% de **cor parda**, ou seja, a maioria era uma população não branca, nem exclusivamente de **cor preta**.⁵³

Essa preponderância da população de *cor preta e parda* e a quase inexistência de pessoas brancas foi detectada na pesquisa de campo que fiz em São José no ano corrente. Entrevistamos com questionário fechado 94 trabalhadores rurais que vivem nos povoados que se encontram próximo a aglomeração urbana do distrito. Os dados após serem formatados trazem uma amostragem que reflete a cor da população, conforme pode-se vê abaixo;

COR DOS LAVRADORES		
Cor	Frequência	%
Preto	57	60,64
Pardo	36	38,30
Branco	1	01,06
Total	94	100,00

Figura 03: Tabela – fonte: dados do questionário fechado aplicado entre os lavradores entre maio e Junho de 2013.

Percebe-se que mais da metade dos entrevistados se identificaram como *preto*. 38,30 % responderam que eram pardos, de maneira que a população de pessoas que se consideram *pretos* é quase o dobro da população entrevistada que se identificou como *parda*. Isso reflete de alguma maneira os dados levantados por Silva (2001) referente aos *Censo de 1940 e 1950* quando mostra que na cidade de Muritiba havia uma expressiva população de pretos e pardos. É evidente que o passado de escravidão que perdurou por muitos séculos no Brasil, e que no Recôncavo foi muito marcante, contribui para a existência de uma grande população de afro-descendentes em toda Bahia.

Por conseguinte, de acordo com o censo de 1950 havia em Muritiba um a população de 31.605 habitantes, sendo 14.827 homens e 16.778 mulheres, predominando entre os

⁵³SILVA, Elizabete Rodrigues. **Fazer Charutos: Uma atividade Feminina**. Dissertação apresentada ao programa de pós graduação em História – mestrado da UFBA; 2001.

residentes, pessoas de cor parda.⁵⁴ Observa-se, no entanto, que os dados em relação a cor, talvez não sejam muito precisos, tendo em vista que o município de Muritiba possui até hoje um grande número de pessoas afro-descendentes de cor preta. Entretanto, o Censo de 2010 traz a seguinte informação;

População de Muritiba / Ano - 2010		
Cor	Frequência	%
Preto	8.120	28,53
Pardo	16.715	58,74
Branco	3.580	12,58
Indígena	41	0,15
TOTAL	28.456	100,00

Figura 04: Tabela – Fonte: IBGE / Censo 2010

A tendência a uma identificação com a *cor parda* tornou-se preponderante em Muritiba no século XXI. Mais da metade da população consultada pelo IBGE afirmou ser *parda* enquanto 28,53% disse ser *preta*, 12,58% *branca* e apenas 0,15% disse ser *indígena*. O fato é que tanto Muritiba, assim como São José do Itaporã sempre possuiu uma população mista com preponderância para afro-descendentes. Por conseguinte, em relação ao crescimento da população, tanto urbana como rural, entre os anos de 1980 até 2000 temos as seguintes informações;

População Urbana e Rural de Muritiba - Bahia					
				Taxa média de geom. de cresc. anual 1980/91	Taxa média geom. de cresc. anual 1991/00
POPULAÇÃO	1980	1991	2000	1980/91	1991/00
URBANA	12.545	14.709	17905	1,46	2,21
RURAL	6.687	9.825	12739	3,56	2,93
TOTAL	19.232	24.534	30.644	5,02	5,14

Figura 05 – Quadro - Fonte IBGE / Censos demográficos de 1980, 1991 e 2000.

Entre as décadas de 1980 até 2000 Muritiba não conseguiu alcançar a população que segundo o Censo de 1950 indicava existir no Município. O que chama atenção é o fato de no ano 2000 a população rural ser mais da metade da população Urbana. Isso indica, por

⁵⁴ FERREIRA, Jurandir Pires. **A Enciclopédia dos Municípios Brasileiros**. Rio de Janeiro: IBGE; 1958. Verbete – Muritiba p. 63.

exemplo, o crescimento expressivo da população Rural do Município, de modo que o Distrito de Itaporã se destaca, uma vez que no final do século XX a sua zona rural possuía uma expressiva população.

Uma das causas da diminuição da população de Muritiba no final dos anos de 1980 foi a emancipação dos distritos Cabeceiras do Paraguaçu e Geolândia, de modo que São José do Itaporã tornou-se o maior distrito do Município de Muritiba.⁵⁵ A tabela abaixo mostra a população urbana e rural da cidade de Muritiba em relação aos Municípios próximos;

CIDADES DO RECÔNCAVO BAIANO - 1991			
MUNICÍPIOS	POPULAÇÃO		
	POPULAÇÃO URBANA	POPULAÇÃO RURAL	TOTAL
Cruz das Almas	30.908	14.950	45.858
Muritiba	14.709	9.825	24.534
Gov. Mangabeira	5.338	12.521	17.859
São Felix	7.420	4.762	12.182
Cachoeira	14.193	14.097	28.290
Maragogipe	20.472	18.339	38.811
Sapeaçu	6.347	8.845	15.192
São Felipe	6.906	13.201	20.107
Conc. do Almeida	7.659	10.883	18.542
TOTAL	113.952	107.423	221.375

Figura 06 – Tabela: Fonte Classificação dos Municípios Baianos – Informações Básicas – Vol. II -1991 / CAR/SEI

A população rural de Muritiba aparece com mais da metade da população total do Município. É fato que os distritos desse Município são constituídos basicamente por trabalhadores rurais que sobrevivem basicamente do plantio do fumo, mandioca e culturas de subsistência. Não obstante, o cotidiano de trabalho desses agricultores possibilitou a construção de um modo de vida que dá forma a uma cultura particular dentro do território de identidade do Recôncavo sul.

A cultura imaterial desse lugar pode ser apreendida no cotidiano desses lavradores, pois a vida de trabalho na roça permitiu-lhes criar todo um conjunto de manifestações culturais que se apresentam no andar, no falar, no se alimentar, nas práticas de lazer, no trabalhar, enfim, em tudo está presente aspectos que trazem elementos identitários desse povo.⁵⁶

⁵⁵ Pela lei estadual nº 5010, de 13-06-1989, desmembra do município de Muritiba os distritos de Cabeceiras do Paraguaçu e Geolândia, para constituir o novo município Cabeceiras do Paraguaçu.

⁵⁶ A observação participante nos fez perceber os costumes, a cultura e os valores desse povo.

A população de São José do Itaporã é composta basicamente de agricultores. A maioria desses trabalhadores rurais possuem, em média, de cinco a dez tarefas de terras⁵⁷, ou seja, o território do Distrito é composto de pequenas propriedades, alguns pequenos sítios e poucas fazendas.⁵⁸ A tabela abaixo mostra a condição dos trabalhadores rurais de Muritiba em relação a posse de terras:

Condição do Agricultor em Muritiba		
Dados	Estabelecimentos	Área (HA)
Proprietário	2.241	17.769
Arrendatário	130	137
Parceiro	14	16
Ocupante	520	864
TOTAL	2.905	18.786

Figura 07: Tabela - fonte: Censo Agropecuário de 1985.

A maioria dos trabalhadores rurais são pequenos proprietários de terras. Poucos são arrendatários e parceiros, conforme pode-se notar na tabela acima. Essas pequenas propriedades dos lavradores foram adquiridas como herança e também por compra. Existem casos em que o herdeiro adquiriu mais terras comprando de outro lavrador ou fazendeiro. Já em relação às doações, elas resultam quase sempre quando há casamento. Os pais doam terras para os filhos e em alguns casos apenas adiantam a herança. A pesquisa de campo apontou os seguintes dados;

Aquisição da terra		
Origem	Frequência	%
Compra	31	33,00
Doação	08	08,50
Herança	55	58,50
Total	94	100.00

Figura 08: Tabela – fonte: dados do questionário fechado aplicado entre os lavradores entre maio e Junho de 2013.

Nas pequenas propriedades os lavradores praticam a agricultura familiar onde plantam roças de subsistência, e cultivam fumo, mandioca, limão e a laranja, além de criarem animais de pequeno porte como porcos e galinhas. O fumo é comercializado com os armazéns da cidade de Cruz das Almas. A renda originária da venda do fumo é a base econômica das

⁵⁷Uma tarefa baiana é aproximadamente 4.400 m². Um hectare equivale a aproximadamente 2,3 a 2,4 tarefas baianas.

⁵⁸SALVADOR, F. **A Centralidade da Feira de São José do Itaporã - BA** – Monografia apresentada ao curso de Geografia –FAMAM.

famílias. Com a mandioca eles fazem a farinha para o consumo próprio e o excedente eles vendem para terceiros ou comercializam nas feiras.⁵⁹

Por conseguinte, no contexto das transformações que ocorreram no Recôncavo baiano dos anos de 1950 e 1980 muitos trabalhadores rurais decidiram migrar para as cidades próximas, sobretudo, para capital Salvador e outros Estados da Federação na busca de “melhorar de vida”.⁶⁰ Essa migração se deu em grande medida pelo fato de suas posses de terras serem insuficientes para gerar uma renda capaz de lhes permitir ter uma vida com um conforto razoável trabalhado em suas terras.⁶¹

Não obstante, é certo que muitos trabalhadores rurais não migraram. Eles lutaram para sobreviver construindo estratégias para permanecer no campo. Para compreender como se deu essa permanência em meio a tantas dificuldades é necessário verificar como se processou a ocupação do território, a posse da terra e a transmissão das heranças entre eles, bem como compreender as especificidades da vida cotidiana, da cultura e dos costumes desses trabalhadores rurais.

O território de São José do Itaporã provavelmente já era conhecido e ocupado desde a segunda metade do século XVI.⁶² Porém, o seu povoamento deve ter sofrido uma incrementação a partir do século XVII devido o cultivo do fumo e a criação de gado.⁶³ Entretanto, não se pode precisar com exatidão o momento em que muitos lavradores tomaram a posse das terras de Itaporã, mas pode-se inferir que esse espaço vem sendo ocupando mais

⁵⁹OLIVEIRA, A. J. **Experiências, Cotidiano e Representações dos Trabalhadores Rurais de São José do Itaporã - 1960 / 1990**. Monografia apresentada na conclusão do curso de Especialização em História Regional e local – UNEB/Campus V - digitada e depositada na Biblioteca do Campus V.

⁶⁰BRANDÃO, Maria de Azevedo, **Cidade e Recôncavo da Bahia**. In: BRADÃO, Maria de Azevedo. (org) **Recôncavo da Bahia: Sociedade e Economia em transição**. Salvador; Fundação Casa Jorge Amado; Academia de Letras da Bahia; Universidade Federal da Bahia, 1998. A autora vai dizer que a implantação da refinaria de petróleo na Bahia bem como o complexo petroquímico fez com que houvesse uma “marginalização da economia do Recôncavo Velho” Segundo ela os anos 60 e 70 do século XX são marcados por uma forte Urbanização da região imediata(metropolitana) de Salvador devido ao surto de industrialização.p.40 – 48.

⁶¹SANTANA, Charles D’Almeida. **Fatura e Ventura Camponesas: Trabalho, Cotidiano e Migrações - Bahia: 1950 – 1980**. SP: AnaBlume; 1994. Para o autor uma profunda transformação na sua vida no campo. Sobre o avanço sobre as matas, a derrubada dos quintais de café e a extinção das roças de fumo, processos que se articulam historicamente em um único momento, expulsaram os trabalhadores rurais para cidades próximas, outras regiões e estados brasileiros. p.110

⁶²CASTRO, Anfilofio. **Muritiba: Sua História, seus Fados, Digressões, Notas – BAHIA**, Tipografia Naval, Bahia; 1941. Para o autor “ D. Vasco Caldas, já em 1560 ou 61 subia o Paraguaçu com cem homens, porque já era esse rio conhecido dos franceses desde 1503, e pelo nome que depois se chamaria Catarina Álvares. A zona da Cachoeira e de Buritiba (Muritiba) era já conhecida e povoada desde 1559 quando por ordem de D. Antônio barreiros, em 1575, pouco mais , pouco menos foi inaugurado o arraial sob tão bons fados que se tornou a cidade heróica (Cachoeira). Ele vai dizer que o Itaporã já existia desde o século XVI. – É preciso dizer que o autor não aponta as fontes de onde retirou as suas informações. Ele apenas diz que fez pesquisas no IHGB.

⁶³SCHWARTZ, B. Stuart. **Segredos Internos: Engenhos e Escravos na Sociedade Colonial – 1550-1835**. São Paulo; Companhia das Letras, 1988.p.84

intensamente desde meados do século XVIII⁶⁴, devido o aumento da população e às transformações econômicas e territoriais ocorridas neste século no Brasil.⁶⁵

Por conseguinte, Schwartz afirma que na Freguesia de São Pedro do Monte de Muritiba se iniciou o processo de plantio de fumo por pequenos agricultores na segunda década do século XVII. Segundo ele:

Os solos de “areias” eram considerados impróprios para a cana, mas com cuidados adequados, especialmente o uso de esterco de gado, podiam ser aproveitados para produzir fumo. Nos campos ao redor da confluência dos rios Paraguaçu e Jacuípe e além da orla do Recôncavo, onde se localizavam mais tarde as paróquias de água fria, Santo Estevão de Jacuípe e São Pedro do Monte da Muritiba, pequenos agricultores iniciaram a produção de fumo por volta da segunda década do século XVII.⁶⁶

Nesse sentido, com a impossibilidade do cultivo da cana de açúcar devido o terreno ser arenoso, muitos lavradores utilizando o esterco de gado começaram a produzir fumo na Freguesia de Muritiba. Pode-se pensar, que dentre esses pequenos agricultores que cultivavam fumo muitos ocuparam o território hoje correspondente ao povoado de São José do Aporá, pois existem evidências que apontam para o cultivo do fumo nesse local desde meados do século XIX.⁶⁷

Uma fonte importante para entendermos a ocupação de São José de Itaporã é o mapa elaborado por Teodoro Fernandes Sampaio no final do século XIX sobre o Recôncavo que está em guarda do APEB.⁶⁸ Apesar de ser feito em couro, está bastante avariado, porém observando cuidadosamente, percebe-se os detalhes que demonstram o cultivo do fumo por quase toda freguesia da Muritiba, inclusive em São José de Itaporã que esta localizando próximo a Cruz das Almas.

⁶⁴ JESUS, Simone Figueiredo de. **Viver em Muniz Ferreira: Cotidiano e Transformações de uma Vila no Recôncavo Baiano (1930-1960)**. Dissertação de Mestrado apresentada ao programa de mestrado em Historia Regional e Local – UNEB/ Campus V. 2010. Segundo ela “No Brasil, a gênese de muitos centros urbanos foi a *fazenda* e quando elas reúnem indivíduos em número suficientemente grande podem iniciar um *arruado*, isto é, uma primeira rua, formada pelos *ranchos* ou *choupanas*, casinhas simples, humildes, freqüentemente com teto de palha.”

⁶⁵ OLIVEIRA, Ana Maria C. S. **Recôncavo Sul: terra, homens, economia e poder no século XIX** salvador-Ba: UNEB 2002. [...] a Colônia passou por algumas alterações que repercutiram sobre a questão da apropriação territorial. O próprio crescimento interno nos aspectos populacional, territorial e econômico implicou na disseminação da “posse de fato” como mecanismo de Apropriação alternativa [...].p.35

⁶⁶ SCHWARTZ, B. Stuart. **Segredos Internos: Engenhos e Escravos na Sociedade Colonial – 1550-1835**. São Paulo; Companhia das Letras, 1988.

⁶⁷ Mapa da Bahia elaborado por Teodoro Sampaio depositado no APEB – ARQUIVO PÚBLICO ESTADO DA BAHIA

⁶⁸ idem

É preciso dizer que mesmo não existindo o topônimo São José do Itaporã no mapa, existe na carta escrito a palavra *fumo* no lugar onde hoje é o São José do Itaporã, uma forma de também identificar o território onde a lavoura de fumo era predominante.

Podemos também inferir, a partir da verificação da proximidade deste espaço, sobretudo, com Cruz das Almas, que de fato se trata do antigo São José do Aporá. Percebe-se que neste lugar foi cultivado o fumo no século XIX o que, provavelmente, corroborou para ocupação e permanência de muitos lavradores no São José. O mapa abaixo traz a evidência do plantio de fumo em São José no final do século XIX;

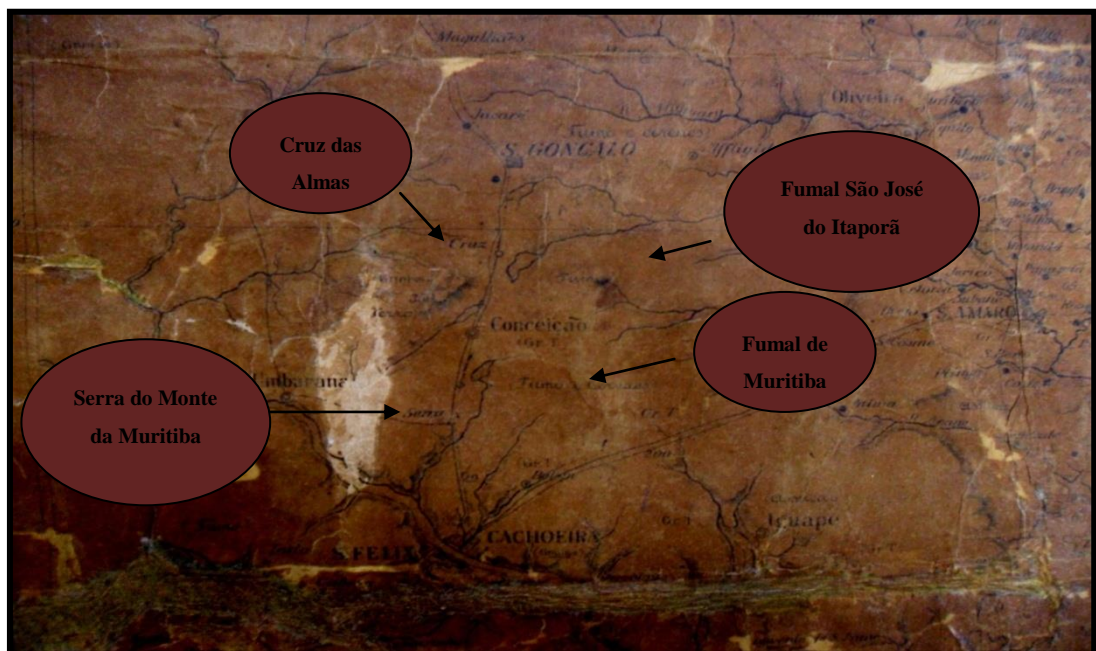


Figura 09 - Carta do Recôncavo da Bahia Organizada pelo Engenheiro Civil Theodoro Fernandes Sampaio – 1899 / Escala 1:250.000 – Depositado no APEB.

O cultivo de fumo no São José de Itaporã na segunda metade do século XIX é possível que tenha se tornado elemento de caráter econômico importante para a fixação de muitos lavradores pobres que passaram a ocupar as terras naquele espaço, pois a sua comercialização interna permitiu que eles tivessem uma renda que garantia, em parte, o sustento de suas famílias em conjunto com a produção de farinha⁶⁹ e roças de subsistências.⁷⁰

⁶⁹ BARICKMAN, B. J. **Um Contraponto baiano: Açúcar, fumo, mandioca e escravidão no recôncavo, 1780-1860** – RJ: Civilização brasileira, 2003, p. 95.

⁷⁰ NARDI, Jean Baptist. **O fumo no Brasil Colônia**. São Paulo, Ed. Brasiliense, 1987. Para o autor; “O fortalecimento da colonização, o consumo interno crescente e o progresso do comércio com Europa permitiram o desenvolvimento da cultura do fumo. Esta começou e progrediu nas áreas onde os núcleos eram mais sólidos: Recôncavo Baiano, Sergipe do Conde e Litoral pernambucano do Rio São Francisco até Olinda, sendo a parte, mas famosa a “das Alagoas”. p.8-9

Portanto, trabalhando tanto na roça de fumo quanto na roça de mandioca, esses lavradores pobres ocuparam as terras que ficavam entre o Sertão e a Zona da Mata Atlântica no Recôncavo Baiano. Neste contexto de ocupação do território do Recôncavo as terras que hoje pertencem a Vila de São José do Itaporã – terras afastadas dos grandes engenhos no século XIX -, possibilitaram que muitos lavradores tivessem acesso a um “pedaço” de terra para trabalhar e dela retirar o sustento para suas famílias.⁷¹

1.2 - A posse de terras em São José de Itaporã – Bahia

O Registro Eclesiástico de Terras da Freguesia de Muritiba, é uma fonte muito importante para entendermos como se deu a posse de terras em São José de Itaporã. Esse documento se encontra em bom estado no Arquivo Público do Estado da Bahia.⁷² Os registros foram realizados entre 1854 à 1859. O livro contém um total de 132 registros de terras em perfeita condição para o manuseio. Todos os registros foram assentados pelo Vigário José da Costa Moreira.

Como se sabe, esses registros foram instituídos na segunda metade do século XIX para se ter uma ideia geral das posses das terras no Brasil. O Governo Imperial, a partir do Decreto nº 1.318 de 30 de janeiro de 1854, estabeleceu os Registros Eclesiásticos de Terras, bem como o Regulamento para a sua efetivação em todo país. Entre 1854 e 1865 foram realizados os Registros Eclesiásticos de Terras pelos Vigários das Freguesias por quase todas as paróquias do Império. Esse regulamento asseverava que todos possuidores de terras nas paróquias deveria registrar suas propriedades mesmo que não possuíssem o título da mesma.⁷³

Os Registros Eclesiásticos de Terras é resultado da criação da Lei de Terras no Brasil, lei esta que se configurou como uma estratégia das elites econômicas para transferir a renda que era capitalizada com o comércio de escravos - que já estava em decadência⁷⁴ - com a mercantilização da terra.⁷⁵

⁷¹ SCHWARTZ, B. Stuart. **Segredos Internos: Engenhos e Escravos na Sociedade Colonial – 1550-1835**. São Paulo; Companhia das Letras, 1988.

⁷² APEB - Arquivo Público do Estado da Bahia / Governo da Província da Bahia – Série: Viação Muritiba – 1854 a 1859 / Seção de Arquivo Colonial e Provincial - Nº 4756. APEB. Registro Eclesiástico de Terras.

⁷³ OLIVEIRA, Ana Maria Carvalho dos Santos. **Recôncavo Sul: terra, homens, economia e poder no século XIX**. Salvador-Ba: UNEB 2002. p. 79

⁷⁴ Em 1850, concomitantemente a Lei de Terras de 1850, foi assinada também a lei **Lei Eusébio de Queirós** que proibia o tráfico de escravos para o Brasil o que fez encarecer a comprar de escravos. Vê IBGE. Brasil: 500 anos de povoamento. Rio de Janeiro: IBGE, 2000. Apêndice: Estatísticas de 500 anos de povoamento.

⁷⁵ CASTRO. Hebe Maria Mattos de. **Ao Sul da História: Lavradores Pobres na Crise do trabalho Escravo**. São Paulo, Brasiliense; 1987. p. 123

Tudo indica que uma das finalidades da Lei de Terras era substituir as antigas formas de apropriação do solo impondo a sua aquisição somente pela compra. Esse fato fez com que a terra adquirisse valor, em um tempo em que ela quase nada valia devido à sua abundância e facilidades para adquiri-las por meio da posse *de fato*, sobretudo, terras do interior, distantes do litoral.⁷⁶ É certo que a Lei de Terras impossibilitou à maioria da população pobre de ter acesso a esse bem pela compra.⁷⁷

É importante pontuar que em relação especificamente aos libertos no pós - abolição, que alguns durante o cativeiro conseguiram adquirir bens, inclusive o usufruto de um pequeno lote de terra para cultivar gêneros de subsistência, fato que fizeram muitos permanecerem nas localidades que trabalhavam após o cativeiro.⁷⁸ Não obstante, em relação à escravidão e o pós-abolição em Muritiba, bem como nos seus distritos e povoados ainda não se tem dados mais seguros que possam afirmar que os ex-escravos ali permaneceram após a libertação.

Por conseguinte, o que se sabe é que, apesar da Lei de 1850, muitas pessoas pobres no Recôncavo tiveram acesso a terras “comuns” pertencentes ao Estado, pois a figura do homem que se apropria de terrenos remonta ao século XVIII no Brasil.⁷⁹

Para Barickman, no século XIX, o posseiro ainda adquiria terras devolutas sem nenhum constrangimento. Segundo ele; “a Lei de Terras, finalmente aprovada em 1850, mostrou-se completamente ineficaz para controlar a aquisição de terras devolutas por particulares”.⁸⁰

Nesse sentido, a posse de terras “comuns” no Brasil era algo que se dava cotidianamente, principalmente no Recôncavo sul, pois ainda segundo Barickman:

⁷⁶GADELHA, Regina Maria d'Aquino Fonseca. **A lei de terras (1850) e a abolição da escravidão: capitalismo e força de trabalho no Brasil do século XIX**. Trabalho apresentado no *I Congresso Internacional da Escravidão*, Universidade de São Paulo (USP), 1988. Disponível em; **Rev. hist. n.120 São Paulo jul. 1989**. p.7

⁷⁷BARICKMAN, B. J. **Um Contraponto baiano: Açúcar, fumo, mandioca e escravidão no Recôncavo, 1780-1860** – RJ: Civilização brasileira, 2003. p.180

⁷⁸FRAGA FILHO, Walter. **Encruzilhadas da Liberdade: Histórias de escravos e libertos na Bahia – 1870-1910**, Campinas, SP; Ed Unicamp; 2006. Fraga Filho vai dizer que; “muitos motivos concorreram para que muitos libertos permanecessem nas localidades em que passaram a maior parte da vida na condição de cativos. Nos anos que se seguiram à abolição, as condições climáticas e a conjuntura econômica e social não foram favoráveis a quem pretendia migrar para outras localidades. Possivelmente, a seca que assolou a Bahia entre a segunda metade de 1888 e 1890, o desemprego, a carestia de gêneros alimentícios e a fome não motivaram grande fluxo migratório do recôncavo para outras regiões da província.” p. 249. Mais adiante Fraga afirma que; “a mudança de residência poderia significar penoso recomeço para aqueles que conseguiram acumular alguns bens e “direitos” ao longo da vida cativa. A posse de um animal de montaria ou de criação, ou o usufruto de algum lote de terra para cultivar gêneros de subsistência, faziam muita diferença na vida das famílias que emergiam da escravidão nos engenhos.” p. 250.

⁷⁹OLIVEIRA, Ana Maria Carvalho dos Santos. **Recôncavo Sul: terra, homens, economia e poder no século XIX**. Salvador-Ba: UNEB 2002.

⁸⁰BARICKMAN, B. J. **Um Contraponto baiano: Açúcar, fumo, mandioca e escravidão no recôncavo, 1780-1860** – Rio de Janeiro: Civilização brasileira, 2003. p. 181

A terra, portanto, não era um recurso escasso na Bahia do século XIX. Mesmo dentro dos limites do Recôncavo, senhores de engenho e lavradores podiam incorporar novas áreas à lavoura e com isso aumentar de modo mais ou menos simultâneo a produção de culturas de exportação e farinha para abastecer o mercado de Salvador.⁸¹

Portanto, a aquisição de terra entre em meados do XIX no Recôncavo não foi um problema marcante, na medida em que ali existiam lugares que até poderiam possuir um dono legal, mas as terras não eram cultivadas ou exploradas. Isto possibilitou muitos lavradores tomarem posse e desenvolverem o cultivo de culturas como o fumo e a mandioca.⁸²

Como se pode perceber, o acesso à terra, apesar da lei de 1850, não se deu apenas pela compra. A posse de *fato* era uma constante no Recôncavo do século XIX tanto por pobres quanto por grandes fazendeiros. Por conseguinte, as informações contidas no Registro Eclesiástico de Terras demonstram que a maioria das propriedades registradas no século XIX na Freguesia de Muritiba foram compradas conforme a tabela abaixo;

TABELA		
Formas de aquisição de terras na freguesia de Muritiba - 1854 à 1859		
Origem	Frequência	%
Compra	66	50
Herança	28	21
Ignorada	24	18
Doação	9	6,81
Mista	5	3,78
TOTAL	132	100

Figura 10 - Fonte: APEB - Documento: Governo da Província da Bahia – Série: Viação Muritiba – 1854 a 1859 / Seção de Arquivo Colonial e Provincial Nº 4756. APB. Registro Eclesiástico de Terras.

É evidente que no momento do registro o proprietário por força da Lei, provavelmente omitia a informação de que havia ocupado aquela “sorte de terra”. Por conta dos registros serem feitos após a lei 1850, muitos poderiam temer perder sua terra caso não tivessem uma

⁸¹ BARICKMAN. B. J. Op. Cit. p.173 - 174.

⁸² idem. p. 173 - 174

maneira de comprovar sua posse, de modo que a compra era a forma mais segura de justificar a aquisição da propriedade.⁸³

Não obstante, apesar dos poucos registros de terras na Freguesia de Muritiba, 24 não apontaram a forma de aquisição. É possível que a omissão fosse uma maneira de não informar que a ocupação da terra se deu de maneira ilegal. Todos os outros 108 assentamentos apontaram a forma de aquisição da propriedade e até mesmo o nome das pessoas de quem adquiriram.

Percebe-se que a concentração de propriedades na Freguesia de Muritiba entre os anos de 1854 à 1859 era na zona rural, ou seja, no Arraial de São Pedro do Monte da Muritiba havia apenas 20 propriedades o que se refere a 15,15 dos lotes da freguesia. Na zona rural havia 112 propriedades perfazendo um total de 84,85 dos 132 lotes registrados pelo Vigário José da Costa Moreira.

Contrariando a minha hipótese de uma concentração de propriedades na zona Urbana na Freguesia de Muritiba devido à proximidade com a Cidade de Cachoeira, e por sua vez do Rio Paraguaçu, a concentração de propriedades se deu Mata Atlântica adentro e na intersecção entre o a Zona da Mata e o Sertão onde se concentraram as fazendas, sítios e lugarejos onde lavradores se agrupavam plantando culturas de subsistências como mandioca e, sobretudo, o fumo.

As evidências dos registros eclesiásticos de terras mostra que uma grande parte dos proprietários de Muritiba possuíam terras distantes do arraial. Muitas dessas posses estavam localizadas no Sertão do Aporá, entre a Mata e o Sertão. Um dos maiores possuidores de terras neste espaço foi João Baptista Pamponet. Ele registrou cinco propriedades que se localizavam no Sertão do Aporá⁸⁴.

Outro que possuía terras nesse espaço foi Theodoro José Pamponet que possuía terras na Timborá e nas Queimadas, ambos no Sertão de Aporá. Tudo indica que Esse Theodoro José Pamponet tivesse algum parentesco com o João Baptista Pamponet, pois seus registros são de terras próximas localizadas no Sertão do Aporá, além de possuírem o mesmo

⁸³ É interessante perceber como no seu artigo 2º a legislação de terras 1850 criou penas para quem se apossasse de terras devolutas; “Art. 2º Os que se apossarem de terras devolutas ou de alheias, e nellas derribarem mattos ou lhes puzerem fogo, serão obrigados a despejo, com perda de bemeitorias, e de mais soffrerão a pena de dous a seis mezes do prisão e multa de 100\$, além da satisfação do damno causado. Esta pena, porém, não terá logar nos actos possessorios entre heréos confinantes. Paragrapho unico. Os Juizes de Direito nas correições que fizerem na forma das leis e regulamentos, investigarão se as autoridades a quem compete o conhecimento destes delictos põem todo o cuidado em processal-os o punil-os, e farão effectiva a sua responsabilidade, impondo no caso de simples negligencia a multa de 50\$ a 200\$000.”

⁸⁴ Documento: Governo da Província da Bahia – Série: Viação Muritiba – 1854 a 1859 / Seção de Arquivo Colonial e Provincial Nº 4756. APB. – Os registros de terras de João baptista Pamponet são os assentamentos de número 3,4,5,6 e 118.

sobrenome de origem italiana. Eles disseram que adquiriram as suas propriedades por meio de compra e, no registro é citado os nomes das pessoas de quem adquiriram suas propriedades.

Referente à posse de terras especificamente na Vila de São José do Itaporã, muitos moradores nos relataram que toda terra circunscrita em volta da Igreja de São José pertencia à paróquia de São Pedro do Monte de Muritiba, ou melhor, estavam sob a administração da Igreja Católica, ou seja, eram “Terras do Santo”.⁸⁵ O senhor Mauro nos diz que; “as terras aqui pertenciam a Igreja, era tudo patrimônio de São José, é! O povo chegava, desmatava e ia morar, é! Ia morar e fazer roça.”⁸⁶

Não obstante, os registros eclesiásticos de terra não informam que as terras de São José do Itaporã pertenciam diretamente a Paróquia de São Pedro. Há apenas uma referência a terras pertencentes a Irmandade do Santíssimo Sacramento conforme quadro abaixo;

QUADRO					
PÁGINAS	DENOMINAÇÃO DAS TERRAS	DONO DA PROPRIEDADE	VALOR PAGO PELO REGISTRO.	TERRAS ADQUIRIDAS	USO DA TERRA
69 dia do registro 02/06/1858	Sorte de Terras da Irmandade do Santíssimo Sacramento	Irmandade Santíssimo Sacramento /Assinou como Procurador Manoel de Sousa Marques	1\$900	Doação de Maria Joaquina	?

Figura 11 - Documento: Governo da Província da Bahia – Série: Viação Muritiba – 1854 a 1859 / Seção de Arquivo Colonial e Provincial Nº 4756. APB. nº 69. Registro Eclesiástico de Terras

Alguns registros de Terras da Freguesia de Muritiba na descrição dos marcos do terreno apontam as terras da Capela de São José do Itaporã como um ponto limite. É o caso da sorte de terras adquiridas por José Antonio da Ressurreição que comprou do herdeiro do finado João Alexandre de Souza conforme quadro abaixo;

⁸⁵ **APEB** - Arquivo Público do Estado da Bahia / Governo da Província da Bahia – Série: Viação Muritiba – 1854a 1859 / Seção de Arquivo Colonial e Provincial - Nº 4756. APEB. Registro Eclesiástico de Terras.

⁸⁶ Narrativa do Sr. Mauro Machado da Silva (66 anos), residente na localidade do Tabuleiro, interior da Vila do São José do Itaporã. Entrevista realizada 28/07/2002.

QUADRO					
PÁGINAS	DENOMINAÇÃO DAS TERRAS	DONO DA PROPRIEDADE	VALOR PAGO PELO REGISTRO.	TERRAS ADQUIRIDAS	USO DA TERRA
80	Sorte de terras Chamadas de Candial. Sul com as Terras de João Lúcio dos Santos. Pelo Nascente terras de José Ribeiro Machado Pelo poente com terras da <i>Cappela de Sam José do Aporá</i>	José Antonio da Ressurreição	1\$720	Compra do Herdeiro do finado João Alexandre de Souza	?

Figura 12 - Documento: Governo da Província da Bahia – Série: Viação Muritiba – 1854 a 1859 / Seção de Arquivo Colonial e Provincial Nº 4756. APB. nº 80 - Registro Eclesiástico de Terras.

A Capela de São José do Aporá já existia em meados do século XIX, e é possível que muitos lavradores pobres se fixaram nas terras pertencentes a Igreja. É importante dizer que parte dessas terras poderia não pertencer a Igreja Católica, sendo, portanto, terras do Estado ou de algum fazendeiro criador de gado ou cultivador de fumo. Existiam também as terras devolutas mata à dentro, na qual muitas pessoas pobres praticavam a derrubada das árvores e tomavam posse.

Por conseguinte, nas primeiras décadas do século XX, segundo os relatos de muitos moradores da Vila, muitas pessoas vieram para estas terras por conta das secas no Sertão, e passavam a trabalhar nas fazendas que existiam no povoado de São José do Itaporã. Segundo Edmar, ex-morador da Vila de São José do Itaporã;

Minha mãe veio de Patos, Município de Santo Estevão, hoje é Maria Preta. Minha mãe veio porque teve enchente onde ela morava, mas tinha seca também. Ai, ela veio, não tinha como ficar, né?⁸⁷

Com as secas no Sertão baiano, e em alguns casos por conta de trasbordamentos de rios, muitas pessoas migravam para a sub-região do Santo Antônio de Jesus, onde existia a possibilidade de fixarem moradias e arrumar uma forma de sobrevivência trabalhando nas fazendas locais. Edmar nos relata que;

Olha minha mãe sempre me disse que os maiores posseiros de terras de São José foram Deraldo Apolinário de Oliveira, Catulino

⁸⁷Narrativa Edmar Pereira de Souza, nasceu no São José e hoje vive em Cruz das Almas trabalhando como comerciante de farinha e derivados no Mercado Municipal de Cruz das Almas - BA.

Montenegro, Miguel Pereira e Candido Oliveira. Minha mãe mesmo morava com a família de Deraldo, é, ela era afilhada dele. Era afilhada mais trabalhava na cozinha outros na roça, mas não ganhava nada, mas ganhava o nome, uma família de bem, né? Isso era bom!⁸⁸

A memória de Edmar traz o registro das conversas com sua mãe Nelza onde ela narrava a sua história de vida. Nesses relatos ficou registrado em sua memória a importância que teve para sua família a pessoa de Deraldo Apolinário de Oliveira um dos maiores possuidores de terras de São José do Itaporã, pois além de ter recebido sua mãe em suas terras, a fez sua afilhada.

É evidente que para um fazendeiro, muitas vezes cheio de inimigos, ter uma afilhada trabalhando na sua casa ou na roça era importante, pois se tratava de pessoa de confiança que podia vigiar o comportamento dos outros agregados, rendeiros e trabalhadores.

Por outro lado, para a migrante, tornar-se afilhada de uma pessoa “de bem” com prestígio na sociedade era gratificante, e fazia parte de uma aquisição simbólica de fazer parte de uma família respeitada que apesar de não lhe pagar nada pelo seu trabalho, lhe dava o prestígio de “ganhar o nome” da família, o que poderia lhe “abrir portas” na sociedade local ou regional.

Outros migrantes ao chegarem em São José tomavam posse de terras entendidas como “comuns”, como afirma D. Francisquinha; “Aqui era, era terra comum meu filho. Era sim, o povo chegava e marcava a terra com cipó, depois fazia uma casinha e ia trabalhar, né? Ia trabalhar.”⁸⁹

Fugindo da caatinga ou da estiagem, muitos sertanejos buscavam como alternativas para suas vidas as terras “comuns” localizadas no Recôncavo Sul; terras estas pertencentes Igreja Católica e/ou Estado ou fixavam moradia em terras de fazendeiros trabalhando como meeiro e rendeiro.

1.3-Lugares de vivências: a construção da casa e dos roçados.

*“Primeiro fazemos as nossas casas,
depois nossas casas nos fazem”*
Winston Churchill

⁸⁸Narrativa de Edmar Pereira de Souza, nasceu no São José e hoje vive em Cruz das Almas trabalhando como comerciante de farinha e derivados no Mercado Municipal de Cruz das Almas - BA

⁸⁹Narrativa de D. Francisquinha Filha Virgilio, 70 anos, residente na Pindobeira, interior da Vila do São José do Itaporã e realizada em 14/04/2002.

A construção de uma casa é algo tão banal aos olhos dos seres humanos na modernidade que poucas pessoas se surpreendem ao vê uma edificação, salvo quando é uma construção atípica. Tomo como suposição uma casa luxuosa sendo construída em um bairro de operários. Evidente que muitos trabalhadores ficarão espantados com os grandes alicerces e as paredes da construção, mas dificilmente uma casa dessas seria construída em um bairro de operário, pois “não é lugar de rico”.

A distinção entre os *lugares de habitação* sob a ótica dicotômica dominador - dominado parece que é uma constância na história dos seres humanos. A casa do *senhor* nunca poderia ser o espaço de vivências do *escravo*, salvo se o mesmo estivesse ali para servir; o palácio do *rei* nunca poderia está no mesmo espaço da cabana do *servo*, assim como a mansão do *burguês* nunca poderia coexistir no mesmo espaço onde estão as choupanas dos seus *operários*. As relações de poder permeiam a lógica do espaço habitado.⁹⁰

Não obstante, a construção de uma habitação mexe com a dinâmica de todo um espaço, pois é uma apropriação de uma parte do todo com o fim de torná-lo uma casa – *do grego: oikos – lugar particular*. Uma casa não é apenas uma edificação, é uma morada, um lar, onde se manifesta sentimentos e onde uma família passar a viver suas particularidades de valores e costumes. A casa é, talvez, a primeira apropriação do espaço que o torna em lugar, na medida em que ele - o espaço - é absorvido pela consciência com um sentimento de pertença que envolve relações cotidianas de identificação com um território.⁹¹ Para Marcelin (1999);

A casa não é somente um bem individual transmissível, uma coisa, um bem familiar, uma ideologia. Ela é uma prática, uma construção estratégica na produção da domesticidade. Ela também não é uma entidade isolada, voltada para si mesma. A casa só existe no contexto de uma rede de unidades domésticas. Ela é pensada e vivida em inter-relação com as outras casas que participam de sua construção — no sentido simbólico e concreto.⁹²

Uma casa não pode ser pensada enquanto um bem material que será passado para os filhos como algo que só tem valor econômico. Ela é um constructo de apropriação do espaço,

⁹⁰SANTOS, Milton. **Metamorfoses do Espaço Habitado: Fundamentos Teórico e metodológico da geografia**. Hucitec; São Paulo: 1988.

⁹¹YI-FU TUAN. **Topofilia: um estudo da percepção, atividade e valores do meio ambiente**. São Paulo; Difel, 1980. p.114 – Para o autor além das roupas chinelos e pertences ela investe parte da sua vida emocional em seu lar e além do lar, em seu bairro. Assim as pessoas, normalmente as mais velhas relutam em abandonar sua casa seus bairro por uma casa mais nova em outro bairro. Caso a pessoa seja despejada de sua casa ou seu bairro ela é despida de um invólucro, que devido A sua familiaridade protege o ser humano das perplexidades do mundo exterior.

⁹²MARCELIN, Louis Herns. **A linguagem da casa entre os Negros do Recôncavo baiano**. In; Scielo. vol.5, nº 2, Rio de Janeiro; Oct. 1999

e seus significados. As suas paredes, divisão, e acabamento falam de um tempo, de um momento particular de como uma família viveu e experimentou sua existência em um determinado lugar. Dona Francisquinha diz;

Eu nunca saí da minha casa. Noca (Agenor o esposo dela) morreu já tem mais de vinte anos e eu não saio daqui não, saio não. Veja prefiro pagar uma pessoa para dormir comigo, pago o menino né, mais eu não saio daqui não, Mané (Manoel filho dela) me chama para eu ir pra o Agro (Sede do distrito) todo dia, mas bom mesmo é tá não nossa casa, não é fí, não é?⁹³

Dona Francisquinha com os seus 80 anos viu seu esposo construir a casa onde criou seus filhos e viu seus netos nascerem. Ela diz que nunca derrubaria a casa de adobe para fazer de bloco por que foi o marido que fez. Ela se lembra do dia em que construíram a casa quando estava próximo o seu casamento; fala das pessoas pisando o barro, levantando as varas, todos bebiam, conversavam e sorriam na construção.

A casa de Dona Francisquinha não tem um valor econômico expressivo, mesmo tendo passado por reformas ao longo dos anos que modificaram aspectos da casa como a construção de um banheiro dentro da casa, a troca de portas e janelas, além de piso que foram colocados. O sentimento que envolve a relação dela com as paredes, a varada, a cisterna, o fogão a lenha, estão imbricados de memórias e vivências que se intercalam com a história de sua vida e com a do lugar. Desse modo nenhum valor poderia pagar para ela abandonar sua casa, o seu lar. Candido (1997) ao estudar os parceiros do Rio Bonito vai dizer que as atividades domésticas e o próprio conforto pessoal dos agricultores se processa no seu exterior, de modo que cada casa é, na verdade, núcleo de um pequeno sistema de moradia. As excreções e a higiene corporal se fazem fora, requerendo a bica d'água para banhos e lavar roupas, o paiol onde guardam as colheitas, e o chiqueiro onde criam os porcos essas eram as extensões da casa.⁹⁴

A casa de Dona Francisquinha tem muita semelhança com as casas estudadas por Candido em Rio Bonito. Se até a década de 1980 as cisternas e as lagoas eram muito importantes para lavarem as roupas e fazerem a higiene pessoal, hoje não é mais, tendo em vista a implantação da “água encanada” que, se por um lado melhorou a qualidade de vida dos lavradores, por outro acabou com tradições como as cantorias quando lavavam roupas ou quando iam buscar água e traziam sobre a cabeça em latas.

⁹³ Francisquinha Virgílio Filha, 80 anos, Viúva, lavradora, residente na Pindobeira, São José do Itaporã

⁹⁴ CANDIDO, Antonio. **Os parceiros do Rio Bonito: Estudo sobre o caipira paulista e a transformação dos seus meios de vida.** 8ª Ed, São Paulo; Ed34, 1997.

Em relação a estrutura e divisão as casas em São José em sua maioria possuem varadas onde as famílias e amigos se juntam para conversar e, sobretudo, para trabalhar na monocação de fumo, raspagem da mandioca, fazer a bata do feijão e contagem das laranjas e limão. Abaixo a casa de Dona Francisquinha;



Planta da casa de Dona Francisquinha
Filha em São José do Itaporã - Pindobeira

Figura 13 – Planta construída a partir da observação na pesquisa de campo.

Em São José de Itaporã as casas na zona rural são compostas pela sede da habitação da família com dois ou três quartos dependendo da quantidade de filhos do casal, um sala de estar e uma sala de jantar, cozinha e o banheiro que até pouco tempo era construído fora da casa, mas hoje muitos já fizeram reformas e implantaram o mesmo na sede. Como extensão há o galinheiro, em alguns casos o chiqueiro e as casas de farinha onde guardam também a produção de abóbora, aimpim, mandioca e fumo. A especificidade das casas em Itaporã é a utilização das varandas para a secagem das folhas de fumo. Muitas famílias usavam também as salas para pendurarem as “bonecas” de fumo afim de fazerem a secagem, isso só diminuiu quando o governo criou o PRONAF⁹⁵ em 1996, o que levou o sindicato dos trabalhadores rurais a orientar os lavradores à fazerem empréstimos para construir galpões onde pudessem secar as folhas do fumo e armazená-las. A fotografia abaixo mostra como o fumo é pendurado nas varadas;

⁹⁵ Programa de fortalecimento da Agricultura Familiar.



Figura 14- fotografia adquirida durante a pesquisa – Casa com fumo pendurado na Varanda - 2013.

No segundo plano da foto, do lado direito, se vê uma construção ainda sem rebocar. Na verdade se trata do galpão para pendurar e estocar o fumo. A evidência da Fotografia aponta para o fato de que esta família produziu fumo além do que o galpão pudesse suportar de modo que foi necessário usar toda a varanda da casa e quem sabe o interior. Desta forma, observa-se que a casa não é apenas um espaço de habitação e morada, mas é também um espaço onde se trabalha bastante, onde se conclui parte do trabalho do roçado. Em Itaporã a casa é uma extensão do roçado, assim como o roçado é uma extensão da casa.

Pendurar o fumo em casa era um costume praticado pelos primeiros lavradores que passaram a viver em São José, de modo que as gerações subseqüentes aprenderam a fazer o mesmo. O problema é que doenças pulmonares acabavam resultado quando se respirava o cheiro do fumo. Sobre isso diz Isabel;

Eu já dormi embaixo de fumo. Agente amarava nos quartos, nas salas, só na cozinha que não botava, mas colocava em toda casa, agente dormia, e quando apodrecia era um fedor horrível, quando chovia ninguém agüentava, mas fazer o quê? Tinha que dormir não é?

O problema de doenças pulmonares causadas pela respiração do cheiro do fumo pendurado dentro das casas era tão grave que o jornal *Correio de São Felix* em 02 de Outubro de 1971 publicou a seguinte matéria:

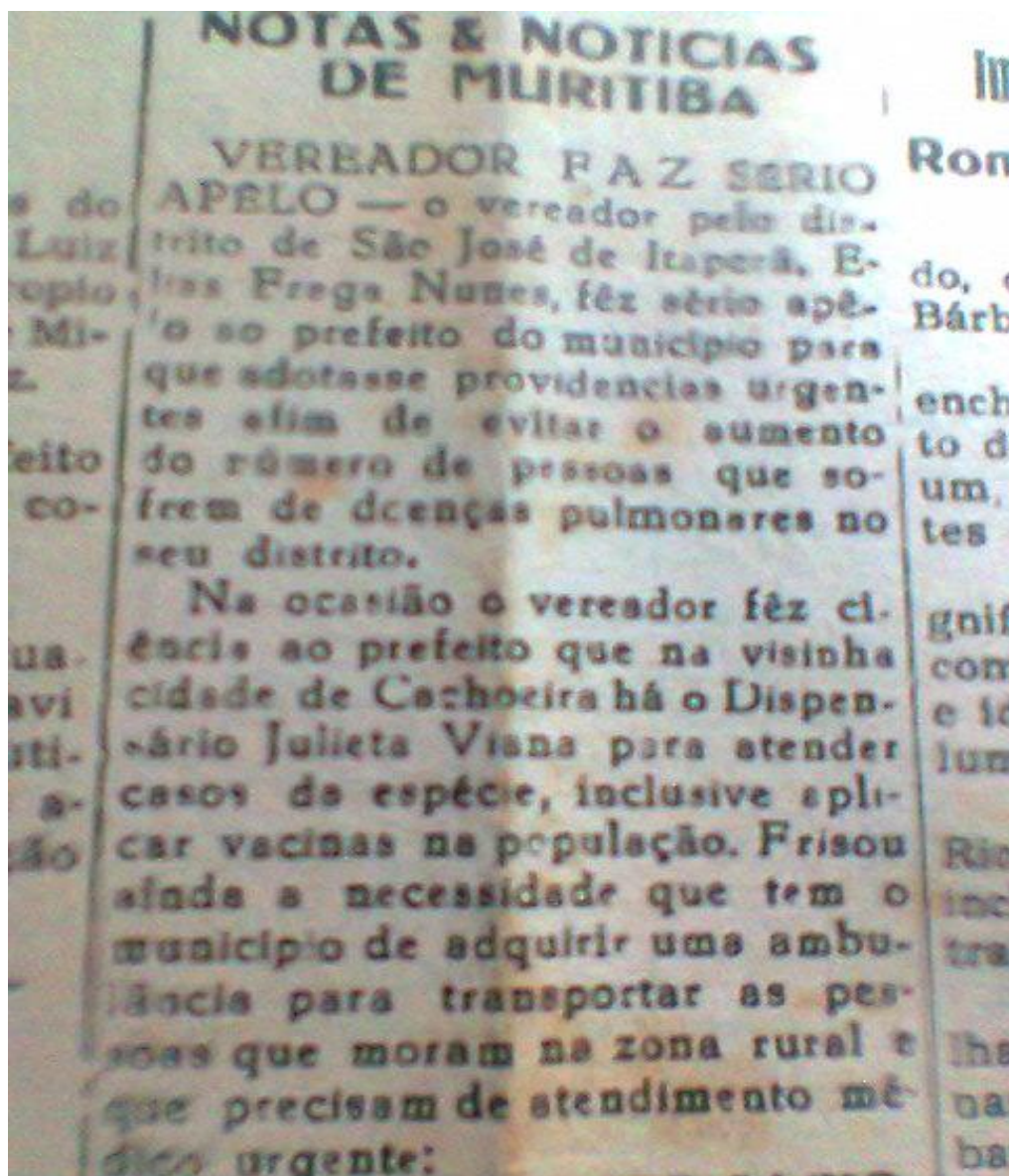


Figura 15: Fonte Jornal Correio de São Felix 02/10/1971 – APSF

Na nota publicada na coluna “*Notas e notícias de Muritiba*” o vereador eleito pelo distrito de São José, Elias Fraga Nunes pede *providências urgentes* para evitar o crescimento do número de pessoas com doenças pulmonares em Itaporã. Na oportunidade, o vereador relata que a Cidade de Cachoeira já dispunha do serviço que atendia a população com enfermidades respiratórias. Essa postura do vereador parece querer mostrar que a cidade de Muritiba passava por falta de investimentos na área da saúde, sobretudo, em relação ao tratamento de pessoas com doenças pulmonares. Outra evidência que a fonte traz é apontar para inexistência de uma ambulância para transportar os doentes e também a falta de um ambulatório médico na própria sede. Ora, se não havia tratamento de saúde na sede do Municípios em 1970 como estavam os distritos? Em Itaporã bem como em todo Recôncavo,

muitos lavradores recorriam aos curandeiros e rezadeiras, afim de buscarem algum tipo de tratamento para suas enfermidades.⁹⁶

Percebe-se, desta forma, que tanto o município de Muritiba como os seus distritos não ofereciam nenhum serviço de saúde para os seus munícipes, de modo que muitas pessoas sofriam com doenças pulmonares tendo como causa a respiração constante do cheiro do fumo. Vale ressaltar que ainda que o discurso jornalístico apresentado nesta fonte tenha sido elaborado com a finalidade de fazer oposição ao prefeito da época, pois o vereador Elias Fraga poderia ser de um partido contrario a situação, a evidência da precariedade dos serviços de saúde se mantém, na medida em que, só na ultima década do século XX e início do século XXI que São José vai receber um Posto de Saúde e Muritiba um pequeno hospital.

Voltando a construção das casas em Itaporã, os relatos dos lavradores apontam para sua importância, pois segundo eles era a primeira coisa que os trabalhadores rurais que migravam para o distrito de José do Itaporã faziam era levantarem suas casas - que em um passado não muito distante ainda eram construídas com varas, barro pisado e adobe⁹⁷ - e ali, posteriormente, iniciavam o plantio da batata doce, aipim e mandioca — culturas estas ligadas à subsistência dos lavradores. A fotografia abaixo mostra uma casa feita de vara com barro pisado.



Figura 16- fotografia adquirida durante a pesquisa – Casa de barro pisado com varas na localidade do Pau Ferro em São José de Itaporã - 2012.

⁹⁶SANTOS, Denílson Lessa dos. **Curandeiros/Curandeiras e Doentes nas Encruzilhadas da Cura. Santo Antônio de Jesus. Recôncavo Sul – Bahia (1940-1980)**. In; ANAIS do III Encontro Estadual de História: Poder, Cultura e Diversidade – ST 10: Arquivos e Fontes: a pesquisa histórica na Bahia.

⁹⁷ Uma espécie de tijolo feito com barro e secado ao sol não passando por forno.

As moradias eram feitas com varas e barro pisado. Os lavradores migrantes não tinham dinheiro para comprar tijolos, areia e cimento para construir suas residências. Fazia-se a estrutura das paredes toda em varas amarradas com cipó, em seguida, depois de amassarem bem o barro, enchia-se as paredes. Esse tipo de casa normalmente tinha um quarto, uma sala e uma cozinha e os cômodos eram bem pequenos. A narrativa de D. Francisquinha é relevante sobre esse assunto;

As casas era assim meu filho, pegava os parentes e compadre arrancava cipó e vara fazia a casa e depois pisava o barro, era uma festa, todo mundo brincava, cantava, era, e ai rebocava tudo, e o telhado, algumas de era de palha, outras de telha, era, né? A casa era pequena tinha um ou dois quarto, uma salinha e cozinha, tudo era assim, era.

Os parentes e amigos faziam um mutirão para a construção da casa. Era uma festa todos os dias de trabalho. As pessoas eram solidárias com a família que estava chegando ao local. A fotografia acima mostra uma casa de barro pisado coberta de telha, mas nem todas eram assim. A grande maioria era coberta de palha de coqueiro. Muitas casas depois foram destruídas e construídas com adobe como mostra a fotografia abaixo;



Figura 17 – fotografia adquirida durante a pesquisa – Casa de Adobe na localidade do Pau Ferro em São José de Itaporã - 2012.

Sobre a migração dos trabalhadores rurais da região atingida pela seca na Bahia nas primeiras décadas do século XX, a narrativa do Sr. Mauro é pontual:

Vinha de Santo Estevão, vinha de Santo Estevão, vinha de Castro Alves, vinha de... como teve a família de Pantaleão, era de... morou muito anos na fazenda do meu avô, trabaiô muito na enxada, na foice,

na picareta. O avô dele, também vinha da Serra Preta, Cabuins, tudo é terra aí prá cima, vinha pra ganhar, por que lá é seca, seca. Vinha para aqui, para mata pra ganhar a vida.⁹⁸

Para não morrerem nos períodos de estiagem, muitas pessoas saíam da região da seca e partiam em direção às terras do Recôncavo sul, na zona da mata. Ao chegarem ao novo espaço nas primeiras décadas do século XX já era um pouco difícil encontrar alguma terra “devoluta”, de modo que, muitas vezes esses lavradores tinham que se sujeitar a todo tipo de trabalho nas fazendas.

Com o passar dos anos algumas famílias adquiriram ou por comprar, doação ou herança um “pedaço de terra”. Por conseguinte, com o passar das gerações, muitos lavradores tornaram-se herdeiros de terras na Vila de São José do Itaporã o que fez surgir neste espaço uma fragmentação do território em pequenas possessões.

Desta forma, as pequenas propriedades não davam condições para os lavradores viverem do seu trabalho em suas terras, de maneira que alguns agricultores venderem suas propriedades e migrarem para cidade. Não obstante, outros preferiram permanecer com suas heranças desenvolvendo estratégias para não deixar sua terra, o seu lugar. É neste sentido que pode-se dizer que a vida dos lavradores do distrito de São José do Itaporã está ligada intrinsecamente ao trabalho com a terra, pois é por meio de seus roçados que eles retiram o sustento de suas famílias.

Nesses roçados, as famílias trabalham cotidianamente cuidando da “roça de fumo”, de mandioca, entre outras. A mão-de-obra que planta e cuida desses roçados é exercida por toda família, ainda que existam “roçados de fumo” que pertençam a um filho ou uma filha específica. Esses roçados coexistem paralelamente as roças do pai ou da mãe. Em São José, as mães plantam algumas pés de fumo para o filho cuidar desde a mais terna infância, para que o mesmo aprenda a “*tomar gosto pelo trabalho*”.

O tamanho dos roçados varia de acordo a quantidade de filhos do lavrador e do tamanho de sua posse de terra. Em média planta-se ¼ de uma tarefa de terra por roçado. Entretanto, quando existe alguém noivo na família e que está se preparando para casar é concedido ao mesmo uma proporção maior de terra para o seu roçado, bem como todos se empenham para ajudá-lo(a) nos cuidados de seu roçado.

É bem verdade que as rendas oriundas dos roçados é um ganho particular, cada um fica com o dinheiro gerado pela venda da produção do seu roçado. É bem verdade que os filhos ajudam os pais nas despesas do lar, mas eles não têm obrigação de sustentar a casa,

⁹⁸ Narrativa do Sr. Mauro Machado da Silva.

porém devem trabalhar para manter-se, comprando suas roupas e objetos pessoais que necessitem. Heredia (1979) vai dizer ao estudar o trabalho familiar no nordeste que;

O roçado familiar é o responsável pelo abastecimento dos bens de consumo alimentar. Não obstante, em certas situações, é insuficiente para cumprir esse objetivo. Isto pode levar o pai de família, como responsável pela provisão daquele tipo de consumo a se apropriar do produto dos roçados individuais, que como já vimos, estão destinados a fornecer outro tipo de bens. Nessas circunstâncias, evidencia-se uma hierarquia entre roçados e roçadinhos que é decorrência do tipo dos bens que cada um está destinado a fornecer.⁹⁹

Em São José o que Heredia chama de Roçadinho são chamadas de *Roçinhas* de bata-doce, aimpim, abóbora, entre outras plantações. Essas plantações são as chamadas roças de subsistências. Porém, em Itaporã essas *Rocinhas* são usadas constantemente e não só quando a produção principal não supria as necessidades da família dos trabalhadores. Há uma distinção entre o roçado principal de fumo e os roçados de cultura de subsistência, mas ele pertencia a quem plantasse e não somente aos pais. A fotografia abaixo mostra um roçado de fumo em São José de Itaporã;



Figura 18 – fotografia adquirida durante a pesquisa – Roça de fumo na Lagoa Suja em São José de Itaporã. 2013

⁹⁹HEREDIA, Beatriz Maria Alásia de. **A morada de vida: trabalho familiar de pequenos produtores do nordeste do Brasil**. Rio de Janeiro; Paz e terra; 1979. p.115

É por meio dos roçados específicos de cada filho que os mesmos compravam roupas, sapatos, bicicletas, som e veículos. Os roçados são constituídos por uma relação onde os pais exigiam dos filhos “*o gosto pelo trabalho*”. Para os pais trabalhar não é apenas produzir riqueza para si e para família, mas é um *ethus* que faz parte da formação do caráter do trabalhador na mais terna infância. Trabalhar é o próprio modo de vida dos lavradores e se expressa no seu cotidiano nos roçados e nas varandas das casas. Trabalhar nos roçados é cultural antes de ser econômico, ainda que o econômico influencie diretamente nas maneiras de experimentar a cultura do trabalho no “mundo” rural. Senhor Osvaldo diz:

Eu, eu prefiro trabalhar na minha roça, quem quer trabalhar na indústria pá mode bater cartão, aqui quando eu fico cansado, eu deito ali embaixo no pé de limão, eu trabalho e descanso, ninguém fica me perturbando não, não, mais menino.¹⁰⁰

A vida cotidiana de trabalho nos roçados obedece um tempo que não é estabelecido pelo relógio, mas segue uma rotina que se baseia no cumprimento de tarefas estabelecidas pelo lavrador. A fala de Sr Osvaldo mostra que ele prefere trabalhar na roça, pois quando quer descansar ele o faz sem precisar pedir ordem a ninguém. Além de este livre para trabalhar na hora que quiser o agricultor não precisa está preocupado com o relógio, com a anotação da hora de chega e saída na indústria, na fabrica, ou nas lojas da cidade. O tempo do trabalho é um tempo construído dentro da sua necessidade de cumprir a sua tarefa diária, sem ser condicionado pelo trabalho, ainda que trabalhar seja algo intrínseco a própria cultura rural em São José de Itaporã.

Segundo Thompson (1998) ao analisar os trabalhadores ingleses no momento da implantação do relógio nas indústrias no final do século XVIII, ele vai dizer que o relógio era uma das mais urgentes necessidades do mundo industrial, na medida em que, vai disciplinar o trabalhador e a produção, condicionando o obreiro ao tempo do relógio em detrimento ao tempo na natureza, uma vez que o homem perdi o controle da sua vida produtiva e seu tempo de ociosidade tão normal na vida de dos agricultores e artesãos. Thompson (1998) ainda diz que entre os agricultores a notação do tempo tem sido orientada pelas tarefas, pois os lavradores parecem cuidar do que é necessário para sobrevivência, de maneira que essas tarefas pouco separa o “trabalho” da “vida”.¹⁰¹

O tempo do trabalho nos roçados em São José possui sua própria dinâmica de execução e cumprimentos das tarefas. Às cinco horas da manhã um visitante pode estranhar o

¹⁰⁰ Narrativa do Sr. Osvaldo da Silva, lavrador, residente na Lagoa Suja em São José de Itaporã

¹⁰¹ THOMPSON, E. P. **Tempo, Disciplina de Trabalho e o Capitalismo Industrial**. In: **Costumes sem Comum**. São Paulo; 1998.

retinir das marteladas na enxada com o fim de afinar a sua lamina para melhor fazer a capina. Pode-se ouvir cantorias e o ringir dos carros de mão cheio de raízes de mandioca ou com as folhas de fumo. Não obstante, parece que o *tempo da natureza* influencia diretamente no cumprimento das tarefas diárias, pois se chove ninguém vai para os roçados, uma vez que pode-se ficar gripado. Há tarde quando o sol está muito quente, pode-se descansar embaixo das árvores e bater um bom papo.

O trabalho nos roçados em Itaporã encontra sua mão-de-obra baseada nos laços de parentesco, familiares e amizade. É dentro das relações familiares que os roçados do Recôncavo e de Itaporã encontram a mão-de-obra que dinamiza toda economia local e regional, sobretudo, em relação a produção fumageira, na medida em que os lavradores produzem o fumo como a principal mercadoria para sua sobrevivência. Vale ressaltar que esse tipo de organização produtiva baseada no trabalho familiar é capaz de produzir toneladas de folhas de fumo e sacas de farinha de mandioca, sem que haja uma exploração direta do pai em relação ao filho. A exploração se dá entre o trabalhador rural, seja pai, filho, primo, tio na relação que mantém com a empresa que fornece os insumos para a produção. Sobre esse aspecto Thompson (1998) diz;

A economia familiar do pequeno agricultor pode ser orientada pelas tarefas; mas em seu interior pode haver divisão do trabalho, alocação de papéis e a disciplina de uma relação empregador-empregado entre agricultor e seus filhos. Mesmo nesse caso, o tempo está começando a se transformar em dinheiro, o dinheiro do empregador. Assim, que se contrata mão-de-obra, é visível a transformação da orientação pelas tarefas no trabalho de horário marcado. É verdade que a regulação do tempo de trabalho pode ser feita independente de qualquer relógio.¹⁰²

Em Itaporã um filho pode comprar do pai um boi, um cavalo ou um “pedaço de terra”. O pagamento é feito com dinheiro, ainda que seja parcelado; em um ano o filho dá uma parte do dinheiro e no outro ano termina o pagamento. A observação participante e os relatos de muitos lavradores não permite dizer que havia o pagamento com dias de trabalho em São José, mas é evidente que dentro da relação de parentesco e dependência econômica dos filhos em relação aos pais, estes deviam ajudar-los nos roçados, ainda que não existisse uma determinação da quantidade de horas que cada um deveria trabalhar por dia, porém eles deveriam cumprir as tarefas específicas nas lavouras de seus pais. O que poderia existir em algum momento era um filho pagar dias de trabalho para um irmão, a fim de adiantar um colheita ou uma plantação.

¹⁰²Idem. p. 272

Portanto, os roçados em São José obedeciam a uma lógica que não é semelhante aos roçados de outros lugares do país, ainda que em alguns casos existam similaridades. Os roçados eram a forma com a família distribuía a terra para os seus componentes trabalharem a fim de sanarem suas necessidades básicas de existência ainda que, em relação a alimentação fosse responsabilidade dos pais. Os roçados se constituíram como a organização produtiva das famílias de Itaporã, com uma produção centra basicamente no fumo, ainda que se plantasse mandioca e outras culturas de subsistências. O roçando, para além de um lugar de produção e trabalho era também o lugar de trocas e ensinamentos, lugar por vezes de encontro de namorados, lugar onde se podia descansar, lugar onde os pais ensinavam os filhos a viver.

1.4 - Os Posseiros, as Heranças e a Tendência a Fragmentação das Propriedades

Como já foi dito, muitas pessoas tomaram posse de terras “comuns” entre o final do século XIX e às primeiras décadas do século XX no Recôncavo. Elas tornaram-se pequenos e, em poucos casos, médios proprietários. No caso de São José alguns tornaram-se os primeiros fazendeiros do povoado. No entanto, com as gerações futuras, o patrimônio familiar de terras foi se ramificando entre os descendentes em forma de heranças. Segundo Edmar;

As terras de Deraldo Apolinário com Dona Tuninha uma parte eles venderam e o resto ficou para os filhos que estão ai no São José, Aide, Nieta, Dedeu, Zezinho, Dete, Acho que tem mais, mas não me lembro agora.¹⁰³

A tendência à fragmentação das terras dos primeiros posseiros em forma de herança fez desaparecer os primeiros fazendeiros da Vila de São José do Itaporã e, não obstante, surgiram outros que, em alguns casos, acabaram comprando as pequenas propriedades dos herdeiros. Vale ressaltar que aqueles que mantiveram suas terras acabaram tendo que dividir em heranças com os seus filhos, o que resultou em um esfacelamento das propriedades em uma multiplicidade de pequenas possessões.

As heranças não eram lavradas em inventários no cartório, mas eram passadas e confirmadas por meio de acordos informais, na base da palavra empenhada como nos diz Dona Angélica: “Meu pai disse que essa parte era minha né? Meu pai tinha muita terra né?”

¹⁰³ Narrativa de Edmar Pereira de Souza, nasceu no São José e hoje vive em Cruz das Almas trabalhando como comerciante de farinha e derivados no Mercado Municipal de Cruz das Almas - BA

Aí, um genro dele chegou, pegou uma parte e vendeu para o finado Zuta. E aí nós fiquemos com mais pouca terra.”¹⁰⁴

A narrativa de D. Angélica deixa claro que não havia preocupação em se fazer testamento para que se confirmassem as devidas partes de terra que caberia para cada filho. Muitas vezes os próprios filhos mediam a terra herdada e as dividiam entre si — isto se aplicava quando o pai já estava moribundo. Porém, fica explícito que antes de falecer o fazendeiro apontava quais partes de sua terra ficaria para cada filho, e isto é evidenciado quando Dona Angélica frisa na sua narrativa; “meu pai disse que essa parte era minha, né?”

O fazendeiro antes de falecer apontava qual parte de sua terra caberia à cada filho, especificamente. De um modo geral, neste momento ficava explícito com quem ficavam as “melhores partes de terras”, o que poderia gerar conflitos entre os irmãos, tornando-os, quando não resolviam o dilema, em inimigos.

A partilha das terras herdadas pelos lavradores da Vila do São José do Itaporã não seguia fielmente as regras estabelecidas no Código Civil Brasileiro. A divisão das terras entre os filhos era norteadas por códigos inerentes à vida cotidiana como os costumes, os valores e símbolos que constituíam uma realidade própria de transmissão dos bens.

O próprio momento da transmissão da herança de terra se configurava como um ato simbólico permeado por subjetividades em que diversos sentimentos vinham à tona de forma latente entre quem estava deixando a herança e o herdeiro que manifestava uma simbiose de sentimentos; como ressentimento em relação à atitude do pai em ter deixado um terreno ruim, distante das lagoas, dos caminhos para as feiras. Ao mesmo tempo, o mesmo manifestava um sentimento de perda ao perdê-lo — o líder da família, aquele que administrava o patrimônio e orientava os negócios como; a venda do fumo, da laranja, do limão, da farinha de mandioca. Neste sentido, a professora Maria José Carneiro nos diz que:

É importante ter-se em mente que as formas de transmissão do patrimônio mudam de acordo com o contexto histórico, econômico, geográfico, institucional, etc. Diferentes práticas sustentam-se em lógicas reprodutivas próprias e, portanto, não podem ser entendidas dentro de uma concepção meramente formal, ou seja, da jurisprudência. A diversidade de soluções possíveis é fruto não apenas de diferentes tradições, mas, sobretudo, de diferentes sistemas de reprodução cultural e econômica.¹⁰⁵

¹⁰⁴ Narrativa de D. Angélica Vituriana da Silva, 49 anos, residente na Lagoa Suja, interior do São José do Itaporã, entrevista realizada em 23/06/2002.

¹⁰⁵ CARNEIRO, M. J. **Revista Estudos Femininos**, Florianópolis – SC : 2006 .p. 1

Não existia nenhuma forma de documento que comprovasse a posse da terra, sendo estas propriedades, muitas vezes, negociadas sem o próprio fazendeiro saber, pois muitas não eram demarcadas com cercas, o que levava parentes desses agricultores a venderem partes sem que este tivesse conhecimento. Isto é patente quando D. Angélica declara que um genro do seu pai “pegou uma parte e vendeu para finado Zuta, e aí nós ficamos com mais pouca terra”.

Este fragmento da narrativa de Dona Angélica expressa, também, um sentimento de angústia, na medida em que no momento da entrevista a mesma deixa transparecer no seu semblante a tristeza por ter ficado “com mais pouca terra”, pois o trabalhador rural que tem pouca ou nenhuma terra tem que trabalhar como diarista para outros proprietários sendo expropriado de sua força de trabalho.

É nesse sentido que o lavrador que recebe uma herança de terra de um modo bem particular parece ter adquirido a “compra de sua liberdade” em relação ao trabalho exercido nas fazendas, isto quando a herança é suficiente para dela retirar o sustento da família. Para a professora Carneiro “a terra, como parte da ordem simbólica, tem significados que transcendem o seu valor econômico.”¹⁰⁶

Muitos trabalhadores rurais herdeiros das terras pertencentes aos primeiros posseiros na Vila do São José do Itaporã venderam partes do seu legado, quando não negociavam toda a herança com os fazendeiros desejosos de aumentar seus pastos para a criação de gado, como aponta Dona Angélica: “Mas meu pai mesmo, foi o quê? Finado Gustavo. Ginú, Ginú, Genuário da Caatiguinha comprou a herança na mão do meu irmão e fez logo pasto para criação de gado.”¹⁰⁷

Com a morte dos primeiros proprietários das terras na Vila do São José do Itaporã entre os anos de 1970 e 1980, fazendeiros interessados em expandir seus pastos, como Genuário da Caatiguinha, buscavam comprar dos trabalhadores rurais suas heranças. Genuário era um fazendeiro influente. Entre os anos de 1970 e 1980 mantinha ligação direta com o governador do Estado e lideranças regionais. A foto abaixo mostra a sua participação no governo Municipal de Muritiba na década de 1980;

¹⁰⁶ CARNEIRO, M. J. Op. Cit. p. 1

¹⁰⁷ Narrativa de D. Angélica Vituriana da Silva.



Figura 19 – Fotografia década 1980 - Encontra-se no Arquivo da Câmara Municipal de Muritiba - Bahia. – Genuário da Caatiguinha o segundo da esquerda para direita.

Não obstante, não há registro de que Genuário se apossou indevidamente de terras alheias, porém segundo algumas memórias ele recebia terras em trocas de favores como nós relata Isabel; “meu avó Gustavo mesmo deu terras a Genuário, qualquer favor dava pedacinho de terras, era assim”. Não havia formas de grilagem de terras, e nem formas de forçar a venda, mas, favores políticos muitas vezes favoreciam os fazendeiros locais na aquisição de terras de outrem.

Para Dona Angélica a venda das terras era voluntária. Segundo ela; “Não, eles vendia por que eles queriam, né? Então! Eles dizia assim: - eu vou vender está parte de terra, eu preciso, né? Foi herança de meu pai, aí vendia, aí eles vendia. Era, precisava, né?”¹⁰⁸

Mediante a narrativa acima observa-se que muitas vezes os fazendeiros não precisavam se valer de engodos para adquirir as terras herdadas pelos lavradores filhos dos antigos médios proprietários de terra de São José do Itaporã, pois como afirma a mesma: “eles vendia por que eles queriam, né?”.

Não é certo dizer que todos lavradores venderam suas terras e partiram para as cidades vizinhas, como Cruz das Almas, Muritiba, São Felix, Cachoeira e até mesmo para Salvador. Muitas pessoas continuaram a viver no campo, mesmo tendo que cruzar com alguns fazendeiros que “temia em botar preço para comprar as terras.”¹⁰⁹ Muitos resistiam e não cediam diante das constantes ofertas. Segundo Dona Angélica:

¹⁰⁸ Idem.

¹⁰⁹ Narrativa do Sr. Osvaldo da Silva, 47 anos, residente na Lagoa Suja, Interior da Vila do São José do Itaporã, entrevista realizada em 23/06/2002.

Não foi todos que vendeu, foi alguns que venderam, não foi todo mundo que vendeu, porque aí mesmo tem filho com a herança de pai, que tem o quê? Muitos anos! Nunca venderam e até hoje, outros venderam, tem um que chamava Quinca, também esse Quinca largou muita herança para os filhos, e nunca vendeu ficaram com todas (terra). Mas Zuza também! É meu tio também! Teve uma herança grande! Os fí (filhos) tá tudo em cima (da terra) trabalhando nenhum vendeu.¹¹⁰

Na narrativa acima, percebe-se que Dona Angélica afirma claramente que “não foi todo mundo que vendeu” as terras herdadas. Esta assertiva se fundamenta não só no fato de dela falar que “muitos não venderam”, mas se evidencia fortemente no momento da entrevista quando a mesma gesticulava com os braços e com a cabeça, numa uma tonalidade da voz que se apresentou de forma enérgica quando fala que “muitos não venderam” suas terras, parecendo trazer à tona um momento de resistência frente aos fazendeiros ao negar a venda de sua herdade. Por conseguinte, a forma como a mesma expõe suas palavras, repetindo que “não foram todos os herdeiros que venderam suas terras”, faz acreditar que as “pressões” sobre os pequenos proprietários durante as últimas décadas do século XX foi realmente implacável por parte dos fazendeiros.

Portanto, pode-se dizer que muitos “sujeitos” sociais que compunham as personagens do “teatro” da vida cotidiana dos trabalhadores rurais herdeiros de terra da Vila de São José do Itaporã se negaram a ceder às “pressões” que, talvez, não se davam explicitamente por parte dos fazendeiros, mas que no cotidiano se manifestava diariamente numa luta incessante dos mesmos em adquirir mais terras alargando suas cercas com a finalidade de fazerem pastos.

1.5 – Entre as Trilhas e Variantes: Memórias dos Caminhos da Roça.

As redes de caminhos e trilhas que interligavam as vilas e lugarejos do Recôncavo foram, sem dúvida, responsável pela ligação dos espaços rurais com as principais cidades e com a capital da Bahia até a segunda metade do século XX. Para Andrade (2009), desde o Século XVIII havia na Bahia uma malha de caminhos terrestres que se coadunava com as redes flúvio-marítima que interligava os arraiais, pousos, vilas e as principais cidades do Recôncavo.¹¹¹

¹¹⁰ Narrativa de D. Angélica Vitoriana da Silva

¹¹¹ ANDRADE. Adriano Bittencourt. **A espacialização da Rede Urbana no recôncavo Baiano Setecentista à luz da cartografia Histórica.** In: Anais do III Simpósio Luso- Brasileiro de Cartografia Histórica; 2009.

Por conseguinte, Brandão (1998) vai dizer que os caminhos de tropas e carros de boi se constituíram como fundamentais para uma incipiente organização do espaço no Recôncavo, na medida em que contribuíram para o fortalecimento de alguns núcleos, como a cidade de Cachoeira¹¹². Entretanto, para Jesus (2009) é somente com a inauguração da BR 101, em 1973, que a lógica das viagens passaram a mudar no Recôncavo. Os caminhos e trilhas que eram usados pelas pessoas para se deslocarem para o porto de Cachoeira, afim de embarcarem no Vapor, vão da lugar a estradas por onde pudessem transitar veículos como a Marinete e a Veraneio.¹¹³

Na década de 1980 as Estradas no Recôncavo se tornaram importantes, pois facilitarem as viagens para as cidades próximas e para Capital¹¹⁴. Não obstante, no distrito de São José do Itaporã muitos Fazendeiros quando negociavam a compra de um terreno de um lavrador usavam como argumento para desvalorizar a terra do agricultor o distanciamento das estradas. Segundo o Sr. Osvaldo:

É pagava pouco, mixaria, que naquele tempo cume (como é) que diz? Eles até aproveitava o lugar ser mais ruim, ser mais, era, recantiado, e dizia não tinha movimento de estrada, num tinha nada, ai só comprava barato mesmo!¹¹⁵

As memórias do Sr. Osvaldo não deixa dúvidas no que se refere a quem era vantajosa a transação de compras de terras na Vila do São José do Itaporã. Segundo ele se pagava muito pouco pelas terras e os fazendeiros utilizavam como justificativa o fato de serem terras distantes do povoado e das Estradas.

É importante dizer que não havia estradas perfeitas para proporcionar um movimento contínuo de veículos, pois o que havia na verdade eram estreitos caminhos chamados de “variantes”, nos quais, os pequenos proprietários utilizavam para levar a farinha de mandioca para as feiras de Cruz das Almas, Santo Estevão, Sapeaçu e Cabaceiras — esta farinha era levada dentro dos panacuns¹¹⁶, que eram colocados em cima de jegues, os quais eram puxados pelos pequenos agricultores até as devidas feiras.

¹¹²SANTOS, Milton. **A Rede Urbana do Recôncavo**. In; BRANDÃO, Maria de Azevedo, **Cidade e Recôncavo da Bahia**. In: BRADÃO, Maria de Azevedo. (org) **Recôncavo da Bahia: Sociedade e Economia em transição**. Salvador; Fundação Casa Jorge Amado; Academia de Letras da Bahia; Universidade Federal da Bahia, 1998.

¹¹³JESUS, José Alberto Nascimento de. **Trabalhadores da Viação Férrea Federal Leste Brasileiro entre percursos e percalços na cidade de São Félix – BA, décadas de 1940/1950**. Dissertação (mestrado) - Universidade do Estado da Bahia, Programa de Pós-Graduação em História Regional e Local, 2009.

¹¹⁴SANTANA, Charles D`Almeida. **Fartura e Ventura Camponesas: Trabalho, Cotidiano e Migrações - Bahia: 1950 – 1980**. SP: AnaBlume; 1994. p. 91

¹¹⁵Narrativa do Sr. Osvaldo da Silva, 47 anos, residente na Lagoa Suja, Interior da Vila do São José do Itaporã, entrevista realizada em 23/06/2002.

¹¹⁶Espécie de cesto feito com cipó.

Como acentua Isabel Ribeiro, ex-moradora da Pindobeira, um povoado localizado próximo a Vila de São José de Itaporã; “papai mesmo ia, é, ele ia, acordava bem cedo, botava duas quartas de farinha no panacum do cavalo e ia puxando, ou ia montado no animal até a feira de Cabeceiras, ele ia também para o Jordão, era todo domingo.”¹¹⁷

Os caminhos da roça não poderiam ser concebidos como estradas, mas na tentativa de depreciar as terras dos pequenos proprietários, os fazendeiros diziam que não existia movimento, quando, na verdade, havia humildes trilhas que ligavam os sítios, os lugarejos e pequenos aglomerados com a Vila do São José do Itaporã, bem como com às feiras mais próximas.

Por conseguinte, a palavra de Isabel Ribeiro, filha de um pequeno proprietário já falecido, não nos deixa dúvidas quanto à utilização dos caminhos que, segundo a mesma, eram “cercados de mato de um lado e de outro”. A maioria dos pequenos proprietários se deslocava por essas trilhas com sua produção de farinha a fim de ao findar o dia voltarem com o sustento da família, o que daria subsídios para continuar na roça, na luta diária pela sua sobrevivência. Ainda sobre os caminhos da roça é esclarecedor o relato do Sr. Mauro:

Era uma variante, é, era variante aqui, não tinha essa estrada, assim, era variante de animal, de gente ir a pé, agora, por que eu não lembro. Sim! Eu me lembrei, sim! Eu lembro, agora eu me lembrei, em 1955 não tinha estrada aqui, tinha essa variante, que quando eu fiz essa casa aqui em 55, que eu vim para aqui, que eu comecei fazer essa casa, bater adobe pá fazer essa casa, era um variante aqui; tinha um senhor chamado Salomão em Cruz das Almas, ele tinha uma fazenda na caatinga, aí então, ia no variante ele trazia gado, levava gado pá matar, pá vender para outros, era tudo montado de cavalo.¹¹⁸

Conforme a narrativa de Sr Mauro o distrito de São José do Itaporã era recortado por Variantes.¹¹⁹ Até meados dos anos de 1950 só era possível se deslocar até os lugarejos mais distantes dos centros urbanos à pé ou de montado em Cavalos. Os caminhos e trilhas foram feitos pelos lavradores, pois ao tomarem posse das terras devolutas derrubavam as matas e faziam os caminhos e trilhas para se deslocarem em direção, sobretudo, à aglomeração urbana da vila, bem como para as cidades próximas.

Ao buscar na memória as lembranças que pudessem construir uma representação do passado, Sr. Mauro se esforça para rememorar fragmentos do cotidiano da sua vida no campo.

¹¹⁷ Narrativa de Isabel Ribeiro, 30 anos, residente na Pindobeira interior da Vila do São José do Itaporã, entrevista realizada 25/08/2002.

¹¹⁸ Narrativa do Sr. Mauro Machado.

¹¹⁹ Caminho estreito entre a mata.

Ele relembra que em meados da década de 1950 não havia estradas nas proximidades da Vila de São José de Itaporã. Tudo indica que o Recôncavo era recortando desde as primeiras décadas do século XX por inúmeras “teias” de trilhas, caminhos e vielas que tinham como direção as cidades que possuíam certo desenvolvimento econômico, como era o caso da cidade de Feira de Santana. Na década de cinquenta esses inúmeros caminhos não passavam, em muitos casos, de estreitas vielas onde tropeiros, vaqueiros, feirantes e viajantes passavam todos os dias.¹²⁰ A fotografia abaixo é pontual sobre esse assunto;



Figura 20 - Fotografia de Tropas e boiadas em caminhos na Bahia nas primeiras décadas do Século XX / Rodovia BA 01

Percebe-se na fotografia as condições da estrada Bahia-Feira. Essa estrada começou sua construção pelo Governo baiano em 2 de fevereiro de 1918 e só foi concluída em abril de 1929. A princípio essa estrada não passava de um caminho sem a menor condição de tráfego de veículos automotores. As viagens por esses caminhos tinha sua lógica própria. Havia os lugares de parada para descanso, os lugares onde passava-se a noite, os lugares próximos as lagoas ou açudes onde se banhavam e davam água para os animais, as conversas e amizades que se fazia durante os deslocamentos, tudo isso era resultado de uma dinâmica específica que obedecia a um conjunto de práticas e costumes inerentes ao *tempo da viagem*, pois os

¹²⁰SILVA, Andrea Santos Teixeira. **Entre a casa de farinha e a estrada Bahia-Feira: Experiências camponesas de conflito e sociabilidade na garantia da sobrevivência, Feira de Santana (1948 – 1960)**. Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal da Bahia sob a orientação do Prof.º Dr. Antonio Luigi Negro. Disponível no banco de dados on-line de dissertações da UEFS. p.120

caminhos e trilhas determinavam as temporalidades de vivências e a multiplicidade experiências no cotidiano de deslocamentos entre o campo e a cidade.

As vivências e experiências nos caminhos das roças no Recôncavo praticamente tiveram um fim com a chegada das estradas e, conseqüentemente com as viagens realizadas de automóvel que, se por um lado facilitou os deslocamentos tornando mais cômodas e rápidas as viagens, por outro colocou um ponto final nas relações de sociabilidades, costumes, enfim, em todo um conjunto de práticas culturais desenvolvidas com os deslocamentos pelos caminhos e trilhas do Recôncavo.

Percebe-se, desta forma, que os caminhos e trilhas em todo Recôncavo era interligava vilas, povoados, lugarejos, cidades e regiões construindo possibilidades para a existência de um grande circuito de deslocamentos de mercadorias e pessoas que se encontravam sempre em movimento, promovendo, de certo modo, múltiplas relações sócio-culturais e econômicas pautadas, sobretudo, na busca pela sobrevivência no campo.¹²¹

Por conseguinte, Silva (2008) em seu estudo sobre as casas de farinha e estradas da Bahia, em específico a estrada Bahia-Feira, citou a narrativa de Valder Teixeira e João Teixeira. Eles se referem a ligações que a Bahia-Feira fazia no Recôncavo Sul. Segundo Eles;

João Teixeira - A estrada velha é de muitos anos. Ela começou, era estrada de chão. Muita curva. Muita subida. Muita ladeira e estreitinha. Estreita. (...) Cachoeira e São Félix era outra perna de estrada. Essa daí seguia de Humildes. Ela saía de Feira, passava no Limoeiro. Do Limoeiro, chegava em Humildes. Aí, uma perna seguia para São Gonçalo dos Campos, era Conceição de Feira, era Cachoeira...

Valder Teixeira – São Félix.

João Teixeira - E Muritiba. Aí, agora de Muritiba, entrava para Nazaré das Farinhas, seguia também Santo Antônio de Jesus. Aí, agora, tudo era estrada de chão. Aí ia se espalhando nesta perna que entrava por Humildes. (...) E, seguindo em frente [no outro trajeto] ia por Tanque Senzala, Oliveira, descia, passava em Amélia Rodrigues que, naquele tempo, era a Lapa. Que, naquele tempo, passava na usina Aliança. Ia passar em São Sebastião, Lamarão e em Água Cumprida, que, hoje, é Simões Filho. E chegava a Salvador.¹²²

¹²¹Departamento de Obras Raras - COSTA, José Américo da. **Estradas de rodagem no estado da Bahia. Memória apresentada ao Terceiro Congresso Nacional de Estradas de Rodagem. Bahia: Imprensa Oficial do Estado, 1924.**

¹²² Narrativa de João dos Santos Teixeira e, motorista aposentado em Aracaju (SE) e Valder Teixeira. In: SILVA, Andrea Santos Teixeira. **Entre a casa de farinha e a estrada Bahia-Feira: Experiências camponesas de conflito e sociabilidade na garantia da sobrevivência, Feira de Santana (1948 – 1960)**. Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal da Bahia sob a orientação do Prof.º Dr. Antonio Luigi Negro. Disponível no banco de dados on-line de dissertações da UEFS; 2008.

A fala de João Teixeira aponta para o fato de que as rodovias do Recôncavo não passavam de estradas “estreitinhas” que eram “velha e de muitos anos”. Essas estradas, apesar de serem de chão e estreitas ligavam o Recôncavo aos lugares mais longínquos da Bahia como o Agreste e Sertão. A sua fala é primorosa ao relatar como a Estrada Bahia-Feira praticamente ligava boa parte do Recôncavo sul até a Capital Salvador.

Já a narrativa de Sr Mauro refere-se às estradas ainda desconhecidas pelo governo em 1950. Para ele eram caminhos, “variantes” que se cruzavam ligando povoados e cidades próximas. Ainda hoje é possível se vê que na Vila de São José de Itaporã há uma infinidade de caminhos que interligam às cidades de Cabaceiras do Paraguaçu, Governador Mangabeira, Sapeaçu, Castro Alves, Cruz das Almas, com povoados como Caatiguinha, Pumba, Aporá, Timborá, Jacarezinho, Beija Flor, Moribondo, Quixabeira, Lagoa do Cedro, Alegre, Pau Ferro, Tupiaçu entre outros inúmeros lugares.

Ainda sobre a fala do Sr. Mauro, pode-se dizer que a sua memória compôs “um passado” da Vila do São José do Itaporã, passado este imbricado de tempos e experiências que se articulam e, quando externados, surgem como uma representação que traz evidências de um real concreto, vivido e experimentado. No caso dele muitas e suas experiências de vida se deram estes caminhos e variantes por onde andou. Uma realidade por ele vivida que está bastante presente no agora experimentado pela sua consciência.

É certo que alguns caminhos deixaram de existir e passaram a ser estradas, na medida em que as prefeituras do Recôncavo começaram a adquirir tratores para construí-las. Em Muritiba é na década de 1950 que essas mudanças começaram a ocorrer, sobretudo, no governo do Prefeito Coronel Geraldino Almeida. Foi ele que como prefeito adquiriu a primeiro trator do Município conforme noticiou o *Jornal Correio de São Felix* de 28 de novembro de 1958;



Figura 21 – Fonte Jornal Correio de São Felix -28/11/1953- APSF

Segundo a notícia o trator era da marca FIAT e custou 20 mil cruzeiros. A máquina foi adquirida por meio de um convênio com o ICFEB, ou seja, com o Instituto Central de Fomento a Economia da Bahia. O trator segundo o jornal era fundamental para o desenvolvimento do Município na medida em que “põe em movimento toda região” com a construção de novas estradas e o beneficiamento de outras. Muitas estradas foram abertas e outras melhoradas tais como; Geolândia, Cabaceiras do Paraguaçu, Gravatá, Mão divina, Aporá, Cabeças entre outros lugares.

Essas estradas permitiram que os distritos pudessem agora ter movimento de veículos o que facilitou o escoamento da produção de fumo, de laranja, limão, farinha de mandioca, feijão para serem negociados nas feiras locais assim como em Salvador. A partir de 1970 o governo Municipal investiu novamente na abertura de estradas conforme publicou o *Jornal Correio de São Felix* em 18 de setembro de 1971;

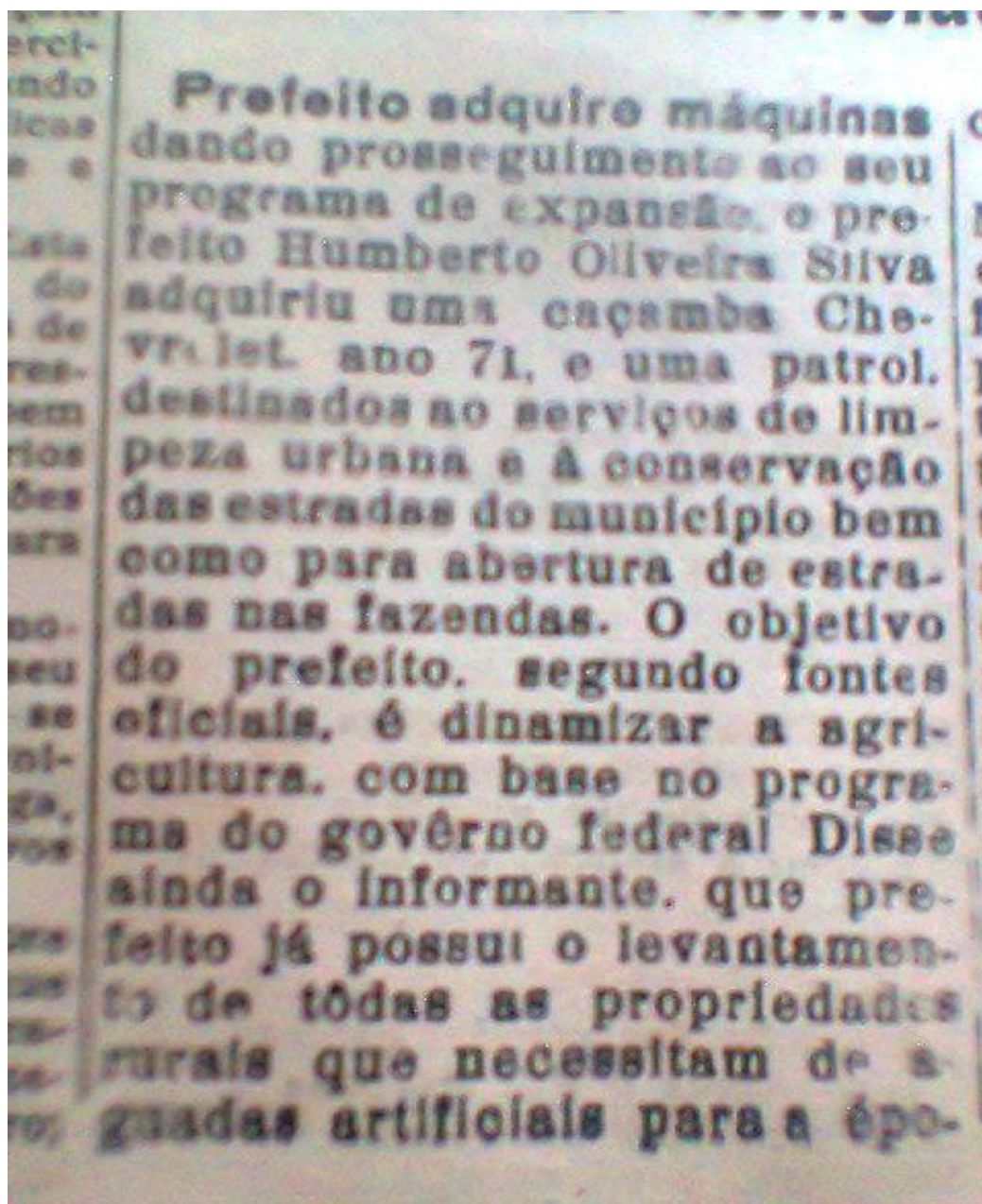


Figura 22 – Fonte Jornal Correio de São Felix -28/11/1953- APSF

O objetivo da compra do Trator e da Caçamba realizada no governo do prefeito Humberto Oliveira Silva era para fazer a coleta de lixo municipal, conservar as estradas e abrir novas. A compra da máquina permitiu que muitas estradas fossem abertas e sofressem qualificação como rebaixamento de ladeiras, cascalhamento e alargamento. A melhoria das estradas permitiu um maior fluxo de pessoas e mercadorias entre os lugares distantes e as cidades do *Recôncavo fumageiro*. Na década de 1980 o prefeito Clementino Pereira Fraga prosseguiu os melhoramentos adquirindo novos veículos como uma Caçamba Mercedes-Benz.



Figura 23 – Fonte Arquivo da Câmara Municipal de Muritiba - ACMM

Portanto, a desvalorização das heranças de terras no distrito de São José se dava a partir dos discursos dos fazendeiros que apontavam para inexistência de estradas de qualidade que facilitassem o acesso as cidades, o que na década de 1970 e 1980 não era verdade. O fato é que, o argumento dos fazendeiros era apenas uma forma de depreciar as terras dos lavradores, pois em toda Bahia, e principalmente no interior, nas terras próximas ao Sertão, havia pouca benfeitoria do governo nas estradas, mas elas já existiam.

Por conseguinte, com a morte dos médios proprietários em São José do Itaporã, as terras eram rateadas entre os filhos. A maioria desses proprietários tinha grande prole, o que acarretava uma divisão em ínfimas "porções" de terra entre os trabalhadores rurais herdeiros. Com observa-se no relato do Sr. Osvaldo: “A herança do meu pai foi tão grande (*risos irônicos*), foi, foi, meu pai tinha oito tarefa de terra, mas tinha nove filho, dividiu, coube menos de uma tarefa pá cada”¹²³

Não há dúvidas sobre as ínfimas “porções” de terra que os filhos de pequenos proprietários herdavam. O relato do Sr. Osvaldo é esclarecedor quanto a esta questão, pois para ele e seus irmãos coube menos que uma tarefa de terra para cada. Além da narrativa do Sr. Osvaldo o contato com os trabalhadores durante a pesquisa de campo fez perceber que a

¹²³ Narrativa do Sr. Osvaldo da Silva

maioria herdou menos de duas tarefas de terra, o que implicou no agravamento das condições de vida daqueles lavradores, na medida em que suas terras mal lhes davam possibilidades de trabalho para dali retirarem o sustento para suas famílias.

Conseqüentemente, para alguns, e principalmente as mulheres, a oportunidade que tinham após a morte dos pais era o casamento, para unirem as respectivas heranças de terra aumentando o terreno ou ainda podiam vender sua mão-de-obra para os fazendeiros locais. Em última instância existia a possibilidade de migrar para os centros urbanos. A narrativa de Dona Lurdes é primorosa sobre essas questões:

Papai e mamãe morreu, eu fui embora pra São Paulo, trabalhei em Cachoeira, Cruz. Eu era empregada doméstica, tô aposentada [...] a roça não tava dando, fui embora, eu nunca casei, nunca tive filho, é! Vivo bem, né? ¹²⁴

Para Dona Lurdes, assim como para alguns lavradores a única possibilidade para sobreviver foi vender a terra e migrar, ganhar um dinheiro na cidade e retornar. Vender a parte de sua herança e ir tentar a vida nos centros urbanos era uma possibilidade para os filhos dos pequenos proprietários que além de viverem sendo pressionados pelos fazendeiros para venderem sua propriedade, se viam praticamente sozinhos com pequenas extensões de terras “numa roça que não tava dando”.

Todavia, outros lavradores preferiram permanecer na sua terra, no seu lugar, construindo estratégias de sobrevivência que lhes permitiram criar seus filhos e não vender suas propriedades e migrar para as cidades próximas. Eles, mesmo possuindo pequenas extensões de terras que mal dava para produzir, encontraram nas lavouras de mandioca, fumo e roçados de subsistências (abóbora, aimpim, batata doce etc.), bem como o comércio dessas culturas nas feiras regionais o meio para adquirir uma renda a fim de sanar as suas necessidades básicas de existência.

¹²⁴ Narrativa da Sr. Lurdes Ribeiro, 69 anos, residente da Vila do São José do Itaporã, entrevista realizada em 25/06/02.

CAPÍTULO II

CONSTRUÍDO ESTRATÉGIAS: A LUTA DOS LAVRADORES DE SÃO JOSÉ DO ITAPORÃ PARA SOBREVIVER EM SUA TERRA.

1 – Vivendo da Roça: a importância da produção de mandioca e fumo na vida dos lavradores de São José do Itaporã.

Os trabalhadores rurais do distrito de São José do Itaporã enfrentaram um cotidiano de muito trabalho para sobreviver. As ínfimas extensões de terra mal lhes permitiram cultivar roças capazes de promover a obtenção de uma renda para suprir as necessidades de suas famílias. Porém, o fumo e a mandioca foram culturas essenciais dentro das estratégias de sobrevivências desses lavradores que temiam vender suas terras migrar para as cidades próximas.

A mandioca e o fumo foram cultivados no Recôncavo sul desde os primeiros anos da colonização. Barickman vai dizer que a mandioca era conhecida como “o pão da terra” e sua importância dentro da dieta alimentar nessa região era indiscutível. A farinha, afirma Barickman, era o alimento que não faltava nas mesas dos ricos, dos pobres e nas cuias e baldes dos escravos.¹²⁵ Nas primeiras décadas do século XX a farinha de mandioca continuou sendo de grande importância para os agricultores do Recôncavo. A tabela abaixo demonstra as cidades que mais produziam mandioca;

Produção Agrícola de Mandioca – Recôncavo / Zona da Mata			
Municípios	Estabelecimentos produtores	Toneladas produzidas	Porcentagem
Muritiba	1.219	14.457	25,37%
Conceição do Almeida	1.130	18.391	32,27%
São Felipe	1.447	20.799	36,51%
São Felix	195	3.336	5,85%
TOTAL	3991	56.961	100%

Figura 24 – Tabela: Fonte Censo Agrícola de 1940.

¹²⁵BARICKMAN, B. J. *Um Contraponto baiano: Açúcar, fumo, mandioca e escravidão no recôncavo, 1780-1860* – RJ: Civilização brasileira, 2003. p. 96.

A cidade de São Felipe se destacava com a produção de 20.799 toneladas de mandioca em 1940. São Félix produzia apenas 3.336, pois, segundo Sonnevile, sua lavoura se concentrava na produção de fumo ainda que produzisse também mandioca.¹²⁶ O município de Muritiba era o segundo na produção de mandioca. Esse fato aponta para uma possibilidade de que São José do Itaporã, enquanto povoado de Muritiba, era um grande produtor de farinha de mandioca do Recôncavo sul.

Entre os anos de 1970 e 1980, o cultivo da mandioca era grande em Muritiba, de modo que sendo a Vila de São José de Itaporã um dos seus maiores distritos, a sua produção de farinha era expressiva, na medida em que, segundo muitos lavradores, havia aproximadamente cem casas de farinha espalhadas nas redondezas da Vila. Em meados de 1980 Muritiba ainda se destacava na produção de mandioca. O quadro abaixo mostra a produção de mandioca em várias cidades do Recôncavo.

CIDADES DO RECÔNCAVO BAIANO - 1985			
MUNICÍPIOS	PRODUÇÃO DE MANDIOCA		
	Informantes	Quantidade (t)	Área (Há)
Cachoeira	1808	11084	1283
São Felix	738	6824	500
Maragogipe	3566	35228	3575
Cruz das Almas	1407	10477	1314
Muritiba	2323	22734	2240
São Felipe	2171	25044	2246
Sapeaçu	941	9170	823
Conceição do Almeida	1528	14522	1309

Figura 25 – Quadro: Fonte IBGE Censo Agropecuário de 1985

A escolha dessas cidades para compor esse quadro levou em consideração a proximidade dessas dentro da lógica de trocas e vendas de sua produção agrícola nos circuitos das feiras regionais o que ainda é perceptível nos dias hodiernos. Sendo assim, percebe-se que a cidade de Maragogipe era quem produzia a maior quantidade de mandioca na zona da mata do Recôncavo baiano. Entretanto, São Felix e Cachoeira não tinham uma produção expressiva

¹²⁶SONNEVILLE, J. J. **Os Lavradores de Fumo: Sapeaçu - BA 1850 – 1940**. Salvador. 1982. Dissertação de Mestrado depositada na Biblioteca Central da UFRB. P.129.

de mandioca quando se compara com a produção dos Municípios de Maragogipe, Muritiba e São Felipe. Não obstante, o município de Muritiba com 2323 informantes no censo de 1985 produziu 22734 Kg de mandioca em uma área plantada de 2240 hectares. Isso indica a sua importância na produção dessa raiz bem como no seu beneficiamento produzindo farinha e seus derivados.

Esse quadro também indica que - a partir da quantidade de informantes - na década de 1980 havia uma mão-de-obra expressiva de lavradores que se dispunham a trabalhar nos roçados da zona rural de Muritiba e em boa parte do Recôncavo no plantio da mandioca. Esses lavradores em vez de migrar em busca de empregos nas cidades próximas e na capital Salvador preferiram permanecer no campo. O quadro abaixo é importante para mostrar a população rural de Muritiba no contexto das cidades localizadas na Zona da Mata no Recôncavo.

POPULAÇÃO RESIDENTE RURAL					
Crescimento/Municípios	1980	1991	2000	Taxa média Geom. de Cresc. Anual (%)	
				1980/91	1991/00
Cachoeira	14366	13266	13909	-0,05	0,38
São Felix	8094	4762	4951	-4,71	0,43
Maragogipe	20403	18339	19271	-0,96	0,55
Cruz das Almas	13803	14950	13445	0,73	-1,07
Muritiba	6687	9825	12739	3,56	2,93
São Felipe	12669	13201	11978	0,37	-1,07
Sapeaçu	8421	8845	8926	0,45	0,10
Conceição do Almeida	12039	10883	10594	-0,91	-0,30

Figura 26 – Quadro: Fonte IBGE Censo Demográfico de 1980, 1991 e 2000.

Observa-se que diferente de todas as outras cidades apontadas no quadro como, por exemplo, São Felix que teve uma perda de mais de 50% de sua população rural entre 1980 e 1991, a população rural residente no município de Muritiba entre os anos de 1980 até 2000 teve um incremento de quase 50%. Fonseca vai sugerir no seu estudo sobre o Recôncavo que

Muritiba passou por um processo de imigração líquida¹²⁷, uma vez que houve aumento expressivo de sua população rural.¹²⁸

Comparando com a análise feita por Santana percebe-se que em relação à cidade de Conceição do Almeida o seu estudo é pertinente, pois a população rural deste município apenas decresceu entre as décadas de 1980 até 2000, o que aponta para uma provável migração.¹²⁹ Todavia, como foi dito, esse processo não se apresentou em Muritiba e em outros municípios principalmente nos anos de 1990.

Talvez o principal fator que contribuiu para a permanência dos lavradores em Muritiba com ínfimas extensões de terras tenha sido a capacidade desses lavradores de produzirem em suas terras mercadorias que lhe permitiam ter uma renda. A farinha de mandioca e seus derivados que eram comercializados nos circuitos das feiras da região foi de grande importância para a geração de uma renda que permitia os lavradores comprar alimentos. Dona Francisquinha relata:

Meu filho se não fosse a farinha que Noca (marido) vendia na feira quem comia um pedacinho de carne? Arroz, feijão macarrão comprava com o dinheiro da farinha que ele vendia pelas feiras, quando não vendia fica difícil, mas dava um jeito, né? E ia passando.¹³⁰

Tão quanto a farinha de mandioca a produção de fumo era decisiva para a sobrevivência dos lavradores na vila de São José de Itaporã. A produção de fumo negociada com os armazéns da cidade de Cruz das Almas, os quais financiavam a sua produção antecipando dinheiro e fornecendo adubo aos Agricultores. Já a venda de limão e laranja tanto para atravessadores como também nas feiras contribuiu também para o incremento da renda desses agricultores.

Neste sentido, a produção de mandioca, fumo e citrus contribuíram decisivamente para a sobrevivência desses trabalhadores rurais, bem como permitiu que eles permanecessem nas suas terras e não migrassem para as cidades próximas e para capital Salvador ou outras grandes cidades da Federação. A resistência em migrar fez a população expressiva de lavradores na zona rural de Muritiba ser uma das maiores produtoras tanto de mandioca

¹²⁷**Migração Líquida:** é o efeito líquido da imigração e da emigração sobre a população de uma zona num determinado período de tempo, expresso como aumento ou diminuição da população de uma divisão territorial, ou a diferença entre as entradas ou chegadas e as saídas ou partidas.

¹²⁸FONSECA, Áurea Côrtes Nunes de Oliveira. **Aspectos do Desenvolvimento Regional no Recôncavo Sul Baiano: o caso do Município de Cachoeira – Bahia – Brasil** – Barcelona 2006. Tese de Doutorado Disponível em; cncflora.jbrj.gov.br – p. 75

¹²⁹SANTANA, Charles D`Almeida. **Fatura e Ventura Camponesas: Trabalho, Cotidiano e Migrações - Bahia: 1950 – 1980.** SP: AnaBlume. 1994.

¹³⁰ Francisquinha Filha – Narrativa já citada.

quanto de fumo nas décadas de 1980 e 1990. Mesmo sofrendo com os valores pagos pela sua produção de farinha e fumo esses trabalhadores rurais preferiram permanecer no seu lugar, na sua terra trabalhando em suas roças, comercializando sua produção, e vendendo sua mão-de-obra para fazendeiros da região ou para outros pequenos agricultores.

Da década de 1960 até meados 1990, segundo as narrativas dos lavradores da Vila de São José, a farinha de mandioca não tinha valor de venda merecido, pois exigia muito trabalho na sua produção. O trabalho do plantio da mandioca até a colheita era estafante, sem contar todo labor artesanal para produzir a farinha e seus derivados, porém sua produção era contínua. O quadro abaixo informa a produção de farinha de mandioca em algumas cidades do Recôncavo sul.

PRODUÇÃO DE FARINHA DE MANDIOCA		
Municípios	Informantes	Quantidade (t)
Cachoeira	375	1246
São Felix	197	1201
Maragogipe	1020	6679
Cruz das Almas	143	1000
Muritiba	236	1882
São Felipe	260	6589
Sapeaçu	200	1046
Conceição do Almeida	69	1179

Figura 27 – Quadro: Fonte IBGE Censo Agropecuário de 1985

A cidade de Muritiba ficou na terceira posição na produção de farinha de mandioca em meados da década de 1980 entre as cidades da Zona da Mata no Recôncavo sul. A sua produção era expressiva o que indica a existência de muitos lavradores que se dedicavam a produção artesanal da mesma. Por conseguinte, os grandes produtores foram as cidades de Maragogipe com a produção de 6679 kilos, e a cidade de São Felipe que ocupou o segundo lugar com uma produção de 6589 kilos.

O plantio da mandioca era feito da seguinte forma; fazia-se uma cova, em seguida cortava-se um pedaço da mandioca e enfiava-se no buraco. O tempo para colheita levava em média de nove meses a um ano. Era necessário força física para realizar a colheita, pois para se ter acesso a raiz é preciso arrancá-la da terra.

Depois da colheita, marcava-se o dia da raspagem. Os familiares e amigos se juntavam para realizar o serviço no que chamavam adjutório. Na maioria das vezes, o trabalho de raspagem é realizado por mulheres, sendo pequena a participação masculina. Conforme imagem abaixo:



Figura 28 – Fotografia de mulheres raspando mandioca

Neste momento de trabalho árduo, catava-se, falava-se da vida alheia, pilheriava-se e contava-se causos afim de que o tempo passasse e eles dessem conta do serviço. Era um momento de alegria, de encontros marcados para trabalhar, mas não era só isso, era um tempo também de descontração e socialização e, sobretudo, de afirmação de traços identitários da cultura da Vila de São José e do Recôncavo.

Depois de raspada, a mandioca era ralada no “motor”. Antes do uso do ralador a gasolina ou energia, ralava-se a mandioca com uma maquina tracionada por uma roda com uma manivela que era movida por força humana. A partir da década de 1970, eles começaram a usar o motor movido a gasolina, e em poucos casos movidos a energia como observa-se na foto abaixo:

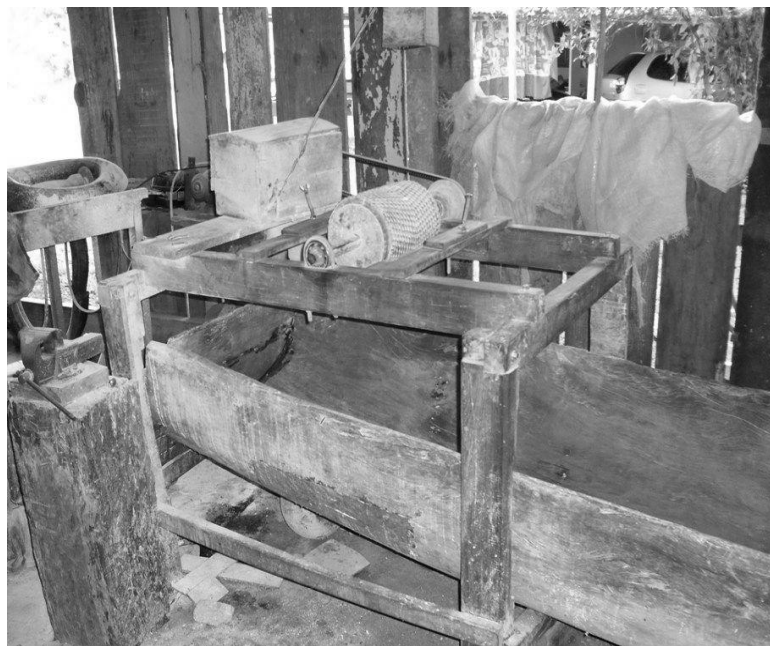


Figura 29 – Fotografia do cocho e o motor para moer a mandioca movido à energia

Segundo Isabel Ribeiro; “às vezes tinha acidente, era, cortava os dedos, parece que tio Abílio cortou o dedo no motor na casa de farinha.”¹³¹ Acidentes ocorriam, mas era necessário produzir a farinha para no final da semana poder negociá-la nas feiras e trazer parte do sustento da família. Depois de raspada e moída a mandioca era prensada para retirar o caldo afim de que a massa ficasse bem seca. A prensa era bastante rústica e feita com madeira bem resistente capaz de suportar grande pressão.



Figura 30 – Fotografia da prensa para massa da mandioca

¹³¹ Narrativa de Isabel Ribeiro ex-moradora da Pindobeira em São José do Itaporã – Bahia.

Após ficar em média doze horas na prensa, a massa era peneirada ou passada novamente no motor. Quando ela tomava a forma de um pó bem fino e alvo era levada para ser torrada no forno a lenha. A fotografia abaixo mostra o momento da torragem:



Figura 31 – Fotografia da torragem da massa de mandioca para fazer a farinha

Durante a torragem, era necessário ter muita atenção para não queimar e não fazer bolos. Precisava estar sempre mexendo a massa para evitar que os grãos grudassem na tampa do forno, tampa está que poderia ser de barro ou de ferro. Segundo Isabel Ribeiro; “para fazer uma saco de farinha levava-se em média quatro horas”. Em seguida, era retirada a parte das famílias envolvidas na produção, uma parte fazia-se também o Beijú, e o excedente colocava-se em sacos para ser vendido nas feiras.

Como se pode perceber a produção da farinha era muito estafante. Era preciso raspar, em seguida ralar as raízes, depois colocava a massa na presa para tirar o caldo, e em seguida após o peneiramento, fazia-se a torragem. A raspagem da mandioca era um momento no qual a solidariedade dos trabalhadores se apresentavam, sobretudo, em relação as mulheres de diferentes idades, crianças, jovens, adultas e idosas nesses momentos estavam sempre juntas trocando experiências conforme mostra a fotografia abaixo;



Figura 32 — Fotografia mulheres na raspagem da mandioca

O momento da raspagem, em muitos casos, se dava por meio de adjutórios onde os parentes próximos e amigos se reúnem para realização do serviço. Era um momento onde contava-se casos, catava-se músicas, falava-se da vida alheia. Sempre se providenciava uma comida para os participantes, muitas vezes, eram as frutas dos quintais como; manga, jaca, laranja, mamão que serviam durante a raspagem. Segundo Isabel:

Era um momento bom, há tempo bom, agente trabalhava muito não é? Mas se divertia, comia jaca, manga, mamão comia quem gostava. No tempo de milho comia canjica, tomava café com bata, com abobora, bolacha, mas era mais coisa da roça mesmo, era. O povo cantava música de roda, tinha muita conversa da vida alheia (risos).¹³²

No processo de fabrico da farinha se manifestavam aspectos relevantes para cultura desses agricultores, pois além de ser um tempo peculiar de transmissão por meio da oralidade de costumes e valores, era também um momento de descontração, solidariedade e compartilhamento de experiências. Sobre o fabrico da farinha nos relata Isabel Ribeiro:

Farinha fazia assim; aquele monte de mandioca, juntava os amigos, os parente, raspava a mandioca, botava na presa; no outro dia de madrugada secar a farinha, dava muito trabalho, ficava até tarde na casa de farinha as vez agente dormia, num agüentava o sono, aí minha mãe mais meu pai ficava até tarde fazendo farinha, fazendo beiju e agente acabava dormindo lá mesmo.¹³³

¹³² Narrativa de Isabel Ribeiro.

¹³³ idem

Logo no início do relato de Isabel percebe-se os laços de solidariedade entre os trabalhadores por meio da expressão “juntava os amigos, os parentes, raspava a mandioca”. A casa de farinha, apesar de ser o local de árduo trabalho, se apresentava como um espaço de solidariedade, de ajuda mútua entre os trabalhadores. A casa de farinha era também local onde se iniciavam diversos relacionamentos amorosos, que muitas vezes, terminavam em casamentos. A fotografia abaixo mostra que a mesma era freqüentada por muitas pessoas em dia de raspagem e torragem de farinha.



Figura: 33 – Homens raspando mandioca na Casa de farinha.

Em dias de torragem, a freqüência na casa de farinha era grande, os filhos eram levados para ver o trabalho dos pais e, em muitos casos, ajudar na raspagem da mandioca. Na casa de farinha os costumes deste povo se afluava, falava-se da lenda do “lobisomem”, o animal metade lobo, metade homem que, segundo os trabalhadores mais velhos, atacava as pessoas nas noites de lua cheia. Os trabalhadores também contavam “causos” e cantavam cantigas, como nos narra Dona Angélica:

Cantava! Cantava, a gente cantava, cantava assim: Tava na peneira, eu tava peneirando, eu tava no namoro, eu tava namorando. De madrugada nós ficamos ali sozinho, o pai dela soube disso deu de cela no caminho, e a meninada descascava a macaxeira (mandioca)

Zé Miguelo, Catitú eu e ela na peneira, eu tava na peneira, eu tava peneirando, eu tava no namoro, eu tava namorando.¹³⁴

A própria música que cantavam traz evidências de que o namoro se manifestava nas casas de farinha, e isto se afirma na narrativa de D. Francisquinha¹³⁵; "Quantas mulher... pegou barriga nas casa de farinha meu filho". Namorar nas casas de farinha na Vila do São José do Itaporã era um costume rotineiro, pois muitas mulheres e homens acabaram tendo suas primeiras experiências com o sexo dentro desses locais de trabalho.

Iluminadas pelo candeeiro "perdiam" a noite trabalhando nas casas de farinha, produzindo-a para ser vendida aos atravessadores que compravam por preço baixo e revendiam nas cidades próximas, ou era levada pelos próprios agricultores para as feiras da região.¹³⁶ Para Isabel: "a farinha era para vender e tinha um rapaz que comprava para revender em Santo Estevão, naquele tempo era fumo e farinha, quem tinha gado, era gado, quem não tinha gado, era fumo e farinha".¹³⁷ Para o pequeno proprietário de terra o único meio de se manter no campo sem ser aviltado e explorado por aqueles que "tinham gado", a única saída era a lavoura de fumo e o fabrico de farinha de mandioca.

Como se pode notar, o fabrico da farinha era – e é – um trabalho árduo e cheio de etapas a serem observadas detalhadamente para que a mesma tenha boa qualidade. É certo que a venda não dava muito lucro, pois uma quarta de farinha equivale a vinte litros, sendo que um saco de farinha leva em média oitenta litros. Se considerar que cada litro custasse na venda a varejo no final da década de 1990 em média um real, teremos para cada saco o correspondente a oitenta reais, um valor muito irrisório em relação ao tempo de espera para colheita da mandioca e todo processo artesanal de fabrico.

Contudo, a farinha de mandioca foi uma mercadoria artesanal que permitiu que muitos agricultores adquirissem pequena renda que contribuiu no sustento de suas famílias colaborando para que não migrassem. Dona Angélica diz; "A meu filho a farinha era o que o agricultor tinha pra mode comer e vender um pouquinho pra comprar um pedacinho de carne, né?"¹³⁸

Por outro lado, entre 1970 e 1980 fumo estava em crise, pois segundo os lavradores a arroba era comprada por um preço muito baixo, tendo em vista que desde 1950 o sul do Brasil passou a produzir o fumo claro que passou a ser mais consumido que o fumo escuro

¹³⁴ Narrativa de D. Angélica Vituriana da Silva.

¹³⁵ Narrativa de D. Francisquinha Filha Virgilio

¹³⁶ Brandão, M. A (Org.). **Recôncavo Baiano: Sociedade e Economia em Transição**. Salvador: Fundação Jorge Amado, Academia de Letras da Bahia: UFBA.

¹³⁷ Narrativa de Isabel Ribeiro.

¹³⁸ Narrativa de D. Angélica Vituriana da Silva.

produzido no Recôncavo.¹³⁹ Logo, viver na roça se tornava muito difícil para aqueles que dependiam basicamente da lavoura do fumo.

A crise dos valores pagos na arroba de fumo não fez com que os trabalhadores rurais de São José deixassem de produzir. Em média cada família colhia de 80 à 120 arrobas de fumo.¹⁴⁰ A produção dependia do investimento de tempo de trabalho e, sobretudo das condições metrológicas durante o cultivo. Para Senhor Valdomiro;

A lavoura do fumo é tudo de bom, nada de ruim veio do fumo, tudo que tenho hoje veio do fumo. Tenho carro, tenho moto, caminhão, carro pequeno, casa, sustento a família e dou emprego ao povo na roça.¹⁴¹

Para alguns poucos agricultores a crise nos valores pagos pela arroba de fumo não foram tão significativas. Os agricultores que tinham uma quantidade de terra que os permitiam aumentar a produção os preços baixos não lhes afetaram, pois foram compensados com uma maior colheita. Para o Senhor Valdomiro o fumo lhe permitiu acender economicamente, tornando-se um pequeno empresário, o que lhe permitiu adquirir bens que outros tantos não conseguiram. É evidente que a situação do Senhor Valdomiro não é a regra entre os lavradores da Vila de São José, pois muitos mal conseguem comprar alimentos e vestes com o dinheiro da roça de fumo. Em meados da década de 1980 o município de Muritiba foi o maior produtor de fumo na Zona da Mata do recôncavo conforme quadro abaixo:

¹³⁹ MESQUITA, Augusto Sávio. & OLIVEIRA, José Mário Carvalhal de. **A cultura do fumo na Bahia: da excelência à decadência. Disponível em:** www.seagri.ba.gov.br/fumo_final.doc. Consulta em; 25/03/2013 Para eles a redução mundial do consumo de fumos escuros produzidos na Bahia se deu devido a produção dos tipos claros, especialmente das variedades Virgínia e Burley, que são cultivados no Sul do país. No século XX, entre as décadas de 40 e 80, a participação dos fumos escuros na produção mundial despencou de, aproximadamente, 60% para 20%.

¹⁴⁰Uma Arroba equivale a 15 kilos.

¹⁴¹Narrativa de Valdomiro Braga, lavrador residente nas Pedrinhas em São José de Itaporã. – Entrevista concedida para o **Documentário: A cultura do Fumo na Bahia – Produção SINFUMO.** – 2005.

PRODUÇÃO DE FUMO EM FOLHAS			
Municípios	Informantes	Quantidade (t)	Área plantada (Ha)
Cachoeira	12	3	4
São Felix	25	4	5
Maragogipe	15	2	4
Gov. Mangabeira	1491	538	948
Cruz das Almas	435	543	515
Muritiba	2097	910	1297
São Felipe	538	82	179
Sapeaçu	359	121	222
Conceição do Almeida	423	126	195

Figura 34 – Quadro: Fonte IBGE Censo Agropecuário de 1985

Observa-se que de acordo o censo agropecuário de 1985 os municípios de Muritiba e Governador Mangabeira se destacavam como os grandes produtores de fumo. Não obstante, os Municípios que até 1950 se destacavam como grandes produtores como Cruz das Almas e Conceição do Almeida no final da década de 1980 já não produziam tanto, talvez a razão para a diminuição tenha sido a migração de lavradores em busca de empregos e de melhoria de vida em Salvador e região metropolitana. Já Muritiba teve um acréscimo na sua população da zona rural o que corroborou com para ocupar o primeiro lugar na produção de fumo.

Até 1960 existia uma quantidade expressiva de armazéns no Recôncavo. Grande parte destes estavam na cidade Cruz das Almas. Esses armazéns financiavam a produção dos lavradores da Vila de São José de Itaporã fornecendo sementes, adubos químicos e adiantamentos em dinheiro. Com as mudanças que ocorreram na legislação tributaria na segunda metade da década de 1960 muitos armazéns fecharam ou fundiram-se formando uma nova empresa.¹⁴² A produção de fumo dos lavradores da Vila de São José do Itaporã bem

¹⁴²MESQUITA, Augusto Sávio. & OLIVEIRA, José Mário Carvalhal de. **A cultura do fumo na Bahia: da excelência à decadência. Disponível em:** www.seagri.ba.gov.br/fumo_final.doc. Consulta em; 25/03/2013 “Influência negativa das mudanças na legislação fiscal: as reformas tributárias de 1964 e 1966, com a modificação do Imposto sobre Produtos Industriais - IPI e a criação do Imposto de Circulação de Mercadorias e Serviços – ICMS, alteraram o sistema de comercialização do fumo na Bahia, aumentando a carga tributária e, conseqüentemente, a necessidade de capital de giro. Isto resultou em graves problemas financeiros e na insolvência de diversas empresas fumageiras e na fusão de outras, elevando a concentração no comércio e na indústria (Em 1970, 32 firmas exportadoras atuavam na Bahia. Possuíam 87 armazéns espalhados por 15

como do Recôncavo é financiada e comprada por indústrias que fabricam e exportam Charuto. A maioria dessas fábricas estão localizadas na cidade de Cruz das Almas conforme quadro abaixo;

FABRICAS DE CHARUTO NO RECONCAVO – ANO 2005	
NOME DA FABRICA	LOCALIZAÇÃO
Chaba	Alagoinhas
Danneman	São Felix
Mendes e Amerido	São Gonçalo
Josefina	Cruz das Almas
Lecigarar	Cruz das Almas
MR	Cruz das Almas
Fabatabi	Cruz das Almas
Sandes Cigar	Cruz das Almas
São Francisco	Cruz das Almas
Leite Alves	Cachoeira
Leite Alves	Cachoeira
Paraguaçu	Cachoeira

Figura 35– Quadro: Fonte Documentário: A cultura do Fumo na Bahia – Produção SINDFUMO. – 2005.

Segundo Brandão, após a decadência da cidade de Cachoeira houve uma grande ascensão da cidade de Cruz das Almas, que hoje é considerada a grande produtora fumageira do Recôncavo.¹⁴³ O processo que transformou Cruz das Almas em uma cidade de grande centro de beneficiamento do fumo está ligado intimamente à produção fumageira da Vila do São José do Itaporã, pois a economia da mesma está totalmente voltada para Cruz das Almas, sobretudo, a venda da produção de fumo.

A produção de fumo de São José do Itaporã sempre foi escoada para os armazéns citados no quadro acima.¹⁴⁴ No entanto, é importante ressaltar, que os trabalhadores rurais muitas vezes não mantinham negócios diretamente com os armazéns de fumo de Cruz das Almas, existia a figura do Trapicheiro, uma espécie de atravessador que comprava o fumo do pequeno agricultor e até mesmo de alguns fazendeiros. Brandão afirma que;

O trapicheiro tem uma posição-chave no sistema econômico do fumo, pois, como atacadista, para ele converge a produção de muitos fazendeiros e lavradores independentes, aos quais, não raro, ele

municípios; a metade estava em Cruz das Almas, Feira de Santana e São Gonçalo dos Campos. Em 1982, sobravam 18 firmas.”

¹⁴³ Brandão, M. A (Org.). **Recôncavo Baiano: Sociedade e Economia em Transição**. Salvador: Fundação Jorge Amado, Academia de Letras da Bahia: UFBA.

¹⁴⁴ SANTANA, Alino Matta. **Livro do Centenário: Marcos do Progressos de Cruz das Almas**, Ed. Bureau, Bahia 1991.

financia a produção, adiantamentos que são pagos com a entrega no trapiche do fumo colhido na safra.¹⁴⁵

Nesse sentido, observa-se que apesar do agricultor buscar a todo custo não ser explorado nas fazendas dos agropecuaristas, o mesmo era levado a vender sua produção para atravessadores que obtinham grandes lucros comprando e revendendo sua produção de fumo. O agricultor, muitas vezes, ficava devendo ao trapicheiro quando a este pedia financiamento para o plantio e a lavoura não produzia o esperado. Sr. Mauro nos fala do seu tempo de trapicheiro; "é eu foi trapicheiro, comprava muito fumo, a gente dava adubo, semente ao trabalhador, o trabalhador plantava, aí agente comprava na mão dele e vendia em Cruz, é vendia em Cruz".¹⁴⁶

O trapicheiro era um intermediário entre os armazéns localizados em Cruz das Almas e os agricultores. Muitos lavradores por não conseguirem entrar na conta dos financiamentos dos Armazéns restavam-lhes apenas a oportunidade de produzir e vender o fumo aos atravessadores. Apesar de financiarem a lavoura do agricultor, os trapicheiros compravam bem mais barato o fumo e revendendo nos armazéns.

Em relação ao cultivo do fumo há diversas fases até que ele seja levado para as fabricas ou armazéns. Primeiro faz-se a leira para produzir as mudas, em seguida quando as mudas estão fortes e no tamanho ideal acontece a plantação. Quando o fumo estiver com cinco a seis folhas tem início a capação, ou seja, tira-se o primeiro “olho” da planta para evitar que a mesma cresça demais. Em seguida faz-se o “desolhamento”. Esse procedimento consiste em retirar os “olhos” que nascem do lado das folhas. Por ultimo, começa-se a fazer o corte das folhas até que se corte o pé por inteiro. Após o corte as folhas são colocadas para secar. Depois de secas é feita as “bonecas” para depois ser encaixotadas. Todo esse processo até chegar o período da entrega do fumo as empresas leva-se em média de cinco a seis meses. A fotografia abaixo mostra uma família fazendo as bonecas com as folhas de fumo;

¹⁴⁵ Brandão, M. A (Org.). op.cit.

¹⁴⁶ Narrativa do Sr. Mauro.



Figura 36 – Fotografia de uma família monocando / bonecando o fumo na Caatinguinha – Muritiba no final da década de 1950 - Enciclopédia dos Municípios - IBGE / 1958.

Para muitas famílias da zona rural a produção e a venda do fumo era a base econômica que tinham para sustentar suas famílias. Um trabalho constante e diário nos roçados sob o sol escaldante, as mãos calejadas pelo uso da enxada, a pele marcada pelo cerrou que o fumo libera, tudo isso castigava o corpo deixando marcas impossíveis de ser “apagadas”. Como se não bastasse, o fumo era pendurado nas varandas e no interior das casas. O cheiro forte do fumo levava muitos lavradores à desenvolver problemas respiratórios entre outras enfermidades.

Se para poucos o cultivo do fumo permitiu a aquisição de bens materiais como carros, motos e casas, para outros a roça de fumo era mais uma para complementar a renda oriunda da mandioca, citrus e outras culturas de subsistências. Para alguns trabalhadores rurais o tempo da fartura é o agora quando comparam com o tempo da escassez que ficou no passado. Segundo Dona Angélica:

Hoje eu acho melhor, era. Hoje eu acho melhor porque antigamente o que era que se vivia; de pé de fumo, mandioca, hoje dia tem tudo, tem mandioca, tem fumo, tem limão, tem laranja, tudo né? Então aquele tempo era o dinheiro era mais pouco que se fazia. Quem? Ninguém nunca vendeu arroba de fumo por... por cinquenta, nem sessenta real.

147

Dona Angélica fala que naquele período – anos de 1970 e 80 – “o dinheiro era mais pouco”. O seu relato traz evidências de um tempo em que viver da roça era muito difícil, o que, muitas vezes, levava o trabalhador rural a migrar, já que este ato poderia se configurar enquanto benéfico em relação ao ficar — assim como o fez D. Lurdes, ainda que tenha precisado deixar seus amigos, compadres e parentes.

É certo que para alguns a única alternativa que tiveram para sobreviver foi à migração, seja pela irrisória posse de terra, seja por que se negavam a vender sua mão-de-obra para outros agricultores ou fazendeiros. Porém, para outros, apesar da necessidade econômica decidiram permanecer no seu “lugar” mesmo tendo que passar por inúmeras dificuldades. Dona Angélica em sua narrativa afirmou:

[...] eu nunca é, nunca tive coragem de ir, eu tenho amizade no meu lugar, eu trabalho, eu sei que pouco ou muito eu tenho, nunca achei quem falasse ruim do meu trabalho, né? Nem dá minha roça, eu agradeço tanto a Deus que, ou pouco ou muito eu tenho, porque minha terra também é pouca, né? ¹⁴⁸

O sentimento de se distanciar dos amigos, dos compadres e parentes, em fim, de deixar suas raízes, seus festejos, sua terra e o seu modo de vida era um fator relevante que contribuía para tomada de decisão do trabalhador rural de São José do Itaporã em permanecer ou migrar. É evidente que o fato de ter possibilidades de adquirir uma renda capaz de promover a sua sobrevivência no campo - mesmo que em alguns casos insuficiente - pesava na decisão de ficar, porém não se pode condicionar a sua permanência apenas a circunstâncias econômicas, pois estavam em jogo elementos simbólicos de sua existência substancializados por sentimentos de pertença que eram tão importantes quanto à necessidade de si alimentar. Migrar provavelmente era a última opção para um agricultor na Vila de São José do Itaporã.

Na fala de D. Angélica pode-se notar seu apego aos amigos quando a mesma acentua “eu tenho amizade no meu lugar”. Apesar de não possuir grandes extensões de terra, como afirma também; “porque minha terra também é pouca, né?” Dona Angélica, assim como inúmeros trabalhadores rurais de São José do Itaporã foi uma que permaneceu na zona rural em meio às adversidades na espera por dias melhores. ¹⁴⁹

Desta forma, viver na Vila do São José do Itaporã, sem possuir e usufruir de terra suficiente para plantar roças de fumo, de mandioca e culturas de subsistência, significava,

¹⁴⁸ Idem

¹⁴⁹ CHAUI, M. **Conformismo e Resistência: Aspectos da Cultura Popular no Brasil**. SP. Ed. Brasiliense, 1994. ver o IV Capítulo, no qual a autora faz uma discussão do conceito de conformismo e resistência demonstrando a ambigüidade dos termos.

sobretudo, ter que se sujeitar a trabalhar nas lavouras e nos pastos de fazendeiros. Como percebe-se na narrativa de Isabel Ribeiro:

Muitos dos lavradores aqui não tinham terra e alguns venderam o que tinha, ia trabalhar para Ginú, Genuário da Caatiguiha (fazendeiro), Sinhozinho (fazendeiro), Eles trabalhavam nas roça, nos pastos deles, é! Não ganhava quase nada.¹⁵⁰

Isabel fala dos trabalhadores que não tinham terreno. Estes últimos parecem ser aqueles filhos dos muitos migrantes da seca que não herdavam dos seus pais nenhuma “porção” de terra, uma vez que eles (os pais) trabalhavam de meeiros e rendeiros e dificilmente conseguiam acumular certo capital que pudesse lhes proporcionar a compra de um “pedacinho de chão”. Esta falta de terras para trabalhar de forma autônoma forçava o trabalhador, na maioria das vezes, ter que se sujeitar à venda da sua força de trabalho e, em última instância, ter que migrar para as cidades.

Já o pequeno proprietário herdeiro se via com pequena extensão de terra que mal lhe possibilitava retirar o sustento da família. Sabendo do interesse dos fazendeiros em comprar terras para transformá-las em pastos, estes pequenos proprietários acabavam vendendo o seu patrimônio e se entregando ao trabalho nas fazendas circunvizinhas ou migrando para zona urbana, como já pontuado.

Nesse sentido, pode-se observar o que diz Edinelia Oliveira em seu estudo sobre a relação do trabalhador rural e o proprietário de terra quando analisa o Município baiano de Dom Macedo Costa:

Ora, o trabalhador rural cumpre fidedignamente com suas obrigações, aceitando as regras impostas pelo dono da terra, num processo de conformismo com a situação que pode significar também uma tática de luta pela permanência daquela condição de vida construída na relação, já que fora dali ele poderia enfrentar dificuldades maiores; ora, o trabalhador rural cria brechas de resistência às regras estabelecidas.¹⁵¹

A análise de Edinelia Maria sobre os trabalhadores rurais do Município de Dom Macedo Costa mostra como se dava a relação do trabalhador rural, proprietário de pequenas extensões de terra, com os fazendeiros daquela localidade, uma vez que estavam sujeitos a expropriação de sua força de trabalho, bem como tendo que lutar para não vender suas terras.

¹⁵⁰Narrativa de Isabel Ribeiro.

¹⁵¹SOUZA, E. M. O. **Memória e Tradições Viveres de trabalhadores rurais do Município de Dom Macedo Costa-Ba, 1950-1960**. Programa de Mestrado Interinstitucional em História Social PUC/SP 1999. P. 4.

No entanto, a mesma autora também pontua que havia formas de resistência em relação à essa expropriação e a tentativa de compra de suas terras que se manifestavam, muitas vezes, num conformismo em permanecer trabalhando para o fazendeiro e em outros casos dando o filho para ser batizado pelo mesmo. Eram atitudes permeadas de simbolismo que lhes permitiam tirar certo proveito da situação em que se encontravam, na medida em que, sendo compadres, as relações poderiam ser mais “amenas” no que se refere as tentativas de compra das terras, bem como a exploração de sua mão-de-obra.

Para Souza essas relações estavam carregadas de interesses mútuos, pois para o fazendeiro ter uma família ligada a ele pelo vínculo do compadrio era ter pessoas de confiança o que era importante dentro do contexto das décadas de 1960 e 1970, enquanto que para o lavrador significava ter alguém importante na localidade e na região que podia lhe defender em situações de prováveis conflitos e de escassez. A realidade analisada por Edinelia Maria tem muita semelhança com o que observamos na relação entre o fazendeiro e o trabalhador rural de São José do Itaporã

Neste sentido, a observação participante bem como as narrativas dos lavradores da Vila de São José do Itaporã fez perceber que no seu cotidiano eles buscavam incessantemente a permanência no campo, pois tentavam a todo custo não abandonar suas "raízes", mesmo não tendo terras suficientes para trabalhar, sendo muitas vezes obrigado, em alguns momentos, a vender a sua força de trabalho para os fazendeiros locais e em outros casos vender parte de suas heranças de terras.

Eles lutavam no seu cotidiano silenciosamente em um conformismo inquietante que se manifestava como resistência em diversas dimensões de suas vidas, pois traziam em si valores e sentimentos que "forjavam" na prática diária do trabalho todo um conjunto de símbolos e costumes que é "o pano de fundo" de todo um modo de vida singular.

Essa forma de viver peculiar possibilitou a muitos trabalhadores rurais, herdeiros ou não de terras de São José do Itaporã, a permanecerem no campo com pequenas extensões de terras. Resultado de uma fragmentação por conta gerações que recebiam lotes de terras como heranças, o território da Vila de São José de Itaporã acabou por si esfacelar em uma multiplicidade de pequenas possessões que praticamente impossibilitava o lavrador retirar o sustento para suas famílias entre os anos de 1970 até 1990.

Portanto, esses trabalhadores rurais, mesmo possuindo pequenas extensões de terras, lutaram a todo instante para permanecer no seu “lugar” construindo dentro das relações sociais, culturais e econômicas possibilidades de sobreviver na sua terra.

1.1 - O trabalho no roçado e as estratégias de sobrevivência no campo.

Falar sobre os trabalhadores rurais do São José do Itaporã é falar de pessoas simples que constroem com o trabalho diário na roça a sua sobrevivência, bem como os elementos que corroboram para permanência de seus costumes e de suas tradições.¹⁵²

Pode-se dizer que trata-se de uma comunidade que tinha suas hierarquias e diferenças de riqueza e patrimônio. A grande maioria são pessoas que possuem pequenas extensões de terras. A cultura dos trabalhadores rurais da Vila de São José de Itaporã se reelabora no devir das gerações¹⁵³, mas em sua essência traz sempre um residual como a evidência de uma cultura forjada no passado-presente¹⁵⁴ em meio às lutas pela sobrevivência no campo.¹⁵⁵

O contato com os trabalhadores rurais do distrito de São José do Itaporã se deu devido às intensas viagens à localidade, - pois temos laços íntimos de família com alguns trabalhadores da referida localidade. Logo nos primeiros contatos percebe-se que entre os trabalhadores rurais existe uma cultura que se perpetua pela oralidade, na qual a sabedoria, e as experiências dos mais idosos são passadas para as novas gerações.

As tradições, costumes, superstições e a mitologia eram transmitidas entre estes lavradores no cotidiano de trabalho na roça. A escola onde é ensinado os costumes e valores se apresenta nos lugares onde se faz qualquer atividade, seja de trabalho, seja de lazer. O "fio" condutor desta transmissão é, sobretudo, a oralidade, a qual se assenta o sentimento de pertencimento a um determinado grupo que está circunscrito a um espaço específico dentro de um mesmo campo de valores e costumes.

Este sentimento de pertencimento é o que constitui elementos característicos da identidade dessas pessoas que mesmo sofrendo os diversos "ataques" da cultura de massa — imposta pela mídia em geral — continuam resistindo mesmo que absorvendo alguns elementos e reelaborando outros. As ressignificações de seus modos de vida, mantendo e absorvendo novos valores e costumes se mostrou mais perceptível nos anos 1980 com a chegada da energia elétrica o que permitiu o acesso as tecnologias como; televisão, rádio, DVD, geladeira, ferro e, fogão elétrico entre outros bens de consumo que modificaram o cotidiano desses agricultores.

¹⁵² THOMPSON, E. P. **Costumes em Comum**. SP. Companhia das Letras, 1998.

¹⁵³ Cultura aqui entendida enquanto afirmação de Peter Burke em seu livro *Cultura na Idade Moderna*.

¹⁵⁴ Aqui uma referência a Raymund Williams que trabalha o conceito de residual em seu livro *Marxismo e Literatura*. p. 125.

¹⁵⁵ THOMPSON, E.P. **A Miséria da Teoria**. RJ. Zahar, 1981.

Essas mudanças se apresentaram em um tempo conturbado nessa localidade, pois foi quando se efetivou o processo de ramificação das propriedades da localidade no São José. Por conseguinte, foi neste momento que a expropriação da força de trabalho de alguns lavradores dessa localidade se deu de forma mais intensa, uma vez que muitos filhos que herdavam dos pais as suas possessões de terra não conseguiam sobreviver somente com a produção da mesma.

No entanto, muitos pequenos proprietários buscaram - e buscam - viver do seu próprio roçado no cultivo do fumo e da mandioca na tentativa de não se lançarem na venda de sua força de trabalho nas fazendas da região. Segundo relata Dona Angélica; “É, eu nunca trabalhei pra ninguém, toda vida trabalhei pra mim mesmo”. D. Angélica, apesar de possuir uma ínfima extensão de terra buscava trabalhar na sua roça, em vez de si deixar ser expropriada pelos fazendeiros da região.¹⁵⁶

O esposo de Dona Angélica explica que ele trabalhou muito nas roças dos Fazendeiros; “Eu, trabalhe sim, capinando, derrubando árvore, eu trabalhei, foi, mas não o tempo todo não, era quando fica difícil as coisas, sabe?”. Enquanto a esposa trabalhava em sua própria terra o marido trabalhava em terras de fazendeiros e de outros lavradores que lhe pagava o dia.

Para muitos trabalhadores rurais de São José migrar no período de seca na década de 1980 foi a solução. Entretanto, outros por não terem uma profissão permaneceram em suas terras. Dentro dos lavradores entrevistados, a maioria permaneceu em Itaporã, mas 35, 10% migrou e depois retornou para o distrito.

Trabalhadores e a Migração em 1980		
Dados	Frequência	%
Migraram e retornaram	33	35,10
Permaneceram	61	74,90
Total	94	100.00

Figura 37: Tabela – fonte: dados do questionário fechado aplicado entre os lavradores entre maio e Junho de 2013.

Para alguns lavradores possuir uma segunda profissão permitia nesses momentos de crise procurar trabalho na cidade. Foi o caso de Raimundo Virgílio Ribeiro (Quito de Noca) ,casado, 55 anos, ex-lavrador e motorista, aposentado, residente em São José do Itaporã. Ele

¹⁵⁶ Narrativa de D. Angélica Vituriana da Silva.

no período de seca tinha uma segunda profissão, pois era motorista. Para um lavrador aprender a dirigir não era fácil, tendo em vista a dificuldade de encontrar alguém para ensinar. tirar a Carteira de Habilitação era como terminar uma graduação, pois abria muitas possibilidades de emprego na cidade. Estratégia de Raimundo para aprender foi torna-se ajudante de Caminhão. Em suas palavras: “Eu aprendi a dirigir como ajudante de caminhão, com Edmundo Sacramento em 1975, ai tirei a minha carteira e fui ser motorista.”¹⁵⁷

No período da Seca em 1980 com a urgência de encontrar um trabalho que lhe permitisse ganhar algum dinheiro para ajudar a família o levou a migrar para Santo Estevão e trabalhar de servente.

Na seca, misericórdia, foi ruim, foi ruim mesmo, eu me afastei naquele tempo para Santo Estevão em 1980 até 1983. Trabalhei de Servente, mas depois não achei trabalho para dirigir voltei e fui ser diarista nas fazendas, Trabalhar para outros agricultores.¹⁵⁸

Apensar de possuir uma segunda profissão Raimundo não conseguiu um trabalho de motorista, de modo que teve que se submeter a trabalhar de ajudante de pedreiro. Segundo ele o fato de não encontrar um trabalho de motorista o levou a retornar para Itaporã para trabalhar de diarista nas fazendas.

Outro caso foi o de Armando Santos, casado, 62 anos, residente em São José de Itaporã, lavrador aposentado. Ele não tinha outra profissão de maneira que preferiu permanecer em São José de Itaporã. Sobre sua experiência ele narrou; “Eu, eu em 1981 fiquei *remando* - lutando para sobreviver . Vendendo dia nas roças dos colegas e dos fazendeiro daqui como Sinir, ai como muita luta deu pra vencer.”¹⁵⁹

Como disse Armando “fiquei remando”. Essa expressão indica que a luta foi grande para sobreviver em Itaporã nos anos de 1980. Trabalhando nas fazendas e nas roças de amigos Armando conseguiu sustentar sua família mesmo passando por muitas dificuldades. Por conseguinte, diferente do Armando Santos outro sujeito social chamado Armando Alves Machado, Casado, 71 anos, residente em São José do Itaporã, lavrador aposentado experimentou a crise da seguinte forma; “Em 1980 eu tinha que me vira, era uma seca, não

¹⁵⁷ Raimundo Virgílio Ribeiro (Quito de Noca) ,casado, 55 anos, ex-lavrador e motorista, aposentado, residente em São José do Itaporã.

¹⁵⁸ Idem

¹⁵⁹ Armando Santos, casado, 62 anos, residente em São José de Itaporã, Lavrador aposentado.

tinha nada, então eu tinha barraca de carne, eu vendia cachaça e fazia jogo do bicho, era a roça não dava nada!”¹⁶⁰

Armando Alves buscou diversificar a sua atividade, em vez de apenas tentar trabalhar na lavoura mesmo com a seca, tornou-se comerciante de carne, começou a vender cachaça e fazer jogo do bicho. A estratégia de Alves talvez tenha sido resultado de suas experiências de trabalho na cidade. Segundo ele;

Em 1977 á 1975 trabalhei na Brasil gás em Salvador, depois eu fui para São Paulo em 1969 até 1973 trabalhei ganhei um trocado. Eu nunca quis ficar lá, não dava pra ficar , pois minha família estava aqui o negocio era ir e voltar.¹⁶¹

Muitos dos entrevistados tiveram passagem em Salvador e São Paulo trabalhando em indústrias e na construção Civil. Não obstante o fato de até ganhar dinheiro como foi o caso de Alves não o fez fixar residência na Cidade, para ele o “negocio era ir e voltar”. Para perto da família.

Poucos lavradores conseguiram livrar satisfatoriamente suas famílias das conseqüências da Seca. O caso de Antonio Ferreira Conceição, casado 60 anos, residente em São José de Itaporã, Lavrador e ex-operário da Leste, me parece atípico, pois segundo ele;

Fui Operário da leste em 1980. Eu era funcionário, ganhava bem em Salvador. Eu não passei pela seca, mas quando sai da empresa ficou tudo ruim, ai voltei para agricultura em 1990. Eu não fiquei em Salvador em outro emprego por causa da poluição e do movimento, né?!¹⁶²

Em um tempo de crise econômica onde inflação corroia os salários Antonio diz que ganhava bem. Talvez o “ganhar bem” dito por ele significava ganhar o necessário para suprir as necessidades básicas da sua família, tendo em vista que ele passou dez anos na Leste, mas ao ser demitido veio para São José trabalhar na Agricultura. Antonio disse que não permaneceu em outro emprego em Salvador devido a Poluição e o movimento. Talvez o desejo de retornar para seu “Lugar”, para perto da sua família e seus amigos tem sido a razão que o fez de fato retornar para Itaporã.

¹⁶⁰ Armando Alves Machado, Casado, 71 anos, residente em São José do Itaporã, lavrador aposentado.

¹⁶¹ idem

¹⁶² Antonio Ferreira Conceição, casado 60 anos, residente em São José de Itaporã, Lavrador e ex-operário da Leste

Para esses e outro tantos lavradores se deslocar para as cidades foi a alternativa para amenizar os sofrimento causado pela seca e pela crise econômica, porém outros permaneceram em Itaporã e encontram na renda oriunda do trabalho no seu próprio roçado e nas de outros lavradores e fazendeiros, bem como nos circuitos das feiras regionais tudo a saída para enfrentar as dificuldades.

1.2 - Os circuitos das feiras livre e o comércio do excedente produzido pelos lavradores.

A sobrevivência com pequenos lotes de terras se dava também, na medida em que havia um circuito de feiras onde esses lavradores levavam seus excedentes para ser comercializado. Segundo seu Oswaldo;

Agente vendia farinha, é, o fumo, laranja e limão, e os bicho é, galinha mesmo vendia muito e às vezes matava um porco e vendia também a carne, no tempo do amendoim vendia também na feira e o milho, era assim mesmo, dava pra comprar uma roupinha no São João e o licor da rapaziada.¹⁶³

Os circuitos das feiras da região permitiram que os lavradores de São José do Itaporã vendessem seus excedentes, os quais contribuíram para a compra de roupas e calçados nas épocas de festas, sobretudo nos festejos Juninos. As feiras das cidades de Cruz das Almas, Sapeaçu, Cabaceiras do Paraguaçu, Muritiba, São Felix, e Santo Estevão se constituíram como espaços de sociabilidades, de encontros, de construção de redes de amizades entre os lavradores, bem como o *locus* por excelência para a realização de negócios de diversas natureza.

As feiras do Recôncavo e a própria feira da Vila de São José de Itaporã eram espaços para onde convergiam os lavradores com seus excedentes para negociarem e conseguirem sobreviver no campo. Abaixo a fotografia mostra a feira de Santo Estevão na década de 1985;

¹⁶³ Narrativa do Sr. Oswaldo da Silva.



Figura 38 – Fotografia da Feira Livre de Santo Estevão em 1985

A fotografia de meados da década de 1980 mostra o grande fluxo de pessoas vendendo e comprando na feira livre de Santo Estevão. Tudo indica que a intenção do fotógrafo foi mostrar o fluxo intenso da feira da cidade. Logo no primeiro plano vemos um espaço onde se vendia galinhas, mas adiante, em volta do Mercado principal se comercializava de tudo como verduras, carnes, grãos, citros, farinha, feijão, arroz, macarrão, além de negociarem animais e alguns poucos veículos.

Existia um fluxo razoável de caminhonetes nas feiras. Na fotografia, observa-se a existência de quatro veículos desse porte, os quais, em sua maioria, serviam para transportar tanto as mercadorias quanto os agricultores. Esse tipo de condução era conhecido como “pau-de-arara”. Na década de 1950 tudo indica que não havia esse fluxo de veículos nas feiras do Recôncavo.

Não obstante, em 1970, segundo o Senhor Osvaldo, na aglomeração urbana do distrito de São José pessoas começaram a realizar negócios vendendo suas mercadorias em lonas colocadas no chão e em pequenas barracas. Segundo Ele foi assim que a feira começou a existir em Itaporã. Segundo ele “o povo chegava e começava fazer comercio, negocio, era assim, colocava a lona no chão e vendia.”¹⁶⁴ A feira de São José acontecer aos domingos e atrai muitos lavradores para venderem o seu excedente. Comerciantes das cidades vizinhas

¹⁶⁴ Narrativa de Osvaldo da Silva, lavrador, residente em São José do Itaporã.

também aproveitam para venderem suas mercadorias. A fotografia abaixo mostra a aglomeração e o comércio na feira de Itaporã;



Figura 39– Fotografia da feira livre de São José do Itaporã - 2008

A venda de frutas e verduras é expressiva, mas na feira há também o comércio de roupas, calçados, carnes, galinhas, utensílios domésticos como baldes, panelas, bacias, além de barracas que vendem CD, DVD, e importados. Existem as barracas que comercializam lanches, fumo de corda e cachaça e licores. Há um mercado onde se negociam farinha de mandioca e seus derivados como beiju e tapioca, além de diversas carnes como de boi, do Sol, de porco e carneiro, além e miúdos como as vísceras (fato) do boi e do porco. Existem diversos supermercados na sede do distrito e diversas vendas. Desde 1970 que o distrito vem se desenvolvendo de modo que na Ata da Sessão Ordinária da Câmara de Muritiba de 21 de maio de 1970 o Vereador Elias Fraga fez o seguinte pronunciamento;

O excelentíssimo Edil Elias Fraga Nunes está feliz em citar um assunto tão importante, denunciou que Itaporã tem sido inundado pela cobrança de impostos continuado, apontou ser o prefeito uma pessoa cordata e compreensiva, e crê para que se chegue a um feliz acordo.

A fala do vereador Elias aponta para uma provável cobrança exagerada de impostos no distrito de São José do Itaporã. Esse pronunciamento aponta para um provável crescimento do comércio no Distrito, talvez por conta do crescimento e implantação da feira Livre que

dinamizou o comércio levando as autoridades a aumentarem a fiscalização e a cobrança de impostos. Tudo indica que o discurso do vereador não foi uma ação de oposição ao executivo, tendo em vista que o mesmo teve elogios ao prefeito, o que se entende com a leitura do texto e pensando o contexto da produção do mesmo fazendo um cruzamento com as narrativas de alguns moradores de Itaporã é que a partir de 1970 o distrito teve um surto de desenvolvimento econômico apesar da crise econômica e política em que se encontrava o país. A feira de São José se tornou tão importante que segundo Salvador (2008);

pode-se afirmar que a feira-livre de São José do Itaporã atende a uma demanda da zona rural. A grande maioria dos consumidores que consomem nessa feira-livre é advinda das áreas rurais, seja do município de Muritiba ou de outros municípios vizinhos. Ou seja, essa feira-livre apresenta características peculiares por ser uma centralidade urbana inserida numa região predominantemente rural.¹⁶⁵

A feira de Itaporã se tornou um centro – conforme diz Salvador – de comércio aos dias de domingo. Ela faz convergi lavradores que ficam próximo a aglomeração Urbana do distrito, bem como dos povoados próximos pertencentes aos municípios de Cruz das Almas, Sapeçu e Cabaceiras do Paraguaçu.

Por conseguinte, em Cruz das Almas, em 1958, um fotógrafo registrou na feira a presença de apenas uma bicicleta como se pode vê abaixo;

¹⁶⁵SALVADOR, F. **A Centralidade da Feira de São José do Itaporã - BA** – Monografia apresentada ao curso de Geografia –FAMAM. 2008.

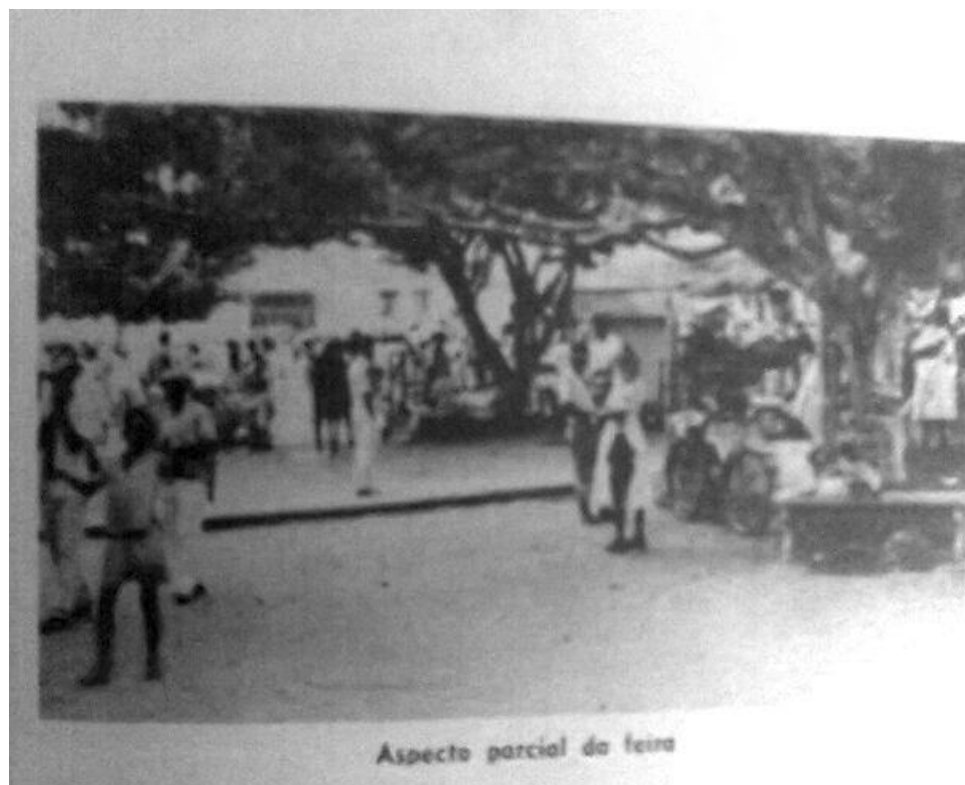


Figura 40 – Fotografia da feira livre de Cruz das Almas no final década de 1950 - Enciclopédia dos Municípios - IBGE / 1958

A feira de Cruz das Almas era modesta, sem muito movimento de pessoas. Havia poucas barracas de legumes e objetos. Percebe-se, no entanto, logo no primeiro plano da fotografia, a presença de homens com chapéu e trajas que apontam para a possibilidade de serem agricultores que viam da zona rural próxima a Cruz das Almas para vender o seu excedente de produção e comprar outros alimentos como feijão, arroz, macarrão, além tecidos, sapatos e outras tantas mercadorias. É possível que muitos trabalhadores rurais de São José viessem em dias de feira comerciar seus excedentes em Cruz das Almas.

Na década de 1980 a feira de Cruz das Almas ainda era modesta, mas muitos lavradores levavam sua produção para comerciar. Apesar de existir muitas barracas, grande parte da venda de legumes, frutas e outras mercadorias eram expostas no chão ou sobre os panacuns conforme pode se notar na fotografia abaixo;

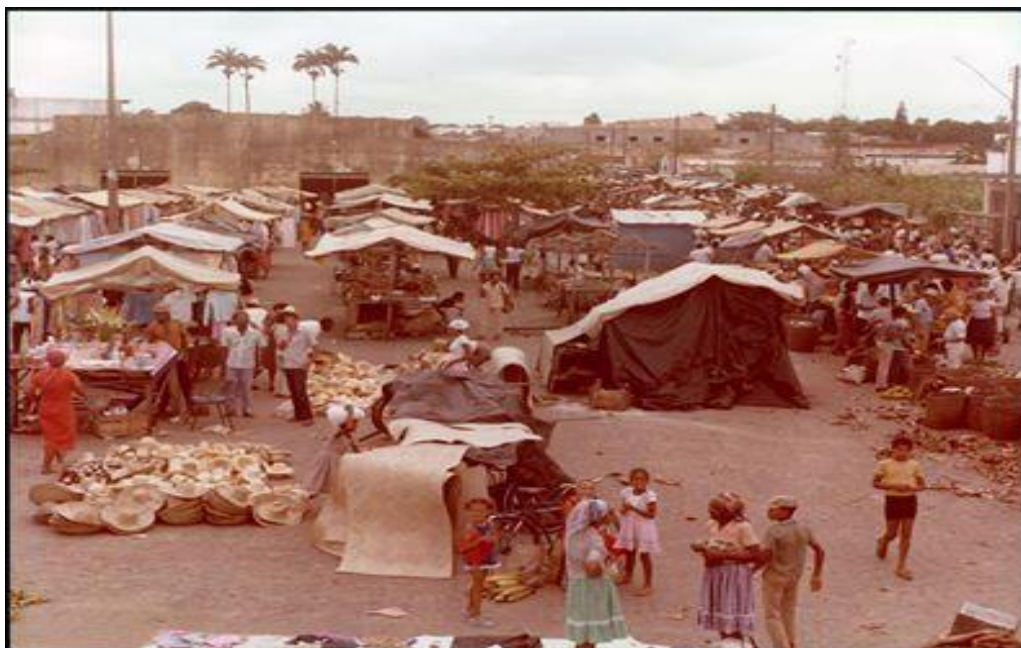


Figura 41 – Fotografia da feira de Cruz das Almas em 1987 – Fonte IBGE.

Por conseguinte, em relação feira de Muritiba parece que a mesma era um pouco mais movimentada que a feira de Cruz das Almas em 1950. A existência de um grande mercado Municipal fazia convergir muitos feirantes dos lugares mais distante do município afim de realizar seus negócios vendendo farinha, bata doce, aboboras, laranjas, limão. A fotografia abaixo é relevante para demonstrar a importância do mercado.



Figura 42 – Fotografia da feira livre de Muritiba no final década de 1950 - Enciclopédia dos Municípios - IBGE / 1958

Ao que parece a intenção do fotógrafo era justamente mostrar a grande construção do mercado Municipal, símbolo de prosperidade e modernidade do Município. Observa-se que a feira gravitava em torno do mercado. Os feirantes colocavam suas mercadorias no chão e ali mesmo negociavam. No primeiro plano da imagem constata-se a presença do jegue com o panacúm sobre os lombos. Esse animal era o meio de locomoção mais usado na época, e até hoje, ainda é usado por muitos lavradores que se dirigem as feiras nos dias de sábado e/ou domingo para vender seus produtos. Até 1970 o meio de transporte mais usado pelos lavradores para se dirigirem às feiras era o cavalo e o burro. Somente a partir da década de 1970 e 1980 que outros veículos como o automóvel e a moto começam a ser usados por alguns poucos agricultores que podiam adquiri-los. Não obstante, o uso do cavalo ainda permanece no século XXI conforme a fotografia abaixo:



Figura 43 – Fotografia da feira livre de Muritiba no final década 2012 - adquirida durante a pesquisa de campo.

Apesar das transformações nos meios de transporte devido à instalação da indústria automobilística no Brasil, principalmente a partir da década de 1960, os meios tradicionais de locomoção ainda permanecem sendo uma opção para muitos agricultores do Recôncavo em pleno ano de 2012. O cavalo e o burro ainda permanecem sendo o meio de transporte para muitos lavradores para se deslocam para o espaço urbano.

A pesquisa de campo fez perceber a quantidade expressiva de animais nas feiras da região demonstrando que as viagens de “animá” ainda é uma opção para muitos trabalhadores rurais, seja pela força da tradição da montaria, seja por não possuir recurso para comprar uma moto ou um carro.

Nesse sentido, para o trabalhador rural de São José do Itaporã a vida era marcada por constante trabalho, seja na roça de fumo e mandioca, bem como em outras culturas de subsistências como batata, macaxeira, amendoim e milho. Esses agricultores, apesar do trabalho duro nos roçados ainda tinham que viajar constantemente para as feiras próximas a fim de vender seus excedentes.

Portanto, os circuitos das feiras das cidades circunvizinhas a Vila de São José de Itaporã permitiram que muitos desses lavradores adquirissem algum dinheiro para cobrir as necessidades básicas de suas famílias. Essa vida de lavrador durante uma parte da semana e em outros dias como comerciantes foi uma das estratégias econômicas que possibilitou esses trabalhadores a permanecerem na zona rural mesmo possuindo pequenos lotes de terra.

1.3 – Os trabalhadores rurais e a perspectiva de estudo.

Tendo uma vida marcada pelo trabalho, às cinco horas da manhã já é tarde para um lavrador da Vila de São José do Itaporã levantar-se para trabalhar. Sujeito transformador do espaço em que vive, iniciava seu dia de trabalho com suas orações e suas crenças — como observa-se na fala de Dona Francisquinha; “é meu filho, agente aqui benze o dia, é sim! Os mais velho sempre dizia que o home não pode deixar o sol passar por cima da cabeça se não, não cria família, né? Tem que benzer o dia”.¹⁶⁶

Como matriarca Dona Francisquinha está sempre tentando fazer seus netos aprenderem um conjunto de rezas que ela aprendeu com sua mãe. Em seu depoimento nota-se que o "nascer" do sol na Vila do São José está relacionando com a prosperidade, pois o homem tem que acordar cedo e ir para “trabalhar buscando o seu sustentar a sua família”. O trabalho vinha junto com o dia e, tendo os valores do “catolicismo” bem como práticas oriundas de religiões de matriz africana como "pano de fundo" de muitas ações destes trabalhadores, era preciso “benzer o dia” para que este trouxesse prosperidade e alívio para o “duro” trabalho no roçado.

O trabalho no distrito de São José do Itaporã não se manifesta como algo fechado em si, uma vez que, não se revela unicamente enquanto fenômeno para a manutenção da vida, contudo, constitui-se ainda como um dos momentos em que os “sujeitos” sociais constituidores deste espaço trocam experiências, manifestam solidariedade e, sobretudo, si divertem. Entretanto, isto não implica em dizer que inexistia exploração e tensões entre os

¹⁶⁶ Narrativa de D. Francisquinha Filha Virgilio.

próprios lavradores, já que em todos espaços sociais estão presentes relações de poder que permeiam as vivências dos homens e mulheres, seja no campo, seja nas cidades.¹⁶⁷

Por exemplo, em São José do Itaporã a marcação de uma cerca que tomava alguns metros do terreno alheio, o não convidar um vizinho para um adjutório ou uma festividade como o caruru de Cosme e Damião, bem como um batizando ou um casamento resultava entre os lavradores motivo suficiente para desenvolverem uma atitude áspera em relação ao outro.¹⁶⁸

Essas tensões também se apresentavam no cotidiano quando um determinado agricultor fazia um bom negócio e ganhava um bom dinheiro, tornado-se, como os lavradores dizem, o “barão” da localidade. O fato de possuir mais dinheiro, mais terra e até mesmo um meio de transporte próprio o tornava, de modo simbólico, um líder da comunidade, mas de alguma maneira convergia em trono dele diversos lavradores interessados em acabar com o seu prestígio e tomar o seu lugar de liderança.¹⁶⁹

Ora, se por um lado prevalecia o sentimento de solidariedade entre os lavradores, isto não implica em dizer que não havia contendas até mesmo entre as famílias, as quais sendo um “campo de tensão”, estavam em alguns casos em “pé de guerra” quando se tratava, sobretudo, da divisão de heranças de terras e outros bens familiares.

Não obstante, sobre os relatos dos trabalhadores, temos a consciência de que muito do que fora por eles externado em suas narrativas de vida encontra-se fortemente marcado pelo presente, pois, como nos chama a atenção Alistar Thomson (1997):

Nossas reminiscências também variam dependendo das alterações sofridas por nossa identidade pessoal, o que me leva a um segundo sentido mais psicológico da composição: a necessidade de compor o passado com o qual possamos viver. Esse sentido supõe uma relação dialética entre memória e identidade.¹⁷⁰

As reminiscências dos trabalhadores aqui estudados estão marcadas por uma composição “forjada” no presente, que passa pelas suas indagações e embates do cotidiano. O trabalho na roça, na Vila de São José do Itaporã, se iniciava logo na infância — muitos dos nossos entrevistados afirmaram ter iniciado seu trabalho nos roçados em torno de dez à doze anos. Foi por meio do trabalho nas lavouras que os filhos apreendiam muito da cultura da região, os aboios, as cantigas, os versos e, sobretudo, os valores que eram transmitidos ali no

¹⁶⁷ FOUCAULT, M. **A Microfísica do Poder**. RJ: Ed. Graal, 1979.

¹⁶⁸ Observação participante e conversas informais com os lavradores anotadas na caderneta de campo.

¹⁶⁹ idem

¹⁷⁰ THOMSON, A. **Recompondo a Memória: Questões sobre a relação entre a História Oral e as Memórias**. Projeto História, SP. 1997.

“cabo da enxada” — um junto ao outro — ouvindo sempre os pais dizerem “tem que trabalhar para melhorar a vida”.¹⁷¹

Até meados do início da década de 1980 não havia muita perspectiva de estudo, pois não havia escolas na Vila, para estudar era necessário ir para Cruz das Almas, pois era a cidade mais próxima. Foi somente no final da década de 1970 que se construiu uma escola de ensino fundamental na Vila de São José de Itaporã conforme a fotografia abaixo;



Figura 44 – Fotografia da inauguração de uma escola em São José do Itaporã / 1970 - adquirida durante a pesquisa de campo / Encontra-se na Arquivo da Câmara Municipal de Muritiba - Bahia.

A inauguração foi marcada por grande festividade. Na foto percebe-se que estiveram presentes as lideranças do Município de Muritiba como - da esquerda para direita - o vereador Plácido de Queiroz, a Professora Etelvina, o Sr Carlito, e o então Prefeito Clementino Pereira Fraga, além de crianças e senhoras que manifestavam alegria pela possibilidade de estudar. A participação da comunidade foi expressiva, pois era um marco para a Vila de São José receber uma escola de Primeiro Grau. A fotografia abaixo aponta a multidão que compareceu para a inauguração:

¹⁷¹ Narrativa de D. Francisquinha Filha Virgílio.



Figura 45 – Fotografia da inauguração de uma escola em São José do Itaporã /1970 - Encontra-se no Arquivo da Câmara Municipal de Muritiba - Bahia.

A escola Joaquim Pereira da Silva foi de grande importância para a população de São José no início da década de 1980, pois construiu possibilidades para os lavradores estudarem sem ter que se deslocar cotidianamente para os municípios vizinhos, sobretudo para o Colégio Alberto Torres localizado em Cruz das Almas. Estudava-se até o quinto ano do ensino fundamental, antes chamado de quarta série do primeiro grau. Isabel Ribeiro diz que; “Foi nesta escola que meu irmão Manoel estudou até a quarta série. A professora Etelvina era conhecida pela sabedoria, é ela jogava duro com os alunos.”¹⁷²

Os homens se dedicavam um pouco mais à escola, porém, mal terminavam a quarta série. Já as mulheres, essas não podiam sonhar em estudar “para não mandar bilhete, nem namorar”.¹⁷³ Para elas a vida se resumia numa constante preparação para o casamento e para o trabalho na roça. Sobre a questão do estudo e do namoro pode-se observar o que diz Isabel Ribeiro; “porque achava quê! Pra quê ficar na escola? Não ia resolver nada, tinha mesmo que trabalhar mesmo. Dizia também para as moça não ir namorar”.¹⁷⁴ Os pais não acreditavam que o estudo pudesse mudar a vida dos seus filhos, mas tão somente o trabalho no roçado é que os levaria ao “progresso econômico”. Os meninos, filhos de pequenos posseiros de terra, se lançavam logo ao trabalho na lavoura de fumo e mandioca. Eles trabalhavam no roçado dos pais e em roçadinhos que plantavam para si.¹⁷⁵

¹⁷²Idem

¹⁷³Narrativa de Isabel Ribeiro

¹⁷⁴Idem.

¹⁷⁵Heredia, Beatriz Maria Alásia de. **A Morada da Vida: Trabalho Familiar de Pequenos Produtores do Nordeste do Brasil**. RJ: Paz e Terra, 1979. A autora discute questões referentes ao roçado e ao roçadinho no capítulo V, que nos deu grande contribuições para entender aspectos da produção familiar dos trabalhadores rurais do São José do Itaporã.

Com a venda do produto retirado dos roçados os adolescentes comprovam “uma roupinha no São João e no Nata.”¹⁷⁶O trabalho no roçado não era exclusivamente dos meninos, as meninas também trabalhavam na lavoura, como percebe-se na fala de Isabel Ribeiro: “eu trabalhava na roça, plantava fumo, feijão, amendoim, era, eu trabalhava na enxada”.¹⁷⁷

A vida na roça com o agravante de possuir pequenas extensões de terra impunha a necessidade de toda família trabalhar numa busca incessante por dias melhores. Portanto, a escola para os trabalhadores rurais de São José do Itaporã não se configurava como um meio para que se chegasse a melhor condição de vida, Dona Francisquinha ainda diz: “Que escola foi que eu tive meu filho, minha escola foi o cabo de enxada, tinha uma escola aí para cima, mais quem ia lá, um ou outro que ia”.¹⁷⁸

A escola para os mais idosos era um sonho, porém tudo indica que existia alguma forma de ensino na Vila entre as décadas de 1940 e 1950, período da mocidade de Dona Francisquinha que nesta época tinha seus vinte anos de idade. Por conseguinte, as evidências apontam que a geração subsequente a de Dona Francisquinha alcançou nível maior de escolaridade. Como Dona Francisquinha, várias pessoas passaram pelo o mesmo problema em relação à educação, viveram quase toda a vida nos roçados. Para ela, e para quase toda as pessoas daquela localidade, o que bastava era o mínimo necessário para se viver, algo mais era supérfluo, estudar seria luxo e o desejo de aprender talvez fosse somente sonho.

Hoggart descreve como se dava o comportamento dos trabalhadores ingleses frente à educação. Para ele a educação entre os trabalhadores Ingleses não era vista como uma possibilidade de conseguir ascender economicamente. Nota-se, portanto, que a idéia inglesa de educação entre os trabalhadores rurais se mostra de forma parecida com à visão sobre a educação dos trabalhadores de São José do Itaporã nas últimas décadas do século XX.¹⁷⁹

Como foi dito o trabalho na roça demanda muito do corpo humano, os calos nas mãos dos trabalhadores, o rosto “queimado” do sol traz as evidências de um trabalho “duro” que nos últimos anos vem sendo rejeitado pelas novas gerações que preferem se dedicar a trabalhar no comércio na cidade até por que muitos dos jovens vêm concluindo o ensino médio. Benedito Amariano um trabalhador rural fala como se dava o trabalho na roça:

¹⁷⁶Narrativa de Isabel Ribeiro.

¹⁷⁷Idem

¹⁷⁸Narrativa de D. Francisquinha Filha Virgílio.

¹⁷⁹HOGGART, R. **As Utilizações da Cultura: Aspectos da Vida Cultural da Classe trabalhadora**. vol. I, Lisboa: Presença, 1973.

Antigamente o trabalho era encher cesto, era para pegar cesto cheio de laranja para jogar em cima dentro do panacum do jegue, tudo isso, encher carro. Pegava de madrugada para quando fosse no outro dia enfrentar a vida novamente, porque a gente... a gente trabalhava nesse negócio de lavoura, esses negócio... era pá, pá capinar, era pá encher.¹⁸⁰

As reticências representam momentos da entrevista em que Benedito Amariano refletia sobre o que iria falar em uma atitude que parecia estar compondo naquele momento o seu passado, fazendo recortes consciente ou inconscientemente do que era para ele conveniente deixar externar.¹⁸¹

O fragmento da narrativa de Amariano nos mostra como era "duro" o cotidiano de um trabalhador rural; carregar cestos de laranja, capinar tarefas da terra, era um trabalho exaustivo, mas sempre acompanhado de causos e músicas no cotidiano. Era preciso ter coragem para "no outro dia enfrentar a vida novamente". Benedito Amariano é um dos muitos trabalhadores que tem "pouca terra" para trabalhar, por isso o mesmo sempre lavrou terras de pequenos e médios proprietários da região. Sobre o seu trabalho ele diz: "a gente (ele) não tem muita terra, tinha que trabalhar para eles, tem que capinar terra, deixar as terra tudo limpa, que quando o patrão chegasse tava tudo limpo as terra".¹⁸²

No seu relato há uma "fusão" de tempos. As suas reminiscências se compõem de modo que o presente e o passado se fundem e se entrelaçam de forma que a sua fala não se apresenta como um composto diacrônico, no qual o tempo não é homogêneo, mas é sim uma fala que se dá em um composto dialético entre o seu passado e seu presente produzindo sínteses que apresentam diversas temporalidades em sua narrativa. Nesse sentido, pode-se dizer que a memória humana se compõe a partir do resultado da experimentação na vida cotidiana em suas múltiplas matizes temporais. Ela é resultado de uma "fusão" de tempos que se apresenta nas narrativas dos homens e mulheres no momento em que buscam externar uma experiência vivida.

A narrativa de Amariano apresenta a dimensão da relação do trabalhador rural com o patrão fazendeiro ou médio proprietário. Era preciso fazer tudo bem feito para quando "o patrão chegasse estivesse tudo limpo" — Era uma tentativa constante de agradar o empregador possuidor da terra, a fim de que o mesmo continuasse lhe deixando trabalhar e

¹⁸⁰ Narrativa de Benedito Amariano Fonseca, 30 anos, residente na localidade da Pindobeira, interior da Vila do São José do Itaporã, entrevista realizada em 20/05/2001.

¹⁸¹ THOMSON, A. **Recompondo a Memória: Questões sobre a relação entre a História Oral e as Memórias**. Projeto História, SP: 1997.

¹⁸² Narrativa do Sr. Bendito Amariano Fonseca.

retirar o seu sustento sem precisar migrar para outras cidades "abandonando" sua cultura e o seu povo.

A vida na roça não está circunscrita somente ao trabalho árduo, ela está envolta a diversas peculiaridades que tornam suportável, até certo ponto, o trabalho na lavoura. Estas peculiaridades estão "escritas" na memória coletiva dos trabalhadores rurais, manifestando-se no real concreto, nas festas, nas danças ao luar, na mitologia, enfim, em todo o aparato simbólico que permeia o imaginário destes trabalhadores.

Muitos dos lavradores conseguiram se manter com suas produção de fumo e farinha de mandioca. Para permanecer na Vila eles precisaram trabalhar nos roçados dos médios proprietários. Esta forma de trabalho não era marcada por uma relação salarial, configurava-se no que os trabalhadores de São José chamavam de "bistunta". Sobre essa relação de trabalho fala o Sr. Osvaldo:

Ganhando dinheiro a gente vai assim, fazendo bistunta, chega ali, como aquela laranja que tá ali (apontando com o mão), o cabra falava assim; -quanto você pega aquela laranja ali? A gente fala assim: - Eu pego por quarenta real. O cabra falava assim; há não, eu dou trinta e cinco. E a gente dizia: - não, dê trinta e oito. Aí, aí subia e descia, a gente ficava, aí capinava aquela terra toda, quando a gente achava outro, quando não achava ficava em casa parado, o negocio só é ruim isso na roça, por que também não dá direto.¹⁸³

O relato do Sr. Osvaldo nos esclarece o que era a bistunta, — um termo desconhecido dos nossos dicionários. Ao que parece era uma forma de empreitada, na qual após uma negociação em relação ao valor pago pela realização do serviço, o trabalhador rural se comprometia em realizá-lo através de um contrato oral.

Para cumprir de forma "rápida" a bistunta, o trabalhador se valia de toda a família para executar o trabalho.¹⁸⁴ Dessa forma, o grupo familiar estava sempre coeso, sendo fácil a transmissão oral das tradições e dos costumes. Como acentua E. P. Thompson; "as tradições se perpetuam em grande parte mediante a transmissão oral, com seu repertório de anedotas e narrativas exemplares".¹⁸⁵ Ainda sobre a bistunta ela se dava de duas formas; "a seco e a molhado", como nos diz ainda Sr. Osvaldo:

¹⁸³ Narrativa do Sr. Osvaldo da Silva.

¹⁸⁴ Cumprimento do trabalho "rápido" não quer dizer que o trabalhador rural do interior da Vila do São José do Itaporã seja "escravo" do seu trabalho, nem tenha em mente "o tempo do trabalho nas indústrias — Ver E.P. Thompson. Costumes em Comum — ele faz o seu tempo, não deixando ser oprimido por ele, o tempo existe para ele executar suas tarefas, mas ele não é um ser "escravo" do tempo.

¹⁸⁵ THOMPSON, E.P. Op.Cit. P.18.

⁷⁴ Narrativa do Sr. Osvaldo da Silva.

A bistunta a molhada é por que tinha casa, exemplo eu vou trabalhar na casa de Luiz. Chega lá ele me dá um prato de comida né? Me dá tudo e tem casa que você acha uma água a pulso, então a seco é trabalhou, vem embora, não come, não bebi na casa daquela pessoa, a molhado come e bebi.¹⁸⁶

A narrativa do Sr. Osvaldo mostra que a relação de trabalho entre lavrador e fazendeiro ou qualquer outra pessoa que o contratasse era negociada antes da realização do serviço. O cumprimento do trabalho a seco representava a exploração ao máximo do trabalhador. Este, às vezes deslocava-se grandes distancias para trabalhar, sendo que até mesmo a água lhe era negada.

Consciente da exploração, o trabalhador rural levava o seu alimento. Quando não o tinha, se valia das frutas, pois na década de 60 havia fartura de frutas como jaca, mamão na região — somente com o aumento da criação do gado nas décadas posteriores, principalmente na década de 70, quando houve uma grande devastação da mata Atlântica findou, assim, a fartura de frutas havendo transformação de extensas áreas da mata em grandes pastos, como nos diz o Sr. Osvaldo: "Foi de 70 a 80 pra cá, foi, que começou se criar muito boi, aí que nem é aqui, o pasto de Dr. Manoel roçou tudo. Hoje tem meio mundo de gado, acabou toda mata".¹⁸⁷

Muitos pequenos proprietários contribuíram com sua força de trabalho para a derrubada das árvores nas proximidades da Vila do São José do Itaporã. Como foi acentuado pelo Sr. Osvaldo, as décadas de 70 e 80 trouxeram consigo o aumento da criação de gado e a destruição das ricas matas com suas frutas e com seus animais de caça. A fotografia abaixo traz evidências da destruição que foi realizada na década de 70 nas proximidades da Vila do São José;

¹⁸⁷ idem



Figura 46 – Pasto pertencente ao Sr. Mauro Machado – São José do Itaporã (fotografia adquirida na pesquisa – 2002)

Observar-se na imagem algumas árvores que foram poupadas para fazer sombra para o gado. Existe também uma lagoa que saciou a sede de muitos trabalhadores — "a água da lagoa dava até pá beber."¹⁸⁸ Hoje boa parte da lagoa foi aterrada e o que restou é de uso exclusivo do gado. No primeiro plano da fotografia se manifesta a evidência do fator que causou todo desmatamento na região — a criação bovina — trazendo mudanças bruscas nos espaços rurais do Recôncavo Sul.

Outro elemento importante é o fato do trabalho na Vila do São José do Itaporã ser marcado pela intimidade destes lavradores com a natureza. Um exemplo é a Serra do São José, conhecida como Serra do Aporá, local onde foi construída há pouco tempo uma Capela. A Serra faz parte do imaginário destes "sujeitos" sociais, pois, como explica Simon Schama: "Paisagem é cultura antes de ser natureza; um constructo da imaginação projetada sobre mata, água e rochas".¹⁸⁹ Dessa forma, observa-se que as imagens projetadas nas memórias dos trabalhadores é uma projeção cultural consciente ou inconsciente em relação a uma realidade concreta. Sr. Osvaldo nos relata sobre o que existia quando ele herdou a terra do seu pai:

Quando cheguei para aqui, isso aqui era pura mata, aqui mesmo onde nós estamos, aqui era sucupira, pau pombo, candeia e esse limão brabo. Que a gente sofreu, sofre aqui, que o Velho (pai dele) não me deu assim não! O Velho, mim deu foi um mato, vá lá, si vira, lá, peguei a foice, picareta, cai pra dentro, arranquei tudo na mão

¹⁸⁸ idem. ibidem

¹⁸⁹ SCHAMA, S. **Paisagem e Memória**. SP. Companhia das letras, 1976.

grande, aí fiz a roça, né? Mas só encontremos mato, o mato fechado, aí fomo roçando, roçando, roçando e plantando roça e fazendo casa, aí hoje acabou o mato todo né? Só tem mesmo laranja, limão(...) fumo, mandioca, amendoim que planta assim, onde existe um matozinho é na serra, você chega na serra você vê mato, mais o pessoal tava roçando a Serra para fazer pasto, o Ibama botou uma placa lá que não é pra arrancar nem um pé de melão.¹⁹⁰

A narrativa do Sr. Osvaldo mostra a composição que existia das árvores nas matas da região; "era sucupira, pau pombo, candeia". Muitas vezes estas árvores serviam para fazer a sustentação dos telhados das casas; delas também se fazia bancos, camas e outros móveis — objetos feitos com madeiras existentes no mesmo local onde viviam os trabalhadores. As matas também forneciam a lenha para o cozimento dos alimentos.

As reminiscências do Sr. Osvaldo projetam, também, todo um imaginário sobre o espaço em que o mesmo vive. Um imaginário "forjado" na cultura, no cotidiano em que os olhos faziam os "recortes do real" concreto transformando a paisagem num acúmulo de memórias, como acentua Schama: "Uma árvore nunca é apenas uma árvore, a natureza não é algo anterior à cultura e independente da história de cada povo. Em cada árvore, cada rio e em cada pedra estão depositados séculos de memória".¹⁹¹

Nesse sentido, entendemos que a memória das pessoas é que dá o sentido a existência das coisas e, sobretudo, da vida humana. O fragmento da narrativa do Sr. Osvaldo nos mostra, também, que os trabalhadores rurais ao receberem suas pequenas heranças tinham que transformar a mata fechada em roça para trabalhar.

O trabalho na roça para aqueles que possuíam "pouca terra" foi marcado por uma constante luta pela sobrevivência, pois nem todos os lavradores vendiam suas terras e partiam para as cidades; muitos se lançaram nos roçados, no plantio do fumo, nas casas de farinha. Quando, porém, não conseguiam se sustentar com o trabalho exercido sobre sua própria terra vendiam sua mão-de-obra para os fazendeiros locais e da região.

A relação entre os trabalhadores rurais e os fazendeiros era marcada por contratos orais, nos quais a palavra configurava-se como a assinatura em uma época em que aqueles homens — tanto trabalhadores quanto fazendeiros — davam grande importância à palavra, uma vez que descumpri-la significava não honrar com o compromisso tornando-se perante a sociedade um sujeito mentiroso e não confiável.

Portanto, o trabalho na roça era árduo, mas isso não implicava em dizer que tempos de alegria não existia para os trabalhadores rurais de São José do Itaporã, pois a alegria estava

¹⁹⁰ Narrativa do Sr. Osvaldo da Silva.

¹⁹¹ SHAMA, S. Op. Cit.

sempre presente nos festejos constantes, e em momentos de trabalho poderiam se apresentar, como era o caso dos adjutórios.

Com uma vida marcada pela labuta com a terra, a vida os lavradores de São José do Itaporã se constituía em criar estratégias para sobreviver. Para tanto, trabalhar era preciso, seja no seu roçado ou vendendo sua mão-de-obra. Para eles quando o dia estava prestes a "nascer" já estavam prontos pra "enfrentar a vida" lutando para não deixar o seu lugar, o seu espaço de vivências onde tradições e costumes se constituíam no alicerce, no qual se assentava o sentimento de pertencimento a sua terra.

CAPITULO III

TRABALHO, TRADIÇÕES E LAZER: O COTIDIANO DOS LAVRADORES DA VILA DE SÃO JOSÉ DO ITAPORÃ - BAHIA.

1 - As Tradições e os Costumes: Aspectos da Vida no Campo

O cotidiano dos trabalhadores rurais de São José do Itaporã é marcado por um calendário de festejos e comemorações. Ainda que o trabalho seja constante, existem momentos de lazer, festas, casamentos, batizados, que se constituem em tempos de alegria e diversão para as famílias dos lavradores.

A vida dos trabalhadores rurais do distrito de São José do Itaporã, bem como da maioria dos lavradores do Recôncavo sul, é marcada por uma diversidade cultural que se manifesta a todo instante, pois é no seu cotidiano que está cultura toma forma, seja nos modos de trabalhar, comer, falar, festejar e celebrar, enfim, a cultura rural se traduz em práticas na experimentação do viver no campo.

Os costumes e as tradições se apresentam em diversas temporalidades entre os agricultores. No tempo do trabalho no roçado, nos adjutórios, nas casas de farinhas, nas festas de Reis, nos festejos do São João, nos aniversários, nos casamentos, nos babas no final da tarde. Durante esses diversos momentos esses agricultores acabam externalizando práticas culturais que trazem em si elementos identitários de pertença àquele lugar.

A apresentação das tradições e valores às novas gerações se dá a todo o momento. As rezas, os sambas, as cantorias, e as crenças são reafirmadas no cotidiano e ensinadas na prática e não em teoria, ainda que muitos jovens tenham resistência em aceitar algumas tradições. Em São José os jovens aprendem fazendo. Não há um livro orientando como os lavradores devem fazer uma festa de reis. Eles simplesmente fazem a festa e os mais jovens internalizam os procedimentos.

A cultura em São José do Itaporã, bem como no Recôncavo sul é matizada por expressiva tradição oral, uma vez que o analfabetismo é grande entre os mais idosos, o que impede a leitura de livros e revistas, bem como a escrita de versos, músicas e contos. Entre os lavradores o falar e o ouvir, a memória e a narração são os meios pelos quais acontece a exposição dos conhecimentos para os mais jovens. É pelo falar e o ouvir que se dão as trocas de saberes e informações.

Todavia, a observação participante fez perceber que a presença de textos escritos entre os lavradores se resume basicamente aos folhetinhos e livros de orações distribuídos pela Igreja Católica, livretos de literatura de cordel trazidos das romarias à Lapa e os livros didáticos escolares dos mais jovens estudantes.

Há um distanciamento tanto dos idosos quanto dos jovens do pouco material de leitura que circula entre os lavradores. O tempo que eles têm para descanso é dedicado às conversas e para assistir os programas e novelas na televisão, sobretudo a partir da instalação de energia elétrica em meados dos anos de 1990.

As transformações que têm sofrido o campo no Recôncavo, sobretudo, a partir dos da segunda metade do século XX tem ressignificando práticas e comportamentos. A construção de estradas, o uso de veículos motorizados, o acesso à água encanada, energia e, por conseguinte, televisão, internet, geladeira, ferro elétrico vêm modificando o cotidiano dos trabalhadores rurais.

Por conseguinte, apesar das transformações que vem sofrendo o campo, ainda se pode notar aspectos dos costumes e valores que se apresentam no cotidiano dos lavradores. Se as mudanças podem ser visualizadas, as permanências de igual modo também são notadas.

O trabalho do lavrador na Vila de São José do Itaporã é algo que desde criança eles aprendem que é muito importante. A vida de trabalho é tão significativa para eles que o *locus do trabalho* não está restrito apenas ao roçado. Nos “varandados” das casas e/ou nas salas os agricultores se reúnem para trabalhar, de modo que os mais idosos se unem às novas gerações para “bonecar o fumo” e/ou raspar a mandioca aproveitando também esse “tempo de trabalho” para narrarem suas experiências de vida, para cantarem canções antigas que já não fazem parte do cancionário da nova geração, pois preferem as músicas tocadas em CD e DVD, ou MP3 nos seus celulares.

Apesar dos mais jovens não se interessarem tanto pelas canções antigas, ou melhor, como dizem pelas “cantigas dos mais velhos, sabe-se que o “pano de fundo” de suas pertencas àquele espaço se encontra nas tradições e nos costumes dos mais idosos. É no falar, no gesticular, no andar, no modo como se alimentam e se relacionam que as novas gerações encontram as suas primeiras referências culturais.¹⁹²

A cultura dos trabalhadores rurais de São José do Itaporã se apresenta imbricada de um “residual e um emergente”, seja em aspectos abstratos da linguagem, e/ou na própria cultura material.¹⁹³ É comum ao se entrar na casa de um lavrador perceber em sua sala um altar dedicado aos santos de devoção da família. Esse altar que se encontra sempre bem

¹⁹²HOGGART, R. **As utilizações da cultura: aspectos da vida da classe trabalhadora, com especiais referenciais a publicações e divertimentos.** Lisboa: Editorial Presença, 1973. Para o autor a vida dos trabalhadores é, por conseguinte, marcada pelo interesse pelos pormenores mais insignificantes da condição humana, onde se apreciam as minúcias da vida habitual.

¹⁹³WILLIAMS, R. **Marxismo e Literatura.** Rio de Janeiro; Zahar, 1971.

arrumado e enfeitado com flores e velas é o espaço da casa onde tanto jovens como adultos e idosos fazem suas orações, e estão sempre realizando celebrações.



Figura 47 – Fotografia adquirida na pesquisa de campo – Altar de orações dedicado a Santo Antonio na casa de Dona Francisquinha Filha - em abril/2000.

No entanto percebemos que as flores dos jarros não são mais aquelas que eram colhidas entre os roçados. As relações intensificadas com o espaço urbano, sobretudo, a partir de 1970 com a construção de estradas, levaram os trabalhadores a adquirirem muitas mercadorias industrializadas como, por exemplo, as flores de plástico para enfeitar os oratórios compradas em lojas do distrito ou das cidades próximas. Essas flores são oriundas de espaços distantes como São Paulo e até mesmo a China o que demonstra o impacto da globalização nessas localidades distantes dos grandes centros comerciais e econômicos.

Esses altares também trazem evidências do sincretismo religioso que permeia a vida desses agricultores, uma vez que é junto a esses altares que os trabalhadores rezavam (e ainda rezam) — para São Cosme, São Roque e Santo Antônio — e logo em seguida faziam “o samba” trazendo a comemoração profana para o mesmo espaço da comemoração religiosa. É importante acentuar que “a reza” se dá em uma forma reelaborada a do rito do catolicismo romano, pois normalmente o padre não está presente, de modo que todo ritual é feito por uma rezadeira. É ela quem puxa as rezas e determina o início e o fim dos cânticos.

Outro espaço interessante na casa de um trabalhador rural em São José é a sua cozinha. É um espaço que traz evidências de um passado não muito distante que se “relaciona” com elementos da cultura moderna no presente. O fogão à lenha, feito de barro e tijolos está ali “inerte” resistindo à modernidade. Ao seu lado o fogão a gás faz “companhia”. A “vassoura” de palha também está sempre no canto da porta, enquanto a “vassoura” industrializada está ao seu lado. Ou seja, o passado e o presente aparecem interligados, um complementando o outro numa relação em que o passado dá sentido ao presente e este, mesmo atual, continua dando sentido ao passado.¹⁹⁴

Em relação às festas desses trabalhadores rurais pode-se dizer que elas estão fortemente matizadas pela relação com o trabalho cotidiano. Os festejos dos agricultores do São José estão pautados em um emaranhado de tradições reelaboradas sobre os cultos do Catolicismo Romano e, também, apresentam resíduos das tradições religiosas africanas e indígenas. Se por um lado o lavrador realiza sua reza para Santo Antonio e São Cosme e Damião seguindo os rituais Católicos nos quais rezava-se cantando ladainhas, por outro, o Samba de cocó e o samba de roda oriundo dos folguedos afro-descendentes é, após a reza, cantado e dançado a exaustão.

O convívio com os agricultores fez perceber que eles elaboram no seu cotidiano um conjunto de festejos imediatos na busca de construir tempos de alegria em relação ao trabalho árduo no roçado. Essa tentativa de amenizar a vida de trabalho com festejos não é uma atitude específica dos agricultores de São José, pois essa ação se aproxima da análise que Richard Hoggart fez dos trabalhadores ingleses, pois segundo ele a classe trabalhadora está mais voltada para os festejos e para satisfação imediata de suas necessidades do que buscar acumular riquezas como fazem os burgueses.¹⁹⁵ D. Angélica nos fala como eram os festejos:

Antigamente nós festejávamos Santo Antônio, São Cosme, São João, Senhora Santana, era o nome de minha mãe. Todo ano nós festejava, nós fazia festa. Vinte e sete de setembro era festa de São Cosme, no dia treze de junho é Santo Antonio, depois vem São João. Era assim nós festejava.¹⁹⁶

Eram diversas festas, todas em comemoração aos Santos Católicos. Cada festa tinha um ritual específico. Após as ladainhas, ao “pé do altar” que ficava – e fica - normalmente nas

¹⁹⁴HOBSBAWN, E. J. **Sobre História**. Companhia da Letras.

¹⁹⁵HOGGART, R. **As utilizações da cultura: aspectos da vida da classe trabalhadora, com especiais referenciais a publicações e divertimentos**. Lisboa: Editorial Presença, 1973.

⁵Narrativajá citado de D. Angélica Vituriana da Silva.

⁶Idem.

salas das casas dos trabalhadores, servia-se um tipo de comida específica para cada “santo”, como pontua D. Angélica:

[...] as festa era assim, rezava a novena, né? Na casa, depois, fazia o samba, servia licor, tinha bolo, cantiga, roda, cantava muita roda, eu e minhas amigas e minhas irmãs, agente cantava muita roda... (Uma certa saudade transparece no rosto). Festa de São Cosme, já sabia que era festa, ô, o samba! É... o caruru, essas coisas.¹⁹⁷

Para cada “santo” existia uma comida específica. Santo Antônio servia-se bolo, “tira-gosto” de galinha e cachaça. Nas rezas de São Roque dava-se pipoca e mungunzá acompanhado de licor e “tira-gosto de carne e frango”. Já na reza de São Cosme e São Damião servia-se o caruru, cerveja e licor.

O relato de D. Angélica nos mostra como se processava o ritual das rezas. Inicialmente rezava-se a novena, depois se “fazia o samba”. No momento da entrevista D. Angélica deixa transparecer um sentimento de saudade do “tempo das rezas”. Observava-se que ela enfatiza a “festa de São Cosme e São Damião”, pois era nessa reza que havia “muito samba e muito caruru” — sambava-se a noite inteira ao som dos pandeiros e safonas. Catava-se até a madrugada como externar D. Angélica: “São Cosme mandou fazer, duas camisinhas azul, no dia da festa dele São Cosme quer caruru, vadeia Cosme, vadeia...”¹⁹⁸

“Era samba a noite inteira”, os compadres de batismo, de fogueira, as parteiras todas as “personagens” que compunham o conjunto de lavradores em São José do Itaporã se reuniam para rezar e se divertir. Nestas festas dificilmente acontecia brigas, as pessoas bebiam e, às vezes, faziam festas que perduravam muitos dias, como narra o Sr. Osvaldo;

Fazia festa de três à quatro dias. Só tinha bebo. Naquele tempo, saia tudo bebo, ninguém brigava, se você fazer uma festa hoje em sua casa tá arriscado amanhã fazer um enterro, não dá, né? O negócio mudou muito hoje.¹⁹⁹

A memória do Sr. Osvaldo deixa transparecer os resíduos de um passado que é confrontado com o presente. Ele fala de um tempo em que os festejos se estendiam por muitos dias e “ninguém brigava”. Não existia violência nas festas, os homens bebiam a ponto de ficarem “arriados no varandado”. Estes festejos eram momentos que levavam as pessoas a desejarem a permanecer no mundo rural do Recôncavo Sul. Sobre as mudanças que

¹⁹⁷ Narrativa já citado de D. Angélica Vituriana da Silva

¹⁹⁸ idem

¹⁹⁹ Narrativa do Sr. Osvaldo da Silva

ocorreram o Sr Osvaldo diz que; “se você fazer uma festa hoje em casa está arriscado amanhã fazer um enterro”. Ele deixa transparecer que a violência vem aumentando na zona rural.

Dentre muitos espaços de vivências que dinamiza elementos das tradições e costumes dos trabalhadores rurais de São José do Itaporã foram as *Vendas* ou quitandas foram muito importantes, pois eram os locais onde se reuniam os compadres e amigos após um dia inteiro de trabalho na roça. Em São José muitos desses espaços ainda persistem ao tempo, como a *Venda* do Sr. Mauro. Ele relembra que na sua *Venda* os homens falavam de perspectivas futuras de negócios e sobre o que iriam plantar. Eles também “ajustavam um adjutório” convidando os amigos para uma raspagem de mandioca ou corte do fumo. Era nas *Vendas* que se dava o convite para as rezas, como lembra D. Francisquinha;

Noca (o marido) convidava na *Venda* os amigos, os compadres, era. Os irmãos vinham tudo montado de cavalo, rezava São Cosme. Depois era samba, muito caruru. Quando era madrugada os homens iam embora de cavalo, as mulheres ficavam, só ia embora pela tardinha.²⁰⁰

As rezas de São Cosme representam momento marcante para os trabalhadores rurais de São José do Itaporã, pois ao iniciarem a ladainha em louvor aos “gêmeos santos”, as mulheres sentavam-se em volta do altar enquanto meninas adolescentes e crianças acompanhavam as mães. Naquele momento as novas gerações assimilavam o ritual da reza, não ficando ninguém nos terreiros das casas. Todos se aglomeravam em volta das imagens. Ao ser cantada a ladainha do *Senhor Deus* por um dos homens, normalmente o “chefe” da família, todos colocavam a mão direita no peito — aquele instante representava um momento especial, pois, era possível se notar como o sentimento de pertencimento àquela cultura o que envolvia crianças e idosos. Os olhos brilhavam, lágrimas eram derramadas e poucos instantes depois todos estavam sorrindo. Sobre a importância da ladainha do *Senhor Deus* Isabel Ribeiro fala;

Senhor Deus é de herança, era meu avô que tirava. Meu pai passou a tirar quando meu avô morreu. Na reza ninguém conversava, hoje não! Os homem rico lá fora só conservando, só pára quando reza o Sr. Deus, é! As coisa tá mudando.²⁰¹

“O *Senhor Deus* é de herança é de herança” afirma Isabel. Aqui observa-se que a entre os trabalhadores a herança imaterial era passada a todo momento, seja no trabalho, nos festejos e celebrações. Até no momento do samba muita coisa era transmitida para as novas gerações. A ginga do corpo na dança, a composição dos versos, o jeito de tocar o pendeiro e

²⁰⁰ Narrativa já citada de D. Francisquinha

²⁰¹ Narrativa já citada de Isabel Ribeiro

os tambores. Para Isabel Ribeiro há muito tempo - após a morte dos mais velhos -, muito da tradição das rezas de São Cosme vem se perdendo, pois os mais jovens não se interessam em aprender o ritual, principalmente os homens — exceto no momento do *Senhor Deus*, em que demonstram existir, ainda, um pouco respeito. As rezas entre os lavradores de São José do Itaporã, assim como em muitos espaços rurais do Recôncavo, trazem uma relação explícita entre o sagrado e o profano, pois o mesmo espaço que é dedicado ao sagrado em um ritual peculiar reelaborado do catolicismo romano é, ao mesmo tempo, profanado ao fim da reza com o samba e com as cantorias nas rodas.²⁰²

Em um passado não muito distante, em que quase todos os finais de semana havia uma reza ou mais de uma que “congregavam” centenas de trabalhadores rurais para celebrarem e se divertirem, os agricultores do São José reafirmavam valores, tradições e costumes. Porém, com o tempo, as rezas foram sendo abolidas por algumas famílias. Segundo D. Angélica: “Não é por que o povo não tem dinheiro não, é porque o povo perdeu a fé”.²⁰³ Parece predominar em uma parcela dos trabalhadores certo ceticismo frente à religião, Segundo D. Angélica “muito trabalhador tornou-se crente (evangélico)”²⁰⁴ - o que é evidenciado com os diversos templos de Igrejas Evangélicas em São José do Itaporã.²⁰⁵ O que tudo indica é que alguns lavradores se identificaram com os valores e costumes protestantes. Não obstante, a maioria se diz Católico, enquanto outros são praticantes de religião de matriz africana apesar de poucos assumirem. A evidência de muitos adeptos do Candomblé entre os lavradores é a existência de aproximadamente dez Terreiros espalhados pelos diversos povoados próximos ao aglomerado urbano do distrito.

Em relação ainda sobre os festejos ligados ao calendário Católico observadas pelos lavradores uma das mais animadas era a festa de Reis. Os trabalhadores se reuniam com parentes e amigos, compravam bebidas e carnes e se dirigiam à casa de um amigo sem que este soubesse, “levando o Reis”. Eram noites de alegria, dança e brincadeiras. Nesses festejos se davam sempre após o Natal. D. Angélica lembra como os trabalhadores acordavam o dono da casa onde seria o festejo do Reis: “Reis, o povo chegava na casa, dez, onze horas da noite, que as vez as pessoas já tava dormindo, aí chegava na porta cantava assim;

- Ô de casa! - Ô de fora!
- Ô de casa! - Ô de fora!

²⁰²Eliade, Mircea. **O Sagrado e o Profano – A essência das religiões**. SP: Martins Fontes, 1952.

²⁰³Narrativa já citada de D. Angélica Vituriana da Silva.

²⁰⁴idem

²⁰⁵Vale Ressaltar que no distrito existem diversos Templos Evangélicos como; Assembléia de Deus, Cristã do Brasil, Testemunha de Jeová, Adventista, Deus é amor entre outros.

Maria vai vê quem é!
 Maria vai vê quem é !

Ai tinha outros que cantavam assim:

Ô levanta vem vê Maria!
 Ô levanta vem vê Maria!
 Na pancada de Reis na terra.
 Na pancada de Reis na terra.

Esse reis é do tempo de meu pai, de meus tio, daquele povo mais velho. Batia pandeiro, batia na porta. Aí quando eles levantavam que abria a porta, ai todo mundo entrava na casa e amanhecia o dia sambando e cantando. Era assim, hoje não existe mais.²⁰⁶

As pessoas cantavam, dançavam, se divertiam nas festas de Reis. Esta festa parece ter grande importância para os trabalhadores do São José. Percebe-se isto na narrativa de D. Angélica que ao lembrar os festejos seus olhos brilhavam como se estivesse “revivendo” as comemorações. Porém, o seu rosto se entristeceu à medida em que afirmava “hoje não existe mais”. Sobre as mudanças que ocorreram nas comemorações do Reis em São José a narrativa do Sr. Osvaldo é esclarecedora:

Hoje em dia num é samba, é dança! Agora antigamente era de sanfona que era tão bonitinha, né? Quem tocava era Isaac sanfoneiro do São José; tinha um que chamava Manezinho, Manezinho de Domitilia, tocador bravo! Muito bom, todo mundo gostava, ô não era o quê! Hoje o negocio é som (Rádio), é sim!²⁰⁷

Pode-se notar que muitas vezes os festejos de Reis eram acompanhados de um “forrozinho” produzido pelos tocadores de Acordeon²⁰⁸ “de ouvido” que animavam a dança que perdurava por toda a noite. A partir da década de 1970, muitos pequenos trabalhadores começam a adquirir rádios, o que fez o pandeiro e o acordeom perderem valor entre os trabalhadores, principalmente entre os mais jovens que passaram a preferir dançar ao som do rádio e toca-discos. Já entre no final em meados dos anos de 1990 predomina os aparelhos tocam CD.

Dentre os inúmeros festejos e tradições dos trabalhadores rurais de São José do Itaporã, a Subida da Serra é uma das mais peculiares. Quase todos os lavradores participam dessa tradição. Sr. Mauro afirma que:

²⁰⁶ Idem. Ibidem

²⁰⁷ Narrativa já citado do Sr. Osvaldo da Silva.

²⁰⁸ Normalmente eram músicos que tocavam de ouvido; estes músicos, em sua maioria, aprendiam a tocar com o pai, o avô, ou até mesmo com um tio.

(...) a procissão para serra começou com meu avô, que levou uma cruz pá serra. D. Francina é que fazia a procissão que ia muita gente. Era dia 1º de novembro e 8 de dezembro. Vinha gente de tudo quanto era lugar. Era aquele mundão de gente, levava todos os santos (a imagem de Jesus).²⁰⁹

O depoimento do Sr. Mauro traz a evidência de uma provável “gênese” da procissão para serra — “começou com meu avô, que levou uma cruz para Serra”. Porém, D. Francisquinha afirma que;

Quem levou o cruzeiro foi Siríaco, que era mais velho que Sinhozinho — avô de Mauro — depois fez uma casinha miudinha para o santo cruzeiro. Lá em cima tem o pé de Nosso Senhor e da Nossa Senhora. Para baixo tem o pé redondo do trancai ruim. Aquela Serra o mar passa embaixo, é cheia de ouro, às vezes eu tava daqui alumiava tudo lá em cima, era um estrela que passava, a mãe do ouro. O padre rezou aí acabou, hoje o homem que agente (Alemães) vende fumo lá em Cruz das Almas fez uma igrejinha lá em cima, São José, Nossa Senhora, Bom Jesus tá tudo lá.²¹⁰

A memória de D. Francisquinha traz evidências que vão de encontro ao o relato do Sr. Mauro que é compadre dela. Ela sustenta que foi um tal Siríaco quem levou o cruzeiro para a Serra do Aporá dando início a tradição. Existe todo um imaginário em relação à Serra e tal imaginário se fundamenta nos postulados do Catolicismo Romano. Para a maioria dos lavradores Deus e o Diabo estão na Serra, pois como afirma dona Francisquinha; “para baixo tem o pé redondo do trancai ruim, lá em cima tem o pé de nosso Senhor e de nossa Senhora.”²¹¹

Alguns trabalhadores afirmam contundentemente que viram extraterrestres na Serra. Tal afirmação passa de alguma forma no inconsciente coletivo destes lavradores, e isto pode-se observar na narrativa de D. Francisquinha quando nos fala que “às vezes eu tava daqui alumiava tudo lá em cima, era uma estrela que passava, a mãe do ouro.”²¹²

As fotografias feitas durante a pesquisa mostram a Serra em toda sua extensão, como algo que está a “velar” pelos agricultores na vila do São José:

²⁰⁹ HOBBSAWN, E. J. e RANGER, T. **A Invenção das Tradições**. RJ: Paz e Terra, 1997.

²¹⁰ Narrativa já citado de D. Francisquinha Filhas Virgílio.

²¹¹ idem

²¹² Idem.Ibidem



Figura 48 – Fotografia feita na pesquisa de campo - Serra do Aporá. Em abril/2002.

Para Paulo Alves e Roberto C. Massei "Através da evidência de uma fotografia é que se percebe como se constitui culturalmente um grupo social, ou seja, através deste documento não verbal é possível a interpretação de uma determinada cultura."²¹³ Nesse sentido, observa-se na fotografia aspectos da cultura dos lavradores do São José do Itaporã. No primeiro plano a roça de mandioca apresenta-se verdejante resultado do trabalho dos homens e mulheres dessa localidade. No terceiro plano a Serra de São José aparece "calada e silenciosa", congelada na fotografia, mas com seu esplendor e gigantismo no real concreto instigando o imaginário de centenas de trabalhadores rurais ao longo dos séculos.

A Subida da Serra é motivo de alegria para muitos moradores de São José. Os idosos já não têm forças para enfrentar a escalada, mas suas memórias trazem reminiscências das procissões, como fala D. Angélica;

A subida na serra tem muito anos, muitos anos, isso tem séculos, é do princípio, aquela Serra é do princípio. A subida é como até hoje; tinha procissão, meu pai mesmo fazia procissão de todos os santos, Nós íamos, juntava muita gente, festejava o dia todo lá em cima. De tarde ia todo mundo embora, meu tio levava procissão de Nossa Senhora da Conceição, é oito de dezembro, eu tava assim do tipo desses meninos ai, com dez, doze anos, eu não perdia um ano, ia tudo, ó! Eu perdia hem?!²¹⁴

A narrativa de D. Angélica destaca a euforia entre os lavradores no dia em que subiam a Serra. As pessoas festejavam e rezavam para os seus Santos de devoção, organizavam

²¹³ ALVES, P e MASSEI, R C. **Artigo de uma pesquisa introdutória realizada pela FAPESP**. SP 1998.

²¹⁴ Narrativa já citado de D. Angélica Vituriana da Silva.

procissões que, como acentua D. Angélica; "juntava muita gente". Era um dia de alegria para os trabalhadores rurais, pois além de brincarem, rezarem e festejarem, o dia da subida da Serra representava, também, um dia de folga e liberdade do trabalho duro no roçado.

As evidências apresentadas na narrativa de D. Angélica apontam para uma temporalidade longínqua que remontam aos festejos da Subida à Serra. É um tempo que ultrapassa os "recortes" do real feito pela memória, pois ao externar suas lembranças afirmando que "a subida da serra tem muitos anos (...) é do princípio", o que deixa transparecer é o fato de não se saber verdadeiramente quando se iniciou a tradição.

As tradições na Vila de São José estão fortemente marcadas pela "crença" desses trabalhadores nos Santos da Igreja Católica. Os festejos de São João, por exemplo, marcam a vida desses trabalhadores, uma vez que são comemorações ocorridas após a colheita do fumo, do amendoim e do milho, ou seja, é um período em que se celebra o sucesso das lavouras, como observa o Sr. Osvaldo:

[...] São João daqui eu dançava, todo mundo fazia festa, a gente nem dormia, A festa rolava dois, três dias, todo mundo numa boa. Agora depois que teve o Arraiá de Cruz das Almas (sentimento de saudade) acabou o São João na roça, você pode vê, deu oito horas da noite, você não vê uma pessoa aqui, não vê não, tudo vai pra Arraiá em Cruz, é! Acabou por causa do Arraiá! E era mais bonito antigamente, é na roça, dançava em toda casa, saía monte de gente, tinha forró em todas as casa, foguete, fogos, muitos fogos, e hoje quase não tem nada.²¹⁵

Os festejos de São João era motivo de muita alegria para os lavradores. As pessoas saíam pelas casas tomando licor e dançando forró. Muitas vezes na residência de um fazendeiro contratava-se um sanfoneiro "que tocava a noite inteira". As pessoas bebiam o licor de cravo, limão, jenipapo e maracujá, comiam bolo, cuscuz e tira-gosto de carne. Segundo Sr. Osvaldo "todo mundo fazia festa, e a gente nem dormia".

Não obstante, com o advento do Arraiá em Cruz das Almas em meados de 1980, do século passado, se processa uma forte mudança nos festejos à São João na Vila do São José de Itaporã, na medida em que, os mais jovens passaram a se dirigir aos shows de bandas de forró em Cruz das Almas onde a prefeitura vem investindo grandes somas para contratar bandas de renome nacional.

A identificação desses jovens com a musicalidade dessas bandas, talvez, seja resultado do acesso à televisão, rádio e o toca CD, o que facilitou a aprendizagem das canções dos

²¹⁵ Narrativa á citado do Sr. Osvaldo da Silva

conjuntos musicais de forró, bem como conhecer os cantores e cantoras dessas bandas. O afastamento dos jovens das tradições dos festejos juninos praticados por seus pais e avós, provavelmente, foi resultado basicamente do acesso à energia elétrica, pois o acesso a esse bem promoveu uma mudança tão significativa no “mundo rural” do Recôncavo que fez as fronteiras culturais que demarcavam as especificidades do campo em relação à cidade se diluíram. O campo que passou absorver elementos da cultura urbana cotidianamente pelos meios de comunicação, o que fez os mais jovens ressignificarem seus *tempos de festejar*. Esse fato é tão importante que durante a pesquisa de campo não conseguimos vivenciar um festejo entre os lavradores com um sanfoneiro, zabumbeiro e triangueiro. Todas as festas eram com rádio e toca CD onde dançavam o *forró lambada* tocado pelas bandas que sempre se apresentam no São João de Cruz das Almas - BA.²¹⁶

Por conseguinte, durante os festejos de São João alguns aspectos da tradição dos festejos permaneceram entre os lavradores mais idosos. Um exemplo é o ritual de torna-se *Compadre e Comadre de Fogueira*. Com este ritual eles reafirmavam seus laços de amizade e consideração. D. Angélica relata como se dava o ritual;

[...] botava um pau de lenha aceso no meio do terreiro. Aí pegava na mão, era o casal né? Você pegava na minha mão, aí dizia assim: vamos benzer fogueira que São José mandou. Aí passava a ser meu compadre e a mulher minha comadre, ai pulava a fogueira e era compadre e comadre de muito respeito.²¹⁷

Após pularem a fogueira, o casal tornava-se compadre e comadre. O *compadrio de fogueira* era a possibilidade de selar uma amizade de muitos anos, normalmente entre pessoas que eram solidárias nas casas de farinha, na manocagem do fumo e nos adjutórios. D. Angélica afirma que "era compadre e comadre de consideração e respeito."²¹⁸ Era tão importante quanto o batismo de um filho na Igreja Católica. Segundo ela se havia muito respeito após torna-se compadre de fogueira tão quanto o batismo de um filho na Igreja.

Como foi dito, o *compadrio de fogueira* era equivalente ao de batizado na Igreja, pois o respeito entre os trabalhadores era o mesmo. Com essas formas de *compadrio* os trabalhadores de São José aumentavam a possibilidade de conseguir trabalho, uma vez que os

²¹⁶ OLIVEIRA, Selma Felipe de. **A Construção da Tradição**. Cultura, volume 4, nº 01, junho de 1996. p. 129. **Projeto História**; São Paulo; nº 17; novembro de 1998. Para a autora a tradição existe em função do presente. Trata-se, em outras palavras, de uma construção que utiliza símbolos para criar uma imagem do passado. É um conceito dinâmico, na medida em que o seu resgate depende da ação no presente. Por isso, a tradição é sempre re-elaborada, re-inventada.

²¹⁷ Narrativa já citado de D. Angélica Vitoriana da Silva.

²¹⁸ Narrativa já citado de D. Angélica Vitoriana da Silva

compadres indicavam uns aos outros para o trabalho nas terras dos médios proprietários. Não se pode afirmar que "as faces do compadrio" se manifestavam de forma intencional, no sentido do trabalhador tornar-se compadre de fogueira ou de batismo de filhos na Igreja buscando obter exclusivamente privilégios nessa relação. A relação se dá, sobretudo, para consolidar uma amizade; demonstrar que há respeito entre os trabalhadores amigos; aproximar mais as famílias. Assim, o compadrio se encontra na esfera do simbólico, pois está pautado em relações de sentimentos e significados que se consolidam em relacionamentos pautados no afeto e consideração que, muitas vezes, se estendem por gerações entre as famílias que praticavam o ritual.²¹⁹

Outra questão muito interessante ligada às tradições e aos costumes dos trabalhadores rurais refere-se ao namoro e ao casamento. Até a segunda metade do século XX a maioria dos namoros tinha início com olhares na feira do distrito, nas missas, nos festejos e nos adjutórios. Mas o namoro só começava de fato após o rapaz interessado mandar uma carta para o pai da moça. Abaixo segue uma dessas cartas;

²¹⁹SOUZA, Edinéia Maria Oliveira. **Memória e Tradições: Viveres de Trabalhadores Rurais do Município de Dom Macedo Costa-Bahia 1950 – 1960**. Programa de Mestrado Interinstitucional em História Social, PUC/SP. 1999. A autora faz uma discussão sobre as diversas modalidades de compadrio no Município de Dom Macedo Costa.

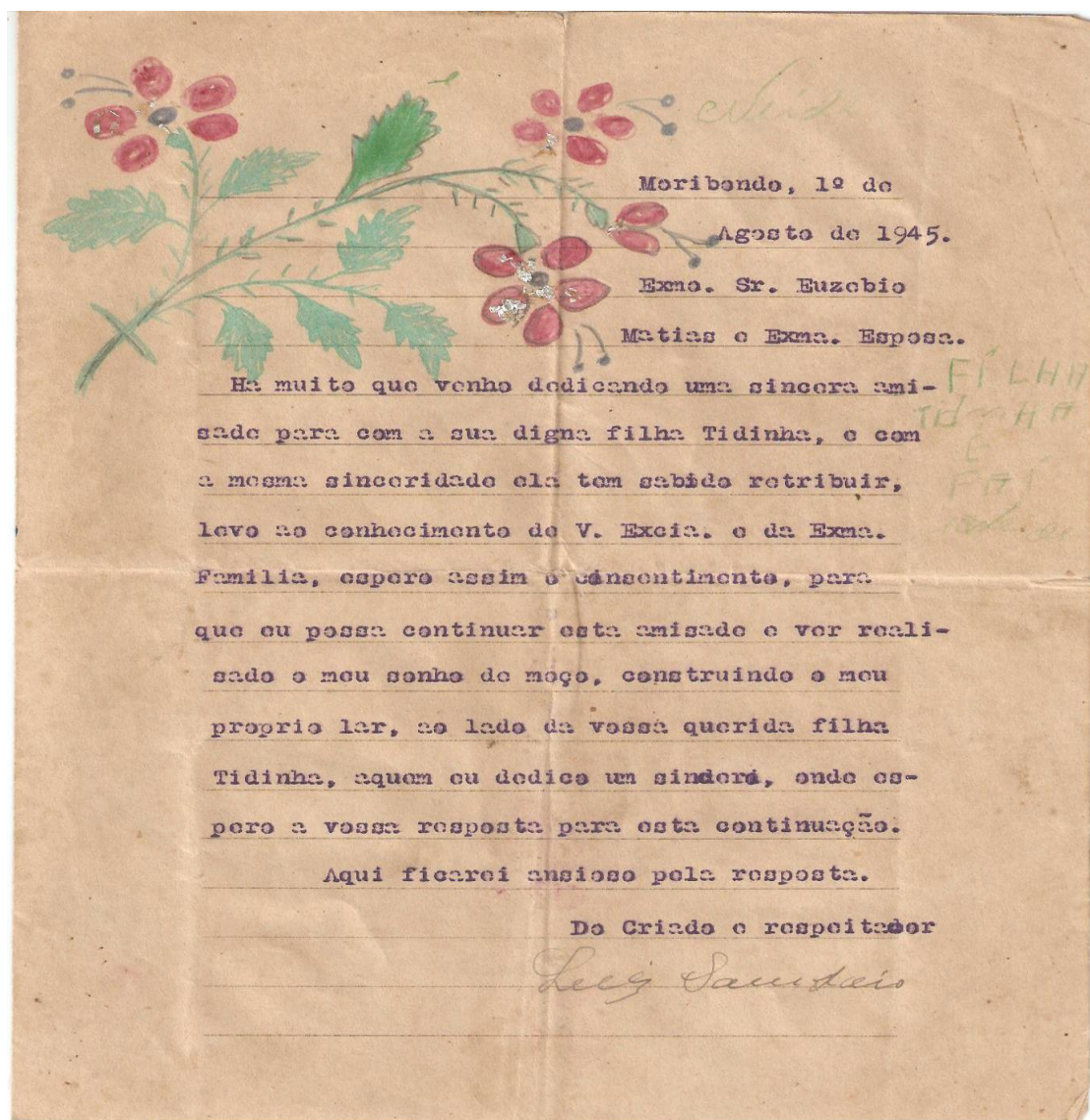


Figura 49 – Fotografia da Carta adquirida no artigo publicado por ELOY, Maria Neide Cardoso Sampaio. História de Amor por Correspondência Recôncavo Baiano (1940-1960).

As cartas eram escritas por um uma pessoa especialista neste tipo de documento. Observa-se que a escrita era feita com maquina de escrever, o que indica que a mesma era produzida na cidade com maquina de datilografia. O conteúdo era de fato uma petição respeitosa para que o pretendente pudesse cortejar a filha de algum lavrador. Na carta acima a petição é feita a pessoa do Sr Euzébio Matias pai da moça chamada de Tidinha. Sr Euzébio residia na fazenda Pernambuco, em São José de Itaporã, enquanto o pretendente vivia em Moribondo, uma localidade próxima a aglomeração urbana do distrito.

A carta informa que o casal já mantinha uma amizade, na qual a moça retribuía ao pretendente. Essa evidência nos leva a pensar na existência de um sentimento entre os pretendentes que foi construído provavelmente em conversas após as missas ou nas feiras e, quem sabe, após alguns encontros escondidos nas roças e lugarejos. Após estarem certos de

que queriam ficar juntos, eles resolviam oficializar a relação seguindo a tradição de enviar uma carta para o pai moça.

O fato é que após oficializar o pedido restava apenas esperar a resposta do pai da moça. Caso a resposta fosse negativa eles não poderiam mais se encontrar, sobretudo, por que os pais, irmãos e primos ficavam no enalço da moça para evitar o relacionamento. Felizmente, a resposta para Luiz Sampaio foi positiva conforme pode-se verificar na carta abaixo;

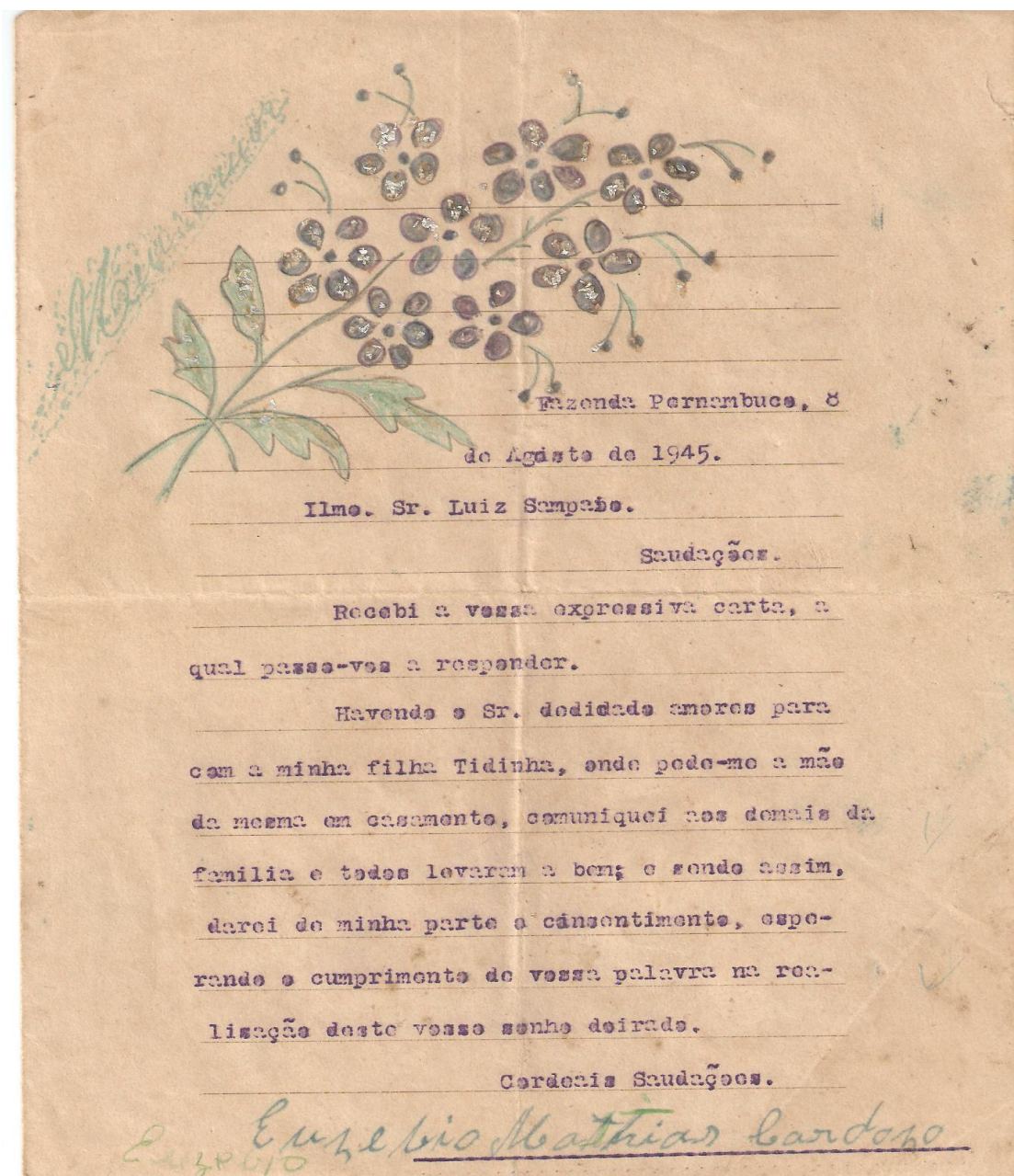


Figura 50 – Fotografia da Carta adquirida no artigo publicado por ELOY, Maria Neide Cardoso Sampaio. *História de Amor por Correspondência Recôncavo Baiano* (1940-1960).

Após a resposta, o rapaz poderia freqüentar a casa da namorada. No caso de Luiz Sampaio ele foi aceito pela família de Tidinha, pois o mesmo enviou sua carta no dia primeiro de agosto e recebeu a resposta em apenas uma semana. Na carta o pai da moça assevera que o mesmo deveria “cumprir a sua palavra” buscando realizar o casamento que se propusera.

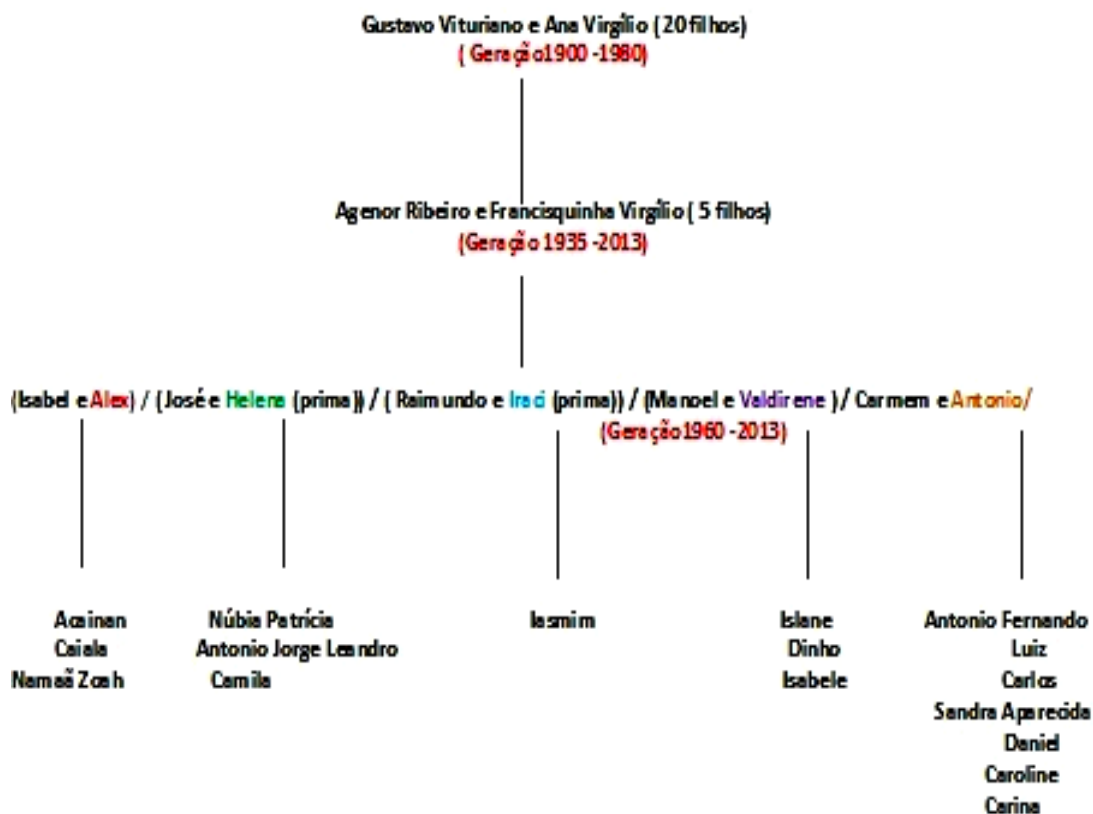
Vale ressaltar que muito dos aspectos do namoro e do casamento entre os lavradores de São José vem se perdendo, como afirma Sr. Osvaldo; “ninguém casa mais, o negócio é rastar e levar e morar junto, não é mesmo?”²²⁰ Muitas transformações em relação ao casamento e ao namoro vem se tornando explicita entre os trabalhadores rurais de São José, pois os jovens já não se casam mais como "antigamente, não tem , mais respeito" não há mais o "ajuste de casamento". Os mais jovens vão morar juntos e separam-se quando a convivência torna-se insuportável.

O casamento realizava-se primeiramente no religioso e só depois de algum tempo os trabalhadores casavam-se no civil, pois se o casamento não desse certo "separava e ninguém perdia". Há princípio ninguém perdia terras para o cônjuge em caso de divórcio, tendo em vista o casamento era apenas no Civil. Não obstante, o casamento em São José sempre foi uma forma de construir mais uma unidade de produção familiar ainda que, por muitas vezes, a quantidade de terras pudesse diminuir ou aumentar. Essa variação dependia da quantidade de terras adquirida nas heranças e doações dos pais. Por conseguinte, alguns lavradores trabalhavam antes do casamento para comprar mais terra, pois sabiam que apenas o que herdavam dos pais não era suficiente para produzir e dela viver.

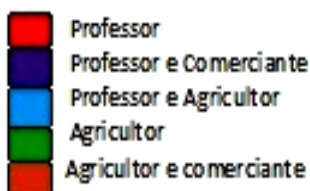
Outro elemento interessante no casamento é a entrada em algumas famílias de lavradores de pessoas de outras profissões, ou que possuem mais de uma. A árvore genealógica abaixo demonstra esse aspecto;

²²⁰ Depoimento já citado pelo Sr. Osvaldo

¹²¹ THOMPSON, E. P. Op. Cit.



LEGENDA: Profissões das pessoas que entraram na Família de Agenor e Francisquinha.



Fonte: Árvore Genealógica elaborada durante a pesquisa.

Figura- 51: Árvore genealógica da Família Ribeiro até a 4ª geração

A partir da terceira geração entre as décadas de 1960 até 2013 a família de Agenor Ribeiro e Francisquinha Virgílio recebeu pessoas que exerciam outras profissões. Professores e comerciantes passaram a fazer parte da família a partir do casamento de seus filhos. A partir de uma maior inserção no espaço urbano e de algumas famílias de lavradores terem investido nos estudos dos filhos permitiu que alguns se tornassem professores de ensino fundamental e médio. Outros passaram a fazer comercio além de continuar sendo agricultor. Não obstante, alguns que são professores continuam trabalhando nas horas de folga nos roçados.

Pode-se notar também o casamento entre primos de primeiros na genealogia da Família Ribeiro. Uma prática que se dava constantemente, mas que nos últimos anos tem diminuído entre os lavradores de São José. Os lavradores relatam que não querem mais casar-

lavradores. A família Ribeiro na quarta geração possui três universitários e os netos que terminaram o Ensino Médio não são mais lavradores, mas exercem outras profissões nas cidades próximas, em Salvador e São Paulo. Muitos ainda fazem cursos para prestar o ENEM a fim de cursarem uma faculdade. É evidente que a construção de uma escola de Ensino Médio no distrito no final do século XX, bem como a implantação da Universidade Federal do Recôncavo – UFRB, e da Faculdade Maria Milza – FAMAM têm colaborado para que filhos e netos de lavradores de Itaporã e do Recôncavo tenham acesso ao ensino Superior.

Desta forma, verifica-se que há todo conjunto de permanências e transformação no cotidiano das práticas, costumes e dos trabalhadores rurais de São José do Itaporã. Não se faz mais samba nas salas, dança-se ao som do rádio, as procissões à Serra não são mais constantes, o compadrio de fogueira quase já não existe, e o casamento se ressignifica na medida em que cada dia que passa parece que o comportamento dos trabalhadores rurais do Recôncavo vai tornado-se similar em práticas, costumes e valores dos sujeitos sociais que vivem nas cidades.

1.1 - Os Trabalhadores Rurais e os laços de solidariedade.

A vida cotidiana de homens e mulheres que habitam o espaço rural no Recôncavo Sul é marcada pelo trabalho na lavoura de fumo, nas casas de farinha e, sobretudo, no plantio de roçados de culturas de subsistência. Viver na zona rural da Vila de São José do Itaporã é lutar cotidianamente pela sobrevivência buscando superar as adversidades que permeiam não só a buscar em satisfazer as necessidades de sobrevivência, mas também a relação entre os homens e mulheres daquela localidade.

Na dinâmica das relações no campo tanto fazendeiros como alguns agricultores mais familiarizados com o comércio na cidade sempre visaram de alguma maneira, tirar proveito em seus negócios com os pequenos agricultores. Tentando comprar suas terras ou comprando sua produção de fumo e farinha por preços bem abaixo do valor de venda nas feiras das cidades, esses homens de um modo silencioso construíam na relação estratégias de dominar famílias inteiras. Não obstante, isso não implica em dizer que o pequeno agricultor não tirasse também proveito na relação, na medida em que ele também fazia uso do privilégio de ter um afilhado de um fazendeiro influente na região.

Muitos pequenos agricultores davam seus filhos para os médios proprietários de terra batizar. Dessa forma, quando os filhos desses agricultores recebiam a herança dos seus pais, acabavam vendendo tudo que tinham aos seus padrinhos, uma vez que já existia uma relação

de "amizade" e respeito entre as partes. Os herdeiros quando ficavam desiludidos com suas pequenas extensões de terra acabavam negociando as mesmas com seus padrinhos esperando destes um apoio solidário para continuarem vivendo no campo, o que na maioria das vezes não vinha a acontecer, como acentua José Carlos: "é, o povo dava os filho a Ginú pá batizar, era, depois ele comprava a terra dos filhos e do compadre, era assim, aí já sabe, num tinha nada, consideração".²²¹

A relação entre os médios proprietários de terra e seus compadres e afilhados era marcada, muitas vezes, por interesses. O fazendeiro almejava a terra do pequeno proprietário; já este último, buscava nesta relação que o compadre "rico" lhe criasse possibilidades de sobreviver no campo, oferecendo-lhe trabalho em suas propriedades. Mesmo após a perda de suas terras, os laços de solidariedade entre os trabalhadores rurais do São José do Itaporã era algo marcante e esta mesma solidariedade configurou-se como uma dimensão da resistência de muitos agricultores do Recôncavo Sul que visavam permanecer na zona rural da Vila.

O trabalho na roça sempre foi caracterizado pelo trabalho árduo na lavoura. Para viver da terra era preciso muito trabalho por parte dos trabalhadores, principalmente daqueles que possuíam "pouca terra" e não tinham condições de pagar jornadas de trabalho para outros lavradores. Nesse sentido, os laços de solidariedade entre os pequenos proprietários se manifestavam constantemente e de forma recíproca, pois na busca por fazerem uma colheita rápida, uma manocagem de fumo, ou uma cavação de covas para o plantio do feijão, do amendoim ou do milho, os trabalhadores rurais se reuniam para executarem o "adjutório" em benefício de um único trabalhador, como relata o Sr. Osvaldo:

Naquele tempo, aí que juntava todo mundo. Hoje trabalhava aqui na roça de um, amanhã na roça do outro, amanhã ia para roça de outro. Era adjutório, fazia meio mundo de serviço, em um dia só na semana fazia serviço de todo mundo, juntava dez homens aqui hoje, amanhã no finado Gustavo, amanhã dez homem no finado Glicelo.²²²

O *adjutório* era a reunião de muitos lavradores na intenção de ajudarem outro agricultor a realizar uma tarefa de plantio, de colheita ou de beneficiamento como era o caso de se fazer a farinha de mandioca. Constituíam-se como uma cooperação mútua, e qualquer um poderia acertar um adjutório. Normalmente, este acerto se dava nas vendas, como já dito, porém, algumas vezes o trabalhador não era avisado do "adjutório" que seria realizado ao seu

²²¹ Narrativa do Sr. José Carlos Pereira de Jesus. Ex. trabalhador do fazendeiro Genuário da Caatinginha.

²²² Narrativa do Sr. José Carlos Pereira de Jesus. Ex. trabalhador do fazendeiro Genuário da Caatinginha.

favor, pois em certas circunstâncias era acordado em plena madrugada pelos amigos compadres e parentes a fim de realizarem surpresa para o amigo.

Como já foi dito, os festejos e o trabalho não estão dissociados entre os agricultores da Vila de São José do Itaporã. O adjutório, até certo ponto, configurava-se também em um tempo de festejo, na medida em que, ao término de um trabalho na lavoura ou nas casas de farinha, comia-se, bebia-se e dançava-se até "altas horas". Sobre isso Narra o Sr. Osvaldo; "Depois do trabalho dava comida, tocavam o pau pandeiro, no samba. Uma vez lá em casa, fecharam um samba que deu dez horas da noite, começo a chuva, depois ficou todo mundo bebo pelos varandados. Aí foram embora." ²²³

As mulheres também participaram dos adjutórios. Na maioria das vezes ficavam na casa do trabalhador beneficiado fazendo a comida, como lembra D. Angélica;

Aí a gente tava em casa, ó (risos). Os homens iam trabalhar e as mulheres ficavam fazendo comida. Quando davam cinco horas que tava na hora de encerrar, que a gente já tinha feito as comida, que antigamente tinha muita comida né? Pra todo mundo, aí eles catava:

ô cozinheira, cozinheira,
Lava o prato e faz o molho, cozinheira,
aí vinha tudo, em!.²²⁴

As mulheres sempre estiveram presentes nas manifestações de solidariedade entre os trabalhadores rurais. Fazendo a comida ou monocando fumo, nos adjutórios, elas eram fundamentais. Após um dia de trabalho os homens retornavam cantando, aboiando alegres por terem contribuído com um colega. Os adjutórios aconteciam normalmente nos dias de sábado, pois aos domingos muitos trabalhadores se dirigiam para as feiras.

Outra forma de solidariedade configurava no serviço prestado pelas parteiras. As mulheres, na maioria das vezes, ficavam "três, quatro, cinco dias em cima da cama sofrendo para ter mínino". Sem posto médico e sem automóvel na Vila, a salvação para estas mulheres eram as parteiras. D. Angélica²²⁵ acentua que: "Tinha uma que chamava Domitilia, outra era chamada Grigória, e tinha Mariazinha que é madrinha daquele menino ali (aponta para o filho) mesmo, ele nasceu aqui em casa, foi!".

O relato de D. Angélica traz evidências da existência de inúmeras parteiras no distrito, porém, na continuação da sua narrativa ela vai dizer que; "não tem mais parteira, tem uma ou

²²³ Narrativa já citado do Sr. Osvaldo da Silva.

²²⁴ Narrativa já citado de D. Angélica Vituriana da Silva.

²²⁵ Narrativa já citado de D. Angélica Vituriana da Silva.

outra". Com a abertura das estradas em 1973, as mulheres começaram se dirigir para a maternidade de Cruz das Almas ou para São Félix dando início, assim, ao processo de desaparecimento da figura da parteira em São José.

Essas mulheres não ganhavam nada para realizarem o parto das lavradoras, era uma atitude apenas de socorrer as grávidas. Para o Sr. Osvaldo: "não, a pessoa dava assim... um agrado né? Por que muitas vezes saia de casa seis hora da noite, muitas vezes elas faziam por ato de bondade, eram pessoa muito respeitada, era, era. Hoje em dia leva logo para o médico, não é?"²²⁶

As evidências na narrativa do Sr. Osvaldo — "hoje em dia leva logo para o médico" — mostram que as parteiras foram abandonadas. Pessoas respeitadas na Vila, elas possuíam muitos afilhados e não ganhavam nada pelo seu trabalho. Era a bondade e, sobretudo, a solidariedade para com o próximo que incentivava suas práticas "de fazer partos" no cotidiano da roça.

Em meio à luta constante no campo, uma saída parecia existir para tudo, pois as dificuldades eram sanadas naturalmente pelos lavradores. No entanto, sabemos que a solidariedade entre os trabalhadores rurais do São José de Itaporã era algo marcante e que possibilitava sanar momentos angustiantes na vida de muitos trabalhadores que se viam em dificuldades. A solidariedade entre os pequenos proprietários configurou-se como uma dimensão da resistência dos agricultores no Recôncavo Sul, uma vez que eles em seu cotidiano labutavam para sobreviverem no campo.

1.2 - Territórios das Memórias: “idas e vindas” ao espaço urbano.

A memória permite a partir da “conservação” das experiências sociais e culturais de vida que foram significativas tanto para o sujeito individual como para coletividade construir arcabouço de elementos culturais que a partir da alteridade possa lhe conferir uma identidade cultural particular. Para Pesavento (1999);

A construção da identidade vale-se de imagens, discursos, mitos, crenças, desejos, medos, ritos, ideologias. Em outras palavras, a identidade pertence ao mundo do imaginário, que é esta capacidade de representar o real, criando um mundo paralelo ao da concretude da existência.²²⁷

²²⁶ Narrativa já citado do Sr. Osvaldo da Silva.

²²⁷ PASEVENTO, Sandra Jathay. **A cor da alma: ambivalências e ambigüidades da identidade nacional**. IN: Ensaios FEE, Porto Alegre, v20, n.1, p.123-133,1999.

É com esse entendimento que acredita-se que a memória - enquanto o elemento primordial dentro da construção da identidade de um grupo social - pode demarcar ou não uma fronteira para além dos aspectos materiais. Ela permite, a partir de uma delimitação espacial mental, alicerçada em imagens de um espaço, discursos, mitos, crenças, valores e costumes construir uma linha de demarcação que “separa”²²⁸ o lugar da expressão particular de um grupo social em relação à outros. Essa demarcação cultural acaba reafirmando a particularidade cultural a partir da alteridade. Pesavento (2002) afirma que;

É por esse viés de compreensão da fronteira que confrontam as percepções de alteridade e da identidade, ou que se contrapõem as construções imaginárias de referências, definido-se os “outros” em relação a “nós” e vive-versa.²²⁹

Neste sentido, a memória assume importância crucial na construção da identidade cultural de um determinado grupo social e, por conseguinte, nos permite pensar a ideia de fronteira cultural visualizando aspectos singulares de determinados espaços como; símbolos, costumes, mitos, tradições, crenças e valores.

A ideia de fronteira cultural permite diferenciar grupos sociais de outros a partir do confronto de costumes, valores e crenças, ao tempo que também aponta para a possibilidade da existência do hibridismo cultural que se apresenta em diversas localidades – principalmente em relação ao binômio campo e cidade - na medida em que é evidente os intercâmbios culturais promovidos por deslocamentos, migrações e retorno de sujeitos sociais aos seus espaços de origem trazem consigo elementos culturais totalmente exógenos. Pesavento ainda diz que:

As fronteiras culturais remetem à vivência, às sociabilidades, às formas de pensar intercambiáveis, aos *ethos*, valores, significados contidos nas coisas, palavras gestos, ritos, comportamentos e ideias. Basicamente, a fronteira cultural aponta para forma pela qual os homens investem no mundo, conferindo sentidos de reconhecimento.²³⁰

Portanto, como a memória é capaz de reter esses elementos culturais e, ela é quem justifica a ideia de fronteira cultural, na medida em que a cultura de um grupo social presente da memória individual e coletiva é o suporte que particulariza determinada cultura quando em confrontada com elementos culturais de outro grupo. Busca-se, a partir das narrativas dos

²²⁸Essa separação de um espaço em relação a outro se dá no campo psicológico, na medida em que entende-se que o lugar onde se expressa a cultura (crenças valores e costumes) a partir da alteridade legitima a diferença e particularidade da cultura e do lugar.

²²⁹PESAVENTO, Sandra Jathay. **Além das Fronteiras**. IN: MARTINS, Maria Helena (org.) **Fronteiras Culturais: Brasil, Uruguai, Argentina**. Editora Ateliê, São Paulo: 2002. p. 37

²³⁰PESAVENTO, Sandra Jathay. **Além das Fronteiras**. Op. Cit. 37

trabalhadores entender como se articula essa relação de fronteira cultural entre o campo e cidade em um tempo de tensão e luta pela sobrevivência nas décadas de 1970 à 1980.

A experiência do trabalhador rural de São José nunca esteve circunscrita apenas ao campo. Como já foi dito, o contato com as cidades vizinhas, principalmente Santo Estevão, Cruz das Almas, Governador Mangabeira, Sapeaçu, Muritiba e São Felix era constante. Os Agricultores se dirigiam para estas cidades a fim de venderem seus produtos, comprarem mantimentos, remédios, roupas, utensílios domésticos e se consultarem com médicos em clínicas e hospitais.

Na década de 1970 não existia linha²³¹ de transporte que fizesse a condução dos trabalhadores para as cidades próximas — “naquele tempo era tudo na canela”²³² — e a única forma existente de locomoção para outros municípios se dava por meio de cavalos e/ou burros, como nos relata Sr. Osvaldo;

O nosso pai ia em Muritiba, ia montado de animal, eu me lembro que pai tinha um burro, que o burrinho quando chegava até no casco tava pingando de suor, de lá pra cá, na paleta.²³³

Deslocar-se da Vila de São José do Itaporã para as feiras das cidades vizinhas levando consigo a produção de farinha, amendoim e laranja só era possível indo em lombo de animal. Em cima de um cavalo ou de um burro, vestido em um colete de couro e tendo sobre a cabeça um chapéu de palha o trabalhador rural se dirigia à cidade na ânsia de vender seus produtos a fim de adquirir o mínimo necessário para o sustento da sua família.

Muitas vezes para se chegar a determinado destino a viagem durava mais que um dia, como expressa a narrativa de D. Angélica;

Para Santo Estevão, meu pai e meus irmãos cansava de sair dia de Sexta-feira, nós torrava farinha, eles botava o quê? Era dez, doze animal de carga de farinha para levar para vender em Santo Estevão! ia de pé! Quando chegava era dia de Sábado meia noite.²³⁴

D. Angélica, além de esclarecer sobre o tempo gasto em algumas viagens, traz a evidência de que seu pai levava sua produção de farinha para Santo Estevão em uma tropa de burros. Segundo ela, “era dez, doze animal de carga de farinha para levar, para vender em Santo Estevão, ia de pé!”. Provavelmente, muitos dos trabalhadores rurais de São José levavam sua produção para cidade a pé e puxando os animais, o que caracterizava, de certa

²³¹ Espécie de lotação que levava os trabalhadores para a cidade.

²³² Narrativa do Sr. Osvaldo da Silva.

²³³ Narrativa do Sr. Osvaldo da Silva.

²³⁴ Narrativa de D. Angélica Vitoriana da Silva.

forma, a prática dos tropeiros que só iriam deixar de existir após a implantação das rodovias por toda a Bahia.²³⁵

A cidade representava para os trabalhadores rurais o “lugar de dinheiro”.²³⁶ As casas sofisticadas e os pequenos edifícios não causavam tanto espanto aos agricultores, na medida em que a dinâmica do deslocamento dos mesmos para as cidades vizinhas se dava constantemente devido terem que comercializar seu excedente de produção (farinha, legumes, raízes, laranja) nas feiras da região.²³⁷

A dinâmica das “idas e vindas” dos trabalhadores rurais entre o campo e a cidade está registrada nas memórias dos lavradores como um tempo de trocas tanto matérias como simbólicas. Ir a cidade significava muito mais que vender seus produtos ou consultar-se com um médico, mas permitia que o trabalhador confrontasse a sua cultura com o diferente ao tempo que reafirmava a sua identidade, mesmo que assimilasse aspectos da cultura da cidade.

Entretanto, é preciso ressaltar que normalmente quem se dirigia à cidade — aos sábados ou aos domingos, dependendo do dia das feiras — era o chefe da família, como nos relata D. Francisquinha; “Há meu filho, quem ia para feira era Noca (Agenor, seu Marido), era. Ele ia vender farinha, outros não ia, eu ia às vezes, era, mas era Noca (marido) quem ia. Fazia a feira, trazia a carne”.²³⁸

As mulheres não tinham o costume de se deslocarem constantemente para as cidades e ficavam em casa cuidando do lar e da roça. Os maridos eram os responsáveis pela feira (vender e comprar). O fato de não se deslocar sempre com o marido para as cidades da região não incomodava muito a mulher, o importante era que o marido “trouxesse a carne”, ou seja, o alimento dos filhos.

Muitas vezes, quando a feira estava movimentada e vendiam toda sua produção eles compravam algum alimento extra, como maçãs para as crianças. Segundo Isabel Ribeiro “quem comprava maçã era tido como quem tinha dinheiro naquela época”.²³⁹ Aqui aparece um elemento importante na construção da fronteira cultural, a maçã sendo um alimento característico do espaço urbano na época, não fazia parte da cultura alimentícia dos

²³⁵ SANTOS, Miguel Cerqueira. **O domínio urbano e suas implicações regionais: o exemplo de Santo Antonio de Jesus-Ba** – Salvador. Ed. UNEB. 2002. p.91.

²³⁶ Narrativa de D. Francisquinha Filha Virgílio.

²³⁷ ROGER, Chartier. **O mundo como representação**. In: estudos Avançados nº11, 1991. Disponível em <http://www.scielo.br/pdf/ea/v5n11/v5n11a10.pdf> : Ele vai dizer que a Representação faz vê uma ausência, o que supõe uma distinção clara entre o que representa e o que é representado; de outro, é a apresentação de uma presença, a apresentação pública de uma coisa ou de uma pessoa. A representação é o instrumento de conhecimento mediato que faz ver um objeto ausente. p.184

²³⁸ Idem.

²³⁹ Narrativa de Isabel Ribeiro

agricultores, mas era desejada pelas crianças, porque é evidente que quando se dirigiam à cidade tinham contato com esse alimento.

Sendo uma fruta cara, e compreendida como algo supérfluo na época, era tido como símbolo de *status* econômico para o trabalhador que consumisse a fruta. A maçã quando deslocada da cidade para o campo deixava de ser apenas uma fruta, e tornava-se um símbolo que posicionava o agricultor frente aos seus pares como alguém que “tinha dinheiro”, ou que simplesmente, naquele momento deixava transparecer para os outros agricultores uma condição econômica melhor.

Quando, porém, a feira era “fraca” e não vendiam o bastante para comprarem todos os mantimentos, eles sempre davam um jeito para que os seus filhos não passassem necessidades. O relato de D. Angélica é esclarecedor sobre este aspecto:

Com qualquer tantinho que eles arrumassem, fazia (a feira) e trazia. O que arrumasse trazia, arrumava uma jabá (carne de sertão) um feijãozinho e trazia. Antigamente era tudo difícil (tristeza) hoje em dia que é a riqueza.²⁴⁰

O semblante de D. Angélica ao relatar a experiência da volta de seu marido para casa quase sem alimentos no panacum do animal traduz um passado constituído no labor pela sobrevivência no campo do Recôncavo Sul.²⁴¹ As feiras do Recôncavo, além de se organizarem como ambientes de intercâmbios de produtos negociados pelos agricultores tornavam-se, também, espaços que propiciavam aos trabalhadores rurais a possibilidade de auferirem mais algum “dinheiro” criando, assim, uma alternativa para se manterem e se sustentarem no campo.

Entretanto, quando a roça não produzia satisfatoriamente, ou as suas mercadorias não eram vendidas na feira, a vida dos trabalhadores rurais continuava com as mesmas dificuldades, como deixa transparecer no seu relato D. Angélica;

Quando não vendia nada na feira, era batata, aimpim, abóbora, feijão, milho, minha mãe botava milho de molho para agente pisar para fazer o cuscuz, nós batia no pilão, ó! Era assim que agente vivia.²⁴²

²⁴⁰ Narrativa de D. Angélica Vituriana da Silva.

²⁴¹ Um grande cesto que era colocado nos dois lados do animal, afim de ali colocarem as mercadorias que seriam vendidas na feira. Hoje as maiorias dos Agricultores levam sua produção de carro, motocicleta e caminhonetes.

²⁴² Idem

Com as dificuldades constantes na roça — quando a colheita de fumo não prosperava e quando o preço da farinha estava defasado — os trabalhadores se voltavam para as culturas de subsistência numa luta diária contra a fome. Apesar de toda dificuldade no campo, quando a feira proporcionava alguma renda para estes trabalhadores, os mesmos sempre compravam algo a mais: uma sandália para um filho, uma flor de plástico para o oratório do “santo” 243, um “pedaço de pano”²⁴⁴ para a mulher fazer um vestido, enfim, o trabalhador consumia muito da produção material existente e vendida nas lojas da cidade, ao passo que a cidade consumia, também, toda a produção do agricultor.

O intercâmbio entre a cidade e o campo não se dava apenas na esfera material, pois havia, ao mesmo tempo, o intercâmbio cultural — tendo em vista que nas feiras o lavrador se informava sobre o que se passava no Brasil e o cidadão, por sua vez, se informava sobre o que acontecia no campo: uma relação de complementação entre o campo e a cidade.

As narrativas dos agricultores apresentam memórias que apontam para uma relação de complemento entre o campo e a cidade. A fronteira cultural entre o campo e cidade no Recôncavo não se apresentava como algo hermético, mas se mantinha aberta a todo instante para receber influências da cidade e influenciar a mesma. D’Almeida ao se referir as mudanças dos costumes e valores no campo afirma; “as tradições são “inventadas” e mostram-se mais como reinvenções graças ao peso das continuidades de elementos e traços anteriormente existentes.”²⁴⁵ Isto demonstra que apesar da influência da cultura urbana no campo esta ainda se mantém a partir de elementos tradicionais de sua cultura que permanece existindo, porém de um modo reinventado.

A feira de São José de Itaporã surgiu nos primeiros anos da década de 1970, do século passado. Segundo Sr. Osvaldo, se deu da seguinte forma: "foi assim, juntou um e outro, colocaram uma lona no chão e aí começou a vender, o povo começou a vim de Cruz, das outras roças aí pra cima. Aí pronto, a feira do São José tava aí".²⁴⁶ Sem planejamento, a feira surgiu modificando todo o cotidiano das pessoas que residem no distrito. Realizada aos domingos — já que aos sábados alguns trabalhadores rurais se dirigiam para as feiras das cidades vizinhas — tornou-se novo espaço para os agricultores negociarem seus produtos e realizarem suas “trocas simbólicas”.

²⁴³ Santo – referência a imagens de escultura que os agricultores prestam culto em casa.

²⁴⁴ Alguns metros de tecido

²⁴⁵ D’Almeida, SANTANA, Charles. **Fatura e Ventura Camponesas: Trabalho, Cotidiano e Migrações - Bahia: 1950 – 1980**. SP: AnaBlume. 1994.p.133

²⁴⁶ Narrativa de Sr. Osvaldo da Silva.

A fotografia abaixo mostra um fragmento do cotidiano da feira aos domingos em São José. Os trabalhadores se aglomeravam em meio ao lamaçal vendendo laranja, amendoim e outros produtos. Observa-se no segundo plano da fotografia a exposição de baldes de plásticos e de bacias de alumínio. Isto mostra que muitos vendedores da região se dirigiam para feira. A fotografia traz evidências de que no passado a feira era próspera, bem-sucedida, porém necessitava de estrutura. Por conseguinte, não podemos esquecer que "as fotografias não se esgotam em si, antes são feitas para desvendar o passado".²⁴⁷

Na tentativa de compreender "a representação fotográfica, seus significados e suas finalidades"²⁴⁸ percebe-se que a imagem analisada, por se tratar de uma foto pertencente à Associação dos Moradores da Vila São José do Itaporã, parece denunciar a situação de abandono em que se encontrava o espaço destinado à feira livre da Distrito.²⁴⁹



Figura 53 - Fotografia cedida da Assoc. de Moradores do Distrito de São José de Itaporã. 1980

As feiras nas cidades vizinhas ou da Vila de São José do Itaporã, além de propiciar uma alternativa de vida para os trabalhadores rurais, era também um lugar significativo para os Agricultores, pois nela tinham a oportunidade de ficarem informados e de encontrarem amigos de outras localidades. Nas feiras das cidades próximas é o trabalhador rural ficava

²⁴⁷ FIGUEREDO, H. G. Coord. **Imagens de São Gonçalo: Fotografia e História**. Laboratório de Pesquisa História 2001.

²⁴⁸ KOSSY, B. **Estética, memória e ideologia fotográficas: decifrando a realidade interior das imagens do passado**”In: Revista Acervo, Arquivo Nacional, v.6, nº 1-2, 1993.

²⁴⁹ Atualmente a Feira Livre do Distrito de São José do Itaporã esta bastante organizada e urbanizada.

sabendo “das novidades” na política e na economia do Brasil, da Bahia e do seu Município. As feiras do Recôncavo eram o local possível para o intercâmbio de informações, de culturas e de modos de vida que se imbricavam e se completavam.

A ida à feira aos sábados e aos domingos possibilitava aos agricultores se informarem sobre os políticos como relata Mauro; "quem era o prefeito de Muritiba, era Geraldino Almeida, Getulio Vargas que era homem meu filho, naquele tempo os homem vestia calça boa, de tergal, era, era! Ganhava dinheiro!"²⁵⁰

Os Trabalhadores rurais, longe do que apregoam muitos discursos sobre o homem e a mulher do campo no Recôncavo Sul, e do Nordeste²⁵¹, - discursos que tentam construir um arquétipo de homem rural nordestino extremamente ignorante e desinformado aos moldes da personagem dos quadrinhos “Jeca Tatu” de Monteiro Lobato²⁵², - tinham interesse a respeito de seus representantes políticos, bem como da economia do seu país. Nas vendas ou nas barracas que comercializavam comidas e bebidas, os trabalhadores se reuniam e conversavam sobre diversos assuntos, como relata Sr. Osvaldo;

Era a gente pegava aquele feijão naquelas barracas, era tira-gosto e cachaça. Eu mesmo muitas vezes fiquei bêbado. A gente conversava, falava de muito assunto, da roça, de vereador e prefeito que não faz nada e outras coisas.²⁵³

Observa-se que a memória do Sr. Osvaldo não deixa dúvidas quanto às discussões entre os trabalhadores rurais sobre política, pois se falava dos plantios na roça, das ações dos vereadores e das ações do prefeito do seu município. Junto ao balcão da venda os lavradores de várias localidades da região se aglutinavam e conversavam sobre diversos assuntos — falavam das namoradas, do preço da farinha, do valor da arroba de fumo²⁵⁴, dos amigos distantes, enfim, a feira era um espaço de socialização da informação entre os agricultores.

Para D'Almeida; "tão importante quanto o mercado, os encontros nas feiras destacavam-se na vida dos lavradores".²⁵⁵ Desta forma, pode-se dizer que as feiras do Recôncavo tornaram-se espaços singulares para a constituição e elaboração de modos de vida dos trabalhadores rurais de São José e do Recôncavo, bem como era um lugar que mediava às trocas simbólicas entre o campo e a cidade. Na feira a fronteira cultural é suplantada pela

²⁵⁰ Narrativa do Sr. Mauro Machado.

²⁵¹ ALBUQUERQUE JUNIOR, Durval Muniz de. **A invenção do nordeste e Outras Artes**. Rio de Janeiro: Cortês, 2009. Ele diz que o nordeste é uma invenção a partir do discurso da literatura e das imagens. p.33

²⁵² A personagem criada por Monteiro Lobato nos anos 1920 para caracterizar o agricultor ignorante que aceitava sua situação de miséria passivamente sem lutar para melhorar sua qualidade de vida.

²⁵³ Narrativa do Sr. Osvaldo da Silva.

²⁵⁴ Uma arroba equivale a 15 quilos.

²⁵⁵ D'Almeida SANTANA, Charles. Op.Cit.

necessidade de coexistir com o diferente, pois ir a feira fazia parte do viver dos agricultores dentro da dinâmica de “idas e vindas” à cidade.

Nesse sentido, o encontro do trabalhador rural do São José do Itaporã com as cidades da região se dava em diversos momentos e com objetivos diferenciados. Buscava o trabalhador, na esfera urbana, uma alternativa para adquirir algum dinheiro com a venda de suas mercadorias nas feiras com a finalidade de voltar para casa trazer o alimento para sua família.

Para além das questões de ordem econômica, o agricultor buscava se informar em relação à economia e política do Município, do Estado e do País. O que demonstra que o trabalhador rural procurava, na medida do possível, se manter informado. As memórias dos agricultores, mesmo que ressignificadas pelas demandas do presente definem o campo como o lugar do trabalho duro no roçado, das dificuldades de sobrevivência e da escassez, já a cidade em suas narrativas se apresenta como o lugar do dinheiro, da prosperidade, da abundância. Olhando as memórias a partir da economia percebe-se que o limite do campo, o lugar da *escassez*, era a chegada à cidade, o lugar da *abundância*, local onde o agricultor poderia vender seu excedente e consumir aquilo que a cidade poderia lhe oferecer.

Não obstante, apesar das dificuldades muitos lavradores acreditavam que permanecer no campo mesmo tendo poucas condições para ter uma vida abundante era melhor do que se deslocar para as cidades, uma vez que por possuir pouca instrução poderia não conseguir emprego que lhe proporcionasse melhor qualidade de vida. Para muitos trabalhadores rurais, no campo, em seu roçado, ele mesmo determinava o seu horário de trabalho, já na cidade teria que se submeter a um novo tempo de trabalho pré-determinado pelos empregadores.

Nas décadas de 1970 e 1980 o lugar das trocas materiais e simbólicas entre o campo e a cidade eram as feiras, lugar onde o trabalhador rural e o homem da cidade se comunicavam e trocavam informações sobre seus respectivos espaços. As conversas nas barracas, nos negócios, as conversas na praça e nos bares permitiam que elementos culturais pudessem ser socializados entre o agricultor e o homem da cidade.

Portanto, a fronteira cultural é evidente que existia e não se limitava ao espaço onde vivem a população do campo e a população da cidade, mas residia - essa fronteira - em um plano psicológico, de singularidades de vivências e costumes que definiam características específicas relacionadas ao espaço rural do Recôncavo.²⁵⁶ Esse contato do homem do campo com o cidadão permitiu a visualização da alteridade, de modo que cada cultura pudesse ser

²⁵⁶ PESAVENTO, Sandra Jathay. **Além das Fronteiras**. Op. Cit. Para a autora; “As fronteiras tanto cultural como material não significam um limite fechado, mas “é um limite sem limites, que aponta para um além.” p. 37

percebida em seus traços singulares que definiram identidades e que se ressignificavam com novas identificações com as trocas constantes nas “idas e vindas” dos trabalhadores rurais ao espaço urbano.

1.3 – “*O babá é bom demais*”: o futebol como um lazer dos lavradores de Itaporã.

Nenhum ser humano suportaria trabalhar ininterruptamente sem um momento para descontração e desapego em relação às responsabilidades que a vida cotidiana impõe. O lazer, como uma prática inerente ao ser humano, como um momento de sorrir, divertir-se, e entreter-se, se manifesta como uma dimensão da vida humana que possibilita, se não esquecer as responsabilidades laboriosas do dia-a-dia, pelo menos disfarçá-las em práticas cotidianas que possa vim propiciar satisfação e prazer²⁵⁷.

A prática do lazer não pode ser compreendida simplesmente como um momento de “escape” ou “fuga” do trabalhador em relação aos seus afazeres no dia-a-dia, pois, em alguns momentos, como verificamos entre os Agricultores em São José do Itaporã, lazer e trabalho poderiam em muitos casos se manifestarem de um modo simbiótico, como observa-se na narrativa de Isabel Ribeiro;

Assim, era, era assim, se tivesse descansando no domingo ou qualquer dia às vezes ia dá um Adjutório, ai os homem ficava contado causo, bebendo, comendo, era aquela alegria, mas também trabalhava muito, as mulher ficava fazendo comida e conversando, era, conversava sobre o dia-a-dia(...), comia, sorria, todo mundo se divertia até os meninos brincava, ajudava. O adjutório era barrufação de fumo, cavar cova, bonecar fumo, raspar mandioca, quando acabava voltava todo mundo para sua casa, era, cansado, mas alegre.²⁵⁸

As evidências na narrativa de Isabel Ribeiro é esclarecedora no sentido de mostrar que um momento de trabalho em Itaporã poderia, também, ser compreendido como um tempo de diversão e satisfação pessoal, pois, o trabalhador rural que deveria esta descansando ou se divertindo, acabava indo prestar um adjutório a um compadre ou amigo, onde ele trabalhava bastante, mas, também se divertia contando causos, comendo e bebendo, ou seja, praticando algo que lhe propiciava satisfação o que caracterizava aquela ação como uma forma de trabalho, mas também como uma forma de lazer peculiar daquele povo.

²⁵⁷CAMARGO, Luiz Otávio de Lima, **O que é lazer**, SP: brasiliense, 1999. - (No primeiro capitulo o autor discuti as propriedades do lazer.)

²⁵⁸Narrativa já citada de Isabel Ribeiro, 30 anos, residente na Pindobeira interior da Vila do São José do Itaporã, entrevista realizada 25/08/2002.

Em um adjutório se realizava muitas tarefas uma vez que molhavam o fumo para não secar, cavam lavras para plantar fumo, raspavam mandioca para fazer farinha, penduravam o fumo para curar, tudo isso era feito em conjunto, os amigos se reuniam demonstrando um sentimento de solidariedade. Ao findar as tarefas do adjutório, mesmo estando todos cansados a voltava para casa era sempre um momento em que o sentimento de missão cumprida “falava mais alto” e a alegria refletia nos semblantes de todos os lavradores.

Por conseguinte, no seu próprio cotidiano de trabalho um(a) agricultor(a) no roçado resolvia contar causos, “tirar” versos, cantar aboios e em alguns momentos até namorar, - como era o caso dos namoros nas casas de farinhas, que acabavam em casamentos - tais ações também se caracterizava como uma forma de lazer no cotidiano do trabalhador rural do São José do Itaporã como verificamos na fala de Dona Francisquinha Filha;

Agente trabalhava, agente cantava, era, era assim mesmo na casa de farinha, agente cantava assim: Eu tava na peneira eu tava peneirando, eu tava no namoro eu tava namorando. Vigi menino! Quantas moça pego filho em riba do forno de farinha, no coxo, em?! (Risos).²⁵⁹

O lazer trás em se uma carga simbólica que opera no sentido de expressar muitas vezes signos e significados que ultrapassam o seu sentido *stritu sensu* de se apresentar como uma forma de libertar o trabalhador(a) por algumas horas ou dias das suas obrigações e compensa-lo da fadiga do trabalho. Ele pode tomar muitas vezes um “tom” de resistência quando aquele que o pratica está em busca de liberdade, seja essa liberdade em relação ao trabalho ou em relação a alguma forma de opressão. Entretanto, é preciso entender que o lazer é resultado das relações sociais, pois, como afirma o professor Camargo (1999); “os determinismos culturais, sociais, políticos e econômicos pesam sobre todas as atividades do cotidiano, inclusive sobre o lazer.”²⁶⁰

O lazer é algo construído culturalmente e sua manifestação enquanto um fenômeno social se dá nas comunidades camponesas do recôncavo sul, e em específico entre os Trabalhadores Rurais de São José do Itaporã como uma forma de reafirmar identidades, valores, e modos de vida. A manifestação da prática do lazer no dia-a-dia desses lavradores se mostrava - e se mostra - como um “discurso silencioso” que se apresenta em movimentos e ações de “sujeitos” sociais no cotidiano que buscam reafirmar características culturais e históricas.

²⁵⁹ Narrativa já citado de Francisquinha Filha, 68 anos, residente na Pindobeira interior da Vila do São José do Itaporã, entrevista realizada 22/06/2002.

²⁶⁰ CAMARGO, Luiz Otávio de Lima, Op.Cit. p. 10.

Não obstante, o lazer não pode ser compreendido de forma simplória como um tempo em que o trabalhador utilizar apenas para descansar, pois, fazer um samba em uma noite de Caruru de São Cosme e São Damião, ir à lapa de caminhão, jogar futebol, ir a cidade fazer compras, dançar forró intermitentemente nas noites de São João e nos reizados produziam desgaste físico. Entretanto, podemos inferir que todos esses momentos de diversão ao mesmo tempo em que propiciavam alegria aos trabalhadores rurais de Itaporã, também, produziam nos seus corpos o cansaço e a fadiga tão quanto o trabalho na lavoura, porém, esse mesmo cansaço e fadiga se manifestavam com um “sabor” diferente, pois, estas práticas lhes davam satisfação e prazer²⁶¹.

No distrito de São José do Itaporã algumas práticas de lazer são marcantes e responsáveis pelos momentos de diversão e satisfação dos agricultores em relação ao trabalho duro no seu roçado ou nas terras dos fazendeiros da região. Dentre essas práticas, o futebol, um esporte inventado pelos ingleses e trazido para o Brasil no final do século XIX, como se sabe é algo marcante na vida dos brasileiros.²⁶²

Um dos elementos que alimenta o desejo dos trabalhadores rurais do São José do Itaporã de praticar este esporte é o acompanhamento dos times profissionais nos campeonatos Estaduais e principalmente no Nacional (Campeonato Brasileiro de Futebol Organizado pela CBF – Confederação Brasileira de Futebol). Para o senhor José de Vilar²⁶³:

É que... foi assim, foi, agente fez o campo aqui na Pindobeira, ai tudo é terra de herança, mas ninguém liga, todo mundo brinca a bola, mas com a energia e a televisão agente via o time do coração né? né?, é, assim, o Bahia e Vitória, eu mesmo sou Bahia, ai os mínimo dava vontade de jogar, tem ate o babá de quem torce para o Bahia e de quem torce para Vitória, é o BAVI, ninguém quer perder.

A implantação da energia nos povoados próximo a sede do distrito São José nos anos de 1990 foi um elemento importantíssimo na difusão da prática do futebol e na mudança de hábitos relacionados à prática do lazer, pois, foi possível se acompanhar o “time do coração” pela televisão, o que antes era feito por meio do rádio a pilha. Vê o seu craque preferido na

²⁶¹ CAMARGO, Luiz Otávio de Lima. idem

²⁶² REIS, Heloisa Helena Baldy dos Reis. **Lazer e Esporte: o caso do espetáculo futebolístico**. Comunicação apresentada no ENAREL (Encontro nacional de recreação e lazer) em: 13 a16 /11/2002 realizado na UNISC. Santa Cruz do Sul - RS/Brasil. Disponível: www.google.com.br – Acesso em: 17/01/2007 - A autora discute a partir dos trabalhos dos Sociólogos Norbert Elias e Eric Dunning pioneiros nos estudos sobre o lazer nos anos 50 do século XX juntamente com os trabalhos do sociólogo francês Jofre Dumazedier como o futebol, esporte inventado pelos Ingleses, se transformou no grande espetáculo esportivo de século XX e XXI tornando-se uma das principais formas de lazer de toda humanidade no mundo contemporâneo.

²⁶³ Narrativa do Sr. José de Vilar, 38 anos, residente no interior da Vila do São José do Itaporã na localidade da Pindobeira, entrevista realizada em 18/3/2002.

tela, visualizando o seu jeito de jogar, promovia no homem do campo o desejo de imitar o seu ídolo.

A rivalidade entre os principais times do Estado da Bahia que também se manifestava nos campos de futebol de Itaporã, pois, sempre se realizava o “babas do bavi”²⁶⁴, no qual, quem era torcedor do Bahia constituía o time representante dos tricolores, e neste ínterim, quem era torcedor do Vitória compunha o “baba”²⁶⁵ Rubro Negro. Abaixo fotografia de um baba do BAVI:



Figura - 54: Fotografia minha tirada em: 07/2007 momento do babá dos coroas na localidade da Pindobeira interior da Vila São José do Itaporã - BA.

No dia da disputa do “babá do bavi” ninguém queria perder, isto fica claro na narrativa de seu Roque, muitas vezes, devido o empenho nas disputas pela bola, muitos lavradores “atletas” saíam lesionados das partidas. Os machucados ocasionados pelas quedas eram cuidados de imediato com limão e com gelo, este ultimo elemento de tratamento era também uma novidade em Itaporã, pois era resultado da chegada da energia na localidade que proporcionou aos lavradores a compra de geladeiras.²⁶⁶

²⁶⁴Se apresentar como um jogo de futebol no qual não há hora para acabar, os jogadores vão se alternando, enquanto uns jogam outras descansam. A idéia é jogar ate as pernas não agüentarem mais correr, normalmente tem um arbitro que marca as faltas e legitima os gols, tendo autoridade para expulsar o jogador que desrespeitar as regras do Baba.

²⁶⁵Nesse caso baba obtém o significado de Time de futebol.

²⁶⁶Sobre a chegada da luz no interior da Vila São José do Itaporã ver depoimento de Isabel Ribeiro, 30 anos, residente na Pindobeira interior da Vila do São José do Itaporã, entrevista realizada 25/08/2002.

A implantação da energia criou a possibilidade de muitos agricultores adquirirem eletrodomésticos, os quais acabaram lhes dando melhor qualidade de vida e mais uma opção de entretenimento. A geladeira, por exemplo, poderia conservar os alimentos congelados, principalmente a carne, que antes da geladeira era salgada e colocada no sol para ser conservada. Não obstante, a televisão criou um momento de reunir a família para assistir ‘as novelas’, em vez de se reunirem “para prostrar”. As antenas de TV estão por todas as casas em Itaporã, e tudo indica que os programas tem influenciando no comportamento dos agricultores, seja no vestir, no falar, no comer, na escolha das músicas, nas danças, nos relacionamentos, nos valores. Abaixo uma fotografia de um telhado de uma casa em São José e suas antenas de TV;



Figura – 55: Antena de TV a cabo e Parabólica / Pindobeira em São José do Itaporã - Fotografia adquirida na pesquisa, 2012

A chegada da energia fez muitos lavradores adquirirem parabólicas a fim de assistirem suas novelas e acompanharem os jogos de futebol. Um novo fenômeno começa a se apresentar no campo, alguns lavradores já estão assinando TV a cabo para poderem acompanhar melhor o “time do Coração”. Ainda sobre o futebol, a narrativa de seu José mostra que o esporte para os agricultores era tão importante que muitos trabalhadores herdeiros de terra não exigiam a parte que lhes cabiam do terreno simplesmente para que o *campo de futebol* não fosse destruído, isto mostra que o esporte catalisava sentimentos e

emoções dos lavradores permitindo que eles fizessem questão da permanência do local onde se “*batia (jogava) o baba*”, um espaço importantíssimo no distrito onde se desenrolava momentos de se extravasar energias carregadas de múltiplos sentimentos.

Neste sentido, posso afirmar que os campos de Futebol em São José do Itaporã, assim como em boa parte do Recôncavo são *lugares singulares* carregados de memórias e vivências saturadas da expressão mais legítima da natureza de homens, mulheres e crianças que freqüentavam - e ainda freqüentam – os campos com o desejo de “forjar” para si momentos que propiciassem satisfação e prazer.

O acompanhamento do “*time do coração*” produzia - e ainda produz - conversas e polêmicas nas “vendas”²⁶⁷, reforçando em alguns casos, as relações de amizade entre amigos mesmo existindo discórdias. Após a prática do esporte o destino mais certo dos “*atletas agricultores*” era a venda, um lugar muito importante para a expressão de sociabilidades do homem do campo e para conversas singulares entre compadres, parentes e amigos. Para o Sr. Roque de Vilar:

A venda aqui é muito importante, é, é, aqui agente bate uma prosa com os colega né? Joga um domino, um sinuca (sinuca) toma uma pá mode espantar o frio. Eu mesmo gosto de vim pá venda, meu filho que é dono dessa aqui, Arruda (apelido do filho), os meninos vem ai toma fiado, é assim né? Tudo se conhecer, todo mundo é amigo. Aqui na venda agente falamos de plantação, de bola e do que acontece né?, fala de tudo sabe? De tudo.²⁶⁸

O fala de Roque de Vilar mostrar que a Venda é um lugar importante para a vida dos agricultores de Itaporã. Depois de trabalhar todo o dia no roçado o lavrador buscava, quando praticante do futebol jogar o “baba” e em seguida se dirigir para venda onde era costume conversar com os amigos, tomar uma cachaça, jogar uma partida de dominó ou sinuca e em seguida se dirigir para casa pronto para no dia seguinte recomençar a vida de trabalho nos roçados. A venda era - e é - importante, na medida em que, este lugar se constituía como um espaço de informação e, sobretudo, de manifestação de práticas de lazer como podemos notar nas evidências da fotografia;

²⁶⁷ Venda é o nome que recebe um determinado estabelecimento comercial no interior da vila do São José do Itaporã que opera ao mesmo tempo como uma espécie de mercadinho e ao mesmo tempo como boteco onde se bebe cachaça com folhas como; Erva doce, jiló, alumã, gengibre e também bebe-se cervejas. Neste espaço joga-se dominó, baralho é um ponto de encontro tanto dos homens como das mulheres.

²⁶⁸ Roque Vilar, 52 anos, casado, trabalhador rural, vive na Pindobeira e é o dono do Campo de Futebol em seu terreno onde é realizado campeonatos



Figura 56: Fotografia adquirida na pesquisa em: 01/2007 após o “Babá dos Coroas” em Pindobeira em São José do Itaporã

Logo no primeiro plano da fotografia aparece seu Roque um dos responsáveis pelo “Baba dos Coroas” na Pindobeira. No segundo plano se tem as evidências do destino dos praticantes do futebol, pois pode-se observar rapazes com meias e chuteiras no recinto demonstrando que são praticantes do esporte. É na venda que os homens se encontram no final da tarde para falar da vida, para fazer amigos, para descontrair a consciência dos problemas do cotidiano, para sorrir.

No terceiro plano da fotografia pode-se notar as garrafas de cachaça que se encontram nas prateleiras. Essa bebida sempre foi o objeto de desejo de muitos lavradores após as partidas de futebol, pois, a não existência da geladeira, por conta da falta de energia, corroborou durante muito tempo para o aumento do consumo da “*mardita*”. Muitas vezes, desde a infância o lavrador matinha contato com bebidas que possuíssem alto teor alcoólico. É preciso dizer que beber cachaça se apresenta, sobretudo, como um aspecto cultural entre muitos lavradores.

Por conseguinte, o que ganhavam com a venda dos seus produtos nas feiras e os baixos salários que recebiam pelo trabalho nas roças dos pequenos e médios proprietários de terra não lhes davam condições para consumir bebidas mais sofisticadas como a cerveja e/ou vinho, como nos relata Benedito Amariano;

Quem é que tem dinheiro para mode beber cerveja todo dia em?, o esquenta (a quente) é com cachaça mesmo, mais menino! Em? É jiló, Eva doce,

riachão, cinqüenta e um, aqui todo mundo bebi, uns mais, outro menos, é assim, cachaça é pá homem de coragem.²⁶⁹

A venda em São José do Itaporã, assim como em muitas localidades do Recôncavo, sempre foi um lugar, no qual o sorriso se manifestava como expressão latente de satisfação e alegria, uma vez que ela se constituía como um espaço dinamizador de sociabilidades, pois, se constituía como um “lugar democrático” onde estando ali todos se igualavam ainda que algum possa possuir mais terra e/ou dinheiro do que outro. No caso específico dos trabalhadores rurais do São José do Itaporã é na venda que se organizavam - e se organiza - o baba, como podemos notar no segundo plano da fotografia, na qual, aparece na parede à direita uma cartolina com todos os nomes dos cadastrados na associação informal do “baba dos coroas.”²⁷⁰ Entretanto, apesar de se chamar “*baba dos coroas*” muitos jovens compunham os times.

A imagem acima mostra claramente a participação de adolescentes no baba, isso acontece por que sempre houve organização. Observa-se na fotografia que existem coletes para os dois times, nenhum jogador está atuando sem está devidamente calçado, a bola é nova, existem redes no gol, tudo isso criava - e cria - no “baba dos coroas” um idéia de “profissionalismo” e organização, o que atraía a juventude para o campo.

O custeio desta organização é mantido por todos, segundo seu José de Vilar; “É, todo mundo paga uma taxa de dois real, as vez um vereador dá uma rede, uma bola, assim agente vai levando, né?”²⁷¹ Para Luis de Vilar o baba é muito importante para os jovens, pois:

“Aqui não tem nada, não é? Só tem a bola, o futebol, ta tudo organizado, Zé tomou a frente, no final do ano tem premio pro jogador revelação, para o artilheiro tem comemoração, todo mundo bebe e fica alegre, vije! o baba é bom demais”²⁷²

A partir da narrativa do jovem Luis de Vilar pode-se dimensionar a importância do baba para a juventude. Para ele “o baba é bom demais”. Uma expressão que aponta para satisfação e gosto em praticar o futebol como uma forma de lazer. Como ele frisa em sua narrativa; “aqui não tem nada, não é”, fazendo referencia ao fato de não existir outros espaços para diversão e lazer. Para os Jovens que levaram – e levam - uma infância e adolescência de trabalho duro nos roçados, o fim de tarde era o momento de acompanhar os pais todos os dias

²⁶⁹ Narrativa de Benedito Amariano Fonseca, 30 anos, residente na localidade da Pindobeira, interior da Vila do São José do Itaporã, entrevista realizada em 20/05/2001.

²⁷⁰ É considerado Coroa no Babá homens que tenham idade de 40 anos, porém isso não exclui a participação de jovens com a idade de 15 anos à cima, uma vez que há a necessidade de Atletas para compor os times.

²⁷¹ Narrativa já citado do Sr. José de Vilar, 38 anos, residente no interior da Vila do São José do Itaporã na localidade da pindobeira, entrevista realizada em 18/3/2002.

²⁷² Narrativa do Luis de Vilar Ribeiro, 20 anos, residente no interior da Vila do São José do Itaporã na localidade da pindobeira, entrevista realizada em 06/01/2007.

nos campos de várzea para vê-lo jogar futebol e assim, conseqüentemente despertar o desejo de praticar o esporte e manter a cultura do Baba.

Em São José do Itaporã existem algumas peculiaridades em relação à prática do futebol. O esporte sempre foi praticado todos os dias pelos trabalhadores rurais, de Segunda a Sexta feira, e nos domingos normalmente havia os torneios. Segundo Sr. Roque de Vilar;

É meu filho, foi assim, foi, aqui era roça de mandioca, fumo, é mandioca, os homens caiu em cima e fez esse campo, já tem pá mais de vinte ano, todo mundo brinca, é velho, é novo, é menino, é todo dia (risos...) quem é que não gosta de bola, não é? não é?²⁷³

O futebol foi - e é - uma prática de lazer apreciada por todos na comunidade. Os campos de futebol de Várzea do Recôncavo sempre foram lugares democráticos, onde não há acepção de pessoas, e as gerações se relacionavam - e se relacionam - construindo em uma prática de lazer, a apresentação mais espontânea da cultura dessas pessoas, a qual se mostrava sem “pudor” aflorando a todo o momento em gestos, e, sobretudo, na força da palavra falada, a qual, neste espaço do Recôncavo é mais determinante que a palavra escrita no sentido de expressão de signos e significados no cotidiano.

O futebol sendo um esporte de ação que promove o movimento do corpo deixava os lavradores à vontade possibilitando a manifestação de gestos e maneiras de agir com o corpo que estão pautados em referenciais culturais, e que em alguns casos são absorvidos pelas novas gerações em formas de comportamentos que acabam também ganhando novos contornos dentro da relação dos jovens com os mais idosos.

A prática do futebol enquanto uma dimensão do lazer no cotidiano dos trabalhadores rurais do São José do Itaporã acabou construindo na vida dessas pessoas um tempo de brincar e se divertir que se dava e se dá todo final de tarde como uma forma de diminuir as tensões provocadas pelo trabalho na roça. Porém essa prática inventou uma tradição que há tempo já constitui uma dimensão da cultura desse povo que se manifesta no dia-a-dia e projeta para na posteridade elementos identitários. No domingo era normal toda família se dirigir para assistir os torneios. Segundo Isabel Ribeiro:

É, agente ia, ia, era todo domingo, Tinha geladinho e picolé, cocada, vendia muita cocada e pipoca, refrigerante, era uma festa. Ia todo mundo, ficava vendo o time jogar, era o Ideal. É, as menina ficava paquerando os menino, e eles também paquerava agente né? né? Já sabe, assim, olhando, olhava(

²⁷³ Na narrativa do Sr. Roque de Vilar, 47 anos, residente no interior da Vila do São José do Itaporã na localidade da pindobeira, entrevista realizada em 18/3/2002.

¹⁴⁴ SANTANA, Charles D'Almeida. **Trabalhadores Rurais do Recôncavo Baiano: Memórias e Linguagens**. Revista Projeto História PUC de São Paulo, Nº 16, SP: EDUC, 1981. p.206 a 209.

Risos).Tinha batuque, era charanga, era aquela zoadeira. Mas agente voltava tudo alegre para casa.Tudo alegre. Tempo bom, era, era sim.²⁷⁴

Ir ao campo de futebol aos domingos era motivo de alegria para toda família, momento de descontração, sobretudo para os mais jovens, pois, o campo de futebol se constituía como um espaço onde podiam experimentar vivências que fugia a rotina do cotidiano, como por exemplo, encontrar um amigo de outra localidade e colocar o “papo” em dia, arrumar uma paquera, em fim, visualizar algo diferente.

O domingo que havia torneio era muito animando todos se preparavam para irem ao campo, uma vez que estando naquele espaço iriam provar iguarias que eram novidade. Era o desejo de todos degustar um geladinho ou um picolé, ou simplesmente comer uma cocada. Ir ao campo de futebol em dia de torneio valia qualquer sacrifício como ate mesmo calçar um sapato apertado e andar mais de dois quilômetros ate chegar à sede da Vila “e vê o Ideal jogar”.

Durante a nossa pesquisa foi marcante a presença de um imaginário entre os lavradores do São José do Itaporã em relação a um time de futebol chamado Ideal, ao que parece esse time representava a Vila nas competições realizadas nos municípios de Cruz das Almas e Muritiba ganhando muitos torneios e emprestando muitos jogadores para seleção do município de Muritiba e outras cidades do Recôncavo sul, esses jogadores eram “reverenciados” na Vila simplesmente por jogar no ideal. As pessoas iam ao campo vê o time que representava a distrito jogar, ou seja, o Ideal. Nas palavras de Raimundo Virgilio conhecido como “Quito Barão”:

Há... eu joguei muita bola, joguei, joguei mesmo! Era no Ideal era Júlio, Jel, kel, Cido, Carlos, era tanta gente que jogava. O time era bom mesmo, viajava muito, era Muritiba, Cruz das Almas, até Salvador agente jogou, era amador, não sabe? Era, o povo gostava, tinha gente que fretava carro pá ir vê o time jogar, era um tempo bom. Aqui agente jogava no campo de Niceto, mas, acabou o campo, né? Agora é lá em Roque, só tem baba em Roque.²⁷⁵

Nas lembranças de Raimundo, o time Ideal era muito significativo para os trabalhadores rurais do São José do Itaporã, pois, as pessoas entusiastas do futebol amador acompanhavam o time em todos os jogos fazendo lotação para ir torcer pelo time que representava o distrito. Durante muitos anos o referencial de futebol amador em São José foi o time Ideal, um time formado por jogadores que praticavam o esporte como uma forma de

¹⁴⁵ Narrativa já citado de Isabel Ribeiro, 30 anos, residente na Pindobeira interior da Vila do São José do Itaporã, entrevista realizada 25/08/2002.

²⁷⁵ Narrativa de Raimundo Virgílio Ribeiro, 50 anos, residente na Vila do São José do Itaporã, entrevista realizada 15/01/2007.

lazer, mas, que em muitos casos alguns desses “atletas” amadores acabaram ganhando até dinheiro atuando em seleções do Recôncavo Sul nos campeonatos intermunicipais²⁷⁶.

O time Ideal se configurou para São José do Itaporã como um ícone que catalisava as aspirações e os “sonhos” de muitos lavradores que desejavam se tornar jogador profissional de futebol, pois, em muitos momentos a prática do esporte trazia para o lavrador “*bom de bola*” a esperança de se tornar um jogador profissional. Abaixo temos uma fotografia que trás evidências da organização do time de futebol Ideal;



Figura 57: Fotografia cedida pela moradora do interior da vila do São José do Itaporã D. Francisquinha Maria Filha que tinha um filho que jogou no Ideal. (Agachados da esquerda para direita o segundo jogador é o seu filho o famoso Quito Barão centroavante goleador do Ideal).1980

A fotografia trás a evidência de que o futebol em do São José do Itaporã não era simplesmente um esporte amador sem importância e organização, ao contrario, percebe-se na imagem acima o padrão de camisa do time em perfeito estado, observa-se as chuteiras padronizadas, além da comissão técnica com massagista e técnico. O campo de futebol que o time Ideal do São José do Itaporã se encontra na foto é o Carmelito Barbosa Alves, conhecido como o estádio do “Barbosão” em Cruz das Almas.

As partidas do time Ideal propiciava aos trabalhadores rurais de São José momentos de satisfação e alegria. Acompanhar o time do coração nas partidas constituía-se para muitos trabalhadores como um tempo de lazer, momento de descontração que animava o trabalhador rural para permanecer na zona rural.

Nos dias em que se comemorava a Semana Santa, na sexta feira da paixão o baba se transformava e era chamado de “babá do vinho”, momento esperado por todos praticantes,

²⁷⁶ Narrativa de Manoel Virgílio Ribeiro, 39 anos, residente na Vila do São José do Itaporã, entrevista realizada 10/01/2007.

neste dia todos estavam presente nos campos de várzea do interior da Vila do São José do Itaporã, pois, sabiam que após o fim da partida “a bebedeira de vinho ” complementar a alegria de ter jogado futebol na sexta feira da paixão. Segundo seu Roque:

É o no dia do babá do vinho, eu nunca vi tanta gente! dá mais de quatro baba(Quatro times com onze jogadores), vem gente de tudo quanto é lugar, é por que depois é aquela cachaçada, o povo bebe mais de dez, quinze, vinte caixa de vinho, é cachaça, cerveja, folha, fica tudo ai, ai arriado no campo, já teve muito que agente levou de galiota pá casa, fica ruim mesmo, tudo bebo.²⁷⁷

O vinho sempre seduziu os homens e as mulheres durante a história, bebida requintada e apreciada por muitos, sempre fez parte de momentos especiais nas comemorações dos guerreiros após as longas batalhas na antiguidade e em diversos momentos da história humana. No interior da vila do São José do Itaporã não era diferente, após, quase três horas de futebol ininterrupta a bebida era o complemento para alcançar o êxtase da satisfação pessoal depois de trabalhar todo dia nas roças de fumo, mandioca e outras atividades ligadas à vida no campo.

Não obstante, não se podia beber vinho todos os dias devido o seu preço, bebia-se mesmo era cachaça comum, mas, havia um dia especial para “lavar” a alma com a bebida tão desejada, era no dia do “baba do vinho” na Sexta Feira da Paixão, uma tradição da Igreja católica, reelaborada pelos lavradores do São José do Itaporã.

Como fora dito, o dia do “baba do vinho” acontecia – e acontece - na Sexta Feira da Paixão, e era - e é - um dia esperado pelo lavrador para saborear as “delicias da bebida” nas comemorações da paixão e ressurreição de Cristo. Entretanto, é preciso dizer que segundo a tradição Católica foi na Sexta Feira da Paixão que Cristo foi morto, neste sentido, esse fato nos faz pensar que esses lavradores seguidores da maioria dos dogmas da Igreja poderiam, enquanto Católicos, manter “uma postura de respeito” em relação ao seu principal Deus, o que não acontecia, uma vez que era e é um dia de bastante euforia e bebedeira o que demonstrava o desapego pelo menos naquele dia das praticas religiosas impostas pela Igreja Católica se apresentando o baba do vinho como um momento que refletia uma busca de liberdade e também como resistência em relação às ideologias dominantes construídas pela Igreja há séculos.

No final da partida do baba do vinho todos agricultores se dirigiam a venda para comprar e saborear a tão desejada bebida ate ficarem bêbados, sendo que, como afirma seu Roque, alguns agricultores era preciso levar para casa de carrinho de mão. Isso não implica

²⁷⁷ Narrativa já citado do Sr. Roque de Vilar.

em dizer que a bebedeira era pelo motivo da boa qualidade do vinho, pois, na maioria dos casos a bebida era de segunda e de terceira categoria.

Bebia-se vinho simplesmente porque uma vez por ano os trabalhadores rurais do São José do Itaporã praticantes do futebol como uma forma de lazer aproveitavam para todos em conjunto, se apropriarem da Tradição Católica e construírem um momento de descontração, satisfação e reafirmação de sua identidade singular.

A prática do futebol no Interior de São José do Itaporã se mostrava - e ainda se mostra - como uma dimensão da vida de lavadores que mesmo estando sobre o jugo da exploração de sua mão-de-obra buscavam na prática desse esporte um momento não só para não pensar nas responsabilidades cotidianas da labuta com a terra e também nas questões referente à elaboração de estratégias para sobrevivência no campo, mas, a atitude de se colocar como um “atleta de final de tarde” trazia objetivos bem definidos que se apresentavam como reafirmação, criação e reelaboração de praticas culturais externadas em múltiplos sentimentos e ações no cotidiano do campo de futebol.

Neste sentido essas práticas culturais acabavam propiciando para esses agricultores um momento de desabafo, de reafirmação de identidade, de conformismo e resistência a todos aspectos negativos de viver no “mundo” rural sobre as agruras do trabalho duro no campo e sob o jugo da exploração de sua mão-de-obra por pequenos e médios fazendeiros.

Não obstante, uma outra dimensão da vida dos lavradores do São José do Itaporã poderia oferecer uma nova possibilidade de lazer para os mesmos, pois, as praticas de tradições religiosas poderiam também se apresentar no interior da Vila como uma forma de lazer dentro de uma simbiose de praticas religiosas com momento de diversão que propiciavam satisfação e prazer a muitos lavradores.

1.4 – O lazer e a religião no campo: relações entre práticas.

A religião é algo muito importante na vida dos trabalhadores Rurais do São José do Itaporã seja como uma forma de buscar transcender a realidade na tentativa de encontrar respostas para perguntas que não encontram explicações satisfatórias, ou simplesmente como uma maneira de encontrar na transcendência um “aconchego” que possibilitem aos mesmos suportar a existência..

Em Itaporã a religião pode se apresentar quase sempre gera após os rituais um alguma prática de lazer, na medida em que estas práticas religiosas produzem por meio da

experimentação dos trabalhadores a sensação de satisfação e prazer, constituindo, desta forma, uma “nova” dimensão das práticas desses agricultores, práticas estas, alicerçadas em tradições religiosas reinventadas no dia-a-dia de uma vida marcada pela luta para sobreviver e permanecer no campo.

As festas tradicionais de Santo Antonio, de São Roque e São João são manifestações religiosas carregadas de sentimentos de fé, mas, também se constitui como uma prática de lazer, na medida em que, na celebração dos festejos desses santos católicos os lavradores acabavam se divertindo. Segundo Isabel Ribeiro:

Era, era porque as pessoas achava que aquilo era um lazer e ao mesmo tempo era tradição de São Roque e Santo Antonio, agente se juntava, fazia os preparativo e fazia a festa , ai era um lazer né? E ao mesmo tempo não era.²⁷⁸

A narrativa de Isabel mostra que as celebrações religiosas promoviam um momento de alegria e diversão para esses lavradores. Ela afirma que “as pessoas achava que aquilo era um lazer e ao mesmo tempo era tradição”. Essas palavras comprovam a existência da idéia de que a festa religiosa também poderia ser um momento no qual as pessoas poderiam se divertir e se afastar de suas obrigações cotidianas. Entretanto, no final das palavras de Isabel ela diz que “Ai era um lazer, né? E ao mesmo tempo não era”.

Essas últimas palavras da entrevistada nos fazem pensar que apesar dos festejos aos santos de devoção dos lavradores de Itaporã se apresentarem como um tempo de alegria que se constituía como um momento de lazer e de satisfação, eles tinham em mente que aquele momento era muito especial, pois, era também um tempo de adoração e de louvor aos seus santos “queridos”. Isto nos permite dizer que a manifestação da religião Católica nos povoados próximos a aglomeração urbana de São José não seguia os princípios da liturgia pregada pelos padres. As pessoas reelaboravam rezas, e faziam reflexos contraditórias de pontos cruciais do Cristianismo, pois como eram em sua maioria analfabetos e não liam a Bíblia, apenas conheciam o que ouviam falar.

Por conseguinte, a manifestação da religiosidade do lavradores pautadas em um intimidade com os santos era uma espécie de “antropofomisação” dos mesmos, na medida em que se poderia ter uma relação mais humana com eles. Um exemplo eram as moças que colocam a imagem ou a escultura de Santo Antonio de Cabeça para baixo até que ele lhe desse um noivo. Após as celebrações os lavradores poderiam, beber bastante licores e

²⁷⁸ Narrativa já citada de Isabel Ribeiro, 30 anos, residente na Pindobeira interior da Vila do São José do Itaporã, entrevista realizada 25/08/2002.

cachaça, dançar até “moiá a camisa”, comer até não agüentar e até mesmo dizer certos palavrões. Depois das rezas, as festas e comemorações tornavam-se um tempo de lazer.

As festas religiosas no interior da Vila do São José do Itaporã eram marcadas pela satisfação desde os preparativos até o auge das celebrações. Para Francisquinha Filha.

Tinha os preparativos né meu fí? Juntava era gente para fazer caruru, proseava, São Roque era pipoca e mungunzar e Santo Antonio já fazia bolo, era, é antigamente usava bolacha daquela que chamava estaca, de milho, a festa era sábado mode no domingo não ia trabalhar, né?, tinha samba, mas dependia da reza, todo mundo sambava, há todo mundo ficava feliz, era de quinze a oito dias que as pessoa já estava se preparando pá rezar, festejar o dia do santo.²⁷⁹

Ao se aproximar o dia dos louvores aos santos de devoção as pessoas começavam se preparar para os festejos. Segundo D. Francisquinha “era de quinze a oito dias que as pessoas já estavam se preparando para rezar”. Era um momento esperado por todos não simplesmente pela adoração ao santo predileto de devoção, mas, era esperado, sobretudo, pelos festejos que propiciavam alegria e felicidade mesmo que momentânea para pessoas que trabalhavam duro o ano todo nas lavouras de fumo, mandioca, nos roçados de feijão ou cuidado dos gados e dos pomares. Para cada *Santo de devoção* servia-se um prato especial, as pessoas se fartavam das comidas, quase todas derivadas do milho, pois, era época de fatura desse grão, depois, quando era pertinente a festa e possível, dançavam forró ou sambavam até a madrugada chegar “banhada pelos raios do sol”.

Desse modo, percebe-se que os festejos aos *santos de devoção* em Itaporã lhes propiciavam muitas alegrias, era um tempo também de lazer, pois, as festas eram feitas aos sábados para que pudessem beber, comer e dançar bastante, uma vez que, no domingo não se trabalhava só em casos de irem vender algo nas feiras da região ou prestar um adjutório a um amigo ou parente.

Um dos momentos de grande manifestação de religiosidade entre os lavradores do São José do Itaporã era a festa em Louvor São João, pois, as pessoas faziam fogueiras, soltavam bobas e iam de casa em casa bebendo, comendo, cantando, enfim, se divertindo. Para Isabel Ribeiro:

É, isso já se acabou mais, tem é, tem, as pessoas ainda vem nas casa come, bebe, magi não tem mais dança como antigamente, e muita gente de noite vai pra Cruz das Almas, vai vê o forró, ai morreu a festa um pouco, aquela alegria né? Mas ainda é alegre.²⁸⁰

²⁷⁹ Narrativa já citada de Francisquinha Filha, 68 anos, residente na Pindobeira interior da Vila do São José do Itaporã, entrevista realizada 22/06/2002

²⁸⁰ Narrativa já citada de Isabel Ribeiro Oliveira

Os festejos juninos era um dos mais animados, pois “as pessoas vem nas casa come, bebe”, mas, muita coisa vem mudando, sobretudo, a partir da criação do arraiaí de Cruz das Almas onde se apresentam bandas de forró de renome nacional fazendo muitos lavradores do São José do Itaporã se deslocarem para a referida festa todas as noites diminuindo assim o fluxo de visitas nas casas em noite de São João.

Entretanto, é preciso acentuar que a difusão dos eletrodomésticos com a chegada da energia em São José do Itaporã permitiu que os agricultores tivessem acesso a aparelhos de TV e Som o que favoreceu a difusão de elementos da indústria cultural que acabou criando uma nova necessidade entre os lavradores, tal necessidade se configurava no desejo de ouvir e vê a sua banda de forró predileta o que só era possível se deslocando para o município de Cruz das Almas, o qual vem promovendo já a duas décadas um grande evento durante os festejos juninos onde se apresentam, como já fora dito, bandas de forró de grande sucesso nacional. O professor Dr Janio Roque de Castro (2012) faz um relato sobre o momento em que se inicia os festejos Juninos em Cruz das Almas;

Considerando a cronologia gestonária em Cruz das Almas, pode-se afirmar que as festas juninas na Praça Sumaúma iniciaram-se no final da década de 1980 como iniciativa do prefeito Lourival José dos Santos e que foi mantida pelo seu sucessor Carmelito Barbosa (1993-1996)(...) O prefeito Raimundo Jean Cavalcante (1997-2004) se preocupou mai sem espetacularização e midiatização da festa.²⁸¹

Apesar de muitas pessoas temerem as espadas – artefato pirotécnico feito de bambu, barro e pólvora - de Cruz das Almas, a partir do governo de Jean Cavalcante, o São João deste município começou atrair pessoas de todas idades, dos povoados circunvizinhos e de varias cidades do Recôncavo e até mesmo da Capital. Castro ainda diz que;

A proposição de festas juninas concentradas na área urbana de Cruz das Almas atraiu algumas pessoas que ainda se mostraram temerosas em relação à possibilidade daquele evento ser inviabilizado abruptamente pela ação de espadeiros. Muitos foliões Juninos locais e de outras cidades não acreditavam no pacto de convivência pacífica entre a prática da guerra de espadas e a festa em espaço público aberto.²⁸²

A imagem abaixo nos dá a dimensão do Arraiaí de Cruz das Almas e seu poder de aglutinação de pessoas durante os festejos Juninos.

²⁸¹ CASTRO, Janio Roque barros de. **Da casa à praça: a espetacularização das festas juninas no espaço Urbano**. Salvador: EDUFBA, 2012. p.175

²⁸² Idem. p.176



Figura 58: Fotografia cedida pelo departamento de comunicação da prefeitura Municipal de Cruz das Almas - BA – São João 2005.

Esse aglomerado de pessoas que a fotografia mostra no Arraiá em Cruz das Almas não é resultado exclusivamente da população desta cidade, mas resulta da vinda de pessoas de toda região do Recôncavo, sobretudo, de agricultores com seus filhos e filhas que se deslocam para esse “centro” de festejos juninos na busca de vê os diversos shows de bandas de forró. Essa prática fez os lavradores se afastar de suas tradições em comemoração do São João, pois, como afirma Isabel Ribeiro “muita gente de noite vai para Cruz das Almas, vai vê o forró, ai morreu a festa aqui, a alegria, né?”

Com a criação do Arraiá no Parque Sumaúma em Cruz das Almas, em meados dos anos oitenta²⁸³, muitos lavradores começaram a se deslocar para a referida festa, o que de certo modo modificou a tradição dos festejos juninos em São José do Itaporã, sobretudo, em relação às visitas noturnas as casas de parentes e amigos onde se realizavam os tradicionais “forró na sala”.

Nota-se que a dimensão religiosa dos festejos a São João enfraqueceu de forma significativa em Itaporã, dando lugar, principalmente para os mais jovens, a possibilidade de experimentar uma forma de lazer diferente dos seus avós e pais. Isto se deve, sobretudo, ao fato da existência da energia no campo que possibilitou o lavrador ouvir as músicas das bandas famosas de forró no rádio e, também, vê-las na televisão, o que acabou despertando nos lavradores o desejo irem nas suas apresentações. A chegada da energia nos campos do Recôncavo Sul ressignificou as práticas de lazer entre os lavradores, na medida em que

²⁸³ Informação do pessoal do Departamento de Comunicação da Prefeitura de Cruz das Almas - BA.

elementos da modernidade se inseriram de forma mais decisiva nestes espaços mudando o olhar dos agricultores em relação a dimensões da vida cotidiana como o lazer e sua religiosidade.

Outra pratica religiosa que se dá de forma concomitante com práticas de lazer é a subida à serra do Aporá em Itaporã. É uma tradição muito significativa para esses agricultores tanto do ponto de vista de uma tradição religiosa como também representa um momento de descontração e diversão. A procissão para Serra do Aporá se dava - e se dá – no dia primeiro de novembro, dia em que se comemora o dia de Todos os Santos. A subida também acontece no dia oito de dezembro, dia das comemorações em louvor a Nossa Senhora da Conceição. A subida além de ser uma devoção dos trabalhadores rurais do São José se constituía como um momento particular, no qual, a diversão se expressava junto com a fé.



Figura 59: Fotografia adquirida na pesquisa em 08/12/2005, dia das comemorações de Nossa Senhora da Conceição.

A Fotografia mostrar a quantidade de pessoas na Serra em frente a Capela Nossa Senhora da Conceição. Pode-se verificar que a grande massa de pessoas presentes são de jovens filhos, em sua maioria, de agricultores. Muitos deles subiam a Serra para paquerar, beber, enfim, para se divertir. Outros subiam para, além de se divertir, pagar alguma promessa, fazer sua oração de agradecimento por graças alcanças durante o ano, era um momento no qual a religiosidade se constituía como o motivo principal da subida, mas, a diversão se apresentava, também, como um momento de lazer.

No terceiro plano da fotografia, há uma cruz bem no centro da Serra e uma capela a sua direita, local onde as pessoas faziam sua adoração cedendo velas, cantando e rezando. Vale Ressaltar que a construção tanto a Cruz e como da Capela foram financiadas pelos Alemães, os quais são os maiores compradores do fumo produzido pelos agricultores do São José do Itaporã e da região²⁸⁴.

Mesmo a subida da Serra do Aporá se constituir como uma manifestação da religiosidade dos lavradores do São José Itaporã, esse evento se era, também, como uma de prática do que chamamos de “um lazer sagrado”, ou sejam uma prática religiosa que possuem também um tempo de lazer.

Subir a Serra era ter uma dimensão do seu gigantismo, pois estando em cima é possível vê uma grande parte das terras próximas. A fotografia abaixo nos mostra perfeitamente a dimensão da Serra do Aporá.



Figura 60: Fotografia adquirida na pesquisa em 08/12/2005, dia das comemorações de Nossa Senhora da Conceição.

A Serra é bastante alta, pois, a partir das evidências que fotografia trás pode-se concluir que estando na Serra pode-se vê uma boa parte de todo Vale do Paraguaçu. No segundo plano temos os pomares de limão pertencentes a pequenos e médios proprietários de terra. No terceiro plano se vê o Rio Paraguaçu, “o Nilo do Recôncavo”, no qual muitos pescadores retiram seu sustento, e a sua água abastece quase todas as cidades da micro-região de Santo Antonio de Jesus-BA, Feira de Santana e Salvador.

²⁸⁴ Informação do Sindicato dos trabalhadores rurais do São José do Itaporã.

Subir a Serra uma ou duas vezes ao ano significava contemplar a “grandeza” das paisagens como contemplar o por do sol, observar o gigantismo do Rio Paraguaçu e os pomares e plantações da região. Todo sacrifício para chegar ao topo era louvável desde que ao final da tarde os agricultores pudessem findar o dia com a sensação de missão cumprida, de satisfação e com suas promessas reafirmadas para voltar no ano seguinte caso a graça fosse alcançada.

Como um tempo de diversão alicerçada em uma prática religiosa de pagamento de promessas e devoção, a subida da Serra constituía-se para os lavradores como um momento singular, no qual, as pessoas vislumbravam um momento delicado da vida, “um dia de ócio cheio de suor feliz”, tão cheio de tranquilidade que findava-se o dia “banhado” pela satisfação de está reafirmando um identidade cultural carregada de simbolismos e reinventada na multiplicidade das vivências cotidianas.

Assim como a subida da Serra era penosa a descida era em nada diferente, como pode-se inferir a partir das evidências da imagem abaixo:



Figura 61: Fotografia adquirida na pesquisa em 08/012/2005, dia das comemorações de Nossa Senhora da Conceição.

A fotografia mostra que a descida não era fácil, o que nos faz concluir que a subida pior seria, entretanto, é preciso dizer que a questão de descer ou subir a serra não incomodava o lavrador do São José do Itaporã, o que lhe preocupava era se por algum motivo no dia da subida ele estivesse impossibilitado de “cumprir com sua obrigação”. Por conseguinte, mesmo sabendo que iria chegar em casa extremamente casado, a subida a serra significava para o

trabalhador rural do São José do Itaporã, a renovação de seus princípios religiosos e a preparação para iniciar o ano com a proteção dos seus santos de devoção.

1.5 - A Peregrinação a Bom Jesus da Lapa: Um Lazer Sagrado.

A relação entre o lazer e as ações ligadas às práticas religiosas se apresentam também nas idas desses lavradores a Bom Jesus da Lapa. A “peregrinação” ao milagre de Bom Jesus da Lapa no Sertão da Bahia não se apresentava apenas como uma demonstração de fé, os trabalhadores rurais do São José do Itaporã iam a Lapa também para experimentar um momento de descontração e afastamento das obrigações do cotidiano.

Se dirigir à Lapa todos os anos se constituía também como uma forma de experimentar possibilidades de lazer, na medida em que o lavrador estando no “lugar sagrado” não se dedicava exclusivamente a adoração ao seu santo de devoção, mas, o mesmo buscava naquele espaço construir para si momentos de descontração e diversão. Para Isabel Ribeiro:

Quando chegava lá, lá na Lapa ia pra feira, pro rio, subia na serra, queria vê coisa diferente que agente não convivia com aquilo, trazia raspadura, queijo, isso é hoje, por que antigamente era difícil, não tinha muito dinheiro né? Agente ia pá Igreja rezar, ficava lá, tinha missa, tudo isso era uma coisa que tinha que fazer, passava três dias quando chegava em casa batia o cansaço, também! Em cima de um caminhão, um dia e meio em cima de um banco sem recosto, é brinquedo em?! As pessoas ia porque tinha devoção principalmente os mais velho, mas tinha também isso, né? Diversão.²⁸⁵

Ao chegar a Lapa o lavrador tinha diversas possibilidades de realizações, ele poderia de imediato se dirigir a Igreja para cumprir suas obrigações religiosas ou o mesmo buscava “vê coisa diferente” como ir à feira ou ao rio. O trabalhador rural do São José do Itaporã ao chegar à “Lapa” acreditava estar cumprindo com a sua palavra em relação às promessas feitas aos seus santos de adoração, porém, estando naquele espaço, o mesmo buscava criar para si momentos de satisfação pessoal.

Ir a Lapa, como fica bem claro no depoimento de Isabel, significava para o lavrador do São José do Itaporã muito mais que a realização de uma peregrinação ao santuário de Bom Jesus da Lapa e cumprir com suas promessas, a peregrinação à Lapa se apresentava como uma possibilidade de vivenciar algo diferente que lhes propiciassem sensações e emoções “novas”, pois os agricultores “não conviviam com aquilo” que fugia a rotina dura do trabalho do campo.

²⁸⁵ Depoimento já citado de Isabel Ribeiro, 30 anos, residente na Pindobeira interior da Vila do São José do Itaporã, entrevista realizada 25/08/2002.

Não obstante, isso não implica em negar o caráter religioso da peregrinação ao santuário de Bom Jesus da Lapa, pois, o que queremos demonstrar é o fato de que os agricultores que se dirigiam a esse espaço não buscavam apenas manter uma tradição religiosa, uma vez que a viagem ao Santuário de Bom Jesus da Lapa aglutinava sentidos que demonstravam- e demonstram - uma multiplicidade de intenções para o lavrador que realizava a peregrinação a esse “local sagrado”.

Neste sentido, o depoimento de Isabel Ribeiro trás evidências de que a peregrinação ao santuário de Bom Jesus da Lapa enquanto uma manifestação religiosa dos trabalhadores rurais de São José do Itaporã se dava de um modo simbiótico com as intenções de lazer do lavrador, na medida em que, ela afirma que “as pessoas iam por que tinha devoção, principalmente os mais velho, mas tinha também isso, né? Diversão.”

Apesar do cansaço que a viagem proporcionava ao trabalhador rural, pois, se levava um dia e meio viajando sentado em bancos sem recosto em cima de um caminhão o que acabava originando câimbras e dores nas articulações do corpo, principalmente nas pernas e na coluna, os trabalhadores realizavam a viagem cantando, contando causo, rezando, como observamos no depoimento de Dona Francisquinha Filha:

Há meu filho, era... era alegria, pouco dinheiro né? Mas tinha alegria, agente ia era todo mundo em riba do caminhão, tudo sorrindo, contando pirla, cantando, reza, era, era contando causo, era, agente se divertia, né? Divertia, mas era muito cansaço, o corpo doía todo, doía era, mas valia a pena, pá vê nosso Senhor Bom Jesus da Lapa agente faz qualquer coisa, dormia ate em cima do caminhão, hoje não, é tudo diferente, tem Ônibus, ai é mas bom nu é? Dá ate pá mode tirar uma madornazinha(Cochilo).²⁸⁶

A viagem à lapa segundo Francisquinha era marcada pela descontração, pois, se contava causo, catava-se, era uma viagem marcada pela manifestação do sorriso mesmo sofrendo com dores no corpo por está sentado em um banco sem recosto em cima de um caminhão durante um dia e meio de viagem parando apenas para que os lavradores realizassem as necessidades fisiológicas.

A memória de dona Francisquinha compõe uma lembrança de um tempo em que para o trabalhador rural do São José do Itaporã ir ao santuário de Bom Jesus da Lapa só era possível enfrentando uma viagem árdua em cima de um caminhão. A viagem era marcada pelo desgaste físico, mas, também era matizada por momentos de solidariedade entre os “romeiros”, que apesar das agruras do deslocamento, era possível “forjar” para se momentos

²⁸⁶ Depoimento já citado de Francisquinha Filha, 68 anos, residente na Pindobeira interior da Vila do São José do Itaporã, entrevista realizada 22/06/2002.

de descontração e satisfação pessoal por meio do entoamento de cantigas, das rezas e do conto de causos.

Não obstante, é preciso dizer que os trabalhadores já se sentiam satisfeitos simplesmente pelo fato de estarem indo cumprir com suas obrigações religiosas e, sobretudo, por que sabiam que estavam se dirigindo ao encontro de um espaço “diferente” onde se apresentariam aos seus olhos um “leque” de possibilidades de diversão e lazer mesmo tendo pouco dinheiro.

O depoimento de dona Francisquinha também trás a evidência da transformação no meio de transporte que utilizavam para fazer a viagem, uma vez que o deslocamento era realizado em cima de um caminhão onde não era possível se quer dormir um pouco, pois, toda viagem era realizada sentados em um banco sem recosto. Ao se referir ao tempo presente ela diz que; “hoje não, é tudo diferente tem ônibus, ai é mas bom, nu é? Dá ate pá mode tirar uma madornazinha”. A sua fala e o seu semblante no momento da entrevista demonstravam certa alegria pelo fato de hoje existir um pouco mais de conforto na peregrinação ao santuário de Bom Jesus da Lapa.

Os trabalhadores rurais do São José do Itaporã se dirigiam ao santuário de Bom Jesus da Lapa com o “coração religioso” e o olhar impregnado do desejo do turista, olhar este caracterizado pela vontade de experimentar vivências diferentes que lhes trouxessem satisfação pessoal. Esses agricultores apesar das constantes viagens buscavam vê “o diferente” naquele espaço como possibilidades de entretenimento e lazer.

O lavrador do São José do Itaporã mesmo estando “embriagado” do sentimento religioso, quando se deslocava até o santuário de Bom Jesus da Lapa indubitavelmente se valia daquele momento para, se não esquecer, pelo menos se distanciar das agruras da vida cotidiana no campo construindo para se um tempo de diversão elaborado na síntese da simbiose entre a religião e o lazer..

Sendo assim, não se pode precisar a linha que demarcava onde acabava o ato religioso e a pratica do lazer no momento em que o agricultor se encontrava cumprindo suas obrigações religiosas “na gruta de Bom Jesus da Lapa”, de modo que pode-se afirmar que tal ação configurava-se em uma manifestação simbiótica de lazer e prática religiosa em um mesmo tempo e em um mesmo espaço. Para Isabel Ribeiro:

Era, ir a lapa era devoção e lazer ao mesmo tempo, as pessoas se preparavam, comprava roupa nova, sacola pra comprar as novidade, pra ir pá Lapa, era aquela alegria, faziam farofa, matava galinha, juntava dinheiro e levava pra comprar lá. De uma noite pra outra ninguém dormia, chegava à hora da viagem e pra não perder a hora da viagem, o horário né? Agente

saia de casa uma hora, ia de caminhão, ia sentado no banco, quando dava sono cochilava no banco.²⁸⁷

Como fica claro na de Isabel, ir a Lapa “era devoção e lazer ao mesmo tempo”. As pessoas se preparavam para realizar a peregrinação ao santuário de Bom Jesus da Lapa com um sentimento de satisfação e alegria, compravam roupas novas, sacolas e juntavam dinheiro para comprar as “novidades”. Para comer na viagem faziam farofa de galinha e levavam café para beber e espantar o sono, uma vez que se dormissem em cima do caminhão sentados em um banco sem recosto poderiam cair e se machucar gravemente.

A viagem era tão importante para os lavradores que eles não dormiam na véspera da viagem, ficavam acordados contando as horas esperando o momento de subir no caminhão e se deslocar para o “lugar sagrado” dos romeiros. O cordelista Beco de Petim ao escrever um cordel em comemoração aos 300 anos de romarias ao santuário de Bom Jesus da Lapa convida os peregrinos da seguinte forma:

“Bom Jesus te espera,
Para a comemoração,
Vá meu bom romeiro,
Vá limpo de coração,
Pois, será o maior festejo,
Realizado no sertão”.²⁸⁸

O verso de Beco de Petim mostra claramente que na época das romarias ao santuário de Bom Jesus da Lapa a cidade se encontrava em festa o que propiciava provavelmente para os peregrinos, como era o caso dos lavradores do São José do Itaporã, um contato com parque de diversão, com bandas de forró pé-de-serra na praça, ou seja, era um momento de conhecer pessoas de outras cidades, era um momento de experimentar o “diferente”, de vivenciar algo que fugisse da realidade cotidiana de trabalho em São José do Itaporã.

O lazer no interior do São José do Itaporã se manifestava como um fenômeno social de um modo tão singular que não se pode compreender a sua prática “olhando” para tal categoria de um modo isolado, sem associá-lo a outras ações da vida cotidiana. Não se pode entender a manifestação de formas de lazer entre os lavradores do São José do Itaporã sem que se possa dissociá-lo de outras dimensões de suas vidas.

O lazer, enquanto uma ação humana “formatada” sobre os alicerces culturais, se manifesta na vida dos trabalhadores rurais de Itaporã muitas vezes de um modo simbiótico

²⁸⁷ Depoimento já citado de Isabel Ribeiro, 30 anos, residente na Pindobeira interior da Vila do São José do Itaporã, entrevista realizada 25/08/2002.

²⁸⁸ Petim. Beco de, **300 Anos de Romarias – Literatura de Cordel**. Castro Alves – BA: 1991

com trabalho no roçado, nas praticas religiosas, nas viagens para outras cidades, sobretudo, nas romarias para os “milagres”, principalmente para o santuário de Bom Jesus da Lapa no Sertão baiano.

Por conseguinte, seria impossível viver nos campos do Recôncavo a partir das décadas de 1970 e 1980 sem construir momentos de sorriso e satisfação pessoal embutidas em diversas dimensões da vida cotidiana. Nesse período ocorreram transformações no campo e nas cidades que foram significativas no sentido de construir uma “realidade” hostil a vida campesina onde os lavradores que viviam sob o jugo da expropriação de sua mão-de-obra, de suas heranças de terras, enfrentando a seca, e a inflação.

Portanto, pode-se dizer que a manifestação do lazer paralelamente com outras dimensões da vida cotidiana dos lavradores dos campos do Recôncavo e em especial do distrito do São José se constituiu como um elemento fundamental na construção de estratégias de sobrevivência que possibilitaram o trabalhador rural permanecer no campo mantendo aspectos culturais que em diversos momentos funcionaram como a “força motriz” dessas práticas de entretenimento que além de propiciar um momento de alegria para esses agricultores corroboraram para reafirmar características identitárias.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

“A vida cotidiana é a vida de todo homem, nela colocam em funcionamento todos os seus sentidos, suas habilidades manipulativas, sentimentos, paixões, idéias, ideologia”.

Agnes Heller

O cotidiano da vida humana, hoje nas academias parece ser o foco de inúmeros estudos, no entanto, muito ainda se tem por pesquisar da vida dos “*sujeitos*” sociais que estiveram presente na “*construção*” da história, mas, que foram colocados à margem da nas ciências sociais e na historiografia por intenções que estão alicerçados no tempo de suas elaborações e nas teorias que sustentavam a retórica de muitos historiadores e cientistas sociais.

Essa pesquisa, buscou colaborar para “*resgatar*” as vozes daqueles que a muito tempo foram silenciados, e excluídos da história, aqueles que não eram entendidos como “*sujeitos*” que participavam do desencadeamento do processo histórico humano.²⁸⁹ Nesta linha de pensamento, o esse trabalho visou da voz à homens e mulheres que experimentaram um tempo de crise e transformações no Recôncavo Baiano. Creio que não encontrei todas as respostas, mas evidente que compreendi como os lavradores de São José lutaram pela sobrevivência criando estratégias como; deslocamentos temporários para cidade, a venda de seu excedente nas feiras regionais, a venda de sua força de trabalho nos roçados de amigos e fazendeiros, os quais foram os meios que encontraram para conquistar o sustento de suas famílias.

As evidências contidas nas narrativas dos trabalhadores rurais possibilitaram entender diversos aspectos da cultura de Itaporã e do Recôncavo tais como; os costumes e as tradições. Recompondo suas experiências de vida do passado com seu viver atual, os trabalhadores de São José do Itaporã deixaram externar muito das formas que vêem o mundo, que sentem a experiência de existir e viver no campo, em seu lugar. A memória destes trabalhadores como

²⁸⁹BURKE, Peter (Org). **A Escrita da história: novas perspectivas**. São Paulo Editora da Universidade Estadual Paulista, 1992.

algo que pode conservar informações e atualizá-las²⁹⁰, externou muitas das relações entre os pequenos e médios proprietários de terra em um momento de crise econômica e meteorológica no Recôncavo.

As narrativas traduziu-se na externalização de uma multiplicidade de experiências, em uma linguagem local constituidora e constituinte de aspectos identitários das pessoas daquele espaço. A linguagem se mostrou como referencia de pertencimento a uma cultura “*forjada*” na luta pela sobrevivência no campo, na busca de não deixar o “seu lugar”. Os relatos dos trabalhadores trouxeram evidências de um viver árduo, mas cheio de esperança em um futuro que traria dias melhores, ao mesmo tempo se apresentou como um saudosismo das épocas de abundância de frutas nas roças, das festas tradicionais e de costumes para muitos já reelaborados.

Por meio das falas, fotografias e outros documentos pode-se perceber todo um conjunto de permanências e transformações no viver dos trabalhadores rurais de São José do Itaporã. A religiosidade desses “*sujeitos*” sociais se manifestou nas entrevistas e aos nossos olhos durante a observação participante, uma vez que, participei de rezas nas casas dos lavradores e fui à procissão do São José, o que me proporcionou experimentar o seu cotidiano de Fé e devoção. Compreendi que a religião é algo muito importante na vida destes lavradores, na medida em que ela se traduz em esperança em dias melhores.

Por conseguinte, pude verificar que os trabalhadores rurais mais velhos permanecem com toda uma carga de valores que tentam passar através da oralidade aos filhos e aos netos, porém, os mais jovens começam a se distanciar da cultura dos seus antepassados. Para eles “*a roça não dá como antigamente*”²⁹¹, preferem tentar conseguir um trabalho nas grandes capitais – São Paulo, Salvador – ou nas cidades vizinhas, se afastando desta forma, cada vez mais do trabalho na lavoura, do “*viver da terra*”.

Os pequenos proprietários da terra do São José do Itaporã apesar das pequenas extensões de terra que possuem continuam lutando para viver no campo. No entanto, a cultura no distrito se reelabora a todo o momento, se tornando cada vez mais diversificada e complexa, uma vez que toma extensões que abarcam valores e costumes da cidade, mas, o passado ainda se manifesta no presente através dos seus resíduos que imbricado com o emergente elabora uma cultura que abarca o “velho e novo”, o “antigo e o moderno”.

²⁹⁰ LE, Goff Jacques. **História e memória**. 4ª ed. São Paulo: Editora UNICAMP. P.423.

²⁹¹ Depoimento de Fernando Vilar 20 anos residente na Pindobeira, interior da Vila do São José do Itaporã, entrevista realizada em 20/04/2002.

Portanto, acredito que contribuí para a problematização do trabalho no campo no Recôncavo baiano, uma vez que, muito dos significados sociais contidos nas memórias dos lavradores da referida localidade foram aqui expostos e analisados, no entanto, entendo que muito sobre a temática ainda se tem para estudar.

FONTES:**1- Orais:**

Armando Alves Machado, Casado, 71 anos, residente em São José do Itaporã, lavrador aposentado.

Antonio Ferreira Conceição, casado 60 anos, residente em São José de Itaporã, Lavrador e ex-operário da Leste

Raimundo Virgílio Ribeiro (Quito de Noca) ,casado, 55 anos, ex-lavrador e motorista, aposentado, residente em São José do Itaporã.

Armando Santos, casado, 62 anos, residente em São José de Itaporã, Lavrador aposentado.

Armando Alves Machado, Casado, 71 anos, residente em São José do Itaporã, lavrador aposentado.

Antonio Ferreira Conceição, casado 60 anos, residente em São José de Itaporã, Lavrador e ex-operário da Leste.

Benedito Amariano Fonseca, solteiro, 43 anos, trabalhador rural, residente em São José do Itaporã, entrevista realizada em 20/05/2001.

José Carlos Pereira de Jesus, divorciado, 54 anos, pedreiro, ex-trabalhador do fazendeiro Genuário da Caatinguinha.

José de Vilar, 50 anos, residente em São José do Itaporã na localidade da Pindobeira, entrevista realizada em 18/3/2002.

Roque Vilar, 62 anos, casado, trabalhador rural, residente me São José do Itaporã. Entrevista realizada em 18/03/2002.

Luis de Vilar Ribeiro, casado, 26 anos, lavrador e estudante, residente em São José do Itaporã, entrevista realizada em 06/01/2007.

Manoel Virgílio Ribeiro, casado, 45 anos, lavrador e comerciante, residente em São José do Itaporã, entrevista realizada 10/01/2007.

Mauro Machado da Silva, casado, 77 anos, lavrador e comerciante, residente em São José do Itaporã. Entrevista realizada 28/07/2002.

Edmar Pereira de Souza, 42 anos, casado, nasceu no São José e hoje vive em Cruz das Almas trabalhando como comerciante de farinha e derivados no Mercado Municipal de Cruz das Almas - BA.

Isabel Ribeiro Oliveira, 41 anos, estudante, viveu em São José do Itaporã, mas hoje reside em Cruz das Almas- BA, entrevista realizada 25/08/2002.

Fernando Vilar, 32 anos, residente na Pindobeira, interior da Vila do São José do Itaporã, entrevista realizada em 20/04/2002.

Francisquinha Filha Virgilio, 81 anos, residente na Pindobeira, interior da Vila do São José do Itaporã e realizada em 14/04/2002.

Narrativa do Sr. Osvaldo da Silva, 58 anos, residente na Lagoa Suja, Interior da Vila do São José do Itaporã, entrevista realizada em 23/06/2002.

Angélica Vituriana da Silva, 60 anos, residente na Lagoa Suja, interior do São José do Itaporã, entrevista realizada em 23/06/2002.

Lurdes Ribeiro, 81 anos, residente da Vila do São José do Itaporã, entrevista realizada em 25/06/02.

Narrativa de João dos Santos Teixeira e, motorista aposentado em Aracaju (SE) e Valder Teixeira. In: SILVA, Andrea Santos Teixeira. **Entre a casa de farinha e a estrada Bahia-Feira: Experiências camponesas de conflito e sociabilidade na garantia da sobrevivência, Feira de Santana (1948 – 1960)** . Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal da Bahia sob a orientação do Prof.º Dr. Antonio Luigi Negro. Disponível no banco de dados on-line de dissertações da UEFS; 2008.

Narrativa de Valdomiro Braga, lavrador residente nas Pedrinhas em São José de Itaporã. – Entrevista concedida para o **Documentário: A cultura do Fumo na Bahia – Produção SINDFUMO**. – 2005.

2- Escritas:

2.1-Bibliográficas

CASTRO, Anfilóbio. **Muritiba: Sua História, seus Fados, Digressões**. Notas – BAHIA, Tipografia Naval, Bahia; 1941.

FERREIRA, Jurandir Pires. **A Enciclopédia dos Municípios Brasileiros**. Rio de Janeiro: IBGE; 1958.

SANTANA, Alino Matta. **Livro do Centenário: Marcos do Progressos de Cruz das Almas**, Ed. Bureau, Bahia 1991.

PETIM. **Beco de, 300 Anos de Romarias – Literatura de Cordel**. Castro Alves – BA: 1991

2.2 – Teses, Dissertações e Monografias:

FONSECA, Áurea Côrtes Nunes de Oliveira. **Aspectos do Desenvolvimento Regional no Recôncavo Sul Baiano: o caso do Município de Cachoeira – Bahia – Brasil** – Barcelona 2006. Tese de Doutorado Disponível em; cncflora.jbrj.gov.br – p. 75

JESUS, José Alberto Nascimento de. **Trabalhadores da Viação Férrea Federal Leste Brasileiro entre percursos e percalços na cidade de São Félix – BA, décadas de 1940/1950**. Dissertação (Mestrado) - Universidade do Estado da Bahia, Programa de Pós-Graduação em História Regional e Local, 2009.

JESUS, Simone Figueiredo de. **Viver em Muniz Ferreira: Cotidiano e Transformações de uma Vila no Recôncavo Baiano (1930-1960)**. Dissertação (Mestrado) apresentada ao Programa de Pós Graduação em Historia Regional e Local – UNEB/ Campus V. 2010

OLIVEIRA, A. J. **Experiências, Cotidiano e Representações dos Trabalhadores Rurais de São José do Itaporã - 1960 / 1990**. Monografia apresentada na conclusão do curso de Especialização em História Regional e local – UNEB/Campus V - digitada e depositada na Biblioteca do Campus V.

SALVADOR, F. **A Centralidade da Feira de São José do Itaporã - BA** – Monografia apresentada ao curso de Geografia –FAMAM.

SILVA, Andrea Santos Teixeira. **Entre a casa de farinha e a estrada Bahia-Feira: Experiências camponesas de conflito e sociabilidade na garantia da sobrevivência, Feira de Santana (1948 – 1960)**. Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal da Bahia sob a orientação do Prof.º Dr. Antonio Luigi Negro. Disponível no banco de dados on-line de dissertações da UEFS.

SILVA, Elizabete Rodrigues. **Fazer Charutos: Uma atividade Feminina**. Dissertação apresentada ao programa de pós graduação em História – mestrado da UFBA; 2001.

SONNEVILLE, J. J. **Os Lavradores de Fumo: Sapeaçu - BA 1850 – 1940**. Salvador. 1982. Dissertação de Mestrado depositada na Biblioteca Central da UFRB. P.129.

SOUZA, E. M. O. **Memória e Tradições Viveres de trabalhadores rurais do Município de Dom Macedo Costa-Ba, 1950-1960**. Programa de Mestrado Interinstitucional em História Social PUC/SP 1999.

2.2-Arquivos

APEB - Arquivo Público do Estado da Bahia

Governo da Província da Bahia – Série: Viação Muritiba – 1854 a 1859 / Seção de Arquivo Colonial e Provincial - Nº 4756. APEB. Registro Eclesiástico de Terras.

Mapas do Recôncavo do século XX

APSF – Arquivo Público de São Felix.

Fotografias Diversas

Livros raros sobre o Recôncavo.

Jornal *O correio de São Felix*, 1950, 1970, 1980

APC – Arquivo Público de Cachoeira.

Documentos diversos sobre os Séculos XIX e XX em Muritiba.

Arquivo do CETEP (Antigo CEAT) - Centro Territorial de Educação Profissional Recôncavo II Alberto Tôrres.

Fichas de Matrícula 1970 a 1980.

Fotografias

ACM – Arquivo da Câmara de Muritiba

Atas da Câmara de 1930 à 2013

Fotografais diversas.

Projetos de vereadores para o distrito de São José de Itaporã 1990 - 2010

BMM – Biblioteca Municipal de Muritiba.

Fotografais Diversas

Enciclopédia dos Município de 1958 – Documento Raro

BMC – Biblioteca Municipal de Cruz das Almas.

Livros raros

Jornal *Nossa Terra* 1955

CASA OSWALDO DE SÁ EM MARAGOGIPE.

Livros raros Sobre o Recôncavo de autoria de Oswaldo de Sá

Jornais *Redenção, Redepção, O Nacionalista*. 1950, 1970, 1980.

3-Sites:

www.seagri.ba.gov.br/fumo_final.doc

cncflora.jbrj.gov.br

www.google.com.br

<https://www.ufba.br/>

<http://www.uefs.br/portal>

<http://www.ibge.gov.br/home/>

<http://www.sei.ba.gov.br/>

<http://www.sei.ba.gov.br/>

<http://pt.wikipedia.org/wiki/Muritiba>

<http://itaporan.blogspot.com.br/>

<http://povodearuanda.wordpress.com/2007/12/03/mini-dicionario-tupi-guarani/>

4 – Documentários

Documentário: **A cultura do Fumo na Bahia** – Produção SINDFUMO. – 2005.

REFERÊNCIAS:

- ABBAGNANO, N. **Dicionário de Filosofia**, 4ªed. São Paulo: Martins Fontes, 1999.
- ADORNO, Theodor W. **Epistemologia e Ciências Sociais**. Espanha; Frónesis Cátedra Universitat de Valencia,2001.
- ALBUQUERQUE JUNIOR, Durval Muniz de. **A invenção do nordeste e Outras Artes**. Rio de Janeiro: Cortês, 2009. Ele diz que o nordeste é uma invenção a partir do discurso da literatura e das imagens.
- ALVES, P e MASSEI, R C. **Artigo de uma pesquisa introdutória realizada pela FAPESP**. SP 1998.
- AMADO, Janaína & FERREIRA, Marieta de Moraes (orgs.). **Usos e abusos da história oral**. 4. ed., Rio de Janeiro: Editora FGV, 2001.
- ANDRADE. Adriano Bittencourt. **A espacialização da Rede Urbana no recôncavo Baiano Setecentista à luz da cartografia Histórica**. In: Anais do III Simpósio Luso- Brasileiro de Cartografia Histórica; 2009.
- BENJAMIN, Walter. Sobre o conceito de História. In: **Obras escolhidas: magia e técnica**. São Paulo: Brasiliense, 1986.
- BERGER, Peter L. **A construção Social da Realidade: Tratado de Sociologia do Conhecimento**. Petrópolis: Vozes; 1985.
- BARICKMAN, B. J. **Um Contraponto baiano: Açúcar, fumo, mandioca e escravidão no recôncavo, 1780-1860** – RJ: Civilização brasileira, 2003.
- BOURDIEU, Pierre. **O Poder Simbólico**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1989.
- _____, Pierre. Estrutura, habitus e prática. In: **A economia das trocas simbólicas**. 3 ed., São Paulo: Perspectiva, 1992.
- BRANDÃO, Maria de Azevedo, **Cidade e Recôncavo da Bahia**. In: BRADÃO, Maria de Azevedo. (org) **Recôncavo da Bahia: Sociedade e Economia em transição**. Salvador; Fundação Casa Jorge Amado; Academia de Letras da Bahia; Universidade Federal da Bahia, 1998.
- _____, Maria Azevedo (Org.). **Recôncavo Baiano: Sociedade e Economia em Transição**. Salvador: Fundação Jorge Amado, Acadêmia de Letras da Bahia: UFBA.
- BRAUDEL, Fernand. **Escritos sobre a História**. São Paulo, Perspectiva; 1978.
- BOSI, Ecléa. **Memória e Sociedade: lembranças de velhos**. 3ª Ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1994.

BURKE, Peter (Org). **A Escrita da história: novas perspectivas**. São Paulo Editora da Universidade Estadual Paulista, 1992.

CANDIDO, Antonio. **Os parceiros do Rio Bonito: Estudo sobre o caipira paulista e a transformação dos seus meios de vida**. 8ª Ed, São Paulo; Ed34, 1997.

CAMARGO, Luiz Otávio de Lima, **O que é lazer**, SP: brasiliense, 1999.

CARLOS, Ana Fani Alessandri. **O lugar no/do mundo**. São Paulo: FFLCH, 2007.

CARNEIRO, M. J. **Revista Estudos Femininos**, Florianópolis – SC : 2006 .

CASTRO, Anfilofio. **Muritiba: Sua História, seus Fados, Digressões**. Notas – BAHIA, Tipografia Naval, Bahia; 1941.

CASTRO, Janio Roque Barros de. **Da casa à praça: a espetacularização das festas juninas no espaço Urbano**. Salvador: EDUFBA, 2012.

CASTRO. Hebe Maria Mattos de. **Ao Sul da História: Lavradores Pobres na Crise do trabalho Escravo**. São Paulo, Brasiliense; 1987.

CERTEAU, Michel. **A Escrita da História**. 2. ed., Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2002.

_____, Michel. **A invenção do cotidiano: artes de fazer**. 9 ed., Petrópolis, RJ: Vozes, 2003.

_____, Michel.; GIARD, Luce; MAYOL, Pierre. **A invenção do cotidiano: morar, cozinhar**. 5. ed., Petrópolis, RJ: Vozes, 1995.

CHAUÍ, M. **Conformismo e Resistência: Aspectos da Cultura Popular no Brasil**. SP. Ed. Brasiliense, 1994.

CHARTIER, Roger. **O mundo como Representação**. In; **Revista Estudos Avançados**. nº 11; 1911 – Disponível; www.google.com.br. Acesso em 04/03/2012.

_____, Roger. **A História Cultural: entre práticas e representações**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1990.

COSTA, Carlos Frederico Corrêa da. **Manual do Mini-curso de História Oral – ANPUH-UFF**, Niterói: Rio de Janeiro, 2001.

COSTA, José Américo da. **Estradas de rodagem no estado da Bahia. Memória apresentada ao Terceiro Congresso Nacional de Estradas de Rodagem**. Bahia: Imprensa Oficial do Estado, 1924.

DURKHEIM, Émile. **As regras do método Sociológico**. São Paulo: Martin Claret, 2002.

ELIADE, Mircea. **O Sagrado e o Profano – A essência das religiões**. SP: Martins Fontes, 1952.

ELIAS, Norbert; e SCOTSON, John. L. **Os estabelecidos e os *outsiders*: sociologia das relações de poder a partir de uma comunidade**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2000.

FERREIRA, Jurandir Pires. **A Enciclopédia dos Municípios Brasileiros**. Rio de Janeiro: IBGE; 1958.

FIGUEREDO, H. G. Coord. **Imagens de São Gonçalo: Fotografia e História**. Laboratório de Pesquisa História 2001.

FONSECA, Áurea Côrtes Nunes de Oliveira. **Aspectos do Desenvolvimento Regional no Recôncavo Sul Baiano: o caso do Município de Cachoeira – Bahia – Brasil** – Barcelona 2006. Tese de Doutorado Disponível em; cncflora.jbrj.gov.br Acesso: 03/04/2013.

FOUCAULT, M. **A Microfísica do Poder**. RJ: Ed. Graal, 1979.

FRAGA FILHO, Walter. **Encruzilhadas da Liberdade: Histórias de escravos e libertos na Bahia – 1870-1910**, Campinas, SP; Ed Unicamp; 2006.

GADELHA, Regina Maria d'Aquino Fonseca. **A lei de terras (1850) e a abolição da escravidão: capitalismo e força de trabalho no Brasil do século XIX**. Trabalho apresentado no *I Congresso Internacional da Escravidão*, Universidade de São Paulo (USP), 1988. Disponível em; **Rev. hist. n.120 São Paulo jul. 1989**.

GEERTZ, Clifford. **A Interpretação das Culturas**. Ed. LTC, Rio de Janeiro, 2008.

_____. **Nova luz sobre a Antropologia**. Rio de Janeiro; Jorge Zahar; 2001.

_____. **Gêneros confusos. La re(con)figuración del pensamiento social**. In; *The American Scholar*, vol. 49, N° 2, primavera de 1980, págs. 165-179.

GIDDES, A. **Política, Sociologia e Teoria Social: Encontros com o Pensamento Social Clássico e Contemporâneo**. Tradução; Cibele S. Rizek. São Paulo UNESP, 1998.

GINZBURG, Carlo. **Mitos, emblemas, sinais: morfologia e história**. São Paulo: Companhia das Letras, 1991.

_____, Carlo. O inquisidor como antropólogo: uma analogia e as suas implicações. In: BETHENCOURT, Francisco; e CURTO, Diogo Ramada (org) **Memória e Sociedade**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1991.

HALBWACHS, Maurice. **A memória coletiva**. São Paulo: Centauro, 2006.

HALL, Stuart. **A Identidade Cultural na Pós-Modernidade**. 10ª edição Rio de Janeiro: DP&A, 2005.

HELLER, A. **O cotidiano e a história**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1972.

HEREDIA, Beatriz Maria Alásia de. **A morada de vida: trabalho familiar de pequenos produtores do nordeste do Brasil**. Rio de Janeiro; Paz e terra; 1979.

HOBBSAWN, E. J. **Sobre História**. Companhia da Letras.

_____, E. J. e RANGER, T. **A Invenção das Tradições**. RJ: Paz e Terra, 1997.

HOGGART, R. **As utilizações da cultura: aspectos da vida da classe trabalhadora, com especiais referenciais a publicações e divertimentos**. Lisboa: Editorial Presença, 1973.

IBGE. **Brasil: 500 anos de povoamento**. Rio de Janeiro: IBGE, 2000. Apêndice: Estatísticas de 500 anos de povoamento.

JESUS, José Alberto Nascimento de. **Trabalhadores da Viação Férrea Federal Leste Brasileiro entre percursos e percalços na cidade de São Félix – BA, décadas de 1940/1950**. Dissertação (mestrado) - Universidade do Estado da Bahia, Programa de Pós-Graduação em História Regional e Local, 2009.

JESUS, Simone Figueiredo de. **Viver em Muniz Ferreira: Cotidiano e Transformações de uma Vila no Recôncavo Baiano (1930-1960)**. Dissertação (Mestrado) apresentada ao Programa de Pós Graduação em Historia Regional e Local – UNEB/ Campus V. 2010

KOSSY, B. **Estética, memória e ideologia fotográficas: decifrando a realidade interior das imagens do passado**”In: Revista Acervo, Arquivo Nacional, v.6, nº 1-2, 1993.

LE, Goff Jacques. **História e memória**. 4ª ed. São Paulo: Editora UNICAMP. P.423.

LEFEBVRE, Henri. **A vida cotidiana no mundo moderno**. São Paulo: Ática, 1991.

LE, Goff Jacques. **História e memória**. 4ª ed. São Paulo: Editora UNICAMP. P.423.

LÉVI-STRAUSS, Claude, **O pensamento selvagem**. Campinas, São Paulo: Papius, 1989.

LEWIN, H.(ORG.) **Uma nova abordagem da questão da terra no Brasil: o caso do MST em campos dos Goytacazes**. Rio de Janeiro, 7letras, 2005.

MARCELIN, Louis HERN. **A linguagem da casa entre os Negros do Recôncavo baiano**. In; Scielo. vol.5, nº 2, Rio de Janeiro; Oct. 1999.

MARTINS, José de Souza **A reforma Agrária brasileira e o papel do MST**. In: STEDILE, J. P. (org.) **A Reforma Agrária e a luta do MST**. Petrópolis, Vozes, 1997.

_____, José de Souza **Caminhada no chão da noite: Emancipação política e libertação nos movimentos sociais do campo**. Hucitec, São Paulo, 1989.

_____, José de Souza **O cativo da terra**. São Paulo, Livraria Editora Ciências Humanas, 1979.

_____, José de Souza. **A sociabilidade do homem simples**. São Paulo: Hucitec, 2000.

MARX, Karl & ENGELS, Friedrich. **A Ideologia Alemã**. 4 ed. São Paulo; Martin Claret, 2005.

MATTOSO, Kátia de Queirós. **Bahia: Século XIX: uma província no Império**. R. J., 1992.

MESQUITA, Augusto Sávio. & OLIVEIRA, José Mário Carvalhal de. **A cultura do fumo na Bahia: da excelência à decadência**. Disponível em: www.seagri.ba.gov.br/fumo_final.doc. Consulta em; 25/03/2013.

MONTENEGRO, Antônio Torres. **História oral e memória: a cultura popular revisitada**. 3. ed., São Paulo: Contexto, 1994.

MOREIRA, Roberto José. **Terra, Poder e Território**. Ed.Expressão Popular, São Paulo; 2007.

MINAYO, Maria Cecília de Souza (Org.). **Pesquisa social: teoria, método e criatividade**. Petrópolis, Vozes: 1994.

NARDI, Jean Baptist. **O fumo no Brasil Colônia**. São Paulo, Ed. Brasiliense, 1987.

OLIVEIRA, A. J. **Experiências, Cotidiano e Representações dos Trabalhadores Rurais de São José do Itaporã - 1960 / 1990**. Monografia apresentada na conclusão do curso de Especialização em História Regional e local – UNEB/Campus V - digitada e depositada na Biblioteca do Campus V.

OLIVEIRA, Ana Maria. C. S. **Recôncavo Sul: terra, homens, economia e poder no século XIX** salvador-Ba: UNEB 2002.

OLIVEIRA, Rosy de. **O Barulho da Terra: Nem Kalunga Nem Camponeses**. Ed. Progressiva, Curitiba; 2010.

OLIVEIRA, Selma Felipe de. **A Construção da Tradição**. Cultura, volume 4, nº 01, junho de 1996. p. 129. **Projeto História**; São Paulo; nº 17; novembro de 1998.

PEDRÃO, Fernando Cardoso. **Novos Rumos, Novos Personagens**. In; BRANDÃO, Maria de Azevedo (Org.). **Recôncavo da Bahia: Sociedade e Economia em Transição**. Salvador: Fundação Jorge Amado; Academia de Letras da Bahia; UFBA; 1998.

PESAVENTO, Sandra Jathay. **A cor da alma: ambivalências e ambigüidades da identidade nacional**. IN: Ensaio FEE, Porto Alegre, v20, n.1,1999.

_____, Sandra Jathay. **Além das Fronteiras**. IN: MARTINS, Maria Helena (org.) **Fronteiras Culturais: Brasil, Uruguai, Argentina**. Editora Ateliê, São Paulo: 2002.

PETIM. **Beco de, 300 Anos de Romarias – Literatura de Cordel**. Castro Alves – BA: 1991.

POLLAK, Michael. **Memória, Esquecimento, Silêncio**. In; **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, vol. 2, n. 3, 1989.

PEDRÃO, Fernando Cardoso. **Novos Rumos, Novos Personagens**. In; BRANDÃO, Maria de Azevedo (Org.). **Recôncavo da Bahia: Sociedade e Economia em Transição**. Salvador: Fundação Jorge Amado; Academia de Letras da Bahia; UFBA; 1998.

REIS, Heloisa Helena Baldy dos Reis. **Lazer e Esporte: o caso do espetáculo futebolístico**. Comunicação apresentada no ENAREL (Encontro nacional de recreação e lazer) em: 13 a 16 /11/2002 realizado na UNISC. Santa Cruz do Sul - RS/Brasil. Disponível: www.google.com.br – Acesso em: 17/01/2007.

REVEL, Jaques. **Microanálise e construção Social**. In: **Jogos de Escalas: A experiência da Microanálise**. Rio de Janeiro, Ed. Fundação Getúlio Vargas. 1998.

RICOEUR, Paul. **Tempo e narrativa**. Campinas, SP: Papyrus, 1994.

ROUSSO, Henry. **A memória não é mais o que era**. IN: FERREIRA, Marieta de Moraes & AMADO, Janaína. **Usos e Abusos da História Oral**. RJ: FGV, 2002.

SALVADOR, F. **A Centralidade da Feira de São José do Itaporã - BA** – Monografia apresentada ao curso de Geografia –FAMAM. 2008.

SAMUEL, R. **Documentação: História Local e História Oral**. In: Revista Brasileira de História. São Paulo, v. 9, n 19. Ano 1990.

SANTANA, Alino Matta. **Livro do Centenário: Marcos do Progressos de Cruz das Almas**, Ed. Bureau, Bahia 1991.

SANTANA, Charles D`Almeida. **Fatura e Ventura Camponesas: Trabalho, Cotidiano e Migrações - Bahia: 1950 – 1980**. SP: AnaBlume; 1994.

_____, Charles D`Almeida. **Trabalhadores Rurais do Recôncavo Baiano: Memórias e Linguagens**. Revista Projeto História PUC de São Paulo, Nº 16, SP: EDUC, 1981. p.206 a 209.

SANTOS, Denílson Lessa dos. **Curandeiros/Curandeiras e Doentes nas Encruzilhadas da Cura. Santo Antônio de Jesus. Recôncavo Sul – Bahia (1940-1980)**. In; ANAIS do III Encontro Estadual de História: Poder, Cultura e Diversidade – ST 10: Arquivos e Fontes: a pesquisa histórica na Bahia.

SANTOS, Miguel Cerqueira. **O domínio urbano e suas implicações regionais: o exemplo de Santo Antonio de Jesus-Ba** – Salvador. Ed. UNEB. 2002.

SANTOS, Myrian Sepúlveda. **História e Memória: o caso do Ferrugem**. Rev. Brás. Hist. Vol. 23, nº 46 SP: 2003.

SANTOS, Milton. (et.al.) **Territórios: ensaios sobre o ordenamento territorial**. Rio de Janeiro; Lamparina, 2007.

SAUER, Sérgio. **Terra e Modernidade: a reinvenção do Campo Brasileiro**. Expressão Popular, São Paulo; 2010.

_____, Milton. **A Rede Urbana do Recôncavo**. In: BRANDÃO, Maria de Azevedo (Org.) **Recôncavo da Bahia: Sociedade e Economia em Transição**. Salvador: Fundação Jorge Amado; Academia de Letras da Bahia; UFBA.1998.

_____, Milton. **Metamorfoses do Espaço Habitado: Fundamentos Teórico e metodológico da geografia**. Hucitec; São Paulo: 1988.

SCHAMA, Simon. **Paisagem e Memória**. São Paulo; Companhia das letras, 1976.

SCHWARTZ, B. Stuart. **Segredos Internos: Engenhos e Escravos na Sociedade Colonial – 1550-1835**. São Paulo; Companhia das Letras, 1988.p.84

SCOOT, J. C. **Formas de Resistência Camponesa**. In: **Revista de Ciências Sociais e Econômicas**. Programa de Pós Graduação em Sociologia / UFCG. Vol. XXI, Nº 01, Paraíba; 2002.

SILVA, Andrea Santos Teixeira. **Entre a casa de farinha e a estrada Bahia-Feira: Experiências camponesas de conflito e sociabilidade na garantia da sobrevivência, Feira de Santana (1948 – 1960)** . Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal da Bahia sob a orientação do Prof.º Dr. Antonio Luigi Negro. Disponível no banco de dados on-line de dissertações da UEFS; 2008.

SILVA, Armando Correa. **Geografia e Lugar Social**. São Paulo; Contexto, 1991.

SILVA, Elizabete Rodrigues. **Fazer Charutos: Uma atividade Feminina**. Dissertação apresentada ao programa de pós graduação em História – mestrado da UFBA; 2001.

SONNEVILLE, J. J. **Os Lavradores de Fumo: Sapeaçu - BA 1850 – 1940**. Salvador. 1982. Dissertação de Mestrado depositada na Biblioteca Central da UFRB.

SOUZA, E. M. O. **Memória e Tradições Viveres de trabalhadores rurais do Município de Dom Macedo Costa-Ba, 1950-1960**. Programa de Mestrado Interinstitucional em História Social PUC/SP 1999.

THOMSON, Alistar. **Recompondo a Memória: Questões sobre a relação entre a História Oral e as Memórias**. Projeto História, São Paulo. 1997.

THOMPSON, E. P. **A miséria da teoria**. Rio de Janeiro; Zahar; 1981.

_____, E. P. Tempo, Disciplina de Trabalho e o Capitalismo Industrial. In; **Costumes sem Comum**. São Paulo; 1998.

_____, E. P. **Costumes em Comum**. SP. Companhia das Letras, 1998.

THOMPSON, Paul. **A Voz do Passado: História Oral**. Rio de Janeiro, Paz e Terra. 1992.

WEBER, M. **A Ética Protestante e o Espírito do Capitalismo**. São Paulo, Martin Claret, 2003.

_____, M. **Metodologia das Ciências Sociais – Vol. 1 e 2**. Tradução Augustin Wernet, 4ª Edição, Ed. Cortez, São Paulo, 2001.

_____, M. **Sociologia**. COHN, G. (Org.). 3ª edição, São Paulo, Ática, 1990.

WILLIAMS, R. **Marxismo e Literatura**. Rio de Janeiro; Zahar, 1971.

_____, Raymond. **O campo e a cidade : na história e na literatura**. São Paulo : Companhia das Letras; 2001.

WOORTMAN, Ellen F. **O Saber Tradicional Camponês e Inovações**. In; OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino de. & MARQUES, Marta Inez Medeiros. (org.) **O campo no Século Xxi: Território de vida , de luta e de construção da Justiça Social**. São Paulo; Casa Amarela e Paz e Terra; 2004.

VASCONCELOS, Maria Drosila. **Pierre Bourdieu: A Herança Sociológica**. In: **Revista Educação & Sociedade**, Ano XXIII, nº 78, Abril; 2002.

YI-FU TUAN. **Topofilia: um estudo da percepção, atividade e valores do meio ambiente**. São Paulo; Difel, 1980.

Anexo

QUESTIONÁRIO DE PESQUISA

Mestrado em Ciências Sociais: Cultura Desigualdade e Desenvolvimento – UFRB
Mestrando Alex de Jesus Oliveira

1-Nome Completo:

2-Você nasceu:

- () Nasceu no São José de Itaporã
 () Em outra cidade. Qual? _____

2- Qual a data do seu nascimento? E onde você foi registrado?

3- Você se considera?

- () Pardo () branco () Negro

4- Você é praticante da Religião

- () candomblé
 () Católico
 () Evangélico

Se Evangélico, qual Igreja você frequenta?

Antes de ser evangélico você era de qual religião?

5- você é alfabetizado? () sim () não

6 –Você estudou? () sim () não

➤ **Onde Estudou?**

- () Em São José de Itaporã () em outra cidade

Qual cidade? _____

➤ **Se respondeu sim até que série/ano ESTUDOU?**

- () Fundamental, () fundamental Incompleto () médio incompleto, () médio, () superior,

7-Seus pais são casados? () sim () não

- Se respondeu sim, em que cidade e fórum registraram o casamento?
-

8-Seus descendentes nasceram em:

- () São José do Itaporã
 () vieram para o São José do Itaporã

- Se vieram de outro lugar, de onde vieram? _____

9-Quando vieram?

- () Início do século XX (1910..)
 () antes de 1950
 () entre 1960 e 1970
 () após 1980

10 - Por que vieram para São José de Itaporã?

- () Estiagem (seca)

() para ficar perto dos familiares

() Para mudar de vida

() para adquirem terras

9-Os seus ancestrais (antepassados) são afro-descendentes?

() Sim () não

11 – Como eles (seus antepassados) adquiriram terras no São José de Itaporã?

() pela compra de algum fazendeiro

() pela doação de algum fazendeiro

() pela doação da Igreja católica

() herança

() pelo apossamento de terras comuns (devolutas)

12– Se adquiriram por COMPRA pagaram com...

() dinheiro

() com trabalho

13- Quantos irmãos você tem?

➤ Se possível cite os nomes deles:

14-Seus pais foram Herdeiros de terra em São José de Itaporã?

() sim () não

15 – Você é um herdeiro de terra em São José de Itaporã?

16 -Quantas tarefas você e seus irmãos herdaram de seus pais?

17– Você exerce outro trabalho além de agricultor? Tipo trabalha em terra alheia? Faz algum comércio?

() Sim () não

Em caso de sim Qual atividade você exerce:

18– O que você fez com sua herança de terra?

() Vendeu

() Trabalha nela

() alugou

➤ Se vendeu sua terra passou a viver de quê?

() comércio

()trabalhar no roça dos outros

() migrou para a cidade para trabalhar em lojas

() migrou para a cidade para trabalhar de empregada domestica

19 – O que você cultiva em sua terra?

() somente fumo

() fumo e mandioca

() fumo, mandioca, abobora, limão, laranja, amendoim, milho e etc.

19- Você possui algum benefício do Governo ? Tipo Pensão, aposentadoria, bolsa Família.

() sim () não

➤ Se respondeu sim em que ANO adquiriu o benefício? _____

➤ Esse benéfico é suficiente para manter sua família? () sim () não

➤ Por quê?

20- Para qual empresa você vende sua produção de Fumo?

- () atravessador
- () armazém
- () para outro agricultor

21 – Qual armazém você vende seu fumo?

22 – Você consegue viver somente da renda proveniente do fumo? ()sim () não

Por quê? _____

23 – você já migrou para trabalhar em cidades da região ou em Salvador, São Paulo?

- () sim () não

Por quê? _____

24 – O que lhe fez retornar para São José de Itaporã

- () O amor ao lugar, a cultura, as festas
- () apenas por causa da família
- () Não se adaptou na cidade

➤ **Por que não se adaptou na cidade?**

25 -Quando teve a crise do fumo em 1980 você não foi embora por quê?

- () Amava seu terra
- () por que não tinha Estudo
- () Nunca pensou em Sair de São José

Sobre o Autor:

Alex de J. Oliveira é professor Titular do CETEP Recôncavo II Alberto Tôrres. Graduado em História – UNEB /Campus V; Especialista em Ciências Humanas pela FACINER/CURITIBA; Especialista em História Regional e Local – UNEB/Campus V, Mestre em Ciências Sociais: Cultura, Desigualdade e Desenvolvimento – UFRB. Reside em Cruz das Almas - Bahia.